



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Programa de Pós-graduação em Geografia

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

REGINALDO RODRIGUES MORENO MUACUVEIA

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM MOÇAMBIQUE: PAPEL DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO



UBERLÂNDIA/MG
2019

REGINALDO RODRIGUES MORENO MUACUVEIA

***URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM MOÇAMBIQUE: PAPEL DOS
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira.

Uberlândia/ MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M941 Muacuveia, Reginaldo Rodrigues Moreno, 1979-
2019 Urbanização contemporânea em Moçambique [recurso
eletrônico] : papel dos instrumentos de planejamento urbano
na ocupação do espaço / Reginaldo Rodrigues Moreno
Muacuveia. - 2019.

Orientador: William Rodrigues Ferreira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2002>

Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Ferreira, William Rodrigues, 1968-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia

Urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planejamento urbano na ocupação do espaço

Prof. Dr. Willian Rodrigues Ferreira (Orientador) - UFU

Prof. Dr. Evandro César Clemente – UFG-Jatai- GO

Prof. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira

Prof. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares - UFU

Prof.^a. Dr^a. Marlene Teresinha de Munhoz Colesanti - UFU

Data: 27/05/2019

Resultado: Aprovado com Louvor

DEDICATÓRIA

“Aos meus pais, Rodrigues Muacuveia e Aurora Moreno Muacuveia, pelo amor, carinho e educação”.

AGRADECIMENTO

A Deus poderoso, pela vida e saúde. Ao Professor Doutor William Rodrigues Ferreira, meu orientador, pelo rigor científico na orientação, pela inesgotável paciência no acompanhamento do trabalho em todos os momentos da pesquisa.

À agência financiadora CAPES, através do PEC-PG - Programa Estudante Convênio Pós-graduação, pela concessão da bolsa de estudo do edital 047/2014, um especial agradecimento pelo auxílio aos estudos no Brasil durante os quatro anos.

As Professoras Doutoras Beatriz Ribeiro Soares e Marlene Terezinha Muno Colesante, pela atenção dedicada nas sugestões do trabalho, desde a defesa do projeto, exame de qualificação, pelo seu apoio, muito obrigado.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Vitor Ribeiro Filho, um professor e amigo. Aos colegas do Laboratório de Planejamento Urbano, de Trânsito e Transporte, em especial Amanda, Diego, Fander, Wilson e Felipe que partilhamos vários momentos de pesquisa e aprendizagem.

A minha querida esposa e ao meu filho Alston que me fizeram companhia durante esses anos todos, o carinho, conforto, apoio incondicional para o equilíbrio emocional.

A minha família, em especial meus progenitores (Rodrigues Muacuveia e Aurora Moreno Muacuveia), meus irmãos Demis, Telma, Cleutildo (in memoria), Gerardete, Edna e Milsa, obrigado pelas orações. A todos mais familiares e amigos em Moçambique que mesmo a distância rezaram e torceram para que este sonho se concretizasse.

Aos amigos estudantes moçambicanos da Pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia, Ademar, Ivo, Baltazar, Matias, Afonso, Elísio, Mara, Manhiça muito obrigado pelo companheirismo.

Ao Município de Nampula pelo fornecimento de informação atualizada sobre a urbanização e planejamento urbano.

A Universidade Pedagógica- Delegação de Nampula, atual UniRovuma (Universidade do Rovuma) pela permissão de dar continuidade da formação académica.

Aos colegas do Departamento de Ciências da Terra e Ambiente, nomeadamente: Elias Maxombe; Alex; Alice; Gessy; Artur; Latifo; Machili, Hilário; Florêncio; Isaías; Vanito; Bata; Bonga, Rangelo, Brito e Moniz.

Muito Obrigado!

RESUMO

A tese de doutorado versa sobre a urbanização contemporânea em Moçambique cujo enfoque é a questão dos instrumentos de planejamento urbano nas ocupações desordenadas e suas contribuições para compreensão das transformações urbanas ocorridas na cidade de Nampula. No trabalho se descreve o processo de urbanização, se apresentando a gênese das principais cidades e o seu desenvolvimento que compõem a rede urbana de Moçambique. Nas abordagens, se propõe a reflexão sobre as fragilidades e eficácia das políticas urbanísticas na construção dos instrumentos de planejamento urbano. Tendo como referência a área de estudo o espaço urbano da cidade de Nampula, se faz uma análise da expansão das áreas de ocupações desordenadas ocorridas nas últimas duas décadas e a influência das principais ações de planejamento e gestão urbana propostas para esta urbe. Utilizou-se procedimentos metodológicos e operacionais tanto de caráter quantitativos como qualitativos, bem como a pesquisa bibliográfica se consultando livros, artigos, teses e dissertações que tratam desta temática. Foi usada a pesquisa documental, onde se consultou principalmente a legislação urbanística de Moçambique e planos da cidade de Nampula. Ainda como procedimentos, se utilizou a análise da Geografia Histórica Urbana, pois analisou o processo histórico, buscando desvelar os pilares da organização e transformação espacial que decorre em Moçambique no geral e na cidade de Nampula, sem se esquecer do trabalho de campo que garantiu a coleta de dados feito por meio da técnica de entrevistas aos residentes em 10 bairros, o uso da observação, com auxílio de máquina fotográfica. A análise dos resultados colhidos foi feita na base no uso do Método de Planejamento Estratégico, por meio do uso da matriz FOFA. E como resultados indicam que a cidade de Nampula possui um dos mais altos índices de crescimento urbano desordenado, com parte da população ocupando áreas insalubres, ambientalmente frágeis, em zonas completamente desestruturadas. Conclui-se que as ocupações desordenadas são resultado da incapacidade na gestão urbana devido à falta de aplicação de ações concretas esboçadas nos planos e projetos existente ao longo dos anos. Há negligência as regras urbanísticas por parte dos diversos segmentos da sociedade. As políticas urbanísticas facilitam e asseguram a implantação de novas áreas de ocupação desordenada, pois a Constituição da República de Moçambique prevê a concessão como direito de usuário automáticos da terra por ocupação de "boa-fé", mesmo com a ausência do direito de uso da terra. Esta lei mãe, garante o uso do solo urbano, mesmo que seja esteja numa área não planejada, por isso que se considera que a lei apresenta um vazio, porque viabiliza a ocupação irregular do espaço urbano, exacerbando a questão das ocupações desordenadas. Como sugestão uma das principais sugestões seria trabalhar o aspecto atinente a legislação urbana, implementação de planos a partir da criação de um plano nacional de desenvolvimento urbano para todas cidades que não depende de agendas de grupos políticos eleitos periodicamente, pois estes muitas vezes criam entraves para avanço de projetos urbanos exequíveis.

Palavras-chaves: Urbanização contemporânea; Planejamento urbano; Ocupação desordenada; Moçambique; Nampula.

ABSTRACT

The doctoral thesis deals with contemporary urbanization in Mozambique, whose focus is the question of the instruments of urban planning in the disorderly occupations and their contributions to understanding the urban transformations that occurred in the city of Nampula. The paper describes the process of urbanization, presenting the genesis of the main cities and their development that make up the urban network of Mozambique. In the approaches, it is proposed the reflection on the weaknesses and efficacies of the urban policies in the construction of the instruments of urban planning. Taking as reference the area of study the urban space of the city of Nampula, an analysis is made of the expansion of the areas of disordered occupation occurred in the last two decades and the influence of the main actions of planning and urban management proposed for this city. Methodological and operational procedures were used both quantitatively and qualitatively, as well as bibliographical research if referring to books, articles, theses and dissertations that deal with this subject. Documentary research was used, mainly referring to the urban planning legislation of Mozambique and plans of the city of Nampula. Still as procedures, we used the analysis of Urban Historical Geography, as it analyzed the historical process, seeking to unveil the pillars of the organization and spatial transformation that takes place in Mozambique in general and in the city of Nampula, without forgetting the fieldwork that guaranteed the data collection through the technique of interviews to residents in 10 neighborhoods, the use of observation, with the help of a camera. The analysis of the results obtained was based on the use of the Strategic Planning Method, through the use of the FOFA matrix. And as a result, the city of Nampula has one of the highest rates of disorderly urban growth, with part of the population occupying unhealthy, environmentally fragile areas in completely unstructured areas. It is concluded that cluttered occupations are a result of the incapacity in urban management due to the lack of implementation of concrete actions outlined in the plans and projects existing over the years. There is neglect of urbanistic rules by the various segments of society. The urban policies facilitate and ensure the implementation of new areas of disorderly occupation, since the Constitution of the Republic of Mozambique provides for the granting of automatic land user rights for "good faith" occupation, even with the absence of the right to use the land. Earth. This mother law guarantees the use of urban land, even if it is in an unplanned area, so it is considered that the law presents a void, because it makes possible the irregular occupation of urban space, exacerbating the issue of disordered occupations. As a suggestion one of the main suggestions would be to work on aspects of urban legislation, implementation of plans from the creation of a national urban development plan for all cities that does not depend on agendas of elected political groups from time to time, as they often create barriers to feasible urban projects.

Keywords: Contemporary urbanization; Urban planning; Disordered occupation; Mozambique; Nampula.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AC – Área Central
AGP – Acordo Geral de Paz
BM – Banco Mundial
BR – Boletim da Republica.
CBD- Central Business District (do Inglês) ou Distrito Central de Negócios (Português)
CDS-ZU – Centro de Desenvolvimento Sustentável Zonas Urbanas
CM – Cidade Monocêntrica
CMCN – Conselho Municipal da Cidade de Nampula
CP – Cidade Policêntrica
CRM – Constituição da Republica de Moçambique
CRPM – Constituição da República Popular de Moçambique
DNH- Direção Geral de Habitação
DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EN – Estrada Nacional
FMI – Fundo Monetário Internacional
F.O.F.A – Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GHU – Geografia Histórica Urbana
GUG – Gabinete de urbanização Colonial
INEM – Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique
INPF – Instituto Nacional de Planejamento Físico.
LAL – Lei das Autarquias Locais
LOLE – Lei dos Órgãos Locais do Estado
LOT – Lei do Ordenamento Territorial
MAE – Ministério da Administração Estatal
MAEFP – Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MITADER – Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
MOPHRH – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
ONU – Organização das Nações Unidas
PEU – Plano de Estrutura Urbana
PEUCP – Plano de Estrutura urbana da Cidade de Pemba
PEUT – Plano de Estrutura Urbana de Tete.
PGU – Plano Geral de Urbanização
PNH – Política Nacional de Habitação
PNT – Política Nacional de Terras
POT – Política de Ordenamento Territorial
PP – Plano Pormenor
PPHP – Programa de Promoção de Habitação Própria
PRE – Programa de Reajustamento Estrutural
PRES – Programa de Reabilitação Econômica e Social
PROL – Programa de Reforma de Órgãos Locais
RAGTM -Relatório de Avaliação da Governação Tributária de Moçambique
RSU – Regulamento do Solo Urbano
SCUC – Serviço Central de Urbanismo Colonial
SOP – Serviços de Obras Públicas
SU – Seção de Urbanização
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para População
ZP – Zona Periférica
ZPC – Zona Periférica do Centro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema; principais elementos da forma urbana-----	31
Figura 2: Expansão urbana com ampliação do território e Ampliação da área ocupada-----	53
Figura 3: Expansão, crescimento intensivo central e Expansão periférica-----	54
Figura 4: Dinâmicas de expansão urbana na forma de Cidade Espalhada-----	57
Figura 5: Dinâmicas de expansão urbana na forma de Cidade Compacta-----	58
Figura 6: Dinâmicas de expansão na forma Cidade verticalizada-----	59
Figura 7. Representação da Área Central e Zona Periférica ao Centro-----	63
Figura 8: cidade monocêntrica e Policêntrica -----	64
Figura 9: Modelo Anéis Concêntricos de Ernest Burgess-----	67
Figura 10: Modelo de Homer Hoyt-----	68
Figura 11: Modelo da teoria dos múltiplos núcleos de Harris e Hullman-----	70
Figura 12: Modelo de estrutura interna de cidades da África Subsaariana-----	71
Figura 13: Cidade de Maputo, Praça 7 de Março no Jardim M. de Albuquerque, 1900-----	80
Figura 14: Maputo, Parte baixa da cidade em 1950 -----	82
Figura 15: Maputo, Praça Mousinho de Albuquerque e verticalização, 1970-----	85
Figura 16: Maputo- Vila Olímpica- Bairro do Zimpeto, 2017 -----	88
Figura 17: Cidade de Maputo, Circular rodoviária e Ponte Maputo- Katembe, 2018-----	89
Figura 18: Cidade de Maputo, bairro de ocupação espontânea, 2016-----	90
Figura 19: Cidade de Maputo, Torres Rani Hotel -----	91
Figura 20: Cidade de Maputo, delimitação dos bairros de ocupação desordenada-----	93
Figura 21: Cidade de Xai-Xai, Conselho Autárquico-----	95
Figura 22: Cidade de Xai-Xai, Igreja católica-----	95
Figura 23: Cidade de Xai-Xai, antiga Rua João Belo, 1960-----	95
Figura 24: Xai-Xai, Jardim João Belo, 1960-----	95
Figura 25: Cidade de Xai-Xai, delimitação de áreas de ocupação desordenada-----	97
Figura 26: Inhambane- Rua da Rosa, séc. XVIII-----	98
Figura 27: Igreja de Nossa S. da Conceição séc. XXI-----	98
Figura 28: Inhambane, Edifício dos Correios, 1960-----	99
Figura 29: Inhambane, Ponte Cais, finais de 1960-----	99
Figura 30: Inhambane, colégio e liceu, finais de 1960-----	99
Figura 31: Inhambane, Praça da República, 1960-----	99
Figura 32: Cidade de Inhambane, vista da cidade nos anos 1970-----	100
Figura 33: Cidade de Inhambane, delimitação da área de ocupações desordenadas-----	102
Figura 34: Sofala, Fortaleza de São Caetano, 1890-----	105
Figura 35:Cidade da Beira, estrada Sousa Araújo, Bairro da Munhava, anos 1930-----	107
Figura 36: Beira, estação de caminhos de ferro, 1970-----	110
Figura 37: Beira, Casa doa Bicos, 1970-----	110
Figura 38: Beira, Grande Hotel, 1970-----	110

Figura 39: Beira, edifícios da área central, 1970-----	110
Figura 40: Cidade da Beira, delimitação de áreas de ocupação desordenada-----	112
Figura 41: Vista da Vila Pery, 1930-----	113
Figura 42: Vila Pery, estação ferroviária, 1930-----	113
Figura 43: Chimoio, núcleo urbano nos meados da década de 1960-----	114
Figura 44: Chimoio, Edifício Sede do Governo, 2011-----	115
Figura 45: Chimoio, delimitação de uma das áreas de assentamentos informais-----	117
Figura 46: Tete, Fortaleza de São Tiago Maior, 1924-----	118
Figura 47: Cidade de Tete, Catedral de S.Thiago Maior e o entorno, início do século XX-----	119
Figura 48: Cidade de Tete, Hotel Zambeze, 1970-----	118
Figura 49: Cidade de Tete, Ponte, 1970-----	119
Figura 50: Cidade de Tete, Ponte Samora Machel, 2015-----	120
Figura 51: Cidade de Tete, delimitação de uma das áreas de ocupação desordenada-----	120
Figura 52: Quelimane, Praça Mouzinho Albuquerque, 1965-----	122
Figura 53: Quelimane: Avenida Salazar, 1965-----	123
Figura 54: Cidade de Quelimane, vista parcial, anos 1970-----	126
Figura 55: Cidade de Quelimane, delimitação, áreas de ocupações desordenadas, 2018-----	126
Figura 56: Cidade de Pemba, traçado urbano em finais de 1920 e início de 1930-----	127
Figura 57: Cidade de Pemba, rua principal e seus edifícios na década de 1970-----	129
Figura 58: cidade de Pemba, Área Central, 2014-----	131
Figura 59: Cidade de Pemba bairro desordenado, 2014-----	133
Figura 60: Cidade de Pemba, delimitação de uma das áreas de ocupação desordenada-----	135
Figura 61:Cidade de Lichinga nos anos de 1963-----	135
Figura 62: Cidade de Lichinga, habitações, 1964-----	136
Figura 63: Lichinga, Catedral de vila Cabral, 1966-----	138
Figura 64: Lichinga, edifícios de 2 pisos, 1970-----	139
Figura 65: Lichinga, Edificio do Governo-----	139
Figura 66: Cidade de Lichinga, área de expansão desordenada, 2005-----	139
Figura 67: Cidade de Lichinga, delimitação de áreas de ocupação desordenada, 2018-----	139
Figura 68: Moçambique, modelo de Bairro Comunal-----	140
Figura 69: Moçambique, estrutura da política de planejamento urbano-----	141
Figura 70: Elementos estruturantes do espaço urbano-----	145
Figura 71: Nampula — Posto Militar da Macuana, núcleo urbano inicial, 107-1913-----	162
Figura 72: Nampula, Catedral Nossa Sr ^a de Fátima,1950-----	177
Figura 73: Nampula, Catedral, 2017-----	183
Figura 74: Nampula, Hospital Egas Moniz-----	185
Figura 75: Nampula, Colégio N. Senhora das Vitórias-----	185
Figura 76: Nampula, Parque Felgueiras e Sousa-----	186
Figura 77: Nampula: Praça Infante D. Henrques-----	186
Figura 78: Cidade de Nampula, finais da década 1960 e início de 1970-----	186
Figura 79: Cidade de Nampula, vista parcial da ocupação espacial em 1972-----	188

Figura 80: Cidade de Nampula, vista parcial da ocupação do solo urbano, 2008-----	194
Figura 81: Cidade de Nampula, área urbanizada e verticalizada na central da cidade-----	204
Figura 82: Cidade de Nampula, imagem da área urbanizada na zona central-----	205
Figura 83: Cidade de Nampula, habitações nas áreas Semi-urbanizadas-----	206
Figura 84: Nampula, imagem da área Semi-Urbanizada do B. de Muhala Expansão-----	208
Figura 85: Cidade de Nampula, área do condomínio residencial Armindo Gonsalves-----	210
Figura 86: Cidade de Nampula, condomínios horizontais fechados-----	211
Figura 87: Cidade de Nampula, habitação predominante nas Áreas Não Urbanizadas-----	212
Figura 88: Nampula, imagem da área não urbanizada no Bairro de Namutequelua-----	213
Figura 89: Cidade de Nampula, área de mata ou agrícola próximo a montanha-----	215
Figura 90: Cidade de Nampula, delimitação de áreas de ocupações desordenadas, 2018-----	216
Figura 91: Cidade de Nampula, cenário atual d dos lotes nos bairros de ocupação desordenada, 2018-----	230
Figura 92: Nampula, Bairro de Muahivire, rua erodida na área de ocupação desordenada-----	231
Figura 93:Cidade de Nampula, distribuição das habitações bairro de ocupação desordenada---	232
Figuras 94: Nampula, depósito de resíduos sólidos numa rua de um bairro de ocupação desordenada-----	237
Figura 95:Cidade de Nampula, estacionamento de mototaxistas nos bairros desordenados-----	238
Figura 96: Estrutura de um quarteirão triangular - Modelo Moscou Clapeyron-----	243
Figura 97: Nampula, antes das intervenções-----	244
Figura 98:Nampula, cenário Desejado-----	245
Figura 99: Modelo desejado de Estacionamento exclusivo para Motos-----	246
Figura 100: Ilustração do desenho urbano ideal segundo as diretrizes universal-----	248
Figura 101 :Nampula, Mobiliário urbano do Canteiro Central da Avenida Eduardo Mondlane--	249
Figura 102: Cidade de Maputo, Bairro de Chamanculo, espaço público de lazer-----	249

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mundo, Percentagem da urbanização e localização de aglomerações urbanas em 2018--45
Mapa 2: Moçambique, Localização geográfica-----74
Mapa 3:Moçambique, escalas de planejamento territorial-----164
Mapa 4: Cidade de Nampula, Localização da Área de Estudo e Divisão Administrativa-----182
Mapa 5: Cidade de Nampula, área de ocupação ordenada e desordenada 1999-----193
Mapa 6: Cidade de Nampula, Área de ocupação ordenada/semi-ordenada e desordenada-----196
Mapa 7: Cidade de Nampula, índice de contiguidade a partir de 1999- 2015-----198
Mapa 8: Nampula, Uso do solo Urbano, 2014-----203
Mapa 9:Cidade de Nampula, distribuição de fontes de abastecimento de água-----235
Mapa 10: Nampula, principais rotas dos transportes públicos e privados e as respetivas terminais nos bairros de ocupação desordenada-----239
Mapa 11: Cidade de Nampula, distribuição das principais áreas verdes urbanas construídas---241

LISTA DE TABELAS E QUADROS

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Moçambique- População urbana e rural nos senso de 1997-2007-----	76
Tabela 2: Moçambique, dados gerais da região sul-----	78
Tabela 3: Cidade de Maputo, evolução da população,1970-2017-----	92
Tabela 4: Maputo e Matola, População da área metropolitana, 2017-----	94
Tabela 5: Cidade de Xai-Xai, evolução da População, 1970 – 2017-----	96
Tabela 6: Cidade de Inhambane, evolução da população, 1970 – 2017-----	101
Tabela 7: Moçambique, dados gerais da Região Centro-----	103
Tabela 8: Cidade da Beira, evolução da população, 1970- 2017-----	111
Tabela 9: Cidade de Chimoio, evolução da população, 1970 – 2017-----	116
Tabela 10: Cidade de Tete, evolução da população, 1970 – 2017-----	121
Tabela 11: Cidade de Quelimane, evolução da população, 1970 – 2017-----	128
Tabela 12: Moçambique, dados gerais da região norte-----	130
Tabela 13: Cidade de Pemba, evolução da População, 1970-2017-----	134
Tabela 14: Cidade de Lichinga, evolução da população 1970- 2017-----	140
Tabela 15: Cidade de Nampula, crescimento da População, 1970 – 2017-----	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz FOFA-----	29
Quadro 2: Cidade de Nampula, análise dos Pontos Fortes e Fracos nos bairros desordenados---	219
Quadro 3:Cidade de Nampula, síntese da análise das Oportunidades e Ameaças nos bairros desordenados-----	220
Quadro 4: Cidade de Nampula, localização das áreas verdes urbanas construídas-----	240

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Mundo, perspectivas de crescimento urbano no mundo 1950 – 2050-----	46
Gráfico 2: Mundo, Urbanização em 1980, 2000, 2020-----	47
Gráfico 3: Mundo - Taxa de urbanização 1950-2030-----	48
Gráfico 4: Mundo, Percentagem da População Urbana vivendo em subúrbios 1990 – 2014-----	50
Gráfico 5: Moçambique, evolução da população 1951- 2020-----	75
Gráfico 6: Cidade de Nampula, condição de posse das habitações nos bairros desordenados----	226
Gráfico 7: Cidade de Nampula, tipo de material de construção nos bairros desordenados-----	227
Gráfico 8: Cidade de Nampula, principal fonte de água nos bairros de ocupação desordenada--	233
Gráfico 9: Cidade de Nampula, sistema de saneamento básico-----	236

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTO.....	v
RESUMO	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE MAPAS	xii
LISTA DE TABELAS E QUADROS	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
 INTRODUÇÃO	18
 1. O ESPAÇO URBANO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	34
1.1 O espaço urbano na perspectiva da Geografia Urbana.....	34
1.2 Urbanização e Crescimento urbano.....	41
1.2.1 Formas de expansão urbana	51
1.2.2 Dinâmica da expansão urbana.....	56
1.3 Estrutura interna das cidades.....	60
1.3.1 Modelos de representação da estrutura interna das cidades	67
1.3.1.1 Modelo Anéis Concêntricos (Ernest Burgess)	67
1.3.1.2 Modelo dos Setores da cidade de Homer Hoyt	68
1.3.1.3 Modelo de Núcleos Múltiplos/ Poli nuclear de Harris e Hullman	69
1.3.1.4 Modelo de cidade de África Subsaariana	71
 2. URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM MOÇAMBIQUE	73
2.1 Enquadramento do território moçambicano no mundo.....	74
2.2 Principais cidades contemporâneas de Moçambique e o seu desenvolvimento	76
2.2.1 Principais cidades da região sul	78
2.2.1.1 A Cidade de Maputo	78
2.2.1.2 A Cidade de Xai – Xai	94
2.2.1.3 A Cidade de Inhambane	98

2.2.2 Principais cidades da região centro	103
2.2.2.1 A Cidade da Beira	104
2.2.2.2 A Cidade de Chimoio.....	113
2.2.2.3 Cidade de Tete.....	118
2.2.2.4 A Cidade de Quelimane	124
2.2.3 Principais cidades da região Norte	130
2.2.3.1 A Cidade de Pemba.....	131
2.2.3.2 Cidade de Lichinga.....	137
 3. CONTEXTO DAS POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE	148
3.1. Políticas atinentes a gestão urbana em Moçambique	148
3.2 Papel dos principais regulamentos urbanísticos em Moçambique	157
3.2.1 Regulamento do Solo Urbano	158
3.2.2 Lei do Ordenamento Territorial	159
3.2.3 Préstimos e eficácia dos principais instrumentos urbanísticos moçambicanos	166
3.2.3 Os instrumentos urbanísticos na solução de problemas das cidades moçambicanas	168
3.2.4 Limitações dos principais regulamentos de gestão urbana.....	171
3.2.5 Adversidades relacionados a ocupação do solo urbano em Moçambique.....	177
 4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE NAMPULA NA PERSPECTIVA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO	181
4.1 Breve historial do crescimento urbano e suas tendências	183
4.2 Tendências de crescimento e expansão da cidade de Nampula finais do século XX e início de XXI.	188
4.3 Expansão, novas formas urbanas e reestruturação da cidade	192
4.3.1 A elaboração do primeiro Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula	199
4.3.2 Estrutura interna da cidade de Nampula.....	202
4.4 Análise da matriz F.O.F.A e proposição de cenários para os bairros desordenados	218
4.4.1 Proposição de Cenários	229
4.4.1.1 Cenário atual	229
4.4.1.2 Cenário Desejado	242
 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	252
Recomendações.....	260

BIBLIOGRAFIA.....	265
APÊNDICE 1: ENTREVISTA AOS MORADORES DOS BAIRROS DESORDENADOS	295
APÊNDICE 2- ENTREVISTA AOS SECRETÁRIOS DOS BAIRROS	297
ANEXO 1: PLANO DO MAJOR JOSÉ ANTÓNIO DE ARAÚJO, 1877	298
ANEXO 2: PLANO ARAÚJO ENTRE 1886 - 1887.....	299
ANEXO 3: PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES, 1947-1955	300
ANEXO 4: PROJETO DE LOTEAMENTO DA BEIRA, 1898	301
ANEXO 5: DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE CHIMOIO.	302
ANEXO 6: PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE QUELIMANE, 1950.....	303
ANEXO 7: PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VILA CABRAL, 1932	304
ANEXO 8: PARTE DA PLANTA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NAMPULA QUE CONTEMPLAVA O ESTÁDIO SALAZAR, 1950	305
ANEXO 9: PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NAMPULA, 1962	306

INTRODUÇÃO

O território moçambicano viveu um processo de urbanização que se pode considerar tardio, se tomarmos em conta que as primeiras cidades surgiram lá mais de 3500 anos a.C., as cidades-estados da Mesopotâmia são exemplos dessa gênese (ARRUDA 1993, BENEVOLO, 1993). Mas, o processo de urbanização contemporânea teve início só no século XVIII, como consequência da Revolução Industrial na Europa, a partir desse acontecimento exacerbaram-se os problemas urbanos. É por essa razão que Santos (1981) enfatiza que é um processo moderno que se seguiu após a Revolução Industrial com o advento do Capitalismo europeu em finais do século XVIII se estendeu aos países da América Latina, Ásia e África nos séculos seguintes e ocorreu de uma maneira mais rápida e precária.

É nessa sequência destes acontecimentos que a urbanização nos países considerados em subdesenvolvidos como os da África se dá de uma forma acelerada e rápida, contrariamente à Europa, que foi lenta. Esta afirmação é tem sustentação em estudos pelo BAD/OCDE/PNUD (2016) indicam que o processo de urbanização na Europa levou séculos, em África esse processo ocorreu em décadas, quer dizer que as transformações ocorridas na urbanização africana levaram quase metade do tempo da Europa. Ainda de acordo com World Bank (2017), considera-se mais de 50% da população mundial vive nas áreas urbanas, mas, nos países africanos subdesenvolvidos, verifica-se uma grande correria por parte da população, por lado por causa dos conflitos armados e por outro pela falta de condições no meio rural, em busca de forma desesperada de oportunidades nas cidades.

Entretanto, a UN-HABITAT (2013), descreve que a maior parte das capitais dos países africanos encontra-se superpovoadas, cidade caracterizada por áreas desordenadas, sem infraestruturas básicas de saneamento, habitação precária, falta de estrada, água encanada, mercados informais em qualquer lugar de uma forma generalizada.

Portanto, esse cenário de urbanização de vários países de África é semelhante ao processo que se verifica em Moçambique, para além de ser considerada tardia, se intensificou nas últimas cinco décadas e, como principal reflexo disso, apresenta vários problemas de igual modo, dos indicados para o continente africano.

A tese tem como tema "urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planejamento urbano na ocupação do espaço". O trabalho efetua uma abordagem

geral do processo de urbanização no território moçambicano, descrevendo o desenvolvimento principais cidades moçambicanas, contextualizando as políticas e os instrumentos de planejamento urbano neste território. Em termos de delimitação de espaço e tempo, o tema tem como enfoque a análise do processo de produção do espaço urbano na cidade de Nampula, entre os anos 1998 - 2018, com base nas diretrizes do Plano de Estrutura Urbana (PEU).

Como justificativa, da escolha do tema, importa referir que as questões atinentes a urbanização no mundo contemporâneo vem recebendo uma atenção especial de vários organismos internacionais como a UN-HABIT, UNESCO, Banco Mundial, Cityes Alliance, OMS, FNUAP, o movimento de “Smart Cityes” (“Cidades Inteligentes”) ganhou força nos últimos anos. Há uma preocupação crescente com os assuntos que dizem respeito com a urbanização a nível mundial e em especial, a urbanização nos países em vias de desenvolvimento.

Está preocupação também já faz parte das agendas nacionais de vários países africanos, como é o caso de Moçambique, constatando a crescente expansão urbana e o aumento das áreas de assentamentos desordenados, tem surgido estudos, debates, seminários que tende a apresentar reflexões profundas acerca dos problemas urbanos nas cidades moçambicanas. Portanto, no âmbito mundial, se justifica a importância de realização deste trabalho na cidade de Nampula, porque, a cidade não é uma parte isolada de Moçambique, de África e muito menos do mundo todo. Ela é uma área local que pertence a uma globalidade. Então os resultados que surgem desta investigação são úteis, e podem servir de exemplo para resolução de problemas idênticos em cidades com mesmas particularidade Por isso, as razões que levaram a escolha de Nampula como área de estudo, dentre outros motivos, é pelo simples fato de fazer parte de uma região geográfica do planeta Terra, onde grandes problemas locais se forem não solucionados, podem ter efeitos globais.

Por outro lado, no âmbito nacional, Nampula é a terceira maior cidade moçambicana, que teve um aumento demográfico e expansão da área urbanizada em meio de tantos bairros de ocupação desordenada. A cidade é uma das que apresenta os maiores problemas urbanos resultantes das ocupações desordenadas. Então, a partir de respostas dessa investigação desperta atenção as outras cidades que tem um crescimento idêntico para tomarem algumas medidas de precauções atinentes a sua expansão urbana.

Destacar também que a escolha dos bairros de ocupação desordenada foi pelo fato de serem neles onde se verificam com maior intensidade o fenômeno de ocupação desordenada também pelas constantes transformações que ocorrem na paisagem dos mesmos. Nesse sentido, um dos

espaços urbanos que vêm passando por transformações constantes com a substituição de áreas de mata por construções novas.

No que concerne à motivos intrínsecos do autor, é a cidade que nasceu, cresceu, aprendeu, passou diversos momentos da sua vida infantil, adolescência e a fase adulta, teve a oportunidade a partir das escolas dessa cidade, estudar e se formar, ingressar na carreira docente. Durante toda essa trajetória da vida social e académica despertam sobre os problemas urbanos da cidade onde vive. Aprofunda esses problemas através de vivências em outras realidades no mundo sobre cidades sustentáveis. As leituras deram um "abrir de olhos" que algo não está bem na urbanização da cidade de Nampula, pois os problemas urbanos arrolados nas cidades africanas, em Moçambique e na cidade de Nampula, são da vivência do autor.

Então, este assunto, tratando-se de uma pesquisa científica, envolve um autor que narra os factos como se tratasse de um "narrador participante", que conta uma história em que ele é uma das personagens, ainda por cima, personagem principal. Porém, é nesta perspectiva que a pesquisa é muito importante para o autor. Mais como este autor faz parte de uma comunidade, se os problemas que envolvem o meio onde o autor vive forem solucionadas, logicamente que se estará também a resolver os problemas de toda uma comunidade em que ele faz parte, esta pesquisa apresenta quase a mesma natureza de um olhar geográfico que parte de uma experiência vivida à pesquisa..

É uma pesquisa que traz um grande contributo para a comunidade académica, visto que, apesar de Moçambique no geral e a cidade de Nampula em particular existirem vários problemas relacionados ao urbanismo, esses assuntos são pouco tratados na esfera socioeconômica, política e acadêmica. Então a informação contida neste estudo terá um forte impacto na conscientização das questões dos problemas urbanos, não só em Nampula em particular, mas, em Moçambique no geral e poderá até impactar sobre o mundo.

A escolha dos limites temporais de análise 1998 -2018, é pelo fato de 1998 ser o ano que iniciou a governação municipal democrática em Moçambique, com a eleição do primeiro governo municipal democraticamente eleito, a promulgação da LOT em 1997. Este foi o primeiro ano após a aprovação e entrada em vigor da Lei das Autarquias Locais (LAL), Lei nº 2 de 18 de fevereiro de 1997, que corresponde, a um novo marco atinente à questão de planejamento e gerenciamento urbano, ou seja, uma nova fase da administração das cidades, em que, dentre os vários deveres introduzidos, os gestores têm a obrigação de elaborar planos de gerenciamento urbano e, caso não

o fizerem, são responsabilizados juridicamente. Ainda passam a ter autonomia administrativa e financeira para elaborar esses instrumentos de planejamento urbano à luz da lei que rege, ficando sujeitos a fiscalização das suas ações pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública-MAEFP. O ano de 2018, é o ano que em nível local e nacional se realizou a 5^a Eleições Municipais no país e também a 5^a eleição na autarquia de Nampula, e foi também o ano da realização do trabalho de campo da pesquisa.

A problemática levantada neste trabalho parte do processo de urbanização contemporânea em Moçambique, isto quer dizer que a produção do espaço urbano neste território é controversa, numa altura em que se elaboram políticas ligadas as questões urbanas e seus instrumentos de gerenciamento. É nessa tendência, que se intensifica o processo de expansão urbana, por meio de ocupações desordenadas do uso do solo, o que tem sido um dos principais fatores da pobreza urbana e exacerbação das desigualdades sociais em Moçambique. Isto é, verifica-se de um lado uma cidade ordenada, com todas infraestruturas básicas, e por outro, um subúrbio desordenado e precário com falta de infraestruturas básicas, escassez de água, eletricidade, escolas, hospitais e vias de acesso, prática de comércio informal inundados de produtos mais baratos e de origem duvidosa, exposto ao chão, constituindo um verdadeiro cenário imundo. Esta situação urbana é comum nas principais cidades Moçambicanas, o que difere, é que um possa ser pior que o outro.

Portanto, a cidade de Nampula, local de estudo, não é uma exceção, pelo contrário, é o centro urbano que mais cresceu em termos demográficos e expandiu a sua área urbana, majoritariamente constituídas por ocupações desordenadas, com a falta de infraestruturas de saneamento básico, gestão dos resíduos domésticos, falta de vias de acesso, o que constitui grande desafio sem resposta visível a curto, médio e longo prazo e uma ameaça à saúde pública.

Perante esta situação urbana da cidade de Nampula, nota-se por um lado que os mecanismos institucionais são normalmente frágeis na execução e controle da aplicação dos instrumentos de planejamento urbano, as leis atinentes ao uso e ocupação do solo urbano abrem brechas para as ocupações desordenadas e, por último, os fatores sociais-culturais ou o analfabetismo negligênciam o conhecimento da importância de uma urbanização ordenada.

Na contemporaneidade, os centros urbanos de diversas cidades moçambicanas sofrem cada vez mais com a expansão de bairros desordenados. O grande problema é que, mesmo com a criação de instrumentos de planejamento urbano, o processo de expansão urbana das cidades

Moçambicanas resultou numa configuração urbana caracterizada por desequilíbrios que dão origem as áreas de bairros desordenados.

O segundo aspecto está relacionado à maneira como o Estado atua para o enfrentamento dos desafios impostos pelo crescimento urbano em Moçambique, a prática nos mostra que é recorrente a existência de um planejamento urbano sem estratégias e instrumentos de ação concretos. Fato claramente exemplificado pela elaboração de planos que dificultam a conexão entre as diretrizes propostas.

Portanto, se evidencia a necessidade de uma abordagem mais ampla sobre os usos do solo urbano. Neste sentido, a pesquisa se propõe a colocar os instrumentos de planejamento urbano no foco da atenção quanto ao seu papel na existência de direcionamentos em relação as ocupações desordenadas, que surgem no âmbito da formação de novas áreas de expansão urbana na cidade de Nampula.

Assim, no sentido de compreender o papel do planejamento, ou sua ausência, para a construção do espaço urbano a cidade de Nampula foi escolhida como área da pesquisa, sendo o recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1998 a 2018. Leva-se em consideração que as principais alterações ocorridas no espaço urbano nampulense se consolidaram com as mudanças estruturais ocorridas nas duas últimas décadas passadas.

A ausência de propostas de planejamento, ações concretas e articuladas para a cidade de Nampula, aliada à fragilidade na execução dos planos presentes na gestão urbana, intensificados pelo baixo capital social existente e as interferências de processos políticos no contexto municipal e provincial, distanciam a resolução de problemas urbanos atuais da cidade de Nampula, inviabilizando o vislumbrar de soluções de curto e médio prazos que promovam o planejamento urbano.

Neste contexto, busca-se entender o papel dos instrumentos de planejamento urbano como principal articulador do processo de ocupação e expansão urbana da cidade de Nampula e dos elementos que o influenciam. A este papel, associa-se o fato de que a configuração espacial da cidade demandar processos de reestruturação que envolvem o fortalecimento das infraestruturas urbanas.

Entre os instrumentos de atuação do poder público na produção do espaço, foram escolhidos como objetos do estudo o Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula – PEUCN analisado com relação ao nível de articulação entre as suas diretrizes, no que concerne à formação de áreas

de expansão, ocupação do solo urbano. O Regulamento do Solo Urbano, que preconiza a elaboração de Planos micro que atuam sobre a organização espacial do solo urbano, como elemento chave no processo de desenvolvimento das cidades moçambicanas, constituem-se em matérias estruturantes diretamente relacionadas com a expansão urbana e ocupações desordenadas, assim, surgiu a seguinte indagação:

- Quais as influências dos instrumentos de planejamento e gestão urbana na configuração do espaço da cidade de Nampula?

Assim, a hipótese apresentada é: ineficácia dos instrumentos de planejamento urbano na cidade de Nampula contribuiu para o surgimento dos bairros de ocupação desordenada, aliado a incapacidade de fiscalização na implantação de infraestruturas e “brechas” na lei do ordenamento territorial e o regulamento do uso do solo urbano, que não penaliza de forma a desencorajar as ocupação irregular do solo urbano.

O trabalho tem como objetivo geral: analisar a performance dos instrumentos de planejamento e gerenciamento na produção do espaço urbano contemporâneo em Moçambique, focando nas políticas e instrumentos adotados na (re)estruturação de infraestruturas nos bairros de ocupações informais na cidade de Nampula. E para dar conta de se atender este objetivo, propõe-se como objetivos específicos:

- ✓ Descrever alguns aspectos da urbanização no mundo contemporâneo, destacando o continente africano;
- ✓ Explicar o processo de urbanização contemporânea em Moçambique, tomando como base as principais cidades;
- ✓ Contextualizar o desenvolvimento das políticas e instrumentos de planejamento urbano em Moçambique;
- ✓ Analisar o processo de produção do espaço da cidade de Nampula, enfocando as áreas de ocupação desordenadas no período de 1998 a 2018, tendo como base nas diretrizes do PEUCN.

Como procedimentos metodológicos, para a realização do estudo, tomamos como base a análise da Geografia Histórica Urbana (GHU) como ferramenta analítica para o tratamento do material empírico proveniente de diversas fontes.

De acordo com Vasconcelos (2009) a GHU é responsável em primeiro lugar em estabelecer uma longa periodização urbana examinando continuidades e rupturas da história urbana, buscando

das fontes primárias e secundárias existentes a informação mais importante do que ocorreu na cidade na escala local, regional, nacional e internacional que diretamente tenham impactado sobre a evolução urbana, considerando as questões espaciais, econômicas, políticas, sociais, ideológicas e culturais, etc. Em segundo, ainda, examina os agentes internos e externos que contribuem para a configuração da cidade tendo em conta o tempo de análise. E por último, faz o exame do desenvolvimento urbano espacial tendo como base a cartografia original que se complementa com as fontes secundárias e primárias.

Com esta análise foram examinados os vetores principais de expansão urbana desordenada da cidade de Nampula, enfocando a opção das transformações espaciais, privilegiando as mudanças ocorridas em certas partes da cidade, expondo um caráter mais geográfico do que histórico ao estudo.

Está, não é uma análise genuinamente histórica, mas, sim geográfica, é dessa forma que Ferro (1986) diferencia o enfoque da Geografia no exame de factos passados, como acontecimento que nos possibilita especificar as interferências históricas que contribuíram para a gênese e desenvolvimento urbano ao longo de um período temporal. Acrescenta Silva (2007) demonstrando a diferenciação entre a Geografia Histórica e a História verdadeira que consiste no ponto de vista da periodização, não existe na abordagem da Geografia Histórica uma divisão coerente entre passado e presente, sendo o papel dela, descrever as mudanças na paisagem e compreender as mudanças históricas do fenômeno geográfico.

É nessa ótica que Abreu (2003) considera o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações passíveis de investigação, no sentido que as cidades são acumulações de acontecimentos ocorridos no tempo e os processos sociais, ocorrem nas cidades que se agrupam com o tempo que dão sentido à morfologia aí presentes.

Então se afirmamos que a Geografia Humana é um ramo que examina as relações Homem-Natureza ao longo do tempo, (Pires, 2008) este mesmo autor, considera que a Geografia Histórica consiste na aplicação do método geográfico para a descrição de um período do passado histórico para o estudo da origem e desenvolvimento do espaço urbano destacando que os elementos da morfologia urbana não se configuram simultaneamente.

Assim, recorrendo a análise da GHU foi possível obter várias informações: Dados estatísticos e materiais cartográficos, tanto digitais quanto impressos. No que se refere aos dados estatísticos, as informações foram obtidas a partir de levantamento em fontes secundárias, bancos

de dados disponibilizados por instituições como o INEM (Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique), levantamento de dados primários, junto ao Conselho Municipal de Nampula e trabalhos de campo.

A Base de dados estatísticos feita obtida a partir dos Anais dos Censos Demográficos de 1980, 1997, 2007 e 2017 do INEM, disponibilizara informações que contribuíram para o diagnóstico e análise tanto do território nacional no geral, assim como da cidade de Nampula em particular, isto é, existem vários dados em diferentes recortes espaciais, desde o território, as grandes regiões de Moçambique, sobre as províncias, os municípios até se chegar as microrregiões que correspondem aos bairros analisados.

No levantamento censitário de 2007 e 2017, que apresenta dados estatísticos sobre habitação, saúde, e outras para todos os municípios do país, com esta informação foi é possível avançar e confrontar os dados com a pesquisa de campo.

Para esta pesquisa, utilizamos algumas variáveis censitárias, como edificações que contribuem para apreender os tipos de usos predominantes o tipo de edificações (habitações) que permite visualizar em quais áreas de expansão tem se verificado uma maior intensificação da ocupação urbana desordenada.

Vale ressaltar ainda, outros órgãos que também disponibilizaram dados importantes para a pesquisa como CDS-ZU (Centro de Desenvolvimento Urbano- Zonas Urbanas), CMCN (Conselho Municipal da Cidade de Nampula) tais fontes foram importantes para obtermos informações complementares no que se refere, por exemplo, às interações espaciais e à localização das áreas de expansão desordenada.

Como nem todas as informações estavam disponíveis nas bases de dados mencionadas anteriormente ´no entanto, não foi possível obter todas as informações desejadas, principalmente a base cartográfica, pois muitas informações referentes aos mapas, plantas antigas desapareceram ao longo do tempo no município de Nampula.

De forma geral, estes levantamentos permitiram o acesso a dados como déficit habitacional, número e localização dos novas infraestruturas residenciais, zonas de ocupação desordenada, planos setoriais, bem como aspectos referentes à legislação e políticas que interferem na expansão territorial urbana ou reconfiguração das formas urbanas, além de permitir que se observe o processo de estruturação e reestruturação urbana da cidade de Nampula.

O Material Cartográfico foi majoritariamente obtido a partir de estudos feitos sobre a cidade de Nampula sob financiamento da Organizações da Nações Unidas como a UN-HABITAT, USAID, UNICEF, Projeto CITIE ALLIANCE e o IHF.

Ainda no que se refere à representação espacial, cabe destacar que, assim como os dados estatísticos, foram disponibilizados mais materiais cartográficos, inclusive de forma gratuita. As imagens de satélite de alta resolução espacial disponibilizadas pelo Google® pelos sistemas Google Maps e Google Earth. Algumas imagens dessas fontes, principalmente aquelas de alta resolução espacial, foram utilizadas nesta pesquisa para demostrar as diferentes configurações espaciais que cidade apresenta no âmbito da (re) produção do espaço urbano.

Tais imagens são importantes para a análise da evolução da forma urbana das cidades moçambicanas no geral e de Nampula em particular, disponíveis em uma série histórica que contempla até os últimos dez anos que facilitam a compreensão da expansão urbana e a evolução dos bairros desordenados

A Revisão bibliográfica consistiu no levantamento e análise de material técnico já publicado sobre o tema de estudo: através de livros, artigos em revistas científicas, sites especializados e jornais, foi possível ter informação sobre o processo de urbanização em Moçambique e da cidade de Nampula. Vários estudos acadêmicos que enfatizam a importância do referido tema. Dentre esses destacam-se Lobato (1966), Fernandes e Janeiro (1998), Pereira (1998), Roque (2009) - estudam a terra e territórios nos impérios ultramarinos Europeus esses fazem uma abordagem mais focalizada sobre os núcleos urbanos coloniais em Moçambique. Meneses (2000), Iglesias (2004) identificam locais de povoamento que correspondem a atuais centros urbanos ao longo da colonização. Bruschi e Lage (2005), Carrilho (2005) descrevem a organização e reorganização do espaço urbano antes da ocupação portuguesa em Moçambique, do período colonial até à independência. Nas suas abordagens identificam os elementos da história urbana das cidades moçambicanas, com enfoque para habitação, uso do solo, formas de apropriação e o que tem em comum nos assentamentos informais existentes.

No período pós independência (a partir de 1975) surgem vários estudos sobre a forma urbana de Moçambique, como de Ferreira (1982), Araújo (1993; 1995; 2003), apresentou o estudo sobre os espaços urbanos em Moçambique. Raposo (1999), Mendes (2012) enfocam os problemas urbanos atinentes ao estudo da morfologia urbana. Macucule (2010) trouxe valiosa contribuição

acerca desafio que se coloca às políticas urbanas é também de mitigar os efeitos nefastos da expansão urbana e capitalizar as suas oportunidades.

As áreas de expansão periférica das cidades foram abordadas por Jenkins (1991; 1992; 1993) nos seus estudos urbanos e aspectos socioeconômicos em Moçambique, ainda, faz uma reflexão sobre os impactos da colonização sobre o surgimento das áreas de ocupação desordenada

Forjaz (1985; 1999 e 2005) foi determinante no estudo da situação urbana em Moçambique, primeiro fez estudos sobre a questão da habitação e o planejamento urbano em Moçambique, argumentou sobre as formas dos instrumentos de planejamento urbano que se devem adequar as condições do espaço tendo em conta as capacidades e recursos existentes. Este autor ainda investigou sobre as formas de melhoramento para espaços urbanos desordenados, propondo medidas concretas para as áreas "informais" recorrendo às condições locais. Ainda com DINAPOT e MICOA (2006) Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT) Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) aprofundaram estudos sobre Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção.

Também Anjos (2009) aborda a questão da reabilitação de áreas urbanas "informais" em Moçambique, fazendo uma análise dos problemas das áreas urbanas informais e propõe algumas intervenções aplicadas no mundo em geral que podem ser úteis para Moçambique.

Daí, surge a da questão de sustentabilidade urbana foi também enfocada por outros autores como Rosário (1999) e Guedes (2011), estes propõem nas suas análises urbanas em Moçambique a questão da revisão de modelos de intervenção urbana ajustados aos meios e técnicas e a cada realidade local.

Dentro desse contexto todo do formal e informal, da negação da sua existência ou não, como aponta Maloa (2016). Este autor, apresentou uma proposta de interpretação da urbanização moçambicana contemporânea, que se manifesta cada vez mais, como dual na paisagem. Este é o panorama resumido dos estudos urbanos em Moçambique no geral.

E para a cidade de Nampula existem alguns estudos interessantes que foram usados para sustentar este trabalho, começando por dos trabalhos de Lopes, Araújo e Herminde (1995), traçaram um perfil para a cidade de Nampula, Araújo (2003, 2005), ao tratar a cidade de Nampula como rainha do norte de Moçambique, devido à sua grandeza e importância social e econômica na região, nessas obras o autor faz um descrição geral da cidade de Nampula, enfocando os aspectos

físico geográficos e socioeconômicos, Baia (2004) mostra o caráter rural das áreas de ocupação informal. A obra da IHS, *Institute for Housing and Urban Development Studies of Erasmus University Rotterdam* (2017), intitulada urbanização em Moçambique: avaliando atores, processos e impactos do crescimento urbano. Este estudo visa compreender o processo de expansão urbana e as relações entre os diferentes atores, bem como seus impactos. Os Censos Demográficos de 1980, 1997, 2007 e 2017 em dados apresentados pelo INEM, foram usadas como fonte. Sem esquecer de estudos patrocinados pelo UN-HABITAT, USAID, *Cities Alliance* foram importantes fontes de consulta para materialização deste trabalho. Essas obras ou estudos foram amplamente utilizados como referências bibliográficas para o desenvolvimento desta tese e que alguns resultados entram em consonância com esses trabalhos.

A informação sobre as políticas urbanas foi obtida a partir de diversos Órgãos do Governo de Moçambique em diversos sites eletrônicos, Boletins da República onde aparece a informação atinente a legislação. Os documentos de planejamento urbano e outros documentos oficiais relacionados a urbanização foram obtidos a partir de órgãos do Governos Municipal de Nampula como os Planos de Estrutura Urbana, Planos setoriais, despachos, buscou-se extrair informações dos relatórios técnicos que tivessem alguma relação com o tema.

Depois do trabalho de gabinete, realizou-se o Trabalho de campo que consistiu na visita ao município e a outros órgãos públicos e privados e as áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula, para colher informação a partir da técnica de observação direta, com auxílio de uma câmera fotográfica, foi possível obter muita informação adicional nessas áreas. E foram feitas as entrevistas com os moradores dos bairros desordenados e os seus representantes. O objetivo destas visitas aos bairros e entrevistas, a princípio, foi de obter informações relativas à cidade, além de conhecer a realidade dos bairros informais na perspectiva dos residentes poder público local. Foi observado tipo de uso e ocupação do solo, tipo de habitação predominante, vias de acesso, existência de lotes demarcados, quarteirões nos diferentes setores expandidos da cidade.

Dessa forma, em Nampula entrevistamos 10 Secretários e 190 moradores que fazem parte da população residente nessas áreas de ocupação desordenada, intervenientes diretos no processo, sendo uma amostra de 200 sujeitos.

A pesquisa foi feita tendo em conta um universo de 743.125 habitantes, correspondente ao número da população da cidade de Nampula (Dados Preliminares do Censo de 2017). Esta informação poderia ser feita com o número da população selecionada nos 10 bairros, mas, não foi

possível, porque os dados referentes a população de cada um dos bairros selecionadas constituídos por ocupações desordenadas, ainda não estavam disponíveis até a data do trabalho de campo que foi efetivada nos meses de novembro e dezembro de 2018.

Como já foi referenciado, foi selecionada uma amostra de 200 pessoas residentes em 10 bairros constituídos por assentamentos de ocupação desordenada, conforme o cálculo feito a partir do software SOLVI. que a partir do conhecimento da população descobrimos esse tamanho da amostra, cuja margem de erro foi de 5% e a confiabilidade foi de 90%, conforme seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 p(1-p)}{\epsilon^2}$$

Para uma população de 743.125 pessoas, com 90% de confiabilidade e 5% de erro admissível (margem de erro)

n= 200

Amostra = 200 indivíduos

Na análise dos resultados se usou a matriz F.O.F.A, também conhecida por análise SWOT ou FOFA, um instrumento utilizado no Planejamento Estratégico que permite realizar análise da informação de forma breve e sistemática, diagnóstica as potencialidades e os problemas de um determinado território ou setor de atividades e, ao mesmo tempo, permite evidenciar as estratégias de desenvolvimento nos assuntos principais (GONSALVES, 2014).

Por outro lado, Rezende (2008) acrescenta que ela consiste num conjunto de análises do ambiente externo e interno, apresentando forças e fraquezas, oportunidades e ameaças que possibilitam a orientação e formulação de estratégias, de modo a capitalizar as oportunidades e pontos forte e enfrentar as ameaças e os pontos fracos.

Portanto, tomando em consideração elementos da morfologia urbana identificados, no espaço urbano das áreas de ocupação desordenada da cidade de Nampula, onde, os fatores internos (pontos fortes e fracos) e fatores externos (oportunidades e ameaças), são apresentados, como no exemplo do quadro 1.

Quadro 1: Matriz F.O.F.A

SWOT / FOFA	POSITIVO	NEGATIVO
	Forças/Pontos fortes	Fraquezas/ Pontos fracos
Análise interna	Aproveitar o máximo do potencial	Superar fraquezas
	Oportunidades	Ameaças
Análise externa	Explorar oportunidades	Neutralizar ameaças

Fonte: GONSALVES (2014); Org.: MUACUVEIA 2018,

Portanto, nesta análise, as fraquezas (pontos fracos) e forças (pontos fortes) de acordo com Gonsalves (2014) são atributos intrínsecos, de caráter estático e, frequentemente, estrutural que se manifestam da seguinte forma:

- *Fraquezas/ Pontos fracos* - são os aspectos que mantém o sistema urbano em déficit constituem fatores internos negativos que influenciam o seu desempenho, embora pareçam difíceis de mudar, você pode monitorá-los;

- *Forças/ Pontos fortes* - são os fatores internos positivos que influenciam o sistema urbano, que tal e qual como as fraquezas, embora pareçam difíceis de mudar, é possível controlá-los, ao mesmo tempo colocam em evidência atributos que deixam o sistema urbano mais competitivo em relação a outros (GONSALVES, 2014).

No que se refere a ameaças e oportunidades, para Martins (2007) estão normalmente associadas com fatores externos ao sistema urbano, normalmente conjunturais, muitas vezes dependentes de políticas públicas, que se manifestam da seguinte maneira:

- *Ameaças* - são fatores externos que podem impactar negativamente o sistema urbano, normalmente eles fogem ao seu controle, mas se pode elaborar um plano de contingência para minimizar possíveis danos ao sistema urbano;

- *Oportunidades* são fatores externos que podem impactar positivamente o sistema urbano, eles fogem ao controle, mas podemos escolher aproveitá-los para transformar as ameaças e reverter as fraquezas (MARTINS, 2007). Esta descrição funcional da análise FOFA é resumida na matriz do quadro.

Trata-se de uma abordagem da Metodologia de Planejamento Estratégico aplicados as áreas de ocupação desordenada da cidade de Nampula. Primeiramente foi elaborada uma matriz de análise FOFA onde são identificados os pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças, baseadas a partir de entrevistas realizadas com os intervenientes dessas áreas desordenadas. Seguidamente, são apresentados alguns cenários para os bairros de ocupação desordenadas que consistem em:

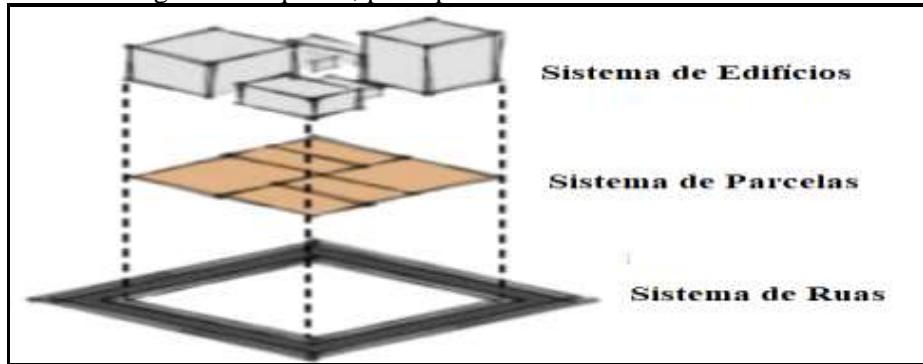
- a) A Falta de Intervenção - Se não haver ação nem atividade, isto quer dizer, se nada for feito para contrariar essa tendência das áreas desordenadas;
- b) A Pretensão de proporcionar à que sejam efetivadas ações concretas que visem intervir na resolução desses problemas constatados nos bairros de ocupação desordenada.

Neste capítulo, se apresenta as orientações que elucidam o papel da análise FOFA, no sentido de demonstrar essa relevância metodológica aplicada as áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula, promovendo possíveis melhorias principalmente sua na estrutura física.

No entanto, nesse instrumento de planejamento estratégico (Matriz FOFA) são identificados elementos da forma urbana, de acordo com os conceitos de Mesquita (2008) e Oliveira (2016), dividem a forma urbana em três principais elementos que são:

- ✓ Sistema de Edifícios, corresponde ao conjunto de áreas construídas, públicos ou privados, correspondente a todas as construções existentes em um determinado lote;
- ✓ Sistema de Parcelas é um dos mais importantes elementos processo de urbanização que separa e delimita o domínio público do privado. Conjunto de lotes que formam os quarteirões;
- ✓ Sistema de Ruas é o elemento mais estável do tecido urbano, pois que as ruas são responsáveis pelo traçado dos quarteirões e distinção dos domínios público ou privado acessíveis para as populações e lugar principal de práticas sociais urbanas. (conforme esquema da figura 1)

Figura 1: Esquema; principais elementos da forma urbana



Fonte: OLIVEIRA (2016)

Dessa forma, se fez a avaliação das informações atinentes as áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula, que deu suporte a análise FOFA e apresentação dos cenários, a partir da especificação de alguns desses elementos constituintes da forma urbana. Foram considerados os elementos morfológicos e o princípio metodológico norteador foi o Planejamento Estratégico.

Os elementos da morfologia urbana que compõe a Matriz FOFA e os cenários desenvolvidos para as áreas de ocupação desordenada, a partir de sua urbanização contemporânea da cidade de Nampula são:

- a) *Lote*: é o elemento interconectado ao solo é o espaço onde se coloca o edifício e a ele está condicionado e define a forma da cidade (LAMAS,1993);

- b) *Traçado da rua*: é um elemento que combina o arranjo e organização das edificações e dos quarteirões, conecta os diferentes espaços com outras áreas do centro urbano, parecendo a gênese do território, estabelecendo a relação mais direta de assentamento entre acidade e o território (CULLEN, 2006);
- c) *Quarteirão*: é uma série de edificações agrupados entre, que perfazem um sistema fechado separado dos outros, é o delimitado pelos entroncamentos das ruas em diversos lotes edificados. É um elemento aglutinador e estruturante de outros elementos (Macedo, 2012 e Lamas, 1993);
- d) *Edifícios*: São as edificações que compõem os diferentes espaços urbanizados, se estruturam de forma característica agrupando-se de maneiras diferentes e desempenhando também diferentes funções (ROSSI, 2001) e;
- e) *A praça*: é um elemento morfológico das cidades que se distingue de outros espaços, pois pressupõe o desejo o desenho de um prospecto ou a concepção arquitetônica (CULLEN, 2006).

A escolha dessa ferramenta estratégica de planejamento na análise dos dados coletados, para além de ser de simples aplicação, ela possibilita a obtenção de uma visão sobre os aspectos do ambiente interno e externo dos bairros de ocupação desordenadas da cidade de Nampula, fazendo um diagnóstico da situação atual (cenário atual), e antevendo as consequências em caso de inércia, com o propósito de elaborar propostas de ações estratégicas concretas (cenário desejado) para a possível resolução ou mitigação dos problemas..

A tese está estruturada da seguinte maneira, apresenta uma introdução, no qual objetivamos dar uma visão geral da temática trabalhada com a contextualização do processo de urbanização contemporânea no mundo, apresenta-se o tema e a problemática, mostram-se os objetivos gerais e específicos, se apresenta a hipótese, justificativa da pesquisa e se explica os procedimentos metodológicos.

Na primeira seção, denominado Espaço urbano no mundo contemporâneo, é atinente ao quadro teórico. Nele se articula os aspectos que compõem a realidade mundial sobre os enfoques, urbanização, formas de expansão, crescimento urbano e a estrutura interna das cidades com o embasamento teórico necessário para a compreensão da noção desses processos estruturantes da na contemporaneidade.

A segunda fazemos uma descrição do processo de urbanização em Moçambique, se privilegiou a descrição e análise da origem e desenvolvimento das principais cidades moçambicanas que tiveram a sua gênese no período colonial e apresentam hoje um crescimento urbano acelerado, caracterizado por zonas de expansão desordenadas.

A terceira, aborda a questão das políticas e instrumentos de planejamento urbano em Moçambique, nele, se evidencia o contexto do surgimento das políticas urbanas e seu crescimento, se fez uma análise reflexiva sobre a legislação urbanística e os principais instrumentos de planejamento gestão urbana, face aos constrangimentos e impasses gerados a partir da expansão das cidades. Neste ainda, buscamos também evidenciar os limites e possibilidades de sucesso dos instrumentos de planejamento e gestão urbana para os planos de expansão urbana, na perspectiva de uma efetiva aplicação da legislação urbana.

A quarta, apresentamos a análise sobre a produção do espaço urbano na cidade de Nampula, fazendo um gancho sobre à caracterização da área de estudo, contemplando uma breve história da gênese da cidade, bem como uma análise da sua evolução. Portanto, essa caracterização mostrou-se necessária para o entendimento das características peculiares da cidade e a atuação dos agentes de produção e reprodução do espaço urbano. Apresentaremos os resultados das análises com base na matriz FOFA, cujo objetivo foi demonstrar a eficácia ou ineficácia dos instrumentos de planejamento urbano nas áreas de ocupação desordenada da cidade.

Nas considerações finais, fez-se alguns apontamentos sobre as limitações das práticas de planejamento e gestão urbana e normatização de uso do solo urbano em Moçambique e na área de estudo em articulação com a discussão sobre a expansão urbana e o espraiamento das áreas de ocupação desordenadas, que têm conduzido o município de Nampula a fragmentação espacial implicando em diferentes contextos e realidades socioeconômicas, muitas vezes contraditórias. Também apresentamos a proposição de cenários para melhorias desses assentamentos informais resultantes da ocupação desordenada da cidade de Nampula, através de ações concretas e práticas que podem ser levadas em consideração que sirvam como medidas que podem ser inclusas no ato da elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbana na cidade de Nampula, como é o caso do PEU.

O trabalho apresenta dentro das considerações finais, algumas recomendações e temos as referências bibliográficas, apêndices e anexos.

1. O ESPAÇO URBANO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Na presente seção, apresentamos as reflexões teóricas que subsidiaram a pesquisa em seu conteúdo e discute-se o espaço geográfico para o entendimento do espaço urbano na perspectiva da Geografia Urbana. São realçadas as questões ligadas as diferenças e similaridades entre expansão urbana e crescimento urbano sendo o ponto de partida o para o entendimento do processo de urbanização contemporânea no mundo.

Os principais noções sobre a área central ou centralidade urbana e zona periférica do centro estão presentes neste ponto, elencando-se variados aspectos que envolvem a formação das áreas centrais e centralidade urbana, com a descrição dos principais modelos de representação da estrutura interna das cidades que são o espelho do processo de desenvolvimento urbano em diferentes regiões a nível mundial.

1.1 O espaço urbano na perspectiva da Geografia Urbana

Assim, a perspectiva geográfica de espaço apresentada por Santos (1999, p.63) afirma “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Este enfoque é baseado na lógica da história passada e da lógica vigente, faz com que o autor apresente uma compreensão do espaço fundamentado em sistemas, que nos faz pensar e concluir que não existe espaço em si só, ele é fruto de inter-relações sociais que transformam o espaço urbano. Nesta ordem de ideias, na noção de espaço os objetos construídos pela ação humana condicionam as relações que nela ocorrem de forma não dissociada através da história, assim, os objetos análogos abarcam distintas funções sociais, na medida em que são apreciados, considerados como realidade social e não unicamente como realidade natural ou física com práticas humanas que se sucedem de várias formas, que para Santos (1999, p.82 – 83) diz respeito ao:

[...] homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque é cega, [...] as ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, as empresas, as instituições. [...] as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, conduzem os homens a agir e levam a funções que vão desembocar nos objetos que através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 1999, p. 82-83).

Este autor descortina a relação dos objetos presentes no espaço geográfico, às infraestruturas urbanas, a vegetação plantada no rural que desempenham uma atividade particular diante de um grupo social com poderes decisórios legais dentro de um determinado espaço geográfico.

O espaço é a principal categoria da análise geográfica que abarca em si outras categorias conceituais como: território, lugar, região e paisagem. Na abordagem geográfica do espaço se pode afirmar que ela é uma produção humana, criada e transformada para responder as suas demandas, por isso é concebido como palco das realizações humanas. Consequentemente o espaço geográfico no nível inicial é visto como produto da sociedade, fruto da reprodução das relações sociais de produção em sua totalidade (LEFEBVRE, 1976).

A partir dessa visão marxista que tem um entendimento de espaço geográfico como uma mera produção da sociedade, resultante da reprodução das relações sociais de produção como um todo, Lefebvre (1991) também na sua abordagem de espaço destaca a existência dele por si só, o que chamou de espaço “puro”, outro identificado foi o espaço como produto da sociedade, denominado espaço social e como instrumento político ideológico, isto é como lugar, ou seja, local da reprodução do trabalho pelo consumismo, principalmente nos centros urbanos.

No enfoque laboral, “o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho” (SANTOS, 1978, p. 119). Nesta perspectiva, ressalta-se que o espaço geográfico é uma unidade das práticas do homem no espaço, materialmente modificada pela ação deste, portanto, é uma produção humana que abrange os níveis econômico, simbólico-cultural e político (BARRIOS, 1986). Por isso que Santos (1978) enfatiza que é produto do trabalho humano, transformando o aspecto da natureza. Então o espaço é elaboração social, mediante o seu trabalho e nele está contido a acumulação de tempos.

Moreira (1982) concebe o espaço geográfico como configuração de relações ao abrigo da explicação social, enfatizando que, é a sociedade vista com sua expressão material visível, através da socialização da natureza pelo trabalho. Portanto, o espaço geográfico é resultante da atuação humana constituindo-se, assim, em espaço social, o qual está constantemente sendo (re) organizado para atender as diversas e contradições sociais presente no espaço que garantem uma interdependência entre os diferentes segmentos da sociedade e em diferentes níveis.

Adicionalmente, o espaço geográfico representaria o contato com os outros, por isso, as cidades ou espaço urbano fazem parte do espaço geográfico, desse modo se considera como

produtos histórico e social (SOUZA, 1988; CORRÊA, 1989; CARLOS, 2001). Por isso, o espaço urbano em si, representa o resultado condicional de um grupo social, fruto da interferência em determinado período histórico e social desse mesmo grupo.

Corrêa (1989) considera que o espaço urbano é constituído de partes que se encontram ligados por elementos diferentes (seres humanos, fluxo de mercadorias, de capitais, informações e de ideologias que ocorrem dentro do espaço urbano mediante os variados usos do solo urbano). Assim, “esses usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades [...], áreas residenciais distintas, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão” (CORRÊA, 1989, p.7).

A existência da distinção do uso do solo urbano nas áreas previamente definidas pelo autor não é eventual de forma clara, mas sim, constitui uma resposta e condição dos processos sociais que nela ocorrem isto quer dizer que, os processos que se verificam definem os usos do solo na área urbana.

É desse modo que Carlos (2001) põe em evidência a questão da “apropriação” ao considerar que o espaço da cidade pode ser apropriado de diversas maneiras, fruto daquilo que constituem os propósitos. Numa ocasião, são discrepantes ou por outras vezes são coincidentes dos diferentes grupos que fazem parte de uma sociedade, é dessa forma que Carlos (2001, p.42) relata:

Os diversos modos de apropriação do espaço urbano que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradição e, portanto, sem luta (CARLOS, 2001, p.42).

Estas contradições, interesses e as necessidades diferenciadas de apropriação e do uso do solo urbano definem a criação do espaço urbano, que se dá através dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade. São vários segmentos que produzem e utilizam o espaço urbano, que Corrêa (1989) destaca como sendo: Os Proprietários dos Meios de Produção, Grandes Industriais; Proprietários Fundiários; Promotores Imobiliários; Estado e Grupos Sociais.

Nesta abordagem, Corrêa (2000), enxerga que os grandes proprietários procedem no espírito de lograrem maiores ganhos de suas propriedades, sendo relevante para o grupo o uso mais lucrativo possível do solo urbano. Para este segmento existe grande interesse sobre valor de troca da terra e não no seu valor de uso. Pois em relação ao valor do uso é perceptível que Marx (1988, p. 46) evidencia:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. [...], porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem a mesma. [...].

Esse caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre uma determinação quantitativa [...]. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta (MARX, 1988, p. 46).

Nota-se na crítica de Marx (1988), ao ressaltar que o valor dos bens ou produto nas sociedades capitalistas depende do seu valor de uso e não mais de sua natureza de ser. O autor levanta aqui a necessidade da questão que um bem pode ser trocado sem haver prejuízo para os seus intervenientes no processo.

Os Promotores Imobiliários, através de agrupamentos financeiros, criam estudos técnicos que garantem construção ou produção de infraestruturas físicas, como imóveis nas cidades e a sua comercialização, isto é transformação do capital em mercadoria com a finalidade de obtenção de lucros cada vez mais acrescidos sem fim. A atuação do Estado na organização espacial da cidade caracteriza-se como complexa e variada no tempo e espaço, sendo fruto da dinâmica social da qual faz parte, visto que de acordo com Harvey (2014, p. 57), a complexidade de atuação do Estado se deve:

[...] hay muchos problemas que inducen al Estado a ir mucho más allá del papel de un «vigilante nocturno» como guardián de la propiedad privada y de los derechos individuales. Para empezar, está el problema de la provisión de bienes y servicios colectivos y públicos (tales como las carreteras y autovías, puertos y aeropuertos, agua y alcantarillado, educación y sanidad). El campo de las infraestructuras físicas y sociales es muy vasto y el Estado debe implicarse necesariamente, bien en la producción directa o en la subcontratación y regulación de la provisión de esos bienes. Además, el propio aparato estatal debe ocuparse, no solo de administrar, sino de asegurar las instituciones que tiene que proteger de ahí la creación de cuerpos militares y policiales y financiación de sus actividades mediante los 'impuestos' (HARVEY, 2014, p. 57).

Acima de tudo, o Estado deve encontrar uma maneira simples de gerenciar organização do espaço, com o envolvimento de todos os segmentos sociais, através da instauração de processos democráticos que agem de acordo com os consensos para reduzir os conflitos e as desigualdades sociais.

¹ [...] há muitos problemas que induzem o Estado a ir muito além do papel de um "guarda noturno" como guardião da propriedade privada e dos direitos individuais. Para começar, há o problema da provisão de bens e serviços coletivos e públicos (como estradas e rodovias, portos e aeroportos, água e esgoto, educação e saúde). O campo das infraestruturas físicas e sociais é muito vasto e o Estado deve necessariamente envolver-se, seja na produção direta ou na subcontratação e regulação da provisão desses bens. Além disso, o próprio aparato estatal deve lidar não só com a administração, mas também com a garantia de que as instituições devem promover a criação de órgãos militares e policiais e o financiamento de suas atividades por meio de impostos. (Tradução do autor)

Por último temos o grupo social excluído, os que não possuem renda suficiente para custear as suas despesas básicas de habitação e alimentação digna e não possuem imóvel. Elas se encontram morando em cortiços ou em bairros favelados degradados (CORRÊA, 2000). É nesta perspectiva que se pode considerar que a produção do espaço urbano está intimamente ligada ao jogo de interesses dos diferentes grupos apresentados, entre os seus agentes e participantes, ela é consequência das relações de representatividade e contradições do capitalismo em suas múltiplas especificidades. Daí Harvey (2014) considera que ela envolve várias contradições como valor de uso e valor da troca. É a questão da propriedade privada em Estados capitalistas, fomentando desenvolvimentos geográficos desiguais na produção do espaço urbano e crescimento exponencial e acumulativo sem fim.

O espaço urbano é artificial, construído no meio antes natural e, em seguida manejado numa estrutura de ações sociais, onde as relações entre os agentes envolvidos nem sempre constituíram como soluções dos anseios da maioria (SOUZA, 1988).

Assim, se constata que os agentes sociais na produção do espaço urbano agem de maneira complexa e suas ações são procedentes, de meios de produção e força de trabalho (sistema capitalista) pelas relações sociais de produção (SOUZA, 1988; CÔRREA, 1989; CARLOS, 2001; HARVEY, 2014).

Correa (1989) assegura que as ações desses agentes de produção do espaço urbano implicam a reorganização do espaço que ocorre:

[...] no decorrer do tempo e são produto da história dos acontecimentos que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas [...] (CORRÊA, 1989; p. 11.).

Ainda vale ressaltar que ações sobre o espaço urbano apresentam o caráter histórico, visto que, congregam interesses, estratégias e práticas espaciais que, naturalmente concebem-se convicções e, simultaneamente, dessa forma compreendem também discordâncias e antagonismos. Os segmentos sociais, para Corrêa (2000 p. 43) estão inseridos:

[...] na temporalidade e espacialidade de cada formação sócio espacial capitalista e que são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intra-urbano reiterando que agentes e processos são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2000. 43).

Nota-se aqui, na expressão do autor, que os processos sociais são responsáveis pela construção da rede urbana, o que de certo modo, determinaria a articulação entre os agentes e os processos que nela ocorrem.

No enfoque jurídico, o Estado deveria ser um agente imparcial na produção do espaço urbano, o que não se verifica, pois geralmente este tem se demonstrado como parte de interesses de grupos dominantes em detrimento dos desfavorecidos (HARVEY, 1982).

Por isso, muitas vezes a ação do Estado é vista como incoerente, devido ao seu exercício multiplicado de papéis. Para além de “intercessor”, ela aparece com outros interesses dos grandes segmentos econômicos (CORRÊA, 1989). Essa ideia é acrescida por Harvey (2014, p.61) ao considerar que:

Dados sus poderes fiscales y la sensibilidad del Estado frente a las influencias e intereses políticos, sus poderes se pueden reorientar a veces políticamente hacia fines económicos que sobrepasan la actividad y los intereses empresariales privados ²(Harvey (2014, p.61).

Neste sentido, vê-se um Estado com múltiplos papéis, para além de um papel mediador, ele aparece como empresa privada e fiscalizador, evidenciando esse caráter conflitante no seu papel na sociedade. Podemos reafirmar que a reprodução social do espaço urbano se configura como um processo dinâmico, que está sempre em movimento, devido a alteração constante dos conteúdos socioeconômicos e políticos do espaço. O espaço é dinâmico e, como expõe Santos, (2007, p.141) “é o maior conjunto de objetos existente [...], se associa o que pela origem, tem idades diversas, tais coisas a cada momento, movidas e vivificadas por uma lei única, a lei de hoje, a que se submetem todas as relações sociais”.

A atuação e a ação dos agentes no espaço envolvem vários processos sociais relacionadas ao uso, apropriação e à construção que trazem a significância espacial no cotidiano.

Grosso modo, ao se analisar o processo de produção da cidade, pressupõe compreensão dos antagonismos resultantes da organização social como parte de um processo socioeconômico, assim a produção do espaço urbano está adstrita a necessidade crescente de acumulação capitalista sem fim e ao modo como se encontra organizada a sociedade (DEBIAGGI et al, 1986).

² Dado os seus poderes fiscais e a sensibilidade do Estado as influências e interesses políticos, os seus poderes podem por vezes ser politicamente reorientados para fins econômicos que vão além da atividade e dos interesses privados (Tradução do Autor)

A análise do processo de (re) produção do espaço urbano auxilia na compreensão do estabelecimento da comunidade urbanizada, visto que, cada sociedade em tempos diferenciados do seu desenvolvimento cria o seu próprio espaço (LEFEBVRE, 2006).

Uma produção apresenta o que se denota como o dinamismo fruto de constantes transformações sociais que se dão em função da dinâmica que a sociedade vem passando ao longo dos tempos, resultante de conexões socioeconômicas e políticas, que tendem a produzir novas e reproduzir as antigas áreas urbanas.

As exigências do capital que direcionam a produção do espaço urbano seguem as demandas do próprio capital que, com a sua reprodução estabelece a industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão sócio espacial, tornando deste modo, as cidades cada vez mais excludentes com situações antagônicas e profundas em termos de constituição de classes sociais (CORRÊA, 2001).

Para a Geografia Urbana de forma particular, as discussões teóricas têm contribuído para a análise desse processo de produção do espaço urbano e, permitido entender as suas transformações. Por essa razão que Carlos (2001) alega que, para os geógrafos existe uma afronta no que concerne à conveniência de tratar da questão espacial de uma forma não dissociada da relação espaço-tempo, pois que, para a Geografia, essas categorias se apresentam associadas, em razão de, que qualquer ação social ocorre num espaço concreto e numa divisão cronológica temporal, período de tempo passado.

Assim, a relação espaço e tempo retrata-se como uma concepção de percepção dos fenômenos sócios urbanos que se desenvolvem de forma tangível na cidade. Por isso Lefebvre (2006) sobreleva que o conhecimento da existência urbana passa pelo saber da problemática do espaço existencial.

O estudo da cidade do ponto de vista geográfico corresponde a um modo particular de encarar o espaço urbano socialmente e a dinâmica da sua organização, isto é, o homem como elemento fundamental na análise espacial urbana. A cidade é considerada como um conjunto morfológico, fisionômico, social e cultural diferenciado, funcionalmente integrado numa rede hierárquica de complementaridade que permite organizar a sua região envolvente (CARLOS, 2001). A cidade é marcada por descontinuidades territoriais que se estende também por áreas desabitadas e áreas desconexas, sem configuração e completamente desocupadas, que na ótica de Sposito (2010, p.13):

Na produção do espaço urbano como essa, a cidade estende-se para além dela, incorporando terras rurais, sem efetivamente ou imediatamente, transformá-las em terras de uso e ocupação urbanos [...] território indefinido, do ponto de vista morfológico, [...] que estão à espera de ser loteadas, porque estão compreendidas pelo perímetro urbano, como as recém-loteadas, [...] e, eventualmente, com paulatina incorporação de edificações nos lotes que resultaram do parcelamento da terra. Não é mais campo e não chegam a ser ainda, plenamente, cidade, podendo-se admitir então que são cidade/campo (SPOSITO, 2010, p. 13).

É nesta concepção do processo de urbanização, que Sposito (2010) reconhece a existência do campo/cidade como atributos associados aos espaços urbanos, devido a essa dicotomia paisagística em locais de transição. São espaços diferentes entre si de fato, a cidade e campo possuem funções diferenciadas no contexto social contemporâneo.

Daí que Harvey (1996) considera que a cidade contemporânea apresenta duas naturezas diferenciadas persistente, que a cidade oferece e dos que margeiam essa realidade e “usufruem” da cidade de maneira excludente. A complexidade da cidade demanda estudos que abarquem a diversidade de temas inerentes ao quadro urbano.

Apesar disso, Sposito (2010, p. 06) acredita que “não é importante distinguir ou diferenciar os dois espaços, mas compreender seus sentidos e papéis assim como analisar as relações políticas, econômicas e os valores culturais que, em cada espaço-tempo, orientam as articulações entre cidade e campo”. Existe uma interação vista como circunstâncias das interações diversificadas e em diferentes escalas, estes dois espaços (rural e urbano) dentro da sua dinamicidade histórica de interação, transforma-se salvaguardando a sua essência, independentemente de como ocorre o processo de urbanização que Clark (1991) define como um processo abstrato, e o crescimento urbano é a materialização desse processo, sendo, portanto, o campo de estudo do geógrafo.

Assim, a urbanização e o crescimento urbano são estudados numa perspectiva das políticas de produção do espaço urbano e na implantação de infraestruturas urbanas na cidade, segundo a discussão que se segue.

1.2 Urbanização e Crescimento urbano

A Urbanização é um processo de transição de uma sociedade rural para uma mais urbana (UNFPA, 2007). Ela reflete a dinâmica de acumulação e concentração do capital na cidade e reproduz a aglomeração ao demandar cada vez mais espaço (NASCIMENTO; MATIAS, 2011).

Por essa razão que em termos estatísticos, a urbanização revela uma proporção crescente da aglomeração populacional vivendo em assentamentos definidos como urbanos, enquanto a taxa de

urbanização é a velocidade em que a população urbana cresce (UNFPA, 2007). Mas apesar dessa distinção que se pode considerar difusa, Tacoli (2006), citado por Macgranahan e Sattertwaite 2014, p. 17), compreendem que:

Although it is possible to divide people into urban and rural residents, as already noted many people move regularly between rural and urban areas and many families span the rural/urban divide as part of their livelihood strategies³ (TACOLI, 2006 citado por MACGRANAHAN; SATTERTWAITE, 2014, p. 17).

Isso faz com que, apesar de verificar-se um aumento substancial da população das áreas urbanas, em números absolutos, a população da área rural continua em decrescimento constante, principalmente nos países subdesenvolvidos da África. Porém, o processo da expansão urbana constitui uma continuidade extensiva das áreas das cidades dentro dos aspectos referentes também ao rural, que para Carlos (2004), que tem como principais características a densidade populacional e o dinamismo do uso do solo.

Assim, expansão urbana constitui um processo pelo qual as cidades passam de uma forma constante a crescer desde o momento de sua existência, podendo ser em maior ou menor intensidade, o que de forma geral, implica em crescimento da cidade. Assim, se pode afirmar com categoria que o crescimento das cidades pode ser traduzido em uma expansão das áreas edificadas cada vez mais acentuada.

Esse crescimento pode ser analisado por diversas perspectivas, como, por exemplo, pelo aspecto demográfico que muitos autores utilizam na análise da expansão das cidades no mundo e nas cidades brasileiras como Grostein (2001); Barcellos (2004); Brito & Souza (2005); Costa (2005); Copque, et al, (2011). No caso de África, Amaral (1971; 1983); Obudho (1994); Pourtier (1992); Medeiros (2012); Van Den Berg (1984); Lall (2017). Em Moçambique, Araújo (2003, 2005); Baia (2004), Forjaz (2009); Fernandes e Mendes (2012) e outros, ou ainda, pelo aspecto territorial, crescimento físico do território da cidade, que Santoro (2012) considera que ambos os aspectos estão relacionados. Noutra perspectiva, “se por ventura a cidade cresce territorialmente, há uma redistribuição populacional pelo território urbano” (BRITO; SOUZA, 2005, p.52).

Para Santos (2008, p.13) “a urbanização é um fenômeno, não apenas recente, como também crescente e em escala planetária.” Sendo primordial sublinhar que ela é um processo, sobretudo

³ Embora seja possível dividir as pessoas em população urbana e rural, como já foi observado, muitas pessoas se deslocam regularmente entre áreas rurais e urbanas e muitas famílias atravessam a divisão rural / urbana como parte de sua estratégia de subsistência (Tradução do autor).

espacial, que Sposito (1989) acredita que resulta de desenvolvimento do capitalismo industrial que provocou fortes transformações na estrutura interna das cidades. Ela se materializa, dentre outras formas, pelo crescimento urbano por extensão e por densidade. O primeiro caracteriza-se pela incorporação de áreas de uso rural para o urbano e o segundo evidencia-se pelo aumento na intensidade de utilização do solo urbano pela verticalização, por exemplo, as áreas já disponíveis como urbana, sem, no entanto, que haja necessidade de incorporar áreas novas. O crescimento urbano é um fenômeno que está relacionado com o aumento do número de pessoas que vivem nas cidades em termos relativos ou absolutos, também é um processo que se refere à dinâmica da cidade ou justifiquem o seu crescimento. Assim, España (1991, p.12) considera que existem três fases no crescimento da cidade:

- a) urbanização: a cidade central cresce rapidamente e o entorno imediato ainda rural diminui ou permanece estancado; b) suburbanização: o crescimento da cidade central começa a decrescer, ao mesmo tempo em que aumenta a população da área suburbana; c) desurbanização: ponto em que a população de uma cidade central começa a decrescer a um ritmo tal, que dele resulta um decrescimento absoluto da população de toda região urbana funcional (ESPAÑA, 1991, p.12).

A urbanização é um processo de transformação da sociedade e os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo das transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais (GUERRA et. al., 2002). Dessa maneira, ela é vista como o deslocamento e aglomeração de grande quantidade de pessoas provenientes de áreas rurais para as aglomerações urbanizadas, visto que, de acordo com Irg e Padco (2000, p. 7):

The process of urbanization involves both changes in people and the places they live. The urban transformation for people and places involves three types of changes: (1) movement from one place to another, (2) expansion of the population through population growth and (3) changes in the character of places as they add population due to migration and population growth⁴ (IRG e PADCO, 2000, p. 7).

Na acepção do autor, considera-se que ocorrem modificações nos locais em que as pessoas vivem, movimentando-se de um lugar para o outro, expandindo a sua área de residência e agregando outros grupos populacionais provenientes do processo de migração. Esta perspectiva de urbanização, para Castells (1983, p. 39) “significa concentração espacial da população, a partir de

⁴ O processo de urbanização envolve mudanças nas pessoas e nos lugares em que vivem. A transformação urbana para pessoas e lugares envolve três tipos de mudanças: (1) movimento de um lugar para outro, (2) expansão da população através do crescimento populacional e (3) mudanças no caráter dos lugares, pois eles adicionam população devido à migração e crescimento populacional (Tradução do autor)

certos limites da dimensão e intensidade, difusão dos sistemas de valores atitudes e comportamentos". Por isso, de um modo geral, se pode dizer que a urbanização é um processo caracterizado pelo aumento da população urbana.

Portanto, o processo de urbanização é um fato recente, não somente em países africanos do hemisfério sul, mas, também em todo mundo, visto que urbanização acelerada da maior parte dos países desenvolvidos industrializados ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, na segunda fase Revolução Industrial e no caso dos países subdesenvolvidos, a urbanização é um fato mais recente do século XX.

Segundo Santos (2008, p.13), "em meados do século XIX, a população urbana representava apenas 1,7% da população mundial, em 1950 tal percentagem era de 21% e, em 1960, de 25%". Nesta ordem de ideias do autor, podemos considerar que a urbanização é um fenômeno não apenas recente para os países subdesenvolvidos, como também de tendência irreversivelmente crescente mundialmente. Isso quer dizer que o processo de urbanização se desenvolveu em duas circunstâncias principais: A fase inicial ocorreu nos países desenvolvidos industrializados com a implantação do sistema capitalista na Europa, posteriormente à Revolução Industrial. A fase posterior e mais recente ocorre nos países subdesenvolvidos não industrializados, que foi um processo muito mais recente associado à pressão populacional sobre as cidades, visto que, ocorre em virtude do predomínio das atividades primárias e do elevado êxodo rural decorrente do baixo padrão das condições socioeconômicas e de vida no campo e da falta de políticas de promoção à fixação e o acesso à terra para as pessoas, nesta fase dá-se com maior intensidade e de forma muito precária.

De acordo com dados do *World Population Prospects 2018*, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas e o modo de vida urbano-industrial foi o principal responsável pelo deslocamento de grande parcela da população das áreas rurais, apesar da África e a Ásia estarem a aumentar a sua população urbana para a cifra de 50%, os números absolutos mundiais indicam que mais de 50% da população mundial vive nas cidades. Nos países da América do Norte, do Sul e Europa, a urbanização atingiu níveis elevadíssimos, chegando a 80%, existem países que ultrapassam os 90% de urbanização, como é o caso da Bélgica.

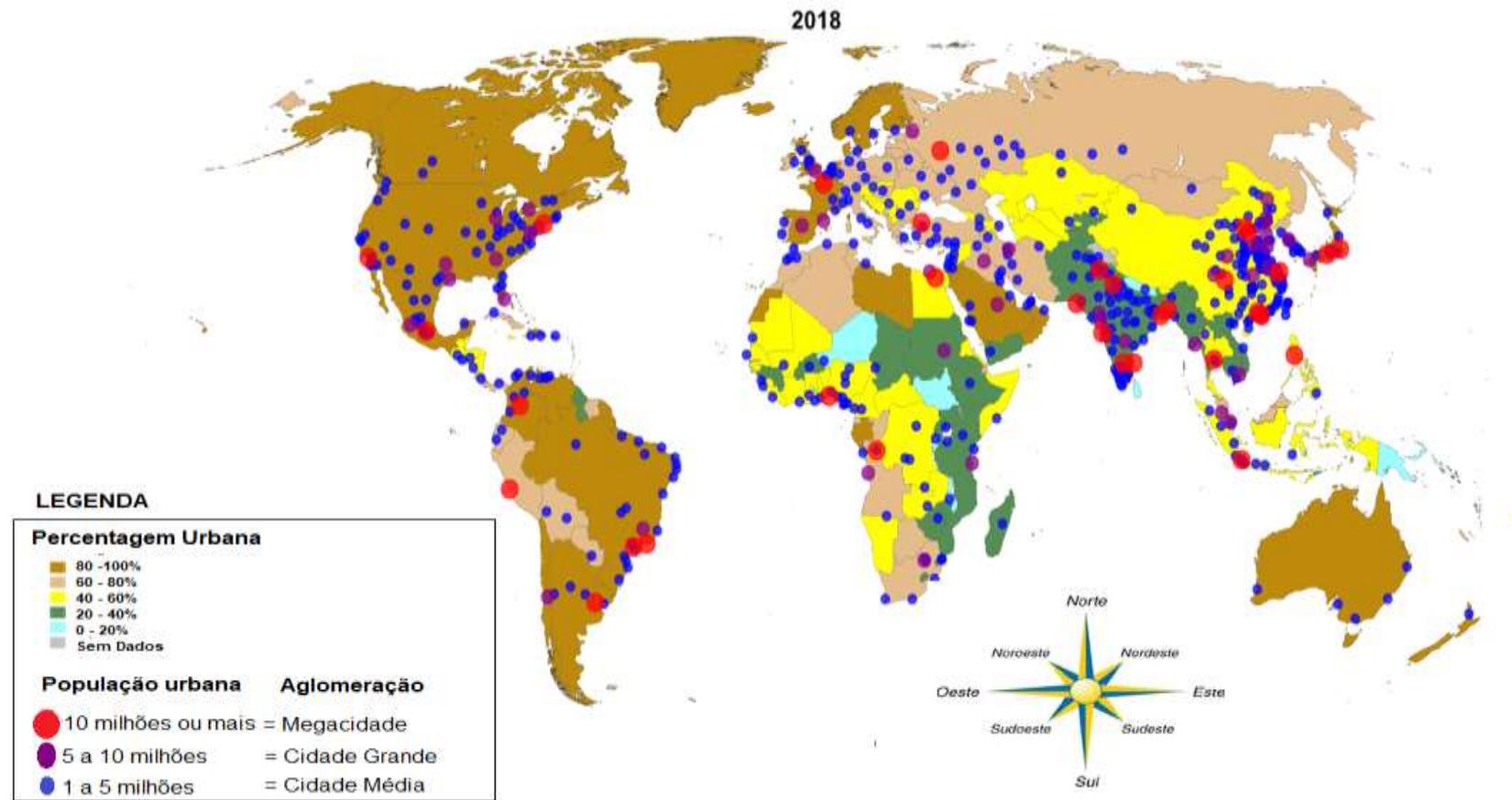
É importante realçar ainda que, na Ásia e África, os níveis de urbanização são relativamente muito baixos, pois grande parte da população ainda vive na área rural, devido a economia desses países que está alicerçada em atividades do setor primário.

Na América do Norte e Europa, mais de metade da população vive em cidades, na América do Sul tem maior proporção de habitantes a viverem em cidades.

Na África, três em cada cinco pessoas ainda vivem em zonas rurais. Paradoxalmente, as cidades estão a crescer muito rapidamente, cenário idêntico se verifica na Ásia onde estão as cidades que mais crescem no mundo. Estimativas de crescimento urbano obtidos da World Urbanization Prospects (2018), indicam que até 2030, várias cidades ultrapassarão os 10 milhões de habitantes como as atualmente existentes.

Ainda, dados d World Urbanization Prospects (2018) indicam que no ranking de cidades e megacidades, a cidade de Tóquio é a maior do mundo, com uma aglomeração de 37 milhões de habitantes, seguida por Nova Deli com 29 milhões, Xangai com 26 milhões, e Cidade do México e São Paulo, cada uma com cerca de 22 milhões de habitantes. Existem outras com 20 milhões de habitantes como Cairo, Mumbai, Pequim e Daca. Estimativas indicam que por volta dos anos 2030, poderão surgir cerca de 4 dezenas de megacidades com uma população superior a 10 milhões de habitantes, em países subdesenvolvidos da Ásia e na África (mapa 1).

Mapa 1: Mundo, Percentagem da urbanização e localização de aglomerações urbanas em 2018

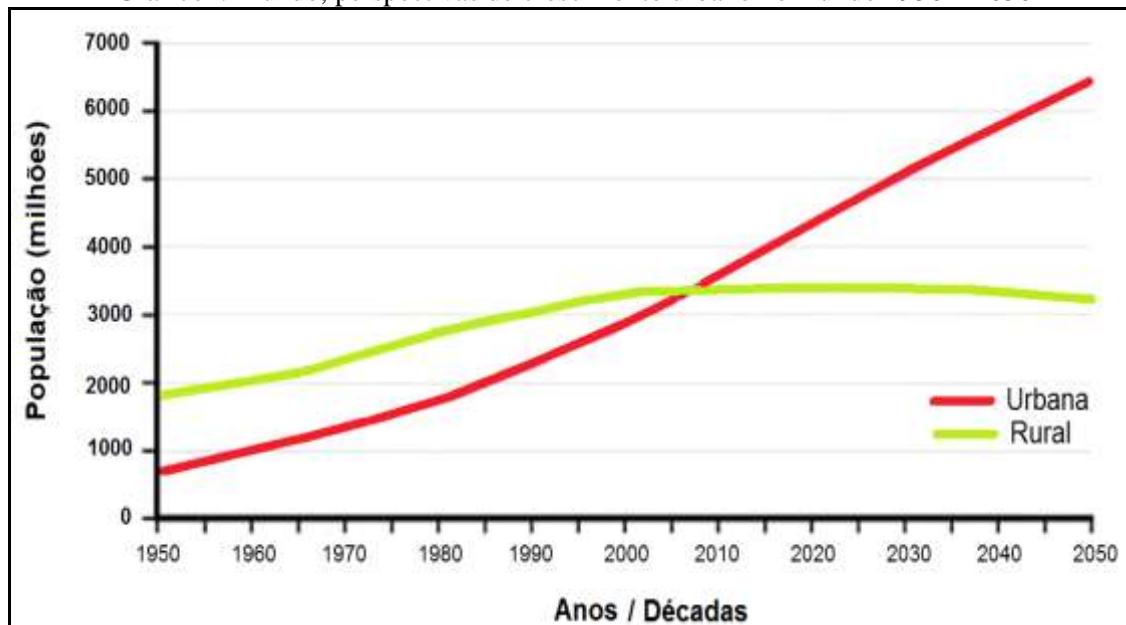


GAETE (2015); Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2018)

Nos últimos anos, temos observado uma mudança no perfil das cidades com maior concentração urbanas no mundo. Durante a década de 1970, as maiores concentrações populacionais encontravam-se em cidades de países desenvolvidos industrializados. Neste período, as maiores concentrações urbanas localizavam-se em cidades dos Estados Unidos da América, Europa e Japão. Atualmente, essa realidade mudou e as maiores cidades do mundo, em termos concentração populacional, com mais de 10 milhões de habitantes, estão localizadas em países da Ásia devido ao rápido crescimento urbano, como já foi referenciado anteriormente.

Diante deste cenário de maior número da população mundial a residir em áreas urbanas atualmente, perspectivas para próximas décadas indicam que os assentamentos urbanos continuaram a crescer, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Mundo, perspectivas de crescimento urbano no mundo 1950 – 2050



Fonte: UNITED NATION (2017).

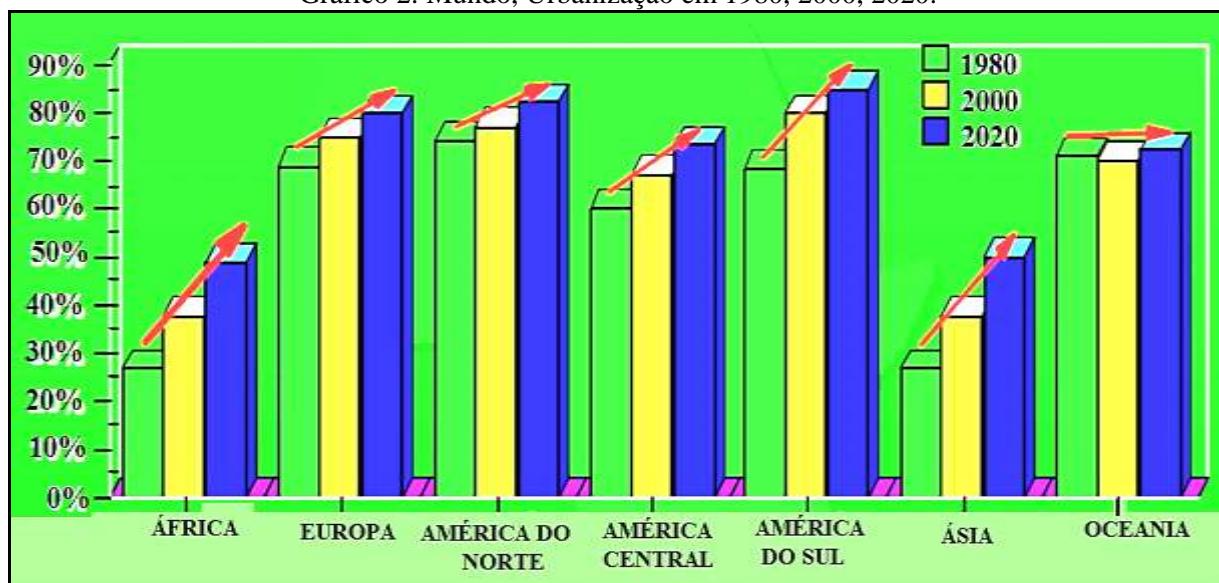
Apesar que até a década de 2010, cerca de metade da população mundial ter passado a viver em áreas urbanas, como demonstrado no Gráfico 1, muito tempo a população rural foi superior a urbana e só com o processo de industrialização iniciado no século XVIII, que se impulsionou o êxodo rural, ocorrendo primeiramente na Inglaterra, depois se expandindo para outros países como EUA, França, Alemanha, etc., a maior parte destes países hoje são muito urbanizados e desenvolvidos.

Cerca de 55% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que deverá aumentar para cerca de 70% até 2050. As projeções mostram que esta mudança gradual de área de residência rural para urbano, está associado ao crescimento global da população mundial que adicionará mais de 2 bilhões de pessoas em áreas urbanas até 2050. Desse aumento, cerca de 90% ocorre na Ásia e na África, (UNITED NATIONS, 2017).

Na maior parte dos países subdesenvolvidos não industrializados, a movimentação campocidade tem estado a influenciar uma urbanização tardia, que se intensificou no século XXI que ocorre simultaneamente com o advento do desenvolvimento técnico-científico-informacional e da globalização das multinacionais, que tem atraído mais populações das zonas rurais para as cidades a procura de melhores condições de vida.

A rápida urbanização nos países subdesenvolvidos se deve principalmente à falta de condições no campo, o que tem provocado e acelerado o êxodo rural nesses países, onde de acordo com os dados da *United Nations Population Division* (2001) aproximadamente 60% da população vivia em áreas rurais. Em alguns países, a partir de 1950, a população urbana ainda continuava inferior, isto é cerca 30% urbana, a população rural era cerca de 70%. Mesmo com a intensificação do êxodo rural devido à falta de condições socioeconômicas no campo, agravada pelas guerras civis na década de 2000 cerca de 40% da população passou a ser urbana e perante o cenário de crescimento, acredita-se que em 2020 cerca de 50% da população africana será urbana conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2: Mundo, Urbanização em 1980, 2000, 2020.

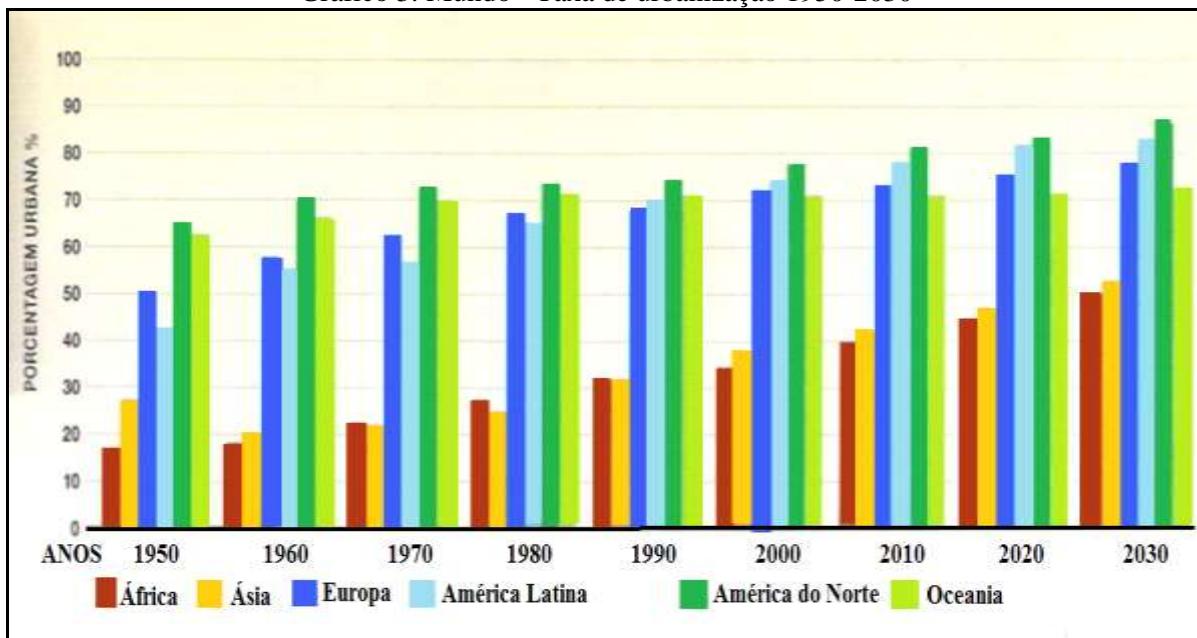


Fonte: Fonte: UNITED NATION (2017).

Nos países subdesenvolvidos não industrializados (parte significativa da África e Ásia) as suas cidades têm apresentado crescimento vertiginoso muito expressivo, visto que a fraca industrialização de alguns países e os inúmeros problemas enfrentados pela sua população rural (concentração de terra, desemprego, política governamental inadequada e outros), levou ao crescimento da população urbana destes (SANTOS, 2010).

A população urbana tende a crescer, como este crescimento demanda a procura de melhores condições de vida principalmente na África e Ásia, que são continentes cujas taxas de urbanização continuam muito baixas se comparados com a Europa e América desde 1950 - 2030 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Mundo - Taxa de urbanização 1950-2030



Fonte: UNITED NATION (2017).

Assim, existem diferenças básicas no processo de urbanização de países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos:

a) Nos países desenvolvidos o processo de urbanização mais antigo e ligado em geral às três fases da Revolução Industrial e as duas grandes Guerras Mundiais. Nestes países, esse processo ocorreu de forma muito mais lenta e num período de tempo mais longo, o que possibilitou a melhor estruturação do espaço urbano, possibilitou a formação de uma rede urbana mais densa e interligada, visto que acompanhou o ritmo de desenvolvimento, fazendo com que as pessoas fossem imigrando para as cidades gradualmente ao longo do tempo (SANTOS, 2010). Por isso que, podemos concluir que a urbanização nos países desenvolvidos industrializados ocorreu de maneira

lenta e gradual, acompanhada pelo processo de industrialização, o que contribuiu para a criação de infraestruturas urbanas.

b) Nos países em desenvolvimento ou emergentes com economias menos desenvolvidas que os países industrializados e um pouco mais evoluídas que os países subdesenvolvidos, o processo de urbanização também acompanhou um pouco o ritmo da industrialização, porém, assim como nos países subdesenvolvidos, esse processo se deu em um espaço de tempo muito curto (SANTOS, 2010). Por essa razão é perceptível que o processo urbanização ocorreu também de maneira rápida e desordenada. Para este grupo de países, verificou-se uma imigração para as áreas urbanas, num momento em que as cidades não possuíam condições para suportar esse *boom* populacional, o que condicionou a formação de *slums* ou favelas em condições precárias de habitabilidade.

c) O processo de urbanização dos países subdesenvolvidos (África, Ásia e alguns países latino americanos) começou após a segunda Guerra Mundial e este não foi uniforme, sendo que alguns avançaram no processo de industrialização e outros permaneceram predominantemente agrários e com uma população rural bastante expressiva.

Porém, este crescimento também foi muito descontrolado, não planejado e rápido, assumindo proporções de uma urbanização que se considera caótica, com consequências facilmente perceptíveis na paisagem urbana das cidades desses países (SANTOS, 2010). Este teve cenários diferentes dos países desenvolvidos industrializados, caracterizado pela existência de subúrbios.

Portanto, a suburbanização que é outra particularidade dentro do processo urbano pode ser analisada relacionado à ideia de cidade difusa ou dispersa, que, por sua vez, está ligada às novas condições de mobilidade acompanhadas pelas transformações e aparecimento de novos espaços urbanos periféricos. Estes progressivamente são responsáveis pelo crescimento urbano, ao mesmo tempo em que se sujeitam as transformações territoriais e socioeconômicas (REVERTÉ, 2003). Assim, os espaços periféricos não são áreas à margem, ou parte exterior que somente o ladeia, mas sim estão relacionados à cidade central, pois são elementos fundamentais para a organização da nova cidade em expansão e crescimento.

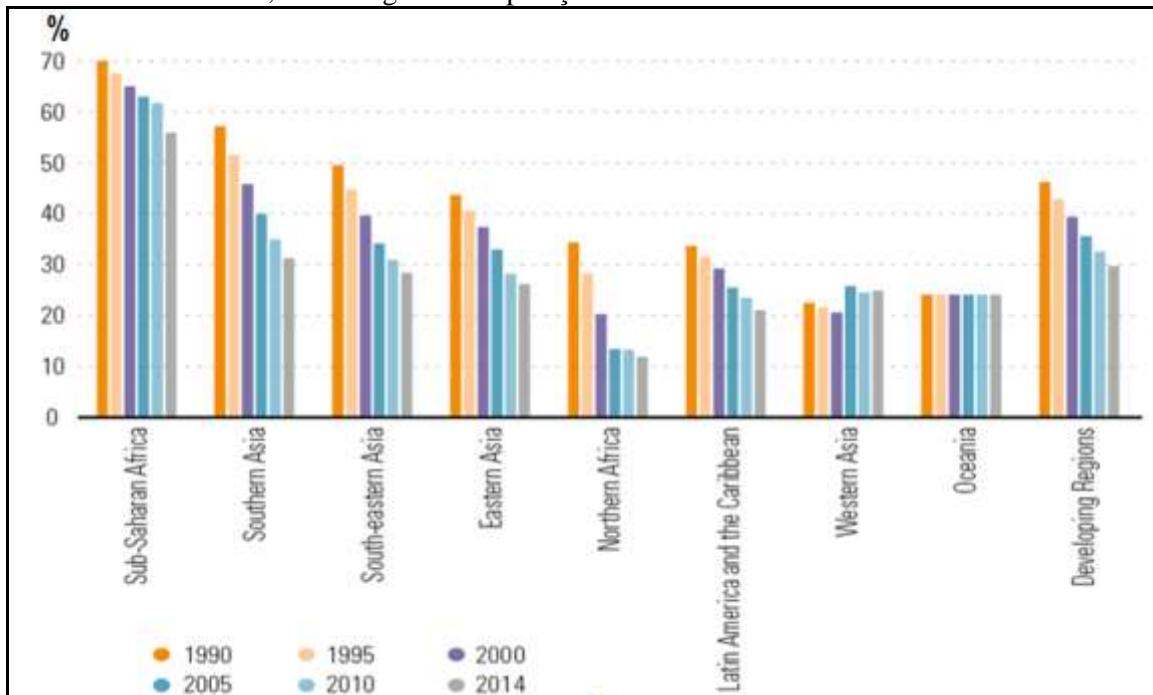
A suburbanização pode ser definida como uma contra urbanização, processo que ocorre com direção ao subúrbio, que seriam as áreas próximas à cidade, com menor densidade populacional, afastadas do centro e carentes em infraestruturas urbanas básicas (DANIELSON, 1976).

Utiliza-se também o termo *suburbanities* e *suburbs*, que seriam os moradores dos subúrbios (DUANY et al, 2000).

Nos países subdesenvolvidos não industrializados os subúrbios urbanos se apresentam em extensas áreas periféricas não urbanizadas e muito carenciadas, cobrindo até cerca de 90% do território da urbe (UN, 2007).

No processo de suburbanização, a expansão urbana faz-se à custa das áreas periféricas das cidades, originando às ocupações desordenadas (os subúrbios), (*slums* em inglês), que são espaços urbanos característicos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Gráfico 4).

Gráfico 4: Mundo, Percentagem da População Urbana vivendo em subúrbios 1990 – 2014



Fonte: UN-HABITAT (2015).

No gráfico 4 se observa que os continentes africano, asiático e latino americano são os que apresentam vastas áreas suburbanas constituídas por bairros de ocupação desordenada ou favelas. Este fato se deve parcialmente ao caráter rápido do processo de urbanização que caracteriza estes continentes, onde a migração campo – cidade se fez de forma acelerada.

O crescimento acelerado de algumas cidades dos países subdesenvolvidos não industrializados vem criando o fenômeno da metropolização que é uma das consequências da falta de capacidade de criação de condições socioeconômicas nas áreas rurais, que faz com que

forçosamente milhares de pessoas migrem para as cidades contribuindo para o seu crescimento de forma polarizada.

Deste modo, as emergentes grandes cidades de vários países subdesenvolvidos não têm conseguido albergar, tamanha população.

Reis (2006); UNFPA (2007) consideram que em muitos países africanos e da América Latina, por exemplo, o vertiginoso e extemporâneo processo de que caracteriza a urbanização, onde as cidades cresceram desordenadamente e não acompanharam a implantação de infraestruturas básicas, verifica-se a insustentabilidade urbana.

1.2.1 Formas de expansão urbana

Antes focaria um pouco a questão atinente a desurbanização, importante destacar que se caracteriza pela “perda da população e do emprego no conjunto da aglomeração urbana” (DOMINGUES, 1994, p.11). Ela ocorre contrariamente à urbanização que é acompanhada simultaneamente pelo crescimento, que se caracteriza principalmente pelo deslocamento das populações das áreas rurais para urbana.

Porém, na ótica de Berry (1976); Van Den Berg et al., (1982); Hall (1984) e Fielding (1989) a urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização são formas de caracterizar a dinâmica do crescimento ou expansão urbana.

Portanto, consideramos que a expansão urbana é o aumento dos limites e a formação de novos centros urbanizados que anteriormente constituíam áreas rurais, visto que, à medida que as cidades crescem ou se desenvolvem para atender a demanda de habitação e outras infraestruturas também contribuem para a urbanização. Crescimento urbano é o crescimento da cidade impulsionada pelas condições físicas ou humanas com reflexos na malha urbana. Assim o crescimento urbano e a expansão urbana são partes integrantes do processo de urbanização como um todo.

Apesar dessa similaridade por um lado, por outro existe uma diferença aparente, pois, Bekele (2005, p. 19) considera:

Urbanization and urban growth are two different concepts often found in the literature of urban studies. The distinction should be noted that urbanization refers to proportion of

*the national population living in urban areas, and urban growth refers to an increase in urban population size, independent of rural population*⁵(BEKELE, 2005, p. 19).

Nesse viés, a urbanização pode ser vista e percebida de outras formas como uma característica da população, um tipo particular de uso e cobertura da terra, bem como uma característica dos processos e interações sociais e econômicas que afetam os dois aspectos: O demográfico e terrestre.

O conceito de crescimento urbano pode ser concebido como “expansão da urbana”. Sobre esse processo de expansão do tecido urbano, Lefebvre (1999, p. 15) discorre:

O tecido urbano prolifera, estende, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

O autor sublinha que este fato tem sido consequência ou efeito dos processos da era global (industrialização, urbanização e automação) que em linhas de análises profundas condicionam a explosão demográfica das cidades em países subdesenvolvidos, originando os subúrbios não planejados e degradados muito diferenciados das vilas urbanizadas.

Assim, acreditamos que a explosão demográfica das cidades é fruto da relação sociedade e espaço, isto nos permite pensar que o processo de expansão do tecido urbano é uma consequência da dinâmica da própria sociedade, que ao reproduzir-se, reproduz também o espaço, e como resultado se tem a construção de “novas” centralidades urbanas, no qual uma determinada área da cidade passa a ter em função da proximidade com áreas mais dinâmicas a partir da expansão do tecido urbano. Esse movimento está vinculado com a atuação dos agentes (re) produtores do espaço urbano, especialmente o mercado imobiliário, que seleciona áreas das cidades para investirem, permitindo não só a reprodução do capital, mas, contudo, a reprodução do espaço.

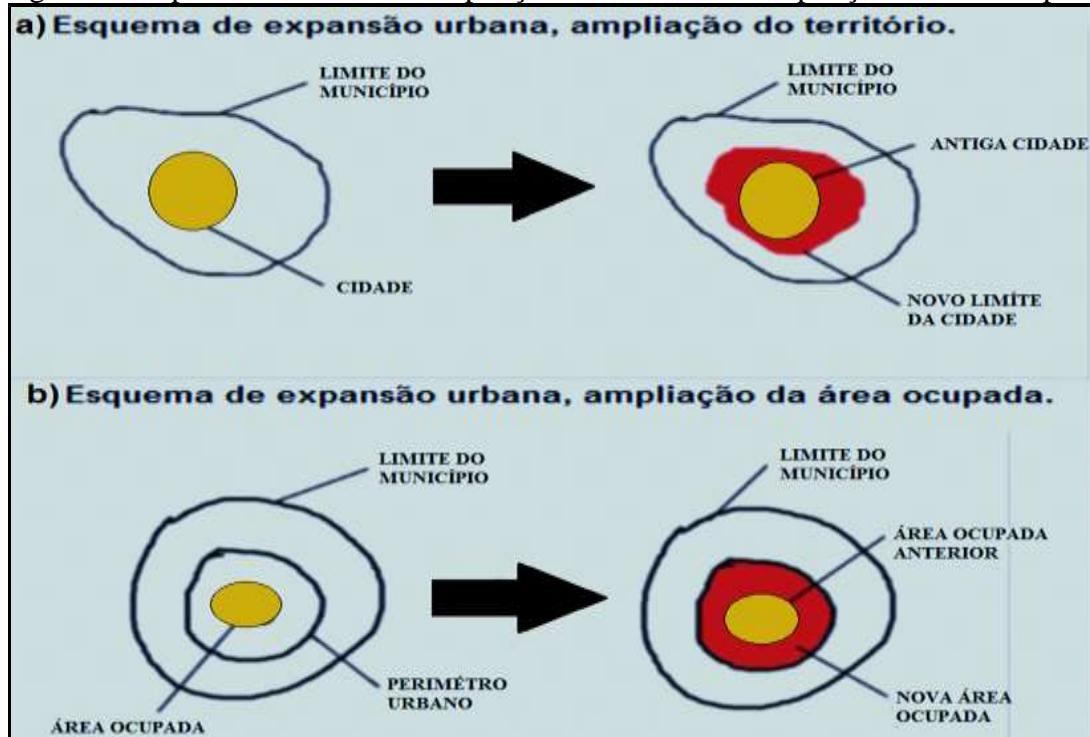
Nesse caso, a área da cidade, cresce pelo processo de reprodução do espaço urbano que se pode também caracterizar pela ampliação do seu perímetro da cidade, aumentando a mancha da área construída, ou ainda por meio da ocupação e parcelamento do solo em áreas com cobertura predominantemente vegetal e características tipicamente rurais – Expansão Urbana.

⁵ Urbanização e crescimento urbano são duas concepções diferentes, muitas vezes encontradas na literatura de estudos urbanos. A distinção deve ser notada que a urbanização se refere à proporção da população nacional que vive em áreas urbanas, e o crescimento urbano refere-se a um aumento no tamanho da população urbana, independente da população rural (Tradução do autor)

Desse modo, existem várias formas de expansão urbana, de acordo com o que Japiassú e Lins (2014) consideraram:

A primeira é expansão urbana, ampliação do território e ampliação da área ocupada. Nesta forma, a cidade cresce aumentando sua mancha edificada e o raio urbano não é alterado (Figura 2).

Figura 2: Expansão urbana com ampliação do território e Ampliação da área ocupada



Fonte: JAPIASSÚ e LINS (2014)

Nestas formas (apresentadas na figura 2 a), de acordo com COPQUE, et. al., (2011) os espaços desocupados no interior da cidade passam por um intenso processo de ocupação, nelas a expansão do contorno urbano compreende a ampliação da extensão territorial da teia urbana mais do que o limite atual da cidade. Na (figura 2 b) trata-se de uma ampliação da área ocupada é caracterizado como crescimento horizontal (COSTA, 2005; SANTORO, 2012). É “um tipo de crescimento que ocupa cada vez mais espaço” (ALVES, et al., 2008, p.5), e como resultado surgem áreas significativamente ampliadas e limites por vezes muito difusos.

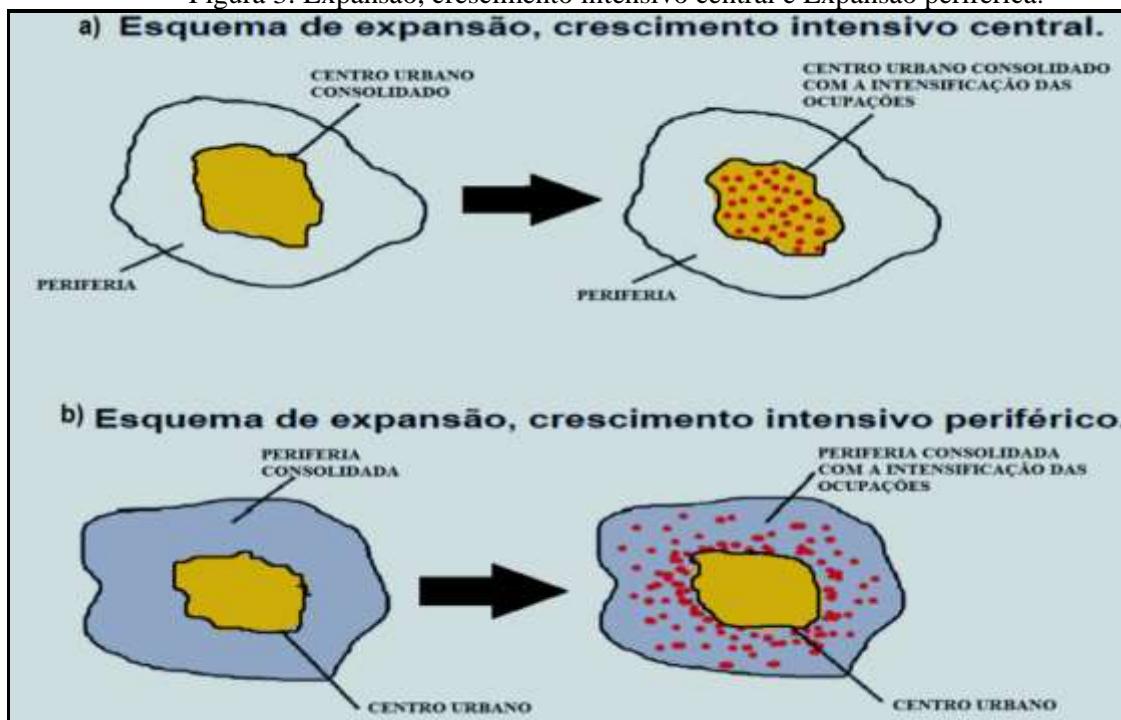
Estas duas primeiras formas apresentadas na figura 2 constituem a maneira pelas quais um dado território expande as suas áreas através da incorporação novas áreas ao perímetro urbano existente.

Sequencialmente, ainda Japiassú e Lins (2014) consideram, por outro lado, que existem outras formas de expansão urbana e que se pode se classificar em: Crescimento urbano intensivo, que ocorre de duas formas: o centralizado ou periférico, que segundo as autoras apresentam:

Em primeiro lugar, o modelo de crescimento intensivo central caracteriza-se pela alta densidade ocupacional em centros urbanos. A intensificação da ocupação do solo ocorre por meio da verticalização e pela fragmentação ou extensão das unidades residenciais em assentamentos populares. Em segundo, o modelo de crescimento intensivo periférico ocorre nas periferias da cidade, às margens do centro urbano, mas pelos mesmos meios que o crescimento territorial intensivo central (JAPIASSÚ; LINS, 2014, p.18).

A intensificação da ocupação do solo ocorre por meio da verticalização e pela fragmentação ou extensão das unidades residenciais em assentamentos populares no primeiro caso. Já o modelo de crescimento intensivo periférico ocorre nas periferias da cidade, às margens do centro urbano, mas pelos mesmos meios que o crescimento territorial intensivo central (Figura 3).

Figura 3: Expansão, crescimento intensivo central e Expansão periférica.



Fonte: JAPIASSÚ e LINS (2014)

Como se pode ver na figura 3-a; a área urbana cresce, mas mantém os limites da cidade. Este modelo é caraterístico dos países industrializados.

Na figura 3-b a cidade se expande, cresce e os assentamentos periféricos intensificam a ocupação dos usos. Este formato se verifica frequentemente nas cidades africanas

Prosseguindo com a abordagem de expansão urbana, constatam-se as cidades “dilatam”, uma vez que crescimento urbano acelerado não é acompanhado pelo aumento de serviços de saúde,

educação, transportes e de outras infraestruturas urbanas. Como já mencionado, os famosos *slums* dos bairros suburbanos se caracterizam pela presença da violência constante, criando uma segregação espacial profunda, entre as classes médias e altas que se “separam” do resto da população da classe baixa que habita em regiões de condições precárias que cercam as zonas luxuosas dos mais ricos que vivem em condomínios luxuosos e fechados. Este cenário nos remete a formação de novas áreas urbanas periféricas: as periferias luxuosas habitadas pela classe alta e periferias precárias habitadas pela classe baixa.

Em países subdesenvolvidos da África subsaariana, Fernandes e Mendes (2012) apontam o exponencial crescimento da população urbana tem estado a gerar um tipo de expansão territorial das cidades por meio de um processo de ocupação espontânea e irregular do solo urbano por uma camada de população pobre.

Sem dúvidas, podemos a isso chamar como processo de formação de uma periferia urbana precária, o que consideramos dicotómico com duas distinções: uma área urbana bem planejada e organizada e outra não planejada e desorganizada. Nesse grupo de países se verifica segundo Lall et al., (2017, p. 22), que “mais de 60% da população urbana na África vive em zonas com alguma combinação de superlotação, habitação de baixa qualidade e acesso inadequado à água potável e saneamento básico em serviços físicos sórios”.

Na sequência, é importante destacar que alguns países subdesenvolvidos compartilham, hoje, uma tendência à dispersão urbana resultante da combinação de diferentes tipos de pressões sobre a expansão urbana que são classificadas em suburbanização e peri-urbanização residencial onde quem mora mais distante do centro faz parte da população de classe baixa.

Contrariamente, isso não acontece nos países desenvolvidos, o processo de suburbanização tem relação a uma qualidade de vida superior, pois é, exatamente nos arredores das grandes cidades, que existem casas unifamiliares de alto padrão, espaços verdes amplos, que caracterizam o padrão de vida de famílias de classe média alta.

Essa circunstância aumentou nos países desenvolvidos, no entanto, constitui uma tendência que teve início após a 2^a Grande Guerra, acentuou-se, sobretudo a partir do século XXI, quando a nova classe média emergente passou a optar em habitar em áreas periféricas das cidades, daí começaram a serem construídos condomínios horizontais ou verticais fechados, vistos como verdadeiros paraísos urbanos - o crescimento dos subúrbios simbolizava novo estilo de vida, por

isso em muitas cidades do mundo o uso do automóvel em movimentos pendulares foi causa e consequência da expansão territorial urbana (RICHARDSON; CHANG HEE, 2004).

Vale destacar que a verdadeira essência da urbanização seria a transformação do meio rural em urbanizado. É evidente que a suburbanização provoca mudança penetrante da sociedade rural em urbana, não significando, no entanto, que a sociedade suburbana seja mera projeção das formas e modos de vida urbanos.

Mas, o que se verifica é que de acordo com Goodfellow (2013), espaços urbanos expandidos acabam sendo representados por outro tipo de projeção, constituído por bairros periféricos, com a presença de residências precárias, algumas instalações industriais, pequenas infraestruturas urbanas e outras consequências das transformações provocadas pela ação humana de ocupação irregular, que gera total degradação ambiental. Esta ideia é consubstanciada por Santos (2010), que considera que a rápida urbanização dos países subdesenvolvidos está sendo acompanhada de um novo conjunto de problemas ambientais, sociais e de saúde e acrescenta também que não vem sendo acompanhada pelos investimentos em infraestrutura, como energia, água e saneamento, e principalmente, pela oferta de trabalho.

Assim, vimos que, cresce cada vez mais demanda do uso do solo urbano por habitação e outros serviços básicos que, paulatinamente e, como consequência vão modificando o rural em urbano no seu entorno, o que sem dúvida vem criando uma contínua crise no uso do solo urbano na periferia pela descaracterização rural e não incorporação do aspecto genuinamente urbano.

Essa crise é uma das consequências do crescimento urbano descontrolado que dificulta a análise situacional do momento, que de certo modo, descarta a perspectiva de efetivação a posterior do planejamento urbano adequado.

Assim, é comum que em cidades com deficiente planejamento ocorram vários problemas, desde a inadequação na ocupação e uso do solo urbano, poluição e estão susceptíveis à ocorrência de diversos riscos de erosão, enchentes e outras fragilidades ambientais devido a forma como elas se desenvolveram.

1.2.2 Dinâmica da expansão urbana

Refletindo na questão dos bloqueios, gravidades e consequências anteriormente elucidadas, referentes ao processo de crescimento urbano, tomando em conta que cada cidade apresenta suas

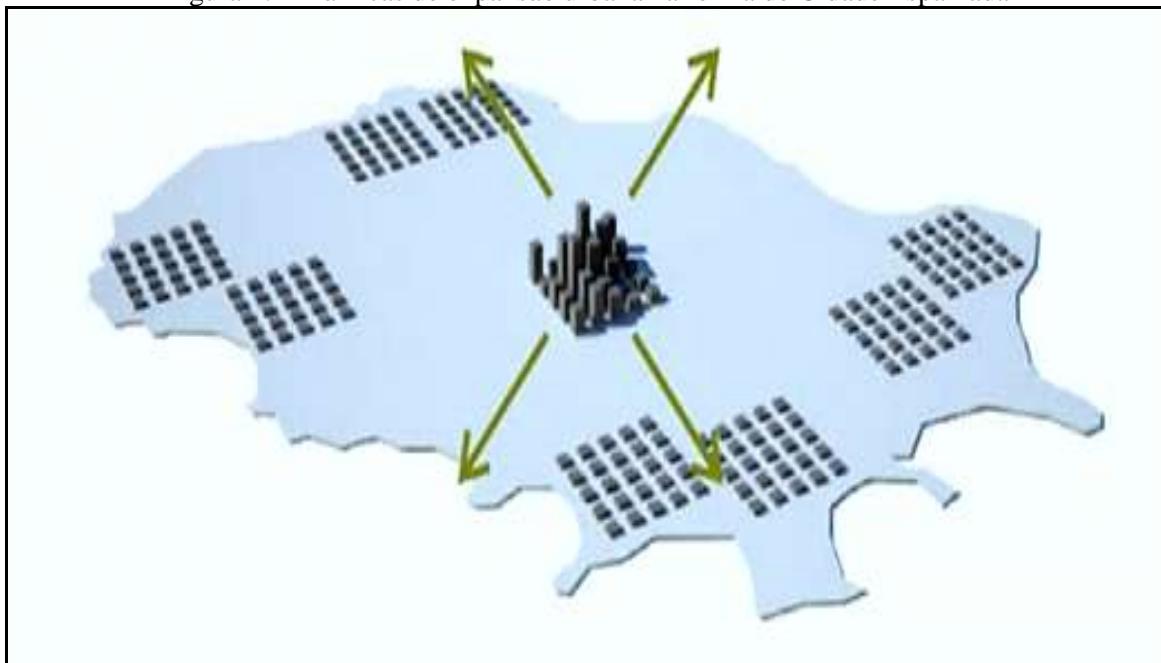
peculiaridades e se desenvolve a partir dos diversos vetores de expansão, elas podem crescer se configurando, isso nos remete a percepção da forma urbana que cada cidade pode apresentar. Essa forma Jabareen (2006) considera como uma composição de características relacionadas aos padrões de uso do solo urbano, sistemas de transporte e a sua morfologia urbana. Para Lynch, (2007) forma urbana é o padrão espacial dos grandes, objetos físicos permanentes nos centros urbanos.

A forma urbana tem uma relação estreita com o crescimento/expansão urbana e com a ocupação do solo que pode ser feita na direção horizontal e / ou vertical. A forma urbana tem sido abordada em diversas pesquisas como o espalhamento urbano por (KASANKO et al., 2006; ZAHO, 2010; HABIBI e ASADI, 2011). A verticalização da cidade por: (GLAESER, 2011; GEHL, 2013), e ainda a cidade compacta, estudada por: (RUEDA, 2002; CHEN et al., 2008; MALEKI et al., 2012).

Assim, a dinâmica da expansão ou crescimento urbana cria diferentes formas urbanas possíveis que passamos a apresentar:

a) O espalhamento urbano tem sido estudado por meio das análises da dinâmica urbana ao longo dos tempos, após a sua consolidação. Pode-se verificar que diversas cidades têm estado a caracterizar-se como dispersas demais (Figura 4).

Figura 4: Dinâmicas de expansão urbana na forma de Cidade Espalhada



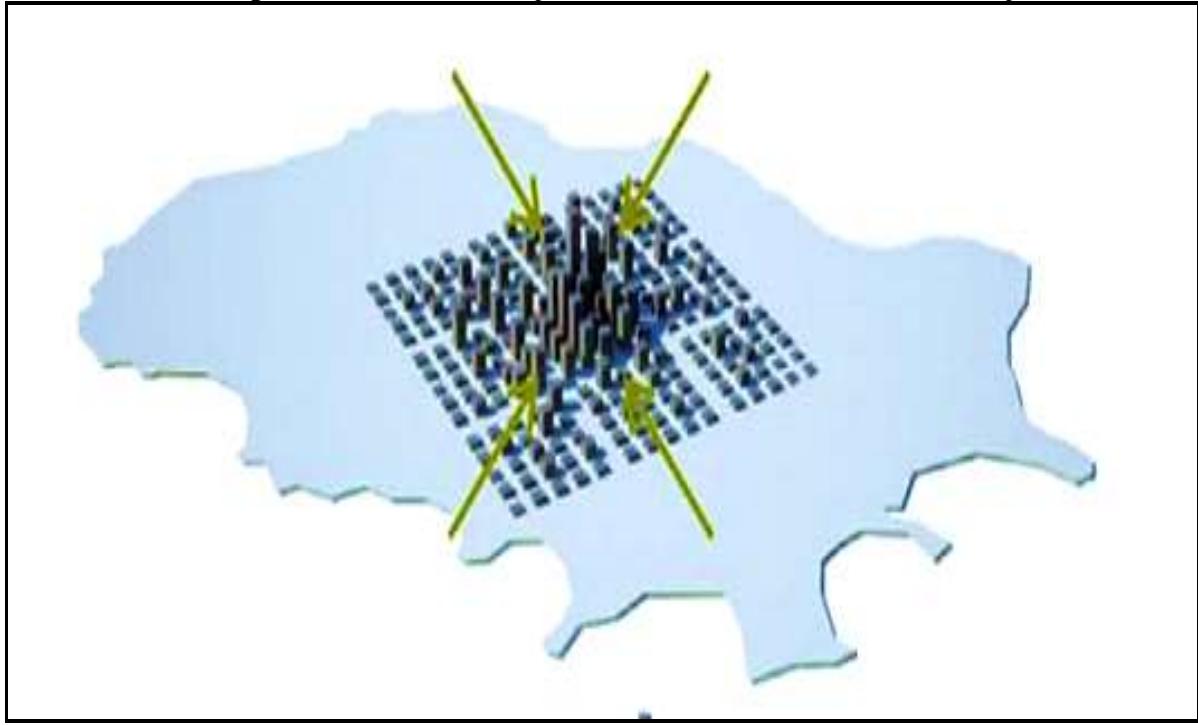
Fonte: Rueda (2002)

Portanto, como ilustra a figura 4, a cidade espalhada, é aquela que se alarga em todos os sentidos, como consequência de um crescimento ou expansão hiperbólico aguçado pela formação de bairros suburbanos (RIBEIRO; SILVEIRA, 2009).

Este assunto foi tratado em diferentes pesquisas sob diversos olhares, como a de Gordon e Richardson (1997), que concebem a expansão urbana como algo resultante do desenvolvimento paulatino. Noutro viés, Nechyba e Walsh (2004), olham a expansão urbana como um crescimento cancerígeno, que lentamente vai degradando os tecidos que o compõem. Por essa razão, na análise conceitual feita em diversas pesquisas sobre a questão do *Urban Sprawl*, concluíram-se que se caracteriza de forma generalizada como um tipo de desenvolvimento espalhado em direção às áreas consideradas suburbanas.

b) Na sequência, a cidade compacta vem sendo tratada como referência a ser seguida para no desenvolvimento das cidades modelos e espelhos por seguir no futuro (Figura 5).

Figura 5: Dinâmicas de expansão urbana na forma de Cidade Compacta.



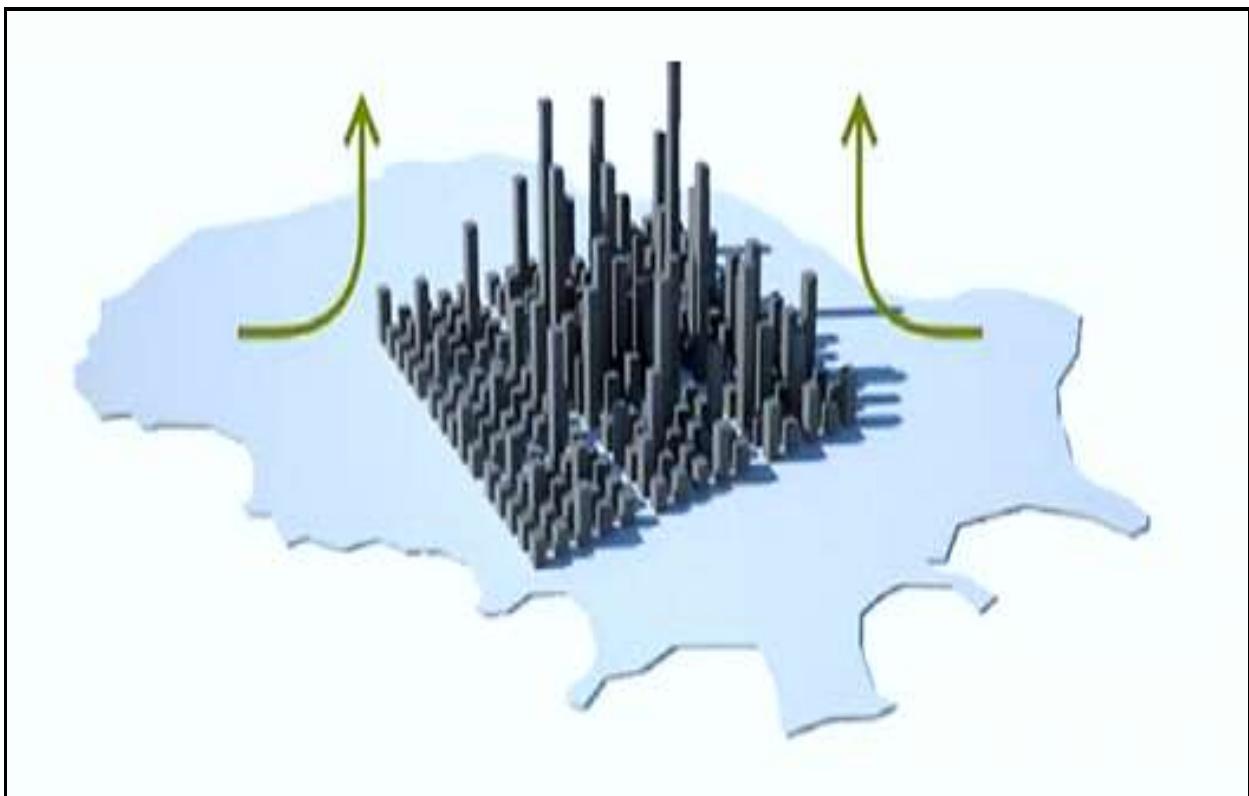
Fonte: Rueda (2002)

Segundo a OECD - GREEN GROWTH STUDIES, (2012), as cidades compactas são caracterizadas como centros urbanos com indicador de desenvolvimento concentrado e próximo, com conexão fácil no sistema de transporte que proporciona serviços e locais de trabalho de forma

muito rápida. Por isso que Leite (2012) considera que a cidade compacta está relacionada a uma referência de desenvolvimento urbano que assegura o uso e ocupação do solo urbano de forma intensiva.

c) A última forma é a cidade verticalizada, que é abordada no aspecto atinente a racionalização do espaço urbano, optando-se pelo caráter denso no uso do solo urbano, através dos pisos (Figura 6).

Figura 6: Dinâmicas de expansão na forma Cidade verticalizada



Fonte: Rueda (2002)

A Cidade Verticalizada surgiu no final do século XIX e, com os avanços tecnológicos no ramo da construção civil, impulsionaram a edificação em altura, permitindo o múltiplo uso do solo urbano originando várias áreas de piso, com um mesmo loteamento (GLAESER, 2011).

Apesar das diferentes formas urbanas resultantes do processo de expansão ou crescimento das cidades, Rueda (2002), considera que raramente uma cidade é classificada segundo uma única forma. O autor acredita que elas agregam várias configurações urbanas, sendo importante revelar o impacto delas para contribuir para o planejamento urbano futuro ou das cidades do amanhã.

Roncayolo (1990) concebe a cidade como um território peculiar ou resultante da ligação de territórios.

Para este autor, a abordagem do estudo das cidades deveria ser analisada na organização como um território ou um sistema de relações, que de acordo com Monte-Mór (2007, p. 80), ela passa a ser:

Vista principalmente como um problema técnico, resultante da somatória dos sistemas de produção dos serviços e infraestruturas requeridas, e consequentemente, afetos ao processo da administração urbana. É neste sentido que representa uma ruptura [...], por incorporar, assim, a ideia de processo contínuo de planejamento, inserido no contexto político-administrativo como atividade normativa [...], onde o plano representava uma sistematização no médio prazo dos objetivos a serem atingidos a partir de ações de curto prazo (MONTE-MÓR, 2007, p. 80).

É na análise do processo contínuo e sistemático de planejamento, que Santos (2009) corrobora demonstrando a diferença existente entre urbano e a cidade e apresenta o “urbano” como a representação que espelha a ideia generalizada e a exteriorizada, e a “cidade”, seria o concreto, o real e o interno, submetendo a ideia simultânea da região e o lugar. No entanto, vale aqui destacar que ambas as expressões constituem o resultado da transformação social do espaço físico, fruto dos seus processos estruturantes, assunto que se aborda no ponto seguinte.

1.3 Estrutura interna das cidades

Neste assunto, iniciamos com Sposito (2001), que utiliza a expressão “área central” para designar os diferentes setores urbanos nos quais se observa a concentração de atividades comerciais e de serviços, tais como o núcleo principal, os eixos de desdobramento das atividades nela desenvolvidas, os sub centros de comércio, os shoppings centers, as vias especializadas, entre outras.

Para Corrêa (2001) é na área central que se concentram as principais atividades de comércio, gestão pública e privada, os terminais de transporte inter-regionais e intra-urbanos e serviços.

Assim, Fernandes e Fernandes (1988 citado por Filho 2004, p. 155) consideram “área central é, indubitavelmente, a parte da cidade com maior facilidade de identificação no conjunto do espaço urbano, pelas suas características e, de forma mais significativa, pelas relações que estabelece entre a cidade e sua hinterlândia ou interior”.

Com essas palavras, o autor quer dizer, que de forma inquestionável é de fácil identificação a área central pela sua dinâmica socioeconômica e relações que ocorrem com as regiões mais afastadas do centro. Isso quer dizer que, o foco principal são as cidades e o seu entorno que são influenciadas pela centralidade.

Por isso que, Corrêa (2001) define como sendo o foco principal das cidades e municípios que não apenas uma única cidade, mas também de municípios e o seu entorno em sua hinterlândia que influenciam ou são influenciados por ela.

Por outro lado, Monnet (2000) refere ao centro como espaço simbólico, considera um lugar concreto, caracterizado por um conjunto de fatores que o distinguem de outros lugares com os quais mantém uma relação dominante, de acordo com diferentes escalas de medida da sua “superioridade”, considerando que as superfícies são aí mais caras devido à concorrência na sua obtenção, onde o poder está sediado e onde se concentram os utilizadores que procuram bens e serviços diversificados. Estas escalas de medida e de valor são aquelas que definem as centralidades diferenciadas relacionadas com o centro.

Então Lacoste (2003), em sua síntese, refere que a noção de centro se associa à ideia de convergência ou de irradiação de atividades e à ideia de lugar a partir do qual se exerce o poder sobre territórios mais ou menos vastos que se encontram nas redondezas.

Apesar de centro ser ponto de convergência, ela também é divergente para onde todos se deslocam por algum motivo e de onde partem as relações e ações para o interior da própria cidade ou para fora dela, podendo ser caracterizado como integrador e dispersor ao mesmo (SPÓSITO, 1991). Mas nem por isso na sua caracterização o “centro urbano não deve estar necessariamente no centro geográfico ou histórico onde a cidade se desenvolveu” (Sposito, 1991, p. 06).

É nessa linha de pensamento que se considera que o centro não é atributo de centralidade urbana, visto que, para além do centro da cidade, podem existir diversas centralidades, visto que o centro deve reunir as funções centrais, económicas, políticas e ideológicas e a concretização das necessidades que lhe estão associadas pressupõe a conectividade dos espaços através de redes de transporte e de telecomunicações (CASTELLS, 2009).

Para Lacoste (2003), a centralidade passa a ser uma propriedade do que está bem no centro de um espaço ou de um território e, sobretudo do que é considerado centro. Ela pode também ser vista como a combinação, em determinado momento, das atividades econômicas, das funções

políticas e administrativas, da prática social, da representação coletiva, que contribui para o controle e a regulação do conjunto da estrutura da cidade (CASTELLS, 2009).

Portanto, cada atividade tem a sua localização específica, o seu centro, até mesmo a sua “cidade”, como o tecno-pólo, a zona logística, a cidade administrativa, o centro de lazer (ASCHER, 2008), isso nos leva a concluir que existem vários centros. Os centros de negócios, universitários, comerciais, desportivos, hospitalares, etc., instalaram-se no exterior do perímetro do antigo centro da cidade e impõem-se como centros secundários e concorrentes, originando a poli centralidade. Uma centralidade não estática e dinâmica.

Monnet (2000) identifica as categorias essenciais para definir e reconhecer a centralidade global numa cidade: Centralidade Política, que corresponde à localização dos principais decisões políticos e respectivas administrações centrais; Centralidade Econômica, atribuída à localização das sedes decisórias das empresas, que obedecem a um esquema de concentração em volta da casa-mãe, centralidade comercial, num processo de dispersão das “funções centrais” do centro em direção às periferias dos aglomerados urbanos.

Neste contexto, a centralidade resulta da interação de ações e projetos de interesses dos componentes que atuam no espaço urbano, como resultado de um processo que nela ocorrem, por isso que as novas centralidades não estão geograficamente no centro da cidade, não apresentam necessariamente morfologia específica, nem representam uma entidade espacial pré-definida, sendo necessário defini-las através de uma análise estrutural da cidade.

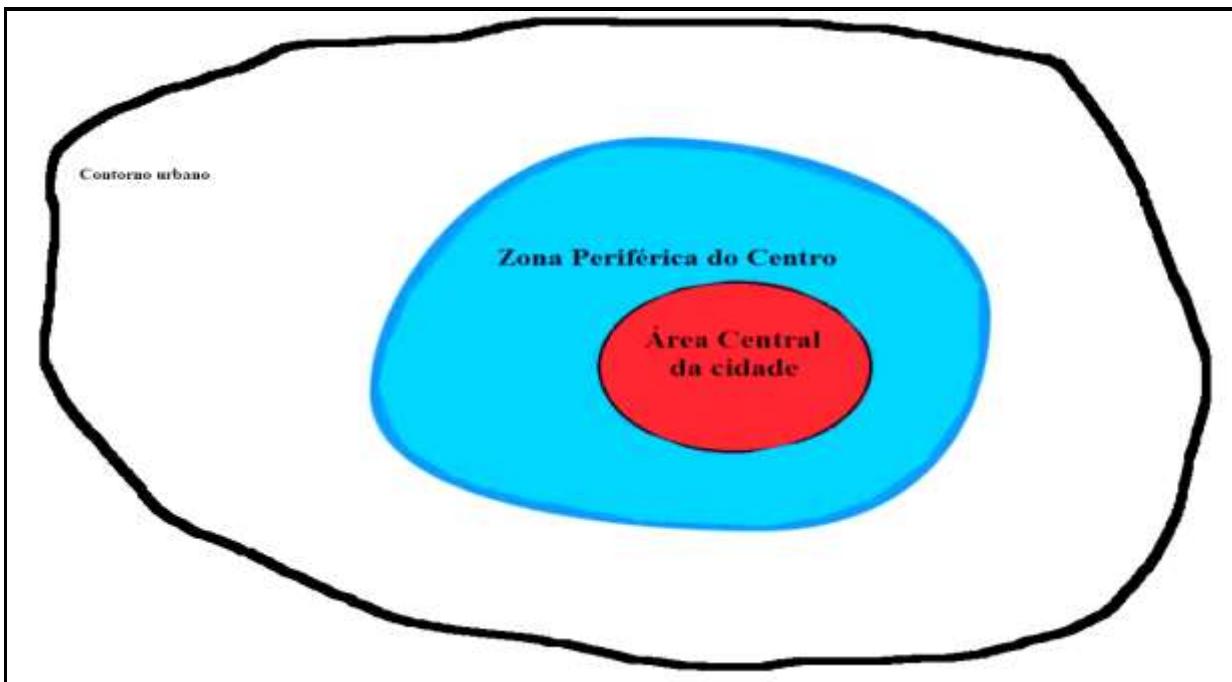
Deste modo, se identificam algumas categorias de centralidade, na ótica Holanda (2002, grifo do autor): Primeira Centralidade Funcional encontra-se associada às atividades comerciais, serviços, tendo em conta à sua acessibilidade; Segunda Centralidade Morfológica, relacionada à sua posição centralizada em relação à forma do espaço da cidade no seu global; Terceira Centralidade de Massa, ligada à intensidade de aglomeração populacional e quarta e última Centralidade Poli Nucleada ou centralidade múltipla alude-se a área superficial, em malha da cidade, definindo uma centralidade.

Assim, deve-se entender que existe uma relação direta entre o centro e as centralidades e um não pode ser explicado sem o outro, Sposito (1991: 15) considera que:

“Tanto o centro como as diversas expressões de centralidade (sub centro, áreas de desdobramento especializado, Shopping Center de hipermercados) são as formas pelas quais a divisão técnica e social do trabalho se manifesta, já que há um processo de especialização das atividades socioeconômicas no tecido urbano e uma inter-relação entre essas diversas atividades e as diversas centralidades correspondem à Zona Periférica ao Centro” (SPÓSITO, 1991, p. 15).

Portanto, zona periférica ao centro surge como resultado da reconfiguração da Área Central de modo segmentado com dois setores, nomeadamente: O Núcleo Central conhecido como *Core*, *Central Business District* e a Zona Periférica do Centro, conhecida como *Frame, zone in transition*, zona de obsolescência, esta que seria uma área em torno do núcleo central (Figura 7).

Figura 7. Representação da Área Central e Zona Periférica ao Centro



Fonte: HORWOOD e BOYCE (1959), Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2017)

A Zona Periférica ao Centro é aquela que se segue após a área central, para sua determinação é necessário que primeiramente esteja feita a delimitação da área central. Estas duas zonas são fundamentais para a definição das outras áreas no zoneamento urbano. Nela se encontra um pouco da continuidade de alguns aspectos que caracterizam o CBD – *Central Business District*, mas evidenciando-se como destaca o estudo de Horwood e Boyce (1959 apud Filho (2004, p. 158), que:

Essa área é caracterizada pelo uso pouco intensivo do solo, com diversidade interna apresentando uma ampla escala horizontal. Ali há atividades que necessitam de maior espaço para o seu funcionamento, estando também vinculadas ao núcleo central. É o caso do comércio e serviços de automóveis, dos estacionamentos, do comércio atacadista, dos depósitos, das indústrias leves e das residências multifamiliares. Por outro lado, essas atividades beneficiam-se das facilidades de acesso que a Área Central oferece em relação ao conjunto da cidade, inclusive através da localização dos terminais de transportes ferroviários e rodoviários (HORWOOD; BOYCE 1959 citado por FILHO, 2004, p. 158).

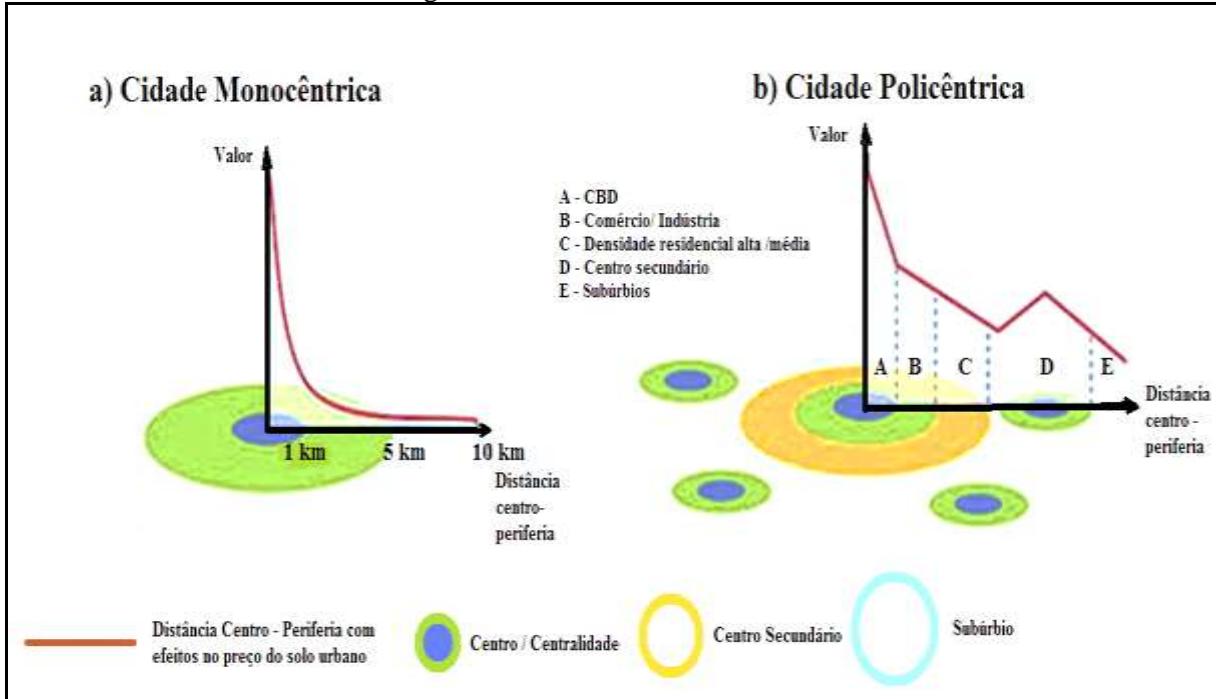
Estas e outras características transitórias entre a Área Central (AC) e a Zona Periférica ao Centro (ZPC) fazem com que alguns autores denominem de zona de transição, por ele ostentar as características do CBD – (Distrito Central de Negócios) e vai agregando outras das áreas mais periféricas da cidade.

Desse modo, a diferença entre área central / núcleo central e Zona Periférica ao Centro, é que o núcleo central é representado pela maior concentração das atividades econômicas, financeiras e serviços, ampla verticalidade em termos de edifícios, alta concentração populacional em termos de movimentação pendular durante o dia devido ao seu caráter decisório. A Zona Periférica ao Centro (ZPC) é a área ao redor que segue deste o núcleo central, caracterizada pelos edifícios horizontais de uma área tipicamente residencial.

Assim, Castells (2009) considera que existe uma estruturação do espaço urbano que não é fruto do acaso, elas representam os processos sociais que nela interferem, os condicionalismos da sua existência em diferentes momentos do seu desenvolvimento, visto que, quanto mais desenvolvida é a cidade, mais centros podem apresentar.

Então se a cidade possui um único centro, denomina-se monocêntrica e possui dois ou mais centro é chamado de Policêntrica (Figura 8).

Figura 8: cidade monocêntrica e Policêntrica



Fonte: QUEIROZ, et al., (2014), Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2017).

A figura 8 apresenta duas imagens com características bem diferenciadas. A imagem em a) ilustra a Cidade Monocêntrica (CM) e a imagem b) a Cidade Policêntrica (CP).

Segundo Loo e Chow (2011), em seu estudo, apresenta a cidade em “a” de perfil monocêntrico, nela ocorre a concentração em áreas urbanas centrais, em termos demográficos, serviços profissionais diversos e centro financeiro que se localizam nesse mesmo aglomerado urbano. Por isso que nessa categoria prevalece o que Lefebvre (1991) julga serem fatores que tendem a conter o processo de formação de várias centralidades. Normalmente nas cidades monocêntricas, verifica-se uma distância muito grande entre o centro e a periferia possuindo uma comunicação muito difícil entre o centro e os subúrbios.

Diante da noção apresentada por Schwanen et al.,(2004), o tempo e as distâncias médias de deslocamento casa-trabalho tendem a ser maiores em aglomerados monocêntrico em função da grande parcela da população da periferia que não consegue a proximidade do centro de policentricidade: um centro histórico com boas acomodações, transportes públicos de base ferroviária, uma rede de ruas do tipo radial originalmente e topografia desfavorável para uma comunicação fácil entre subúrbios.

Já na imagem do desenho “b” de CP, Loo e Chow (2010) representam uma estrutura policêntrica onde tanto os aspectos demográficos e serviços são descentralizados. Nesta forma urbana, o movimento de deslocação pendular é muito mais complexo e pode ser encontrado tanto no núcleo urbano quanto nas novas centralidades que constituem áreas de expansão urbana. Os movimentos ocorrem, não somente da periferia ao centro urbano, mas também de forma inversa e entre as diferentes novas centralidades periféricas surgidas que passam a desenvolver ligações, demonstrando novos padrões de movimentação em uma cidade e a consequente demanda por outros equipamentos urbanos que possam auxiliar nos deslocamentos para atividades diversas.

Importante sublinhar que sobre este aspecto, Lefebvre (1991) acredita que numa CP, cada centro secundário gera movimentações em toda a zona urbana. Os pontos de origem e destino são extremamente dispersos e aleatórios para esses deslocamentos e mais longos do que em uma CM.

De acordo com Sposito (2010) na redefinição da monocentralidade, ela continua ainda relacionada à ideia central de concentração, seja de um centro urbano. Por outro lado, estamos na presença da uma poli centralidade quando se tem a multiplicação de dois ou mais centros, se refere a uma multi-centralidade e se percebe diferentes níveis de referência espacial e relevância dos diversos pontos centrais existentes.

Existem outras várias bases de argumentação na abordagem do policentrismo para além a apresentada pela Sposito (2010), por exemplo, Halbert (2004); Schwanen et al (2004), Riguelle et al., (2007); Lefbvre (1991) e Loo e Chow (2011) abordam esta questão.

Para Halbert (2004), na sua pesquisa na França apresentou uma definição de usando a expressão policentrismo para identificar a tendência para a descentralização dos serviços de negócios em Paris, que a área seja geograficamente resistente a isso. O autor refere que a forma dessa descentralização foi policêntrica por apresentar uma desconcentração não dispersa. E ele concluiu que: *The constitution of a more polycentric metropolitan region is correlated with a strong spatial differentiation of services activities (what I have called “dissociated polycentricity”*⁶ (HALBERT, 2004, p. 399-402).

Outra pesquisa que destacamos é a de Riguelle, et al., (2007), para estes o “policentrismo” refers to the existence of more than one centre in a conurbation⁷(RIGUELLE, et al., 2007, p. 195).

Notavelmente há muitas várias interpretações deste conceito que se verifica em função da escala de análise adotada, que são duas principais: A primeira é intra-urbana de agrupamento e a segunda escala interurbana que se pode interpretar como regiões metropolitanas e/ou regiões industriais e de negócios (RIGUELLE, et al., 2007).

No espaço urbano, as várias atividades econômicas, assim como as residenciais da população, não se distribuem ao acaso. É possível identificar regularidades espaciais nessa distribuição podendo individualizar-se áreas funcionais, isto é, áreas que apresentam certa homogeneidade ao nível funcional, que resulta de uma especialização num conjunto de atividades que aí se desenvolvem e que lhes conferem características próprias, sendo possível identificar as diferentes zonas para além da AC e ZPC. As diferentes morfologias urbanas, mapas e outros documentos cartográficos podem auxiliar na identificação e classificação urbana desde a área central até a periferia mais distante duma cidade.

Estes modelos estruturantes do espaço urbano são muito importantes para a identificação e descrição das principais zonas internas de uma cidade, explicar e ainda avaliar por que diferentes áreas de terra têm diferentes funções e usos.

⁶ A constituição de uma região metropolitana mais policêntrica está correlacionada com uma forte diferenciação espacial das atividades de serviços (o que chamei de “policentricidade dissociada (Tradução do Autor).

⁷ Refere-se à existência de mais de um centro em uma conurbação (Tradução do Autor).

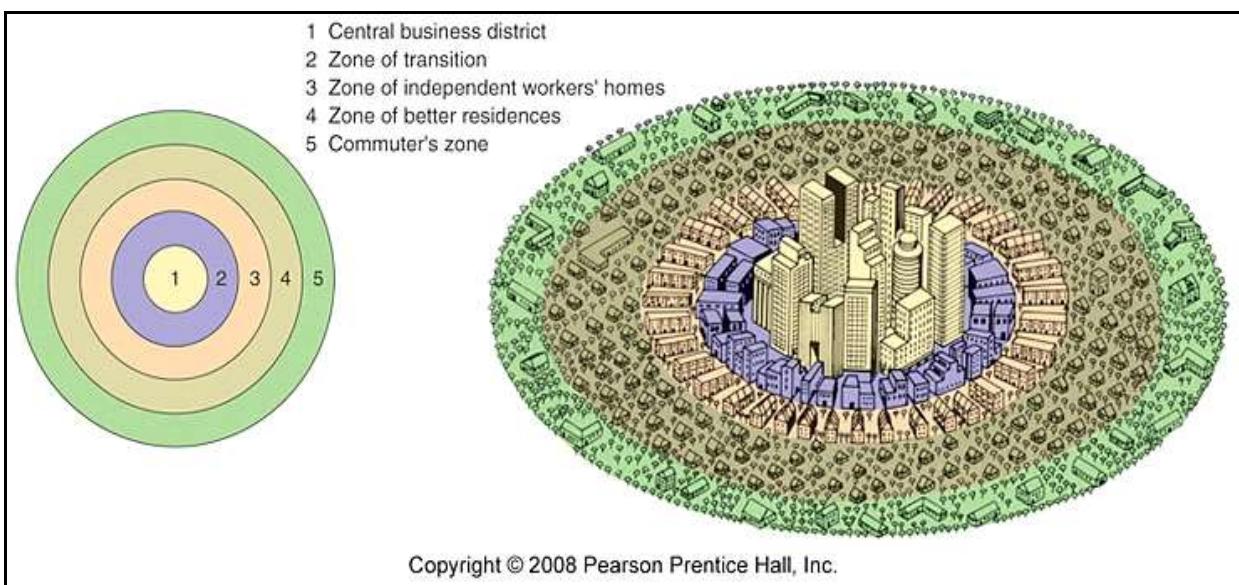
1.3.1 Modelos de representação da estrutura interna das cidades

Existem vários modelos para representar a estrutura interna das cidades, dentre os quais destacamos os modelos clássicos: Concêntrico de Ernest Burgess; Setores da Cidade de Hoyt e Núcleos Múltiplos de Harris e Hullman. Com base nesses modelos clássicos e outros como os modelos das Cidades da América do Sul, Ásia, Europa e África Subsaariana é possível identificar a área central, descrever a sua estrutura, compreender como se encontram estruturadas as cidades, isto permite o aprofundamento do conhecimento da cidade real, permitindo o entendimento das diversas zonas tendo em conta o crescimento e expansão urbana, padrões das habitações, aglomerações clandestinas, serviços públicos de modos que facilmente se definir estratégias de planejamento urbano.

1.3.1.1 Modelo Anéis Concêntricos (Ernest Burgess)

É um dos modelos mais famosos. Este se baseia na ideia de que os valores da terra são mais elevados no centro de uma cidade. Isso ocorre porque a concorrência é alta nas partes centrais do assentamento. Segundo Hall (1984) o que faz com que, haja a construções em alta densidade encontrada perto da CBD com desenvolvimentos pouco densos e escassos à beira da cidade ou na área central dela. Dentre os vários modelos, o de Anéis Concêntricos de Ernest Burgess é o mais comum, tem cinco anéis de diferentes usos do solo urbano (Figura 9).

Figura 9: Modelo Anéis Concêntricos de Ernest Burgess.



Fonte: Hall (1984).

Este modelo se baseia numa estrutura da cidade compreendida a partir de cinco anéis concêntricos, nomeadamente: 1-Distrito Central de Negócios; 2- Zona de transição; 3- Zona de residência de trabalhadores indústrias independentes; 4- Zona de residências de alto padrão e 5- Zona exterior.

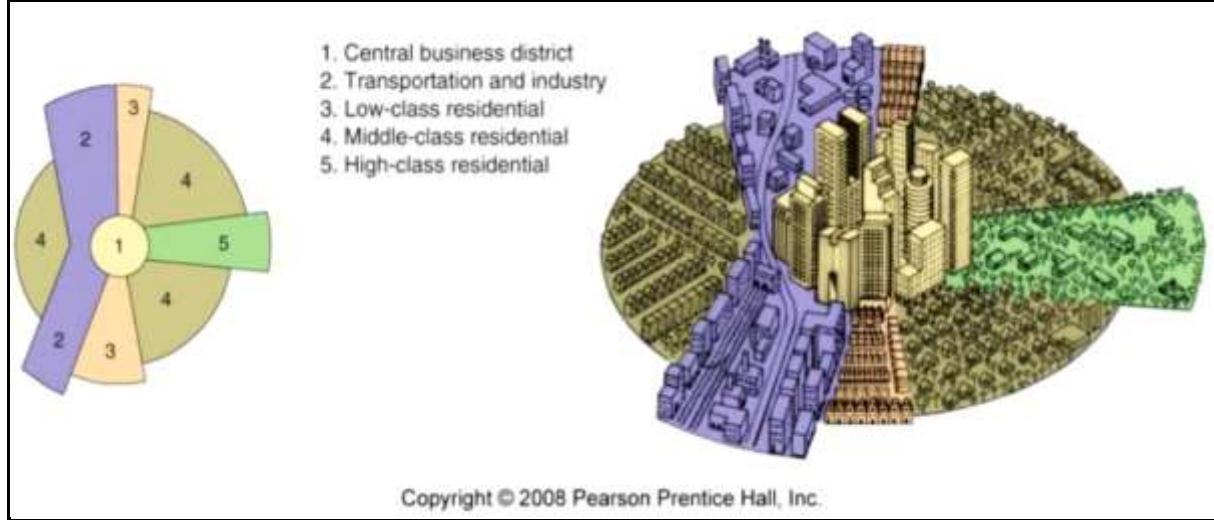
Nela a terra é muitas vezes mais cara no centro da cidade, onde o CBD está localizado, mais barata na periferia. As cidades cresceram e se expandiram para fora do local inicial ou original, de modo que os edifícios mais antigos se encontram na área considerada central da cidade e os mais novos se encontram na ZPC e nas bordas ou nas novas centralidades.

A cidade é um conjunto de zonas concêntricas, cada uma delas com uma especialização diferente (BURGESS, 1924). O modelo considerava a existência de um CBD, seguido de uma zona de transição entre a área central e a de residências, área de residências pobres, uma zona de residências operárias e nos subúrbios de residências dos cidadãos mais influentes de alto padrão e uma zona exterior que constituíam espaços rurais, exemplo é a cidade de New York.

1.3.1.2 Modelo dos Setores da cidade de Homer Hoyt

Homer Hoyt apresentou em 1939 um modelo denominado Sectores Radiantes da cidade e o diagrama apresenta limites que se impõem em círculos concêntricos de Burgess se interrompem e se ampliam do centro à periferia adotando formas irregulares. De acordo com (Rodríguez, 2000), o nível de renda constituiu o ponto central de análise deste modelo, desde a divisão da estrutura e da diferenciação urbana (Figura 10).

Figura 10: Modelo de Homer Hoyt



Fonte: Hall (1984)

Este modelo apresenta uma estrutura da cidade que compreende:

- ✓ Distrito Central de Negócios
- ✓ Área de Transporte e Indústria
- ✓ Residências de Classe Baixa
- ✓ Residências de Classe Média
- ✓ Residências de Classe Alta

É observável que em algumas zonas, por exemplo, a zona industrial, sai do CBD seguindo o corredor principal de estrada. Os valores de uso da terra tendem a ser muito altos, porque as grandes empresas disputam esta área para sua fixação. Nota-se ser mais barato construir verticalmente, visto que as infraestruturas geralmente são de vários andares, além disso, há uma quantidade limitada de espaços abertos.

Nesta área a densidade populacional do CDB é maior durante o dia em que tem muitas pessoas devido aos movimentos pendulares. Isto é devido ao elevado número de pessoas que se deslocam para o centro para fazer compras e ao trabalho escritório e outros serviços. Constatase então que, o CBD tem um número limitado de casas, por essa razão o valor de alguns apartamentos existentes é extremamente caro devido aos altos valores da terra nesta área (RODIGUEZ, 2000).

Na estrutura interna da cidade é notória, por diferentes sectores que a indústria se encontra ordenada ao longo das principais vias de transporte e as residências de baixa renda em sectores circundantes.

De forma geral, um bom exemplo disso seria a cidade de Chicago nos Estados Unidos da América que está dividida em muitos setores diferenciados, um grupo de habitantes vive e é aonde há seções que mostram como uma cidade é feita. Isso é demonstrado por haver mais das principais empresas localizadas em direção ao centro de Chicago, enquanto o distrito industrial está cercado por residentes mais baixos e de classe média (RODIGUEZ, 2000).

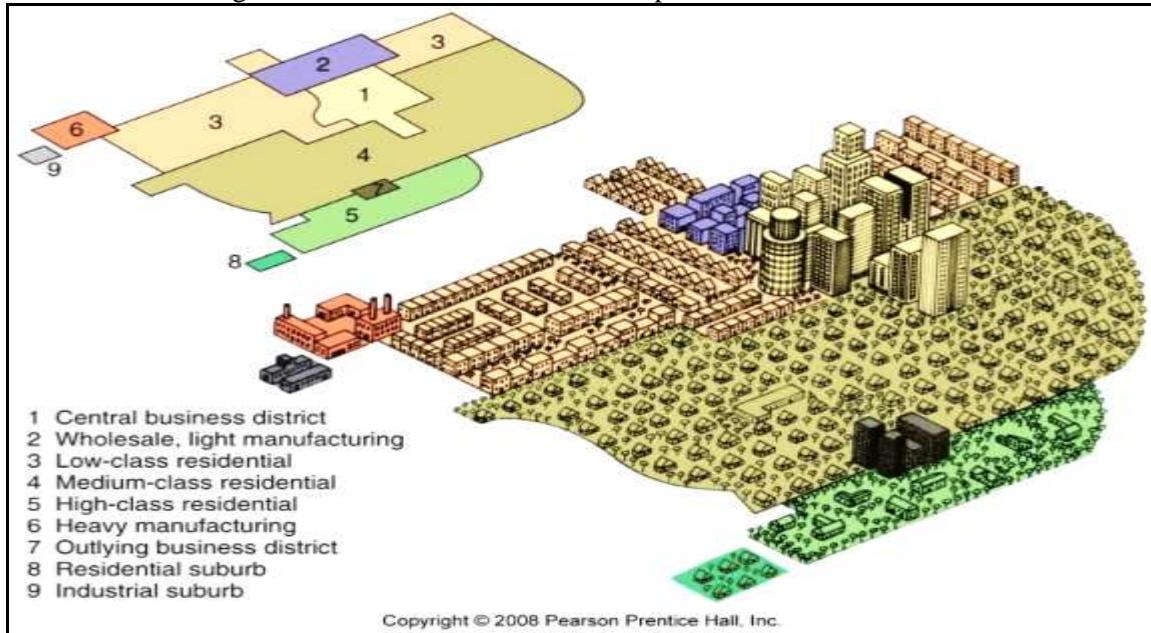
1.3.1.3 Modelo de Núcleos Múltiplos/ Poli nuclear de Harris e Hullman

Por último, nos modelos clássicos temos o modelo de Núcleos Múltiplos. Esta estrutura alvitra que a expansão da cidade não se produz por uma única área central, sendo assim, fizeram referência neste estudo os aspectos defendidos por Burgess e Hoyt nas suas fundamentações. Para Harrys y Hullman, a estrutura urbana avança a partir de diferentes núcleos sujeitando-se de fatores

conexos que contribuem para o desenvolvimento de núcleos independentes (HARRIS; ULLMA, 1945).

Este modelo, assim como os anteriores, reflete o crescimento e expansão urbana, que os autores identificam em áreas homogêneas mais comuns, ligando-os para vários sub centros (figura 11).

Figura 11: Modelo da teoria dos múltiplos núcleos de Harris e Hullman.



Fonte: Hall (1984)

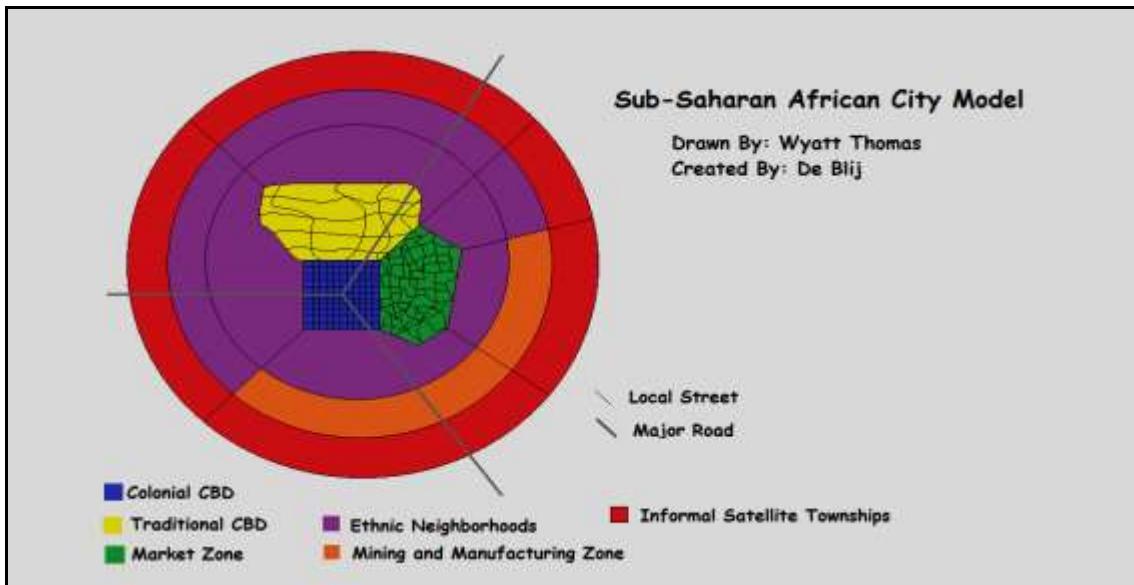
Este modelo apresenta os seguintes elementos: 1-Distrito Central de Negócios; 2- Atacado, Fábricas Ligeiras; 3-Baixa Classe Residencial; 4-Média Classe Residencial; 5-Alta Classe Residencial; 6- Fabricação Pesada; 7-Distrito de Negócios Distantes; 8-Subúrbio Industrial. Um exemplo desse tipo de modelo é a cidade de Mumbai na Índia, uma grande cidade em termos de massa e estruturas, com muitos grupos específicos de habitantes. É um modelo que não segue um padrão muito definido de setores sendo feitos à medida que as pessoas se movem e se fixam nesses locais, mas o CBD ainda está no centro da cidade (HALL, 1984).

Depois de apresentados estes modelos clássicos, importa referir que existem outros modelos como é o caso de Modelo Realms de James Vences, Modelo Branco das cidades do século XXI, Ainda, numa análise continental e tomando em conta o processo de urbanização, diversos autores apresentam modelos tendo em conta a localização continental da cidade, assim encontramos: modelo de cidades de países asiáticos, cidades europeias, da América do sul e de cidades da região subsaariana de África que passamos a apresentar.

1.3.1.4 Modelo de cidade de África Subsaariana

Este é o modelo encontrado em vários países da África Subsaariana apresenta as seguintes peculiaridades (figura 12).

Figura 12: Modelo de estrutura interna de cidades da África Subsaariana



Fonte: Hall (1984)

Este modelo é composto por: 1-Distrito Central de Negócios Colonial; 2-Distrito Central de Negócios Tradicional; 3-Zona de mercado; 4-Bairro Étnico; 5-Zona de mineração e fabricas; 6-Municípios satélites informais.

As cidades africanas são tão diferentes, que é difícil criar um modelo delas. Existem tipicamente três CBDs. O primeiro é um CDB colonial desde que eram colônias da Europa até finais dos anos 1960, que geralmente é de uma única história com alguma arquitetura tradicional. A Área central ou CBD literalmente aparece normalmente no centro geográfico da cidade, cercado por vários edifícios e por instalações residenciais. O segundo é um CBD tradicional, onde o crescimento vertical tende a ocorrer. Esta área tem sido local de ocorrência do processo de gentrificação, os senhores da terra estão expulsando paulatinamente os moradores em antigos edifícios abandonados e convertendo-os em instalações comerciais sem condições de estacionamento de veículos e sanitários públicos.

A última é uma zona do mercado informal, que geralmente é ao ar livre. Ao redor dos CBDs estão os bairros étnicos caracterizados pela mistura de habitações convencionais e precárias, feitas de argila nos arredores para famílias pobres e algumas que possuem propriedades no centro colonial ou tradicional.

Depois a Indústria o desenvolvimento do setor mineiro localiza-se nas zonas circundantes de bairros étnicos e mistos nos quais as pessoas possuem fortes identidades étnicas locais. As zonas de mineração e fabricação são encontradas ao lado de algumas partes desses bairros étnicos. E finalmente, as áreas de populações pobres, nas zonas mais distante de muitas cidades africanas, existem vastas áreas de ocupação irregular e informais, que são áreas de assentamentos caracterizados por bairros pobres ou nas favelas, nas quais as pessoas fazem as casas em qualquer lugar e de qualquer forma, não obedecendo a regras básicas de urbanização que seja possível. Devido essas particularidades gerais nestes países, apresenta um modelo complicado de desenvolver, por isso existem variações de modelos cuja similaridade é a existência de CBD Colonial, Tradicional CBD e Market Zone (RODRIGUEZ, 2000).

O modelo da cidade africana foi feito para tentar generalizar o que as cidades diferentes cidades africanas costumam tem em comum devido a multiplicidade de processos que contribuem para sua expansão. Isto é, devido ao fato de que as cidades africanas fazem parte do conjunto daquelas que passaram pelo processo de urbanização, onde ocorre um crescimento urbano muito mais rápido ou acelerado de uma forma geral. Eles geralmente seguem um padrão semelhante a uma mistura do modelo de setor de Hoyt e do modelo de zonas concêntricas de Burgess (HALL, 1984).

O Modelo da África Subsaariana tem se mostrado muito diferenciados e complexos, este fato, se deve fundamentalmente de como ocorreu o processo de urbanização e sua expansão nesse grupo de países como é o caso de Moçambique que se localiza nesta região do continente africano assunto que é abordado na seção seguir.

2. URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM MOÇAMBIQUE

Nesta seção, trazemos uma descrição do processo de urbanização no território moçambicano, evidenciamos por meio de fatos históricos fundamentados, informações atinentes ao processo de urbanização ocorrida nas principais cidades em dois períodos da história:

1º- Processo de urbanização no período colonial, que ocorreu em 477 anos de presença colonial portuguesa em Moçambique (1498 – 1975), desde as primeiras povoações e núcleos urbanos coloniais e as principais infraestruturas implantadas, enfatizando os eventuais instrumentos de planejamento urbanístico que tenham sido criados e executados nessas cidades.

2º- Processo de urbanização no período Pós-Independência Nacional de Moçambique (1975-2018), que enfoca os aspectos da urbanização no período pós-colonial, os instrumentos urbanísticos elaborados e executados nas principais cidades e a tendência atual de urbanização.

A urbanização do território que hoje se denomina Moçambique na sua essência teve início com a chegada dos colonos portugueses em meados do século XVI. Nessa época existiam diversos povos negros nativos do território de origem Bantu, que estavam divididos em diferentes grupos etno-tribais que guerreavam entre si.

Com a penetração colonial portuguesa e ocupação efetiva esses grupos juntaram-se e tiveram um inimigo comum, o colonialismo português. Foi simultaneamente durante as batalhas bélicas que os colonos portugueses erguiam pequenos núcleos urbanos, a partir de fortalezas e feitorias.

Para melhor compreender o processo da urbanização moçambicana, começaremos a focar a criação dos primeiros núcleos urbanos que surgiram nas primeiras épocas após a chegada dos colonos portugueses, processo de ocupação que decorre até os finais do século XX.

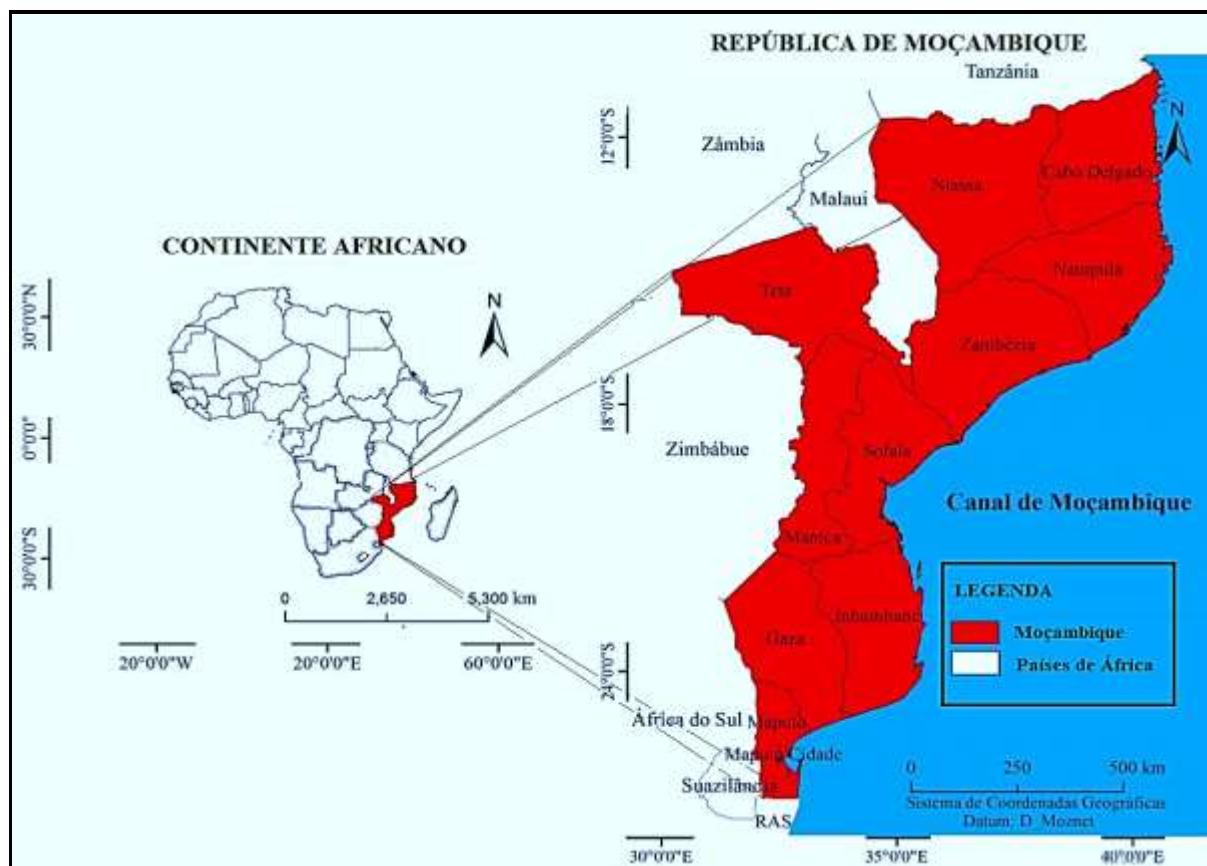
Fazendo uma retrospectiva histórica por meio de informações sobre a urbanização na África, se constata de forma elucidativa que no período anterior à colonização em vários países africanos, como é o caso de Moçambique já existiam “cidades”. Para tal argumento, existem vários vestígios que foram encontrados e estudados por diversos pesquisadores, nos estados e impérios antigos como o grande Zimbabwe, Marave, entre outros em território da província de Manica e Sofala. Mas, como o processo de colonização foi violento, a urbanização pré-colonial não escapou desse fato, visto que, os aspectos da urbanidade africana foram sobrepostos pelos modelos urbanísticos europeus.

2.1 Enquadramento do território moçambicano no mundo

Em termos de posição, a localização do território moçambicano, importa referir que ela se encontra no hemisfério sul, é atravessado pelo trópico de Capricórnio nas províncias de Gaza e Inhambane, apresentando 100% de sua área em uma zona tropical.

Outro aspecto da posição geográfica de Moçambique são as suas latitudes e longitudes, ou seja, as suas coordenadas geográficas, que costumam ser medidas a partir da Linha do Equador (latitudes) e a partir do Meridiano de Greenwich (longitudes). Sendo assim, em termos latitudinais, o território moçambicano estende-se desde algo próximo aos 10° Sul até cerca de 26° Sul. Em termos longitudinais, a extensão vai desde 30° leste até um pouco menos que 40° leste (Mapa 2).

Mapa 2: Moçambique, Localização geográfica



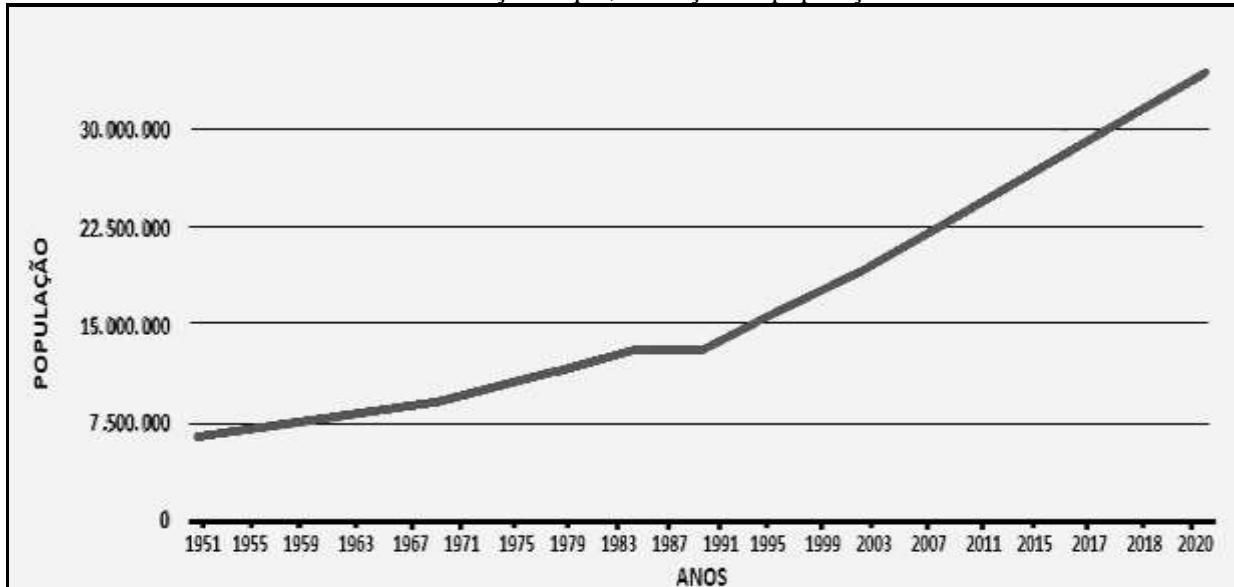
Fonte: Acesso em: <http://www.maplibrary.org/stacks/africa/mozambique.index.php>; Org. MUACUVEIA, R.R.M (2018).

O país apresenta uma área de cerca de 800.000 km² de terra emersa, acostada ao Oceano Índico a leste, com uma extensão de linha costeira de 2515 km. O território é dividido

administrativamente em três regiões (Norte, Centro e Sul), possui 11 províncias (cada província apresenta uma cidade capital), tem 162 distritos, das quais 53 são cidades e vilas municipais. Dentro dos distritos encontramos vilas não municipais, distribuídas por cerca de 419 postos administrativos e cerca de 1052 localidades, sendo esta a divisão que garante o funcionamento da estrutura político-administrativa e socioeconómica do país (INEM, 2013).

De acordo com os dados preliminares do Censo Demográfico de 2017, a população moçambicana, se estimava em cerca 29 milhões de habitantes, e este número tende a crescer de forma vertiginosa nos anos subsequentes (INEM, 2017). Apesar de o país ter passado por um período de guerra civil que se sucedera imediatamente após o término da guerra colonial, a população está em crescimento constante, de acordo com dados do INEM, Moçambique tinha cerca de 12.185.777 habitantes em 1980, aumentou, para 16.141.837 habitantes em 1997, daí cresce para 20.548.749 no censo de 2007 e os dados preliminares do censo de 2017 indicam uma população de 28.968.834 habitantes, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5: Moçambique, evolução da população 1951- 2020



Fonte: UNITED NATIONS (2017); Org. MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

A população moçambicana tende a crescer vertiginosamente e, de acordo com dados de projeção, até 2020, atingirá cerca de 35 milhões de habitantes. Verificar-se-á simultaneamente aumento da população urbana e um decréscimo da população rural, pois o relatório do Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA (United Nations Population Fund) prevê que em 2030 a população urbana no continente africano atinja cerca de 80%, números “assustadores” se

considerarmos a forma como o processo de urbanização tem estado a ocorrer em Moçambique (UNFPA, 2017).

Do total da população moçambicana, de acordo com o Censo Demográfico de 2007, somente 8.766.777 habitantes viviam nas cidades, equivalente a cerca de 30% da população e o restante fazia parte da população rural. Apesar de aumento da população urbana nas últimas três décadas, registra-se o decréscimo da população rural, pois a urbana que tende a crescer substancialmente (tabela 1).

Tabela 1: Moçambique- População urbana e rural nos Censos de 1997-2007

População	1997	%	2007	%	2017	%
Total	16,075,708	100%	20,530,714	100%	27,909,798	100%
Urbana	4,601,100	28.62%	6,203,035	30.21	9,321,872	33.4%
Rural	11,474,608	71.38%	14,327,679	69.79	18,587,926	66.6%

Fonte: INEM, (1997 e 2007), Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Os dados mostram a percentagem da população rural e urbana de Moçambique nos Censos Demográficos de 1997 e 2007. Nota-se um crescimento da população urbana de 1997 que era de 28% da população total e passa para 30% no censo de 2007. Portanto, para o atual censo (2017) se acredita que este número tenha aumentado substancialmente nestes últimos 10 anos, devido a persistência do movimento migratório campo-cidade, que tem influência na estrutura da população.

Fazendo uma retrospectiva histórica por meio de informações sobre a urbanização na África, se constata de forma elucidativa que no período anterior à colonização, em vários países africanos, como é o caso de Moçambique já existiam “cidades”. Para tal argumento, existem vários vestígios que foram encontrados e estudados por diversos pesquisadores, nos Estados e Impérios antigos como o grande Zimbabwe, Marave, entre outros em território da província de Manica e Sofala (NEWIT, 1997). Mas, como o processo de colonização foi violento, a urbanização pré-colonial não escapou desse fato, visto que, os aspectos da urbanidade africana foram sobrepostos pelos modelos urbanísticos europeus.

2.2 Principais cidades contemporâneas de Moçambique e o seu crescimento

Como já foi referenciado, o marco do processo de urbanização em Moçambique consideramos o longo período colonial, depois da chegada dos portugueses a Moçambique em 1498, que corresponde aos finais do século XV. Mas, à época de ocupação portuguesa efetiva neste

território terá iniciado no século XVI, teve vários estágios e surgiram às primeiras áreas urbanizadas, que Newitt (1997) considerou Sofala a primeira cidade e a Ilha de Moçambique, a primeira capital de Moçambique no período colonial. Existiram outros centros urbanos como Quelimane, Sena, Tete e Lourenço Marques, que foram fundadas por volta do século XVI e se cresceram num período anterior ao século XX.

Portanto, essas áreas do território foram espaços de prática de trocas comerciais entre os diferentes grupos, os povos nativos moçambicanos, indianos, os árabes-islâmicos e os colonos portugueses, que travaram violentas lutas pelo controle das principais rotas do comércio, principalmente de ouro, marfim, escravos e outros produtos nos séculos XVI – XVIII (BRÁS, 2013).

Este processo, segundo Mendes (2011), caracterizou-se pela invasão dos colonos portugueses às terras moçambicanas, depois que travaram e venceram diversas lutas implantando os seus postos e entrepostos comerciais.

Nesse rastro, as cidades que foram surgindo a partir desses postos comerciais alteraram profundamente as formas de construção e o espaço urbano construído, que eram tipicamente de construção africana (moçambicanos). Modificações que fizeram com que passassem a ostentar características marcadamente europeias com o passar do tempo. Foram se incorporando as condições físico-geográficas e socioeconômicas locais, se compulsando a construção europeia a partir da destruição das edificações locais.

Para perpetuar o domínio comercial nesses espaços, os colonos portugueses foram construindo de forma simbiótica as suas residências em volta dos grandes centros comerciais que se consolidaram a partir de posições fortificadas e religiosas, em especial a Católica Apostólica Romana e a câmara (IGLESIAS, 2006).

Foi por questões voltadas ao comércio de ouro, marfim e escravos que a penetração e fixação dos colonos portugueses se intensificou e se consolidou em Moçambique, como resposta à procura de novos mercados transcontinentais em África, o que levou que os portugueses, que já tinham hábitos urbanos da Europa, a parar em Moçambique e criarem pequenos povoados, núcleos urbanos e mais tarde cidades (THOMAS, 2008).

Esta situação de procura de novos mercados e acumulação primitiva do capital constituiu o princípio de novos relacionamentos, intercâmbios baseados em violência exacerbadas que foram submetidas às populações moçambicanas, que teve como uma das principais consequências a

edificação e implantação de alguns importantes povoados e núcleos urbanos a partir do século XVI, nas atuais regiões norte, centro e sul de Moçambique que são descritos posteriormente. Sob o ponto de vista GHU, iniciamos a descrição do processo de urbanização em Moçambique na região sul.

2.2.1 Principais cidades da região sul

A região sul de Moçambique é constituída por um total de três províncias (Maputo, Gaza e Inhambane). De acordo com dados do INEM (2017), esta área apresenta uma área de 170.038 km², uma população de cerca de 6.551.746 habitantes, possui 36 distritos, 16 municípios, 97 Postos Administrativos distribuídos da seguinte forma (Tabela 2).

Tabela 2: Moçambique, dados gerais da região sul

Províncias	Superfície (Km ²)	Cidade Capital	Distritos	Munic.	P. Ad.	População	D. Popul. (hab./km ²)
Maputo	26,358	Maputo	08	5	28	3,608,268	3,766.8
Gaza	75,709	Xai-Xai	14	6	42	1,446,654	19.1
Inhambane	68,615	Inhambane	14	5	27	1,496,824	21.8
Total	170,682	03	36	16	97	6,551,746	3,807.7

Fonte: INEM (2013); Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018).

A região sul é a menos extensa em termos de área territorial e apresenta menor número de habitantes se comparado com as regiões centro e norte. A tabela 2 mostra que a província de Maputo é a menos extensa em termos de área superficial com 26.358 km², mas. é aquela que apresenta maior número de distritos, postos administrativos e vilas municipais. Ademais possui maior número de população da região sul e a maior densidade populacional do país. Este facto se deve a sua dinâmica socioeconômica e política. As províncias de Inhambane e Gaza, são mais extensas que Maputo, mas, apresentam menor população.

2.2.1.1 A Cidade de Maputo

Tal como vários centros urbanos do século XVI e XVII, Lourenço Marques antigamente de 1544 a 1976 passou a se chamar cidade de Maputo depois de 1975, foi estruturalmente urbanizada pelos portugueses desde o século XVIII com a construção da fortaleza da Nossa Senhora da Conceição, que foi um ponto fundamental da estruturação da cidade (MORAIS, 2001). Portanto, o autor acrescenta que, como forma de povoar o núcleo urbano se criou a companhia de Lourenço Marques e de Inhambane, constituindo fortes elos de atração de imigrantes portugueses a uma cidade que se expandiu lentamente até finais do século XIX.

Para Iglesias (2006) o núcleo urbano surgiu com a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição em 1781 e, um ano depois se instalou o povoado, simultaneamente com uma pequena feitoria, ligada a um ergástulo em terras presenteadas pelo Régulo Matola.

A cidade colonial de Lourenço Marques foi consequência direta da fixação portuguesa neste núcleo nos finais do século XVIII e na primeira década do século XIX, com a criação de uma força militar aquartelada e um forte (MENDES, 1985). Por essa razão, se pode considerar que a gênese dessa cidade é tardia se comparada com Ilha de Moçambique, Beira e Tete e Quelimane no Norte e centro, respectivamente ,que ocorreu por volta do século XVI.

Não obstante a esse surgimento extemporâneo, o núcleo inicial da cidade ostentava características estruturais de cidades constituídas nos séculos passados. Portanto, Morais (2001) associando essas características a outras, como a localização geográfica e condições físico naturais junto a baia, facilitaram a delinearção da cidade, ajustado com as condições da configuração do terreno, o que foi principal fator que permitiu a implantação urbana com ruas principais mais largas que bordejam sobre o mar, quarteirões retos com características medievais e a construção de praças semelhantes ao do período renascentista.

Foi neste âmbito que se criou o primeiro plano de urbanização da cidade de Lourenço Marques em 1887 (Ver o anexo 1). Mas, uma década antes a cidade foi elevada à categoria de vila em 1876 com um núcleo primitivo com cerca de 100 casas muitas delas convencionais, cobertas de telhas, construídas de ferro e zinco e outras de adobe (LOBATO, 1960; MORAIS, 2001).

Depois da sua elevação a estatuto de vila, Mendes (1979) considera que, a sua configuração urbana muda substancialmente passando a concentrar as atividades administrativas, comerciais e outras, por isso que em 1887 foi elevada à categoria de cidade no mesmo ano que se concebeu o plano de 1887, com o traçado das principais ruas na zona baixa da cidade, área mais antiga deste núcleo urbano. Combinada com a construção da linha férrea ao interior, caracterizou-se como um cenário que mudou completamente a paisagem e que impulsiona a explosão urbana que culminou com a elaboração do primeiro plano de Lourenço Marques concebido por um grupo de técnicos das Obras Públicas enviado de Lisboa.

No período da concepção do plano Major José António de Araújo, 1877 (*Ver o anexo 2*), que foi nos finais do século XIX, a cidade de Lourenço Marques, era pequeníssima em termos estruturais, com uma população que variava de 2,300 á 2,400 habitantes entre 1886 e 1887, isto porque existiam vastas áreas pantanosaas inadequadas para implantação de infraestruturas

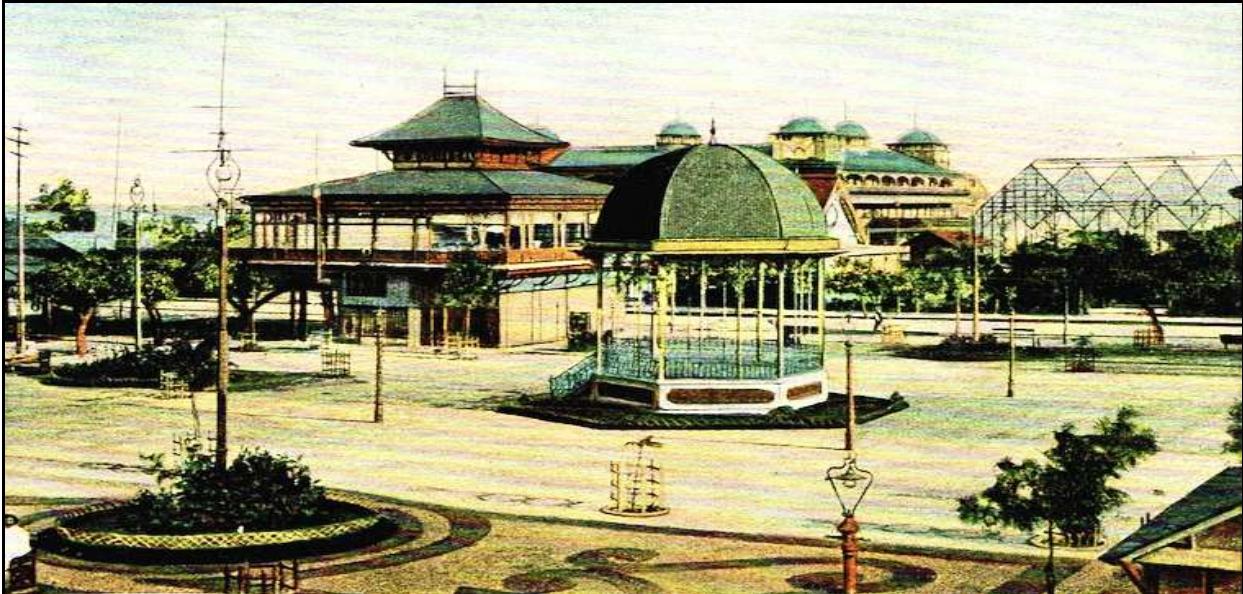
habitacionais (TEIXEIRA; VALLA, 1999). Portanto, foi diante deste cenário descrito anteriormente que é apresentado o “Projeto para a ampliação da cidade de Lourenço Marques”, cuja data especificada no documento oficial é do mês de dezembro de 1877, que teve como executor Major António José de Araújo e que tinha como principal objetivo prover para a cidade de ruas e de avenidas largas e extensas, o que constituiu como um arquétipo para o crescimento urbano que se verificou no século seguinte a este acontecimento.

De acordo com Morais (2001), este plano desenvolveu-se a partir de vários vetores de expansão e crescimento urbano contínuo, que teve como linhas, as grandes e largas vias de acesso em diversos sentidos e incorporou o desenho antigo ao novo esboço, previa a criação de bairros de nativos africanos que não foram construídos, pois nunca eram contempladas nos planos de urbanização da cidade colonial, a qual habitava marginalmente, em assentamentos informais precárias sem infraestruturas básicas.

Com o lançamento deste projeto, conhecido “Plano Araújo”, alterou-se substancialmente a configuração da cidade, abrindo uma nova etapa de crescimento urbano, promoveu a transformação de áreas pantanosas em largas avenidas atravessadas por enormes ruas com canteiros centrais, praças rotatórias e jardins que mudou completamente o traçado urbano (MORAIS, 2001).

Esse plano foi muito importante, por isso Lobo (1995) considera que ele trouxe alterações profundas do esboço urbano, influenciados por plano *Haussman da França* que agregou novos elementos urbanos, como as áreas verdes, concretamente os parques e jardins públicos (figura 13).

Figura 13: Cidade de Maputo, Praça 7 de Março no Jardim Mousinho de Albuquerque, 1900



Fonte: HOUSEOFMAPUTO (2015).

Até meados do século XX o crescimento de Lourenço Marques ocorreu de forma lenta. Por volta de 1930 e 1940, a cidade tendeu a crescer em várias direções, principalmente no sentido norte e oeste, através da implantação de vários projetos urbanísticos esboçados a partir do plano de 1887, como a Praça Mousinho de Albuquerque, por isso, Verheij (2012, p.11) considera que:

Lourenço Marques, atual Maputo, é, durante as décadas de 1930 e 1940, objeto de uma série de intervenções estéticas no espaço público que visam “monumentalizar” e “portugalizar” a cidade, respondendo ao seu estatuto recém-adquirido de capital da Colónia. Dois monumentos destacam-se pela sua importância e carácter exemplar: o Padrão de Guerra, comemorativo da Primeira Guerra Mundial (1935), e o Monumento ao herói das “campanhas de pacificação” da última década do século XIX, Mouzinho de Albuquerque (1940). À volta destes monumentos desenvolve-se um largo leque de práticas comemorativas. Tais práticas postulam o monumento como “alegoria da Nação” e reproduzem, no contexto de uma cidade moderna, valores aórticos e cultuais. Desempenham, assim, um importante papel político na reformulação autoritária do espaço público da cidade como espaço “imperial” e na putativa hegemonização das representações da comunidade imaginada como “Nação”. Permitem, abordar o uso e a utilidade político-ideológica do monumento do ponto de vista da organização do espaço público (VERHEIJ, 2012, p.11).

Simultaneamente, constituiu período de estabelecimento de infraestruturas públicas, com a construção de vários equipamentos urbanísticos como diversas áreas de habitações residenciais que diferenciavam os diversos usos do solo urbano, onde surgia uma parte baixa ligada as atividades portuárias e comércio, a área alta da cidade se encontravam os edifícios da administração pública e residenciais com características da urbanização colonial portuguesa (TEIXEIRA; VALLA, 1999).

Importante frisar que foi durante esse período que surgiram e se consolidaram os bairros suburbanos, denominadas de "bairros de caniço", visto que, para Morais (2001), o surgimento desses bairros suburbanos foi idealizado e incluso no instrumento legislativo urbano a partir de 1912, que se ampliou na década de 1930.

Uma década posterior Lourenço Marques transformou-se numa cidade com funções militares mais concentradas que as outras, devido a mudança da capital da Ilha de Moçambique para esta cidade em finais do século XIX e o número da população ultrapassou a antiga capital (MEDEIROS, 1985).

Foi a partir de 1940 que ocorreu o aumento de edifícios modernos na cidade de Maputo, pois foi o centro urbano que mais recebeu infraestruturas urbanas modernizadas e evolução demográfica resultante de um fluxo e imigrantes de diferentes origens, o que diversificou um pouco mais o padrão arquitetônico em relação as outras duas maiores cidades do país (Beira e Nampula). A verticalização da cidade se deu muito mais cedo que nas outras, iniciou por volta de 1920 do

século XX, intensificou-se na década de 30 e 40. Foi nesta última década de acordo com Mendes (2011 citado por Maloa, 2016, p. 198):

A cidade tinha definitivamente conquistado altura na parte baixa da cidade. Os prédios eram normalmente de sete andares, enquanto que, na parte alta da cidade, nomeadamente: Polana, Carreira de Tiro, Alto Maé e Malhangalene, os prédios eram de apartamentos, com poucos andares. O que reforçava a valorização social e arquitetônica das frentes construídas sobre alinhamento da via pública (MENDES, 2011, citado por MALOA, 2016, p. 198).

A partir da década de 1950, Lourenço Marques já tinha cerca de 110 mil habitantes em pleno período do Estado Novo, iniciou-se uma política colonial marcada pela abertura ao capital estrangeiro, que promoveu a concretização de vários projetos urbanísticos (CABRAL, 1975).

Esses projetos urbanos, como destaca Lobo (1995), possibilitou a melhoria de antigos traçados urbanos, facilitou a formação de novas áreas urbanas com áreas verdes que passam a ter um papel no planejamento urbano, nessa época, a cidade de Lourenço Marques já se apresentava bem estruturada na parte baixa (Figura 14).

Figura 14: Maputo, Parte baixa da cidade em 1950



Fonte: HOUSEOFMAPUTO (2011).

É nesse contexto que surgiu, em 1952, o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (*Ver anexo 3*), elaborado pelo arquiteto João Aguiar, aprovado em 1955 mais conhecido como

plano Aguiar solicitado pelo GUC pela Câmara municipal em 1947 (MORAIS, 2001). Foi um plano, de acordo com Azevedo (1969), que contribuiu bastante para o desenvolvimento urbano com novos traçados e estruturação urbana eficaz e regulamentação mais clara. Visto que, permitiu a edificação da faixa e crescimento litorâneos da cidade e surgiram alguns edifícios de grande simbolismo na cidade como

O plano previa um zoneamento praticável que destacava as diferentes áreas urbanas como de habitação, serviços, comércio e lazer, identificam-se os espaços públicos e os seus equipamentos (COSTA, 2002). Várias vias são construídas com novas direções e novos traçados, algumas mantendo o traçado sinuoso antigo.

De acordo com Morais (2001), foi um plano que não chegou de ser implementado na sua totalidade por fraquezas técnico-administrativas e insuficiência de fundos, o que fez com que se construíssem apenas algumas vias fundamentais e a ampliação da zona habitacional que constituem o atual contorno da cidade de cimento bem estruturada e urbanizada.

Foi diante deste cenário que se considera que os problemas dos bairros informais da cidade de Maputo e outras de Moçambique, tem sua gênese neste período, pois podemos considerar que o plano de 1952 não atendeu a realidade, foi excludente, por isso Morais (2001), demonstra-nos que existia uma política de segregação urbana, que constituía na separação física e ainda sociocultural, dividida em cidade considerada de “cimento” e a denominada de “caniço”.

Diante desta inconveniência do plano, se começou a esboçar o Plano diretor de urbanização de L.M de 1969 idealizado pelo engenheiro Mário de Azevedo e aprovado em 1972, cujo objetivo era corrigir as incongruências do plano de 1952 e esboçar planos de contingência para atender algumas situações não acertadas anteriormente (MORAIS, 2001).

Azevedo (1969) considera que o novo plano abrangeu o espaço urbano, preocupava-se com o sistema urbano como um todo e de maneiras menos excludente, preocupando-se com os bairros suburbanos “caniço” o microclima urbano, a mobilidade e as questões sociodemográficas. Foi assim que Morais (2001) considerou que este plano assumiu a responsabilidade sociocultural, procurando integrar as comunidades segregadas e excluídas no espaço urbano. Importante referir que estas intervenções urbanas nunca chegaram a efetivar-se de forma cabal e abrangente na sua totalidade generalizada, pois, os benefícios eram para o centro urbanizado e estruturado.

Segundo Morais (2001) nos finais da década de 1960 e início de 70 até à independência foram marcadas pela implementação de uma nova tipologia edificária na área central da cidade,

que refletiu as tendências arquitetônicas da época, iniciando-se a substituição por uma cidade mais verticalizada e a área suburbana se ampliava, fragmentando-se em novos bairros, uns planejados e outros espontâneos. Para as áreas do entorno da envolvente da capital houve vários planos nos anos 1950-1970, nomeadamente para os núcleos de Namaacha, Vila Luísa/Marracuene, Bela Vista, Manhiça e Ponta do Ouro. Nesta área territorial deve destacou-se o Plano Regulador da Ocupação dos Solos, por Fernando Mesquita, de 1966, um estudo executado procurando o ordenamento do espaço numa perspectiva pioneira, de algum modo ante segregaria.

Sendo assim, na década de 1960 os altos edifícios dominavam parte considerável do núcleo central e inicial da cidade de Maputo, tais modificações da estrutura arquitetônica da cidade adicionaram múltiplos edifícios com implantação do sistema de iluminação pública, abastecimento de água, incluindo espaços públicos com vegetação.

Só após 1965 o plano diretor da cidade foi elaborado à luz de novos valores pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lourenço Marques, coordenado pelo engenheiro Mário de Azevedo com o arquiteto-chefe José Bruschi, em 1967-1973. Face ao crescimento demográfico, em 1968 o município aprovou um decreto que previa uma nova divisão administrativa da cidade composta por três áreas: O núcleo urbano e as áreas periféricas de Alto Maé e Bairro da Munhuana onde residiam os indígenas negros (MENDES, 2011). Assim, o tal plano abria novo olhar para evolução demográfica e para a estrutura urbana central já definida na baixa da cidade procurando por outro lado, controlar os bairros suburbanos habitados por negros que vinha crescendo de forma lèpida desde meados do século XX.

O plano preocupou-se em agregar a questão das áreas verdes urbanas, que Mendes (1979) e Ramos (2006) consideram que ela obedeceu o planejamento de áreas compostas por vegetação inspirado no planejamento urbano de *Le Corbusier*, é com esta visão do plano que se construiu na cidade de Maputo praças, parques, eixos rodoviários arborizados, jardins adjacentes as habitações particulares influenciada pelo princípio da Cidade Jardim do urbanista Ebenezer Howard, surgindo dessa concepção em Lourenço Marques os jardins Vasco da Gama, atual jardim Tunduro, jardim da Praça 7 de Março o 25 de Julho, os parques Silva Pereira, José Cabral que é atualmente Parque dos Continuadores, só citando alguns dentre outros, ainda as praças da cidade de Maputo erguidas até os anos 1970 (figura 15).

Figura 15: Maputo, Praça Mousinho de Albuquerque e verticalização, 1970



Fonte: THE LAGOA BAY WORLD (2012)

Na figura 15 é visível a catedral de Lourenço Marques e parte da verticalização de 1960 – 1970. O novo plano foi implementando quase na sua totalidade, diferentemente dos planos das outras grandes cidades, provavelmente seja por essa razão que Maputo apresenta largas e extensas avenidas e ruas que cortam a cidade, formando uma malha bem estruturada desde leste a oeste e é a maior cidade do país em termos de dimensão, estrutura urbana, demograficamente e aspectos socioeconômicos.

O impacto dessas transformações arquitetônicas foram a troca de edifícios de único piso por andares, mudando profundamente o panorama visual da cidade para uma paisagem em altitude, desfazendo das casas de amplos átrios ociosos em edifícios elevados ajardinados.

Não obstante, nas proximidades da independência de Moçambique em 1975, alguns desses pátios existiam e existem na atualidade, que tem sido intervencionado na nova fase do processo de urbanização da cidade de Maputo. Mas, o avolumado investimento público e privado feito as incorporadoras imobiliárias foi cortado em 1974 pela ineficiência da produção consequência da intensificação luta de libertação nacional. Ainda nesse período, as periferias formadas por bairros de população negra indígena começam a dilatar-se, constituída por casas precárias de caniço

edificadas accidentalmente em espaços não organizados, isso foi consequência da expansão da cidade de cimento desde o plano de Urbanização da década de 1950, que Mendes (1979) considera que nela residiam população de baixo escalão composta por empregado/as domésticos/as, estivadores, serventes e outros de classe social muito baixa. Esta ideia é corroborada por Penvenne (2012, p.175) sustentando que “estes não eram cidadãos”, foram processos ligados à urbanização antes da independência de Moçambique.

A cidade de Maputo no período pós-independência, destaca, que, nas duas primeiras décadas deste período que ocorreu desde 1975, o país foi dirigido por um regime monopartidário de índole socialista. Ocorreu um retrocesso extremado da economia devido à ineficiência da política seguida e associada a guerra civil que eclodiu em 1977 e terminada em 1992. O planejamento urbano deste período é marcado por medidas estruturais Tomam-se também medidas com o objetivo de reduzir a polarização social, como a nacionalização de diversos sectores (educação, saúde, terra e prédios de rendimento), a instalação de equipamentos sociais nos bairros pouco urbanizados, o fornecimento estatal de habitações, a melhoria de infraestruturas básicas e algumas intervenções de qualificação urbana (RAPOSO, 2007; ROSÁRIO, 1999).

Então, na cidade de Maputo, as primeiras medidas do processo urbano foram a inserção dos bairros de caniço nos limites administrativos da cidade, o que de certo modo acarretou maior custos que já eram considerados irrisórios na gestão da cidade, mas verificou-se a execução de forma cabal de projetos que visavam colocar em ordem alguns bairros como Polana-Caniço, sob iniciativa da DNH sob chancela da ONU (RAPOSO, 2007).

Este projeto contribuiu para a construção e revitalização de infraestruturas como fontes de abastecimento de água, através de fontanários públicos, fornecimento e melhoria da rede elétrica, melhoria do saneamento básico no geral, acrescentando a disponibilização de lotes para a autoconstrução das habitações nas cidades de Maputo e Matola (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002).

Estas providências foram grandes atrativos para as populações se deslocarem cada vez mais a este centro urbano, adicionado a retirada dos colonos do país e a prática das nacionalizações das infraestruturas habitacionais, empresas e outras. Foi nessa época que se implantou um sistema burocrático que pretendia abrandar a expansão e crescimento urbano devido à alta imigração que a cidade de Maputo registava, o que deteriorou substancialmente as áreas suburbanas, aprofundando cada vez mais a situação de precariedade existente.

Por volta de 1986 se deu uma etapa nova na situação político-econômica de Moçambique e verificou-se a liberalização da economia com a entrada do país ao FMI e Banco Mundial (BM), começou então a implementação de PRE e PRES, que promoveram um crescimento econômico irregular e desigual e o aumento da polarização social. Seguidamente o processo de democratização, a partir da implementação de um regime multipartidário e da descentralização do poder com a Constituição (1990), pelo Programa de Reforma dos Órgãos Locais, lançado pelo BM (anos 1990), e pela aprovação da Lei dos Municípios (Lei n. 3/1994), revogada pela Lei de Bases das Autarquias (Lei n. 2/1997). Dos instrumentos jurídicos publicados nesse período com impactes sobre o território, destaca-se ainda a Lei de Terras (Decreto-lei n. 19/1997), que apresenta um compromisso entre a jurisdição formal e a tradicional, em que a terra permanece propriedade do Estado.

Em 1985, se criou-se o Plano de Estrutura de Maputo, mas a sua implementação foi dificultada por alguns fatores, como a falta de recursos e de informação, o dirigismo do Estado e a dificuldade de negociação com os atores. Posteriormente, apesar da falta de recursos, contribuiu para a formação de técnicos locais e tem apoiado os municípios na elaboração de diversos planos urbanos. Em 1999, conclui-se o Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo, elaborado por duas empresas estrangeiras (Arcadis Euroconsult e JTK Associates) e financiado pelo BM, executado numa perspectiva *top-down*, gerando discussão e polêmica na Assembleia Municipal de Maputo, que acabou por não aprovar (RAPOSO, 2007).

No ano de 2008, foram aprovados o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) (2008) e os Planos Parciais de Urbanização (PPU) dos bairros mais a norte da cidade (2010), na sequência da publicação da Lei do Ordenamento do Território (Lei n. 19/2007), que os enquadrou e da implementação do Programa de Desenvolvimento Municipal (PROMAPUTO) em 2007 que visa melhoraria cobertura e a qualidade dos serviços municipais como prevê a criação de novas áreas centrais, como o Zimpeto, a ponte para a KaTembe e a Circular) estão a materializar-se lentamente, mas outros foram ultrapassados ou desconsiderados e perdidos no tempo pelas eventualidades e pelo real crescimento da cidade, à semelhança de planos anteriores (JENKINS, 2012).

Houve ações desenvolvidas numa lógica de mercado por investidores privados, nacionais e internacionais (destacando-se portugueses, brasileiros, chineses e sul-africanos), assumem um peso cada vez maior, principalmente no centro urbanizado, exercendo uma crescente pressão imobiliária

sobre as áreas semiurbanas mais próximas e também já nas mais afastadas. Assiste-se, por exemplo: à construção de edifícios administrativos, de serviços (centro) e residenciais para classes média e alta (centro, Costa do Sol e Zimpeto), podendo envolver processos de gentrificação (Polana Caniço A e Maxaquene A); à construção de habitações subsidiadas pelo Estado (figura 16).

Figura 16: Cidade de Maputo- Vila Olímpica- Bairro do Zimpeto, 2017



Fonte: Soares Costa, 2011.

Construção da Vila Olímpica de Maputo composta por 848 apartamentos de tipologia T3, divididos por 27 edifícios, nos quais foram instaladas as diversas delegações dos países participantes nos Jogos Africanos de Maputo, evento ocorrido em 2011. A empreitada englobou ainda a construção de todas as infraestruturas (terraplanagem; arruamentos; sistema de drenagem; redes de águas e esgotos; telecomunicações), de um complexo de piscinas olímpicas e de um centro de treinos para a prática de vários desportos, verificam-se vários projetos urbanísticos em fase execução como grandes espaços comerciais, equipamentos e infraestruturas viárias e a ponte que liga Maputo a KaTembe, fazem parte das grandes intervenções urbanas na região metropolitana do grande Maputo (figura 17).

Figura 17: Cidade de Maputo, Circular rodoviária e Ponte Maputo- Ka tembe, 2018



Fonte: CORNELIUS (2018)

Nas novas infraestruturas edificadas, como as viárias, se verifica a valorização do solo urbano, apesar de algumas delas fazerem parte zonas declivosas ou com um nível freático elevado, não se adaptando as condições do meio natural de cada local.

São de fato construções que, de forma alguma, até hoje substituem as construções coloniais antigas e nem trazem profundas alterações à paisagem urbana em termos de tipo de infraestrutura, mas sim expande a implantação de infraestruturas habitacionais e comerciais em áreas suburbanas, que devido ao crescimento e expansão urbana acelerada, nota-se o romper com a norma do urbanismo colonial português passando a ser visível essa nova urbanização típica dos países subdesenvolvidos, onde o zoneamento urbano é pouco usado no planejamento das cidades, isto quer dizer, surge outra racionalidade urbana em que a forma retilínea das quadras ou dos quarteirões se perde, introduzindo-se novas configurações, como os condomínios fechados horizontais em vastas áreas de expansão.

Por outro lado, temos os condomínios verticais em algumas zonas de expansão da cidade de Maputo, especialmente no Bairro da Costa do Sol. Estes condomínios habitacionais fechados, surgiram a partir demarcação e distribuição de lotes em áreas mais afastadas do centro e muitas vezes sem infraestruturas básicas.

A cidade de Maputo tem uma área com aproximadamente 167 km² de área, demograficamente conta com 1.094.628 habitantes (INEM,2007). Paradoxalmente a maior parte dessa população vive na área suburbana resultante da expansão urbana, visto que a UN-HABITAT (2008) estima que cerca 70% desses habitam áreas semiurbanas, onde as condições de habitação e infraestruturas urbanas são deploráveis.

As cidades de "cimento" e de "caniço" sofreram o processo da intensificação do uso do solo urbano com a ocupação do espaço feita de espontaneamente, importante salientar que Jenkins e Andersen (2011) mencionam que em alguns desses bairros ocupados espontaneamente, os moradores, segundo a constituição de República de Moçambique atinente a direito e uso da terra detém o direito costumeiro de uso e ocupação do solo do território, o que de certo modo, loteamento é feito pelos próprios moradores, materializando-se numa malha urbana irregular e desorganizada de ocupações e habitações precárias de material de caniço. (Figura 18).

Figura 18: Cidade de Maputo, bairro de ocupação espontânea, 2016



Fonte: Jornal Folha do Maputo (2016).

O crescimento de bairros construídos de material precário de forma desordenada, como é o caso "do caniço", é um fenômeno antigo, pois antes da independência nacional de Moçambique, nesta cidade, os indígenas negros habitavam em locais mais afastados da cidade e sem condições básicas, isto era resultado da segregação socioespacial. Situação que prevalece até a atualidade, mas com outros contornos políticos e socioeconômicos.

Essas áreas semiurbanas surgiram de um vazio, expandiram-se, consolidaram-se e adensaram-se, sem, no entanto, beneficiarem-se da implantação dos equipamentos e infraestruturas básicas de saneamento básico, de educação e saúde, que para Nielsen (2010), criou legitimização da ocupação que tem forte impacto na pobreza urbana, na emergência de problemas socioambientais.

A estrutura urbana central pouco se alterou desde o período colonial, apesar da degradação das infraestruturas e pressão sobre os edifícios habitacionais, houve novas intervenções, sobretudo sobre o traçado viário, alguns edifícios antigos revitalizados, outros destruídos, novas áreas transformadas com edificações de luxo correspondentes a complexos hoteleiros (figura 19).

Figura 19: Cidade de Maputo, Torres Rani Hotel



Fonte: HOTELHUNTER (2017)

O ambiente urbano edificado para Raposo e Salvador (2007), é a materialização do modo de vida capitalista e interação entre o mundo urbano de consumismo ocidental. Algumas das suas praças, parques e jardins foram destruídos, outros revitalizados e apropriadas passando a

desempenhar outras funções no meio urbano, especialmente relacionadas ao consumismo exacerbado.

Em suma, esse período a urbanização da cidade de Maputo, em particular, pode-se considerar que se tratou de um processo ocorrido lentamente em termos teóricos, mas, na prática se trata de um processo rápido, visto que a população cresceu de uma forma vertiginosa. Em meados da década de 1970, posteriormente a independência que se registou altas taxas de ocupação no subúrbio de Maputo, consequência resultante de dois fluxos, o primeiro era população proveniente das zonas rurais e o segundo eram moradores da área central que deixavam as suas habitações preferindo fixar moradia no subúrbio, se desenvolvem os bairros periféricos de "caniço", de Malhangalene, Mafalala, Maxaquene, Munhuana, Maxaquene, que cresceram se intensificando o uso e ocupação do solo de forma desordenada sem condições básicas de saneamento, sendo notório reduzidas infraestruturas construídas, de acordo com a tabela 3

Tabela 3: Cidade de Maputo, evolução da população, 1970-2017

Ano	Cidade de Maputo					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	5,234	555,000	870,935	985,584	1,099,102	1,101,170

Fonte, a Dados do INEM, Censos de 1970-2017, Org.: MUACVUVEIA, R.R.M, (2018)

Entre 1970 e 1980, isto é, cinco anos antes e cinco anos depois da independência nacional de Moçambique, proclamada em 25 de junho de 1975, a população da cidade de Maputo cresceu vertiginosamente cerca de 549.766 habitantes aumentou cerca de 51.000hab, isto corresponde a um aumento cerca de 106 vezes. Neste período, a taxa média anual de crescimento demográfico para a cidade ultrapassou esteve situado entre 15 a 30% (INEM, 1997).

De 1980 a 1991 com a eclosão da Guerra civil, que teve grande impacto de destruição no meio rural devido a sua maior intensidade, verificou-se de forma deplorável o crescimento urbano e a falta de controle sobre as infraestruturas na cidade de Maputo. O continuo crescimento demográfico e espacialidade da cidade de Maputo era propiciado pela procura de segurança das populações vindas de toda região sul majoritariamente (Gaza e Inhambane) e outras províncias do país Verifica-se nesta época que com o fim da guerra civil, findada em 1992, a população permaneceu na cidade, vivendo em condições desumanas em áreas desordenadas, de acordo com a figura 20.

Figura 20: Cidade de Maputo, delimitação dos bairros de ocupação desordenada



Fonte: Google Earth, 2018; Org.: MUACUVEIA, R.R.M 2018

Para terminar a abordagem desta cidade, com base no seu núcleo urbano mais importante, que foram edificados alguns centros urbanos na região sul de Moçambique como Matola, que juntamente com Maputo forma a área metropolitana do grande Maputo e, juntos, perfazem cerca de 2 milhões de habitantes, conforme a tabela 4.

Tabela 4: Maputo e Matola, População da área metropolitana, 2017

Cidades	População/ hab.	Percentagem (%)
Maputo	1,101,170	40.6
Matola	1,616,267	59.4
Total da Área Metropolitana	2,717,437	100

Fonte: INEM,(2017), Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2018)

De acordo com o Censo Populacional de 2017, a região do grande Maputo tem uma população de 2,7 milhões de habitantes distribuídos da seguinte forma: 1.616,267 habitantes na Matola e 1.101.170 habitantes.

2.2.1.2 A Cidade de Xai – Xai

De acordo com a Portaria nº 263 de 11 de dezembro, foi instalado o povoado em 1897, após a ocupação colonial foi designada como principal centro urbano do distrito devido ao seu potencial na produção agrícola (IGLESIAS, 2006). Se desenvolveu entre 1909-1912, assim Silveira (s/d: vol. II) foi nesse intervalo temporal que a povoação de João Belo/Xai-Xai (ou Vila Nova de Gaza), teve um com plano em 1910.

A cidade de Xai-Xai, foi elevada à categoria de vila através do Decreto de 27 de outubro de 1911 se denominava Chai-Chai. Em 1922 passou a se chamar Vila Nova de Gaza, Em 1928 a designação foi alterada e imposta o nome para Vila de João Belo, que teve uma população de cerca de 49.000 habitantes em 1950 nessa época, um dos emblemáticos e importantes edifícios de Xai-Xai é a Câmara Municipal, construído por volta de meados da década de 1950 e início de 1960, período em que foram edificados os principais infraestruturas a câmara de João Belo e a igreja (figura 21, 22, 23, 24).

Figura 21: Cidade de Xai-Xai, Conselho Autárquico



Figura 22: Cidade de Xai-Xai, Igreja católica



Figura 23: Cidade de Xai-Xai, antiga Rua João Belo, 1960



Figura 24: Xai-Xai, Jardim João Belo, 1960



Fonte: THE LAGOA BAY WORLD (2011)

Nessa mesma altura, depois da edificação de várias infraestruturas e equipamentos urbanos, a cidade já apresentava um traçado reticular com uma larga avenida principal, a antiga Rua João Belo, foi elevada à categoria de cidade em 1961, numa altura em que o GUC efetuava obras pontuais nas principais cidades moçambicanas, onde João Belo não foi exceção, foi nessa conjuntura que a cidade recebeu em 1966 o seu primeiro plano de urbanização em 1966 e foi reformulado em 1973 que visava o seu melhoramento e revitalização urbana.

Assim, de acordo com Belo (1965) somado a vários outros planos nesta época até nas vésperas da independência que configuraram um esforço empreendido pela administração colonial

em urbanizar o território moçambicano e manteve o nome colonial (João Belo) até à independência nacional, altura em que o Governo moçambicano decidiu resgatar o nome Xai-Xai depois de 1973.

A cidade, capital do distrito de Gaza, está situada nas margens do Rio Limpopo, sendo atravessada pela Estrada Nacional 1, tem uma população que atingiu os 143 mil habitantes em 2017, de crescimento moderado (tabela 5).

Tabela 5: Cidade de Xai-Xai, evolução da População, 1970 - 2017

Ano	Cidade de Xai-Xai					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	5,234	44,000	87,935	103,251	116,343	143,128

Fonte: Dados do INEM, censos de 1970-2017; Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Entre 1970 e 1980, a população urbana aumentou cerca de 40.000 habitantes, correspondente a uma taxa de crescimento anual de 23,7%. O período de 1980 a 1991 com a intensificação da guerra civil nos distritos limítrofes, Xai-Xai viveu um momento de uma explosão demográfica e crescimento da população devido ao fenômeno migratório campo cidade, assim a população cresceu neste período cerca de 43.900 habitantes, equivalente a uma taxa de crescimento médio anual de 6.5% (INE, 1991). Apesar da guerra civil que ocorreu entre 1976-1992, este período registou um grande aumento da população na cidade de Xai-Xai, que é justificado pela busca de abrigo nesta cidade, foi dessa forma que se começam a fixar assentamentos desordenados em áreas de risco de inundações.

De 1991 – 1997 cresceu cerca de 15,000 habitantes, com 2.1% de taxa de crescimento médio anual (INEM, 1997). seguidamente de 1997 – 2007 a população cresceu cerca de 13.000 habitantes e por último de 2007 – 2017 a população cresceu cerca de 26 mil habitantes.

Atualmente cidade está administrativamente dividida em quatro postos administrativos (Posto Administrativo Sede, Posto de Inhamisse, Posto de Patrice Lumumba e Posto da Praia), área suburbana de Xai-Xai cresceu muito e tornou-se denso no período da guerra civil (1980 – 1991) comprometendo de certo modo, a construção de infraestruturas básicas, visto que maior parte das habitações nos bairros expandidos de forma desordenada, encontram-se em áreas declivosas, pantanosas, propensas a enchentes e inundações que ciclicamente tem afetado esta cidade desde a sua implantação (figura 25).

Figura 25: Cidade de Xai-Xai, delimitação de áreas de ocupação desordenada



Fonte: Google Earth, 2018; Org.: MUACUVEIA, 2018

Terminamos a abordagem sobre a cidade de Xai-Xai, ressaltando que para além deste centro urbano, encontramos na província de Gaza o núcleo urbano de Chibuto e Chokwé. Em seguida abordamos o processo de urbanização da região metropolitana do grande Maputo.

2.2.1.3 A Cidade de Inhambane

A cidade de Inhambane, capital da província homônima localiza-se na região sul de Moçambique. Se desenvolveu com a construção do “Forte de Nossa Senhora da Conceição”, que se localizava na povoação da atual cidade de Inhambane, segundo Mendes (2011) foi fundado por mercadores *swahili*, tendo sido visitada pelo navegador português Vasco da Gama em 1498. Para este autor, os colonos portugueses instalaram esta feitoria fortificada em 1546, mas, o processo de ocupação efetiva teve o seu início em 1731, quando na sexta década do século XVIII o povoado foi elevado à categoria de vila com um pequeno núcleo urbano (figura 26 e 27).

Figura 26: Inhambane- Rua da Rosa, séc. XVIII



Figura 27: Igreja de Nossa S. da Conceição séc. XXI



Fonte: AMORIM (2016)

Uma das infraestruturas emblemáticas da cidade é Igreja da Nossa senhora da Conceição e da torre construída entre 1854 e 1870 (figura 27). A Igreja foi inclusa nos planos e projeto das fortificações portuguesas para Inhambane e daí foi concedido o foral, obra que coincidiu com a ampliação da vila com o alargamento das ruas. Ela surgiu no âmbito das modificações da construção e ampliação da antiga fortificação concluídos em novembro de 1867 e começado em junho de 1864. Foi no mesmo espaço, edificado à praça de Nossa Senhora da Conceição, que estava situada onde se encontram hoje os edifícios que instalam os Serviços da Administração do

Concelho, o Governo do Distrito, os Serviços de Fazenda e a Capitania do Porto com suas oficinas. Nessa época, vale destacar que já se tinha criado o primeiro Código de Postura de Inhambane (PEREIRA, 2006).

Os principais edifícios construídos no âmbito da urbanização colonial foram: Casa Marinha (Capitão)-foi construída em 1885, a Casa Oswald Hoffman (Atual Gráfica Sul de Save), foi construída em 1890, Templo Católico em 1893, Edifício do Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI)-construído em 1908, A Casa dos Arcos (Antigo Hotel) construída entre 1908 funcionou como Câmara municipal e tribunal,

Constrói-se a linha férrea que liga a vila de Inharrime entre 1909/1915 (FERNANDO, 2012) com isso, surgiu a necessidade de se implantar o edifício sede da estação de caminho- de-ferro, Correios, telégrafo, colégio-liceu, constrói-se a Ponte Cais e abrem-se avenidas e ruas, com destaque para Avenida da República, e Praça da República em Inhambane nos finais de 1960, estilos arquitetônicos que emergiram no século XX apresentavam edifícios (figura 28, 29, 30 31).

Figura 28: Inhambane, Edifício dos Correios, 1960



Figura 29: Inhambane, Ponte Cais, finais de 1960



Figura 30: Inhambane, colégio e liceu, finais de 1960



Figura 31: Inhambane, Praça da República, 1960



Fonte: AMORIM (2016)

Com essas infraestruturas e equipamento urbanos que foram construídas entre 1940 a finais de 1960 e conectada ao traçado da Estrada Nacional Número1 (EN1) Inhambane foi elevado à categoria de cidade em 1956, foram executadas pelo GUC apoiados pelos SOP e SUPM que modernizaram a cidade de Inhambane no âmbito dos planos de melhoramento e revitalização elaborado em 1967.

Portanto, de acordo com Bruschi (2011) a cidade cresceu com traços ecléticos nas suas infraestruturas, influências da arquitetura popular portuguesa de modelo ortogonal veio a ser posteriormente introduzido e substituído, por vezes, pelo modelo da cidade jardim, aplicado embora em contextos sociais e políticos que não permitiam concretizar (figura 32).

Figura 32: Cidade de Inhambane, vista da cidade nos anos 1970



Fonte: Acessado em: MISTERMADALA (2013)

Por essa razão que a maior parte das moradias unifamiliares de Inhambane maioritariamente casas térreas envolvidas por espaços ajardinados, estão presentes elementos que se enraízam na arquitetura popular portuguesa, também já apresentavam jardins e praças públicas que eram frequentadas pelos moradores.

Este foi o período de maior desenvolvimento urbano de Inhambane, que se situou entre os anos 1960 e 70 do século passado, quando foram edificadas muitas das vivendas atuais, que se

vieram juntar a algum anterior casario térreo em banda contínua, ainda sobrevivente e a população crescia simultaneamente (tabela 6).

Tabela 6: Cidade de Inhambane, evolução da população, 1970 - 2017

Ano	Cidade de Inhambane					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	4,975	54,990	70,892	54,147	63,867	79,724

Fonte: Dados do INEM, censos de 1970-2017; Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Entre 1970 e 1980, a população urbana aumentou cerca de 50 mil habitantes (tabela 6). Neste período, a taxa média anual de crescimento demográfico para cidade foi de o conjunto do país ultrapassou os 27,5% a mais elevada da região sul.

De 1980 á 1991 a população cresceu cerca de 24 mil habitantes e a taxa média de crescimento anual foi 2,1%. Em 1997 esse número populacional da cidade de Inhambane decresceu substancialmente e mantendo a sua taxa média de crescimento anual em 2,1% (INEM, 1997). Este decréscimo se pode justificar pela procura de novas oportunidades socioeconômicas em cidades vizinhas como cidade de Maxixe e outras vilas turísticas da província com o fim da guerra civil em 1992, de acordo com INPF (1991) foi neste período que a cidade teve o seu PEU.

Registou de novo crescimento ligeiro da população de 1997 para 2007 cerca de 10 mil habitantes e de 2007 para 2017 cerca de 17 mil habitantes.

Atualmente o núcleo urbano central atual da cidade de Inhambane é um dos exemplos evidentes do urbanismo português e europeu adaptado ao contexto climático e cultural da costa oriental africana. É o mais antigo assentamento urbano com uma paliçada a envolver uma igreja e as casas de habitação do pároco e do capitão, conta 23 bairros e tem cerca de 80,000 habitantes.

A cidade central tem um velho sistema de drenagem urbana construída no âmbito da urbanização colonial. Na zona suburbana, segundo Azevedo (2009) é composta por habitações precárias em assentamentos informais suscetíveis a enchentes e inundações, sem sistema de esgoto, usam-se as fossas sépticas e latrinas devido a forma irregular de ocupação (figura 33).

Figura 33: Cidade de Inhambane, delimitação da área de ocupações desordenadas



Fonte: Google Earth, (2018), Org. MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Para Azevedo (2014) é evidente o processo de expansão urbana na cidade de Inhambupe, com o surgimento de novas áreas habitacionais, como se verifica nos bairros Muelé 2 e 3, Nhampossa e Chamane, mas, apesar dessa ampliação o legado histórico permanece patente nas ruas e avenidas da cidade, bem como nos diferentes bairros que Fernando (2012) considera um meio ambiente com pouco harmonioso.

2.2.2 Principais cidades da região centro

A região centro de Moçambique abrange as províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala. De acordo com INEM (2017) esta área apresenta uma extensão de 342.368 km², possui uma população de cerca de 12.007.996 habitantes 62 distritos, 20 municípios, 144 postos administrativos, conforme a tabela 7.

Tabela 7: Moçambique, dados gerais da Região Centro

Províncias	Superfície (Km ²)	Cidade Capital	Distrito	Municípios	P.Adm.	População	Dens. P hab/km ²
Zambézia	105,008	Quelimane	22	06	44	5,110,787	48.7
Tete	100,724	Tete	15	04	34	2,764,169	27.4
Manica	61,661	Chimoio	12	05	35	1,911,237	31.0
Sofala	68,018	Beira	13	05	31	2,221,803	32.7
Total	335,411	4	62	20	144	12,007,996	139.8

Fonte: INEM, (2017), Org. MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Os dados da tabela 7 demonstram que esta é a região mais extensa em termos de área territorial, que apresenta maior número de províncias e maior número de população. A província mais extensa é a Zambézia com 105,008 km² e, simultaneamente, é aquela que apresenta maior número de divisões políticas e administrativas, apresenta maior número de habitantes e alta densidade populacional da região e em termos gerais é a segunda mais populosas do país depois de Nampula.

Nesta região de Moçambique, a província menos extensa é Manica com 61,661 km² e apresenta simultaneamente menor número de população. Este facto deve-se provavelmente as condições geomorfológicas e climáticas da região, pois o relevo da província é constituído por vastas áreas de planaltos com altitudes que variam entre 200 e 1000m, localizam-se na região central e leste, e ocupam cerca de 70% da área da província. e montanhas com mais de 1000m de altitude, é nesta zona que se localizam os pontos mais altos da província e do país em geral, caso

do Monte Binga, localizado na cordilheira de Chimanimani com 2.436m e outros como o Monte Gorongue, localizado na Serra de Espungabera com 1.887m a Serra Choa, localizada no Posto Administrativo do mesmo nome, com 1.844m, este facto contribui para predominância de clima modificado pela altitude e temperaturas baixas, com médias anuais inferiores a 20°C (MUCHANGOS, 1999).

2.2.2.1 A Cidade da Beira

Uma das primeiras regiões em que os portugueses se fixaram foi Sofala parte da área (da atual cidade da Beira), num território localizado na costa, entre a foz do lado sul do rio Búzi, e a norte a baía de Sofala, que era grande entreposto comercial de ouro e simultaneamente um excelente porto (Newitt, 1997). De acordo com Costa (1989) esta área constituiu o ponto de ancoragem para o processo de urbanização em Moçambique que se espalhou por diversas zonas.

Voltando a sublinhar, as cidades coloniais de Moçambique tiveram a sua gênese associadas a fortés ou fortalezas, igrejas e câmaras. Assim, Amaral (1969) argumenta que Sofala surgiu sob forma de um estabelecimento fortificado situado junto ao porto, que funcionava como um entreposto para as trocas comerciais. Foram sob estas funções que se edificam as primeiras residências urbanas de origem portuguesa, que foram substituídas simbioticamente com as construções nativas e a dos Suaílis que eram predominantes.

É importante recordar que Sofala foi uma das cidades dos primeiros três séculos da colonização portuguesa, seguia o modelo urbano de cidades medievais, segundo Delumeau (1983) e Burque, (2008) num período em que a arquitetura renascentista era bastante expressiva na Europa.

A cidade da Beira é atual capital da província de Sofala na região centro de Moçambique. Para Sopa (1989) ela foi fundada em 1891 no local de uma antiga colônia árabe, mas o seu centro urbano foi implantado anteriormente em 1887 como num entreposto de escoamento de produtos por via marítima a denominada Sofala. A cidade foi crescendo, que em 1900 apresentava uma arquitetura constituída de construções de ferro.

Portanto, se pode considerar que o centro urbano de Sofala surgiu com as funções de forte, visto que, o primeiro edifício a ser construído foi a fortaleza de São Caetano (figura 34).

Figura 34: Província de Sofala, Fortaleza de São Caetano, erguida 1890



Fonte: SILVEIRA (1991)

A fortaleza foi uma infraestrutura fortificada de pedra e cal para atender a demanda comercial da realeza de portuguesa e servindo como muralha de proteção contra as invasões inimigas na época (CHAMI, 2002; ROQUE, 2009).

Daí se unificou a este forte, outros vários edifícios urbanos como a igreja, lugares públicos, a câmara, diversas casas, como do administrador, capitães entre outras construções na área centralizada e ainda importante destacar que existia também no seu entorno uma população nativa que praticava agricultura, pastagem e atividade mineira (TIBBETTS, 1971; LIESEGANG, 1972). Esses aspectos de organização dinamizaram a vida urbana neste período nesta cidade que hoje se denomina Beira.

A cidade de Beira, foi um posto militar, mais tarde com a implantação de um comando militar que foi inaugurado com o nome de quartel militar de Aruângua como o centro e elemento primário de estruturação, este aquartelamento se pode considerar o marco da evolução urbana da cidade da Beira que assegurou a reprodução no seu entorno com um traçado irregular de habitações majoritariamente precárias feitas de paus de caniço e barro, somente alguns edifícios dos colonos

eram de tijolo de cimento e telhas, material importado de Portugal (AMARAL, 1969; COSTA, 1989).

Nas casas precárias ou palhotas residiam os negros nativos africanos e nas casas convencionais os colonos brancos, é dessa forma que começa a evidenciar-se a distribuição desigual e segregacionista do espaço que até hoje prevalece apesar das profundas transformações ocorridas, em meados de 1890.

Por isso que a Agência Geral das Colônias (1946) refere que ocorriam frequentemente enchentes ou inundações por volta de 1890, devido à localização do núcleo urbano abaixo do nível médio das águas do mar que invadiam a área, por isso foi elaborado o primeiro plano de urbanização da cidade da Beira - 1898 (Aruânga), conhecido como Projeto de Loteamento da Beira, 1898 (*Ver anexo 4*), elaborado pela Companhia de Moçambique que vaticinava o crescimento da cidade, este foi pouco implementado devido ao seu desaparecimento misterioso ((FERNANDES, et al., 2008, p.51).

Este foi o primeiro plano, previa a construção de várias pontes, apresentava traçados retos das ruas pavimentadas com casas uniformes inspiradas na urbanização portuguesa (MENDES, 2011). Por este fato, a cidade pouco se transformou, pois se verificou a construção de casas de madeira e chapas de zinco, casas de ferro de acordo com as características do modelo local.

Em 1907 passou a designar-se Beira em homenagem ao príncipe de Sofala. A população e o centro urbano foi crescendo, em 1928 tinha cerca de 20 mil habitantes. Nessa óptica, a autêntica modificação da cidade se deu entre finais do século XIX e na primeira década do século XX, quando assumiu o estatuto de cidade (1907), denominando-se Beira, com aparecimento de várias infraestruturas socioeconômicas que alteraram profundamente o cenário urbano com a construção de aterros nas ruas antigas, sinuosas e degradadas, foi fortalecido o obstáculo que defendia a intrusão da água do mar sobre o núcleo central da cidade que facilitou o desaparecimento do pantanal e rio passou a correr o seu leito natural (SOPA, 1989; MENDONÇA, 2013).

Com estas e outras intervenções urbanas se impulsionou o crescimento e renovação urbana da Beira, que mais tarde aumentaram-se as ruas e avenidas e expandiram os serviços sociais e infraestruturas e equipamentos urbanos para os diferentes bairros. Isso, se deu simultaneamente com o crescimento da população, ocasionando vários problemas como a falta de água potável, como exemplo no Bairro de Munhava anos 1930 (figura 35).

Figura 35:Cidade da Beira, estrada Sousa Araújo – Bairro da Munhava, anos 1930



Fonte: Acessado em: <https://static.panoramio.com/storage.googleapis.com/photos/large/>

Cerca de alguns anos depois (1933) se divulgou aquele que se considera o primeiro plano de expansão urbana que vaticinava a consolidação da cidade iniciada pelos irmãos De Andrade com a edificação de casas para colonos brancos na zona norte, hoje bairro da Ponta Gêa e Macúti e para indígenas negros bairro muito afastado do centro- hoje Bairro de Esturro.

Na sequência, mais tarde com a dinâmica portuária, no que tange ao transporte de mercadorias e passageiros, a implantação do sistema rodoviário e ferroviário ligando regiões do interior catapultou e continuou a ser o elemento subterfúgio fundamental ponto de partida para o incremento das infraestruturas urbanas (MENDES, 2011).

Para Bruschi et al (2005) a modernização da cidade da Beira principiou na terceira década do século XX, por volta de 1932 com o plano de urbanização dos irmãos De Andrade, nomeadamente Carlos e Guilherme, um esboço ávido que visava ampliar e reordenar a malha urbana toda por meio de uma estrutura proporcional equilibrada e harmoniosa, incorporando a zona portuária a via ferroviária as ruas e avenidas que cortam a cidade, agregando novas linhas rodoviárias dinâmicas que assegurassem o acesso rápido as zonais mais periféricas, partindo da área central, este plano foi pouco implementado.

De acordo com Mendes (2011), a cidade se desenvolveu bastante e muito rapidamente, de certa forma, que em 1928, a população cresceu a atingiu cerca de 20 mil habitantes. Devido a esta

evolução demográfica, que no ano seguinte foi concebido um plano de urbanização pelo Arquiteto Rebelo de Andrade, ou seja, Bruschi e Lage (2005) referem ao Projeto de Urbanização e expansão da cidade da Beira e o Projeto de Urbanização da Praia de Macuti, nos arredores da cidade (ambos de 1929-1932), pelo arquiteto Carlos Rebelo de Andrade, com a colaboração dos arquitetos João Aguiar e Lima Franco, que viriam depois a ser muito ativos no planeamento ultramarino, pois foi neste período em que de facto, acompanhando as transformações urbano-administrativas, a anterior Comissão de Administração Urbana foi substituída em 1933 por uma câmara municipal.

Este plano constituiu o impulso para a modernização da cidade da Beira em 1943 com a apresentação de outro projeto considerado controverso da autoria dos arquitetos urbanistas José Porto e o engenheiro Ribeiro Alegre, que somente em parte foi seguido e implementado. Seguidamente se verificou o crescimento urbano da cidade da Beira com aumento do número da população que aumenta de cerca de 32 mil em 1944, para cerca de 75 mil em 1956 (MENDES, 2011).

Com este crescimento se deu a consolidação da cidade da Beira e leva que em 1943, se esboça o plano de expansão urbana, uma ação levada a cabo pelo GUC da autoria de autoria de Ribeiro Alegre e José Porto (BRUSCHI; LAGE 2005). Esse projeto de expansão urbana da Beira estaria envolto em polémica.

O anteprojeto de urbanização da cidade da Beira, dos arquitetos Ribeiro Alegre e José Porto (1943) proposto tinha um caráter inovador, visavam o melhoramento das ruas e avenidas, tinham as formas de base ângulos retos no sentido de privilegiar à ampliação da cidade como forma de garantir o seu crescimento.

Portanto a controvérsia avançada por Bruschi e Lage (2005) se cinge pelo fato desse propósito colidir com um obstáculo técnico atinente às condições geológicas da área, que ostentava características de substrato pantanoso, pois, para implantação das construções devia ser feito mediante altos investimentos em atividades de terraplanagem e construção de canais de escoamento de águas para construir a cidade. Um aspecto destacado no plano, na apreciação de Magalhães e Gonçalves (2009, p. 46) é que:

A proposta de zoneamento é bem salientada no plano, diferenciando áreas administrativas, áreas comerciais, área turística e áreas residenciais distintas para a população europeia, asiática, mista e africana. Define-se ainda uma zona de carácter industrial e, bem assim, a localização da aero gare no bairro da Manga (MAGALHÃES; GONÇALVES, 2009, p. 46).

Por este fato, embora vigorosamente zoneado, verifica-se a expansão do parque habitacional para albergar os novos trabalhadores que à cidade vai acolhendo, o que impulsiona cada vez mais a urbanização da cidade, daí que Amaral, (1969, p.75) observou que se verificava o seguinte:

No sector mais antigo da cidade os velhos edifícios de madeira ou de zinco tornam-se raros, substituídos progressivamente pelos de ferro e cimento de muitos andares. Adensam-se as construções, ampliam-se os problemas resultantes de uma especulação imobiliária desenfreada, porque fica aí a área de maior centralização de atividades económicas, com numerosos serviços públicos, sedes de bancos, companhias de seguros, consulados, profissões liberais, casas de modas e outros estabelecimentos comerciais, restaurantes, etc. (AMARAL, 1969, p.75).

Portanto surgem na Beira várias infraestruturas urbanas, com destaque para infraestruturas turísticas e de lazer que aumentavam de forma massiva, o que dinamizou a vida urbana e aumentou os investimentos e fluxo de capitais, contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Por volta dos anos 1940 e 50 do século XX, se transformou numa cidade arquitetonicamente moderna de construções de Betão.

Nas décadas seguintes, 1960 possuía cerca de 45 mil habitantes, a paisagem urbana beirense se dinamiza cada vez mais, devido a instigação levada a cabo por um lado pelo famoso *Prémio de Arquitetura Araújo Lacerda* a responder as normas da fiscalização do *Conselho de Estética* e por outro, existia uma preocupação cada vez mais crescente de ornamentar a cidade, o que atraia cada vez mais turistas estrangeiros do Zimbabué, antiga Rodésia do Sul, Malaui, Zâmbia a antiga Rodésia do Norte e África do Sul. Estas serventias ascenderam o rumo das intervenções expansionistas da cidade privilegiando as áreas verdes urbanas e agregando o potencial marítimo a malha urbana (MALOA, 2016).

Nesta década se destacou o Plano Regulador da Cidade da Beira, por Carlos Veiga Pinto Carmelo (1965), e um Plano da Região, por Leopoldo de Almeida (1966). Assim se verifica o estabelecimento das principais infraestruturas e equipamentos urbanos da cidade da Beira impulsionadoras da urbanização, 1970 (figura 36, 37, 38, 39).

Figura 36: Beira, estação de caminhos de ferro, 1970



Figura 37: Beira, Casa do Bicos, 1970

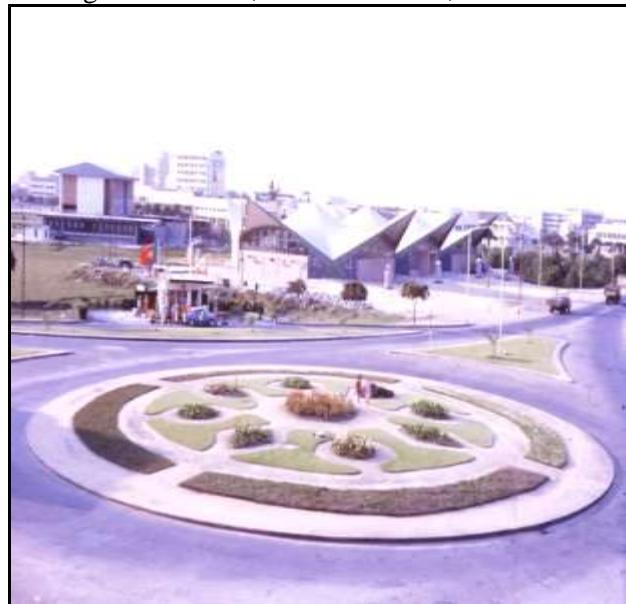


Figura 38: Beira, Grande Hotel, 1970



Figura 39: Beira, edifícios da área central, 1970



Fonte: THE LAGOABAY WORLD (2014)

Nesta época intensifica-se a transformação da cidade com a construção da área industrial, área de residência segregada dos negros indígenas e os colonos e cidadão de outros grupos étnicos moravam na área urbanizada ligada ao centro (AMARAL, 1969). Este processo de modernização da cidade da Beira teve a sua consolidação no início dos anos 1970 quando a população era cerca de 89 mil habitantes, transformando-se num centro urbano de forte atração turística, com a imponente ou deslumbrante infraestrutura edificada que era o Grande Hotel que funcionou

plenamente num curto espaço de tempo inferior a 4 anos, uma grande perda para aquilo que foi o seu projeto de edificação.

Nesse período em referência, já estavam erguidas as grandes edificações arquitetônicas que formaram a base das infraestruturas urbanas atuais na cidade da Beira nos permitem compreender a sua atual estrutura. Verificou-se também nesse período da consolidação da verticalização e a sua expansão, foi neste período que cresceu substancialmente os bairros periféricos (HEDGES, ROCHA 1999).

Na cidade da Beira, as intervenções urbanísticas estruturantes foram executadas em três épocas bem definidas: os anos 1920, 1940 e 1960. Foi depois destas décadas, praticamente nos anos 1970 que a população começa a crescer vertiginosamente de cerca de 46 mil em 1970, cresce para mais de 200 mil em 1980, uma taxa de crescimento médio anual de 16,6% a mais no período referenciado, conforme a tabela 8.

Tabela 8: Cidade da Beira, evolução da população, 1970- 2017

Ano	Cidade Beira					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	46,293	230,744	294,197	412,588	436,240	533,825

Fonte: Dados do INEM, Censos de 1970-2017. Org.: MUACUVEIA, (2018)

De 1980 para 1991 a população cresceu cerca de 50 mil habitantes, num período de intensa guerra civil que teve maior intensidade na região centro de Moçambique, a sua taxa média de crescimento anual situou-se em 2,9%. Apesar de ser reduzida, este crescimento populacional na época referenciada, se pode justificar pela fuga das populações das zonas mais afetadas pelo conflito para a cidade da Beira, como local mais seguro. Esta informação é notória e justificável pelo baixo crescimento populacional na cidade nos anos subsequentes, como se pode ver de 1991 á 1997 a taxa de crescimento médio anual foi de 5,1%. Em 2007 a população cresceu cerca de 20 mil habitantes, de 2007 a 2017, houve um crescimento de cerca de 100 mil habitantes, que pode ser justificado pela de melhores condições de vida nesta cidade. A Beira conta com cerca de 500 mil habitantes resultante de um crescimento urbanos acelerado das áreas periféricas que surgem no processo de segregação socio racial havido no período colonial e se desenvolveu significativamente durante a guerra civil (1977-1992), os moradores de bairros como Munhava começaram a ocupar espontaneamente o espaço urbano (figura 40).

Figura 40: Cidade da Beira, delimitação de áreas de ocupação desordenada



Fonte: Google Earth, (2018), Org.: MUACUVEIA, (2018)

Tal como noutras cidades moçambicanas, os problemas de assentamentos informais precários é uma realidade, na cidade da Beira, encontramos os Bairros da Munhava e outros.

2.2.2.2 A Cidade de Chimoio

Sob auspicio da Companhia de Moçambique, que era a concessionária da região centro, surgiu a cidade de Chimoio que é a capital da província de Manica, o seu primeiro núcleo urbano surge como um posto militar, transformando-se num povoado em 1893 designado Vila Barreto, que servia como terminal ferroviária da linha que a ligava partindo da Beira (LOUREIRO, 2005).

Por volta de 1902, essa área aumentou o número de habitantes, já era a sede da circunscrição de Chimoio e tinha um desenvolvimento assinalável como atividade comercial praticadas por indianos e uma mistura de população europeia, asiática e negros indígenas. Em 1916 ostentou o nome de Vila Pery em homenagem ao governador João Pery de Lind, governador da Companhia de Moçambique, pois, segundo Fernandes (2006) a povoação de Mandigo foi criada pela ordem da Companhia de Moçambique, por desejo manifestado pela população de agricultores e o topónimo mudado para VILA PERY, homenageando João Pery de Lind, o governador.

Em 1921, no do mandato de João Pery de Lind como governador do território administrado pela Companhia de Moçambique, a Vila estava bem desenvolvida e era uma das de maior importância comercial do antigo território de Manica e Sofala, a seguido à cidade da Beira, devido ao progresso econômico registado nos últimos tempos, com a linha ferroviária que liga a Beira houve grande fluxo de mercadorias a partir dela e para a estação de Vila Peri, uma das importantes infraestruturas que dinamizou o povoado (figura 41 e 42).

Figura 41: Vista da Vila Pery, 1930



Figura 42: Vila Pery, estação ferroviária, 1930



Fonte: THE LAGOON BAY WORLD (2012)

A estação da Vila teve grande papel de 1930 a 1948 em que registou grande fluxo de movimentação de pessoas e bens. Nesta década de 30, era bem visível o traçado da cidade com habitações térreas e muitos lotes vazios na área que hoje é considerada central da cidade.

A cidade se apresentava com esta estrutura quando os trabalhos da GUC eram encomendados por Portugal, foi nessa conjuntura, que se modernizou Chimoio com uma planta estruturalmente de caráter concêntrico a partir da produção do planos de melhoramento e revitalização de Chimoio, antiga Vila Pery tendo sido elaborado o seu primeiro plano em 1950, foi ajustado em 1958 e conciliado em 1966, por se tratar de acordo com Fernandes (2009, citado por Patrocínio, 2013, p. 29) o Plano de urbanização da Vila Pery é uma criação rara, totalmente de raiz dentro do urbanismo eclético modernizante da cidade jardim/unidade vizinhança onde o arquiteto Bernardino Ramalhete colaborou com um plano de urbanização. Esta ação ampliou e melhorou a configuração da cidade em meados da 1960 (figura 43).

Figura 43: Chimoio, núcleo urbano nos meados da década de 1960



Fonte: LOUREIRO (2005)

Com o incremento das infraestruturas urbanas dinamizados pelos trabalhos do GUC a Vila Peri foi elevada a categoria de cidade pela Portaria nº 22258, de 17. 07.1969, apesar de continuar ostentando o nome de Vila, esta elevação estava prevista no foral de 1956 (Portaria n.º 11.582, de 4 de maio). Um dos edifícios importantes construídos neste período foi a Sede do Governo de Vila Peri (Chimoio) de autoria de Bernardino Ramalhete (Figura 44).

Figura 44: Chimoio, Edifício Sede do Governo, 2011



Fonte: Patrocínio (2011)

Em janeiro de 1971 Vila Pery foi proclamado capital do Distrito de Vila Pery, simultaneamente é a sede do Concelho de Chimoio e posteriormente, logo após a independência nacional de Moçambique em 1975, em 1976 mudou o nome da Vila Pery para Chimoio em julho deste ano pelo (Decreto – Lei 10/76 do Conselho de Ministros), topónimo proveniente de um clã da zona de nome Moyo (FERNANDES, 2006). Em 1978, a Câmara Municipal foi transformada em Conselho Executivo ao abrigo da Lei nº 7/78, de 22 de abril, com a resolução número 8/56 de 25 de junho categoriza-a com o nível C.

Foi em finais da década de 1970 que se começou a se verificar o crescimento da população, pois até 1980, a cidade de Chimoio tinha uma população superior a 70 mil habitantes, não havendo registo da taxa de crescimento médio anual (tabela 9).

Tabela 9: Cidade de Chimoio, evolução da população, 1970 – 2017

Ano	Cidade de Chimoio					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	*	74,372	105,818	177,608	238,976	372,821

Fonte: Dados do INEM, censos de 1970-2017, Org.: MUACUVEIA, R.R.M,(2018)

De 1980 – 1991, crescimento médio anual no período foi de 4,1%, de 1991 – 1997, a população aumentou cerca de 72 mil habitantes, 1997 indica para Chimoio uma população de 177.608 habitantes, aumentou para 238 976 em 2007, um crescimento de cerca de 61 mil habitantes. um crescimento duas vezes maior que o período passado de conflito, com uma taxa de crescimento médio anual mais alta da região norte e centro situado em 8,3%. De 2007-2017 teve um acréscimo ainda maior, atingiu cerca de 134 mil novos residentes em 10 anos (INEM, 2017).

Segundo Franze (2017) este expressivo crescimento populacional das últimas quatro décadas está distribuído por 33 bairros residenciais, nomeadamente: 1, 2, 3, 4, 5, 1º de Maio, 3 de fevereiro, 7 de setembro, 3 de fevereiro, 7 de abril, 16 de junho, 25 de junho, Agostinho Neto, Bloco Nove, Centro Hípico, Chianga, Chinfura, Chissui, Mudzingadzi, Eduardo Mondlane, Francisco Manhanga, Heróis Moçambicanos, Hombua, Josina Machel, entre outros na sua maioria bairros informais (*Ver anexo 5*).

A cidade de Chimoio tem vindo a se expandir com muitas poucas infraestruturas e equipamentos urbanos de base, são muito antigos e obsoletos, foram fruto da urbanização colonial, que abrangem uma pequena área o centro, por isso, Franze (2017, p.78) considera que:

Nos últimos anos, a cidade de Chimoio tem registrado um crescimento demográfico assinalável, resultante do processo de industrialização crescente e que, na sequência deste crescimento demográfico, se assiste uma rápida expansão urbana, caracterizada pelo surgimento brusco de novos bairros residenciais como forma de atender à demanda[...] a este crescimento, sobretudo nos bairros periféricos (FRANZE, 2017, p. 78).

A expansão da cidade se restringe no espraiamento das áreas de assentamentos desordenados e precários, com implantação de moradias em áreas que são regularmente inundadas devido à falta de sistema de drenagem de águas pluviais, por isso que Moçambique (2016) refere é comum observar a ocupação de planícies inundáveis para construção de habitações. Esse facto é reforçado por Franze (2017) referindo que é causado principalmente pela falta de construções reguladas que utilizam as latrinas como sistema de saneamento em área de assentamentos informais (figura 45).

Figura 45: Chimoio, delimitação de uma das áreas de assentamentos informais



Fonte: Google Earth, (2018); Org.: MUACUVEIA (2018)

No âmbito da informalidade dos assentamentos e como forma de minimizar essa situação a Autarquia de Chimoio através da Resolução nº 01/ACM/AMC/SE/2016 de 27 de Dezembro, aprovou o Código de Postura Municipal da cidade para regular o que Franze (2017) considerou de bairros, caracterizado pelo funcionamento de casas de exercício de atividade comercial informal, dia e noite, venda e consumo de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional em residências precárias cujo material de construção é de fabrico local e caseiro (blocos de areia), algumas cobertas por chapa de zinco e outras por plástico e capim, com a ausência de iluminação elétrica, tanto nas vias pública como nas residências. Para além de Manica, surgem outras como postos militares que se desenvolveram como: Manica em 1894, Marromeu em 1904, Catandica em 1915.

2.2.2.3 Cidade de Tete

A cidade de Tete é a capital da Província homônima na região central de Moçambique. Em termos históricos a cidade de Tete era um centro comercial Suaíli quando se estabeleceu o domínio Português, em Moçambique, por volta de 1530 (SILVA, 2013). Nessa mesma década, mais concretamente em 1532 já se encontrava instalado o povoado com os primeiros edifícios e a fortaleza de São Tiago Maior (figura 46).

Figura 46: Tete, Fortaleza de São Tiago Maior, 1924



Fonte: FERNANDES, et al., (2008)

O forte de S. Tiago Maior, foi edificado por volta 1575, por diligencia de Vasco Fernandes Homem, e restaurada em 1686. Quadrangular em termos de configuração da planta, apresenta

quatro baluartes dos ângulos, e cerca de oitenta a noventa metros de lado. Em 1837 recebeu novas reparações (pelo comandante Manuel Correia Monteiro, para sustar os ataques dos vátuas), estando muito arruinada no final de oitocentos, foi restaurada como monumento histórico em 1942 (FERNANDES, 2008).

Posteriormente, Tete em 1761, passou à categoria de vila de São Tiago Maior em maio de 1763 e conselho e, mais tarde no século XIX foi instalado um novo forte de São Pedro de Alcântara. A cidade de Tete se desenvolve em 1902 como um comando militar com a finalidade de repelir as resistências locais (SANTOS, 2002b). Vale recordar que a presença dos colonos portugueses neste núcleo urbano data aproximadamente da terceira década do século XVI, na região do rio Sena impulsionada pela comercialização de ouro, marfim e escravo. Apesar de ter se desenvolvido tardiamente, quatro séculos depois como núcleo urbanizado no início do século XX, de acordo com Zorral e Silva (2013) Tete é uma das cidades mais antigas de Moçambique e da África Austral, conhecida por *Nyaacolo* em meados do século XVI quando ostentava a categoria de povoação, erguida a partir do Forte de São Pedro de Alcântara ou do Carrazedo no século XIX.

De acordo com Rodrigues (2009) Tete foi um centro urbano erguido numa elevação rochosa chegada ao rio Zambeze. É uma cidade que possuía um forte junto as casas construídas de pedra agregada a terra amassada coberta de telha ou palhas – a Fortaleza de São Tiago Maior, que foi construída com a implantação da cidade próxima a catedral com mesmo nome (Figura 47).

Figura 47: Cidade de Tete, Catedral de São Thiago Maior e o seu entorno, início do século XX



Fonte: GONZAGA (2014).

No entorno da igreja surgiram várias habitações, edifícios comerciais de administração colonial portuguesa típicas da arquitetura medieval portuguesa. Mas, estas não eram as únicas infraestruturas de ligadas as fortificações, existiam outras como o forte de São Miguel e o de Dom Luís, edificadas devido a muitas lutas de resistência que eram travadas tanto com outras potências coloniais, mais, principalmente pelos nativos contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique (RODRIGUES, 2009 d).

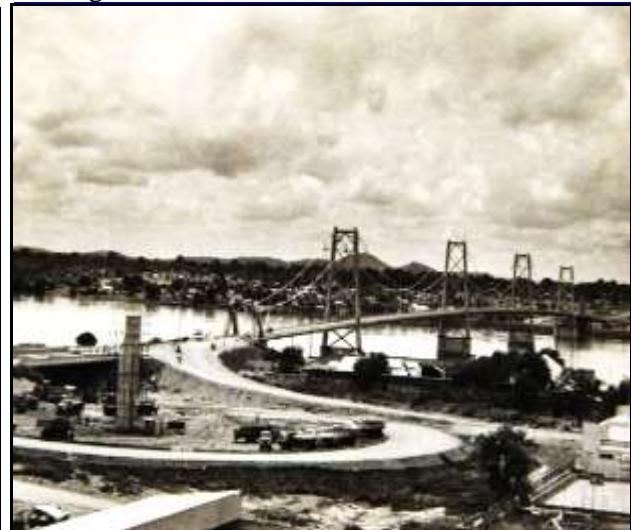
Mais tarde, se transformou em câmara Municipal em agosto de 1956, depois, em 1959, foi levada à categoria de cidade e de Tete em 21 de Março de 1959 através da portaria nº 13043 do Boletim Oficial nº 12/1959 (LOURENÇO, 2010). Com o decorrer do tempo se notabilizam profundas transformações na estrutura urbana de Tete, principalmente na terceira e quarta década do século XX, com a construção de várias infraestruturas urbanas, criando uma paisagem diferenciada a do início do século.

Foi nesta década de 1960 que se implantaram as principais infraestruturas e equipamentos urbanos na cidade de Tete. Um dos Equipamentos e infraestruturas urbanas de destaque no processo de urbanização da cidade de Tete é o Hotel Zambeze edifício moderno, dos anos 1960, com varandas “em caixa”, de laje, em cinco pisos com terraço coberto. A sua modernização se opera na década 1970 devido fundamentalmente à guerra colonial. As suas infraestruturas recentes foram concebidas para albergar os soldados portugueses, fuzileiros navais e força aérea e outros funcionários da administração colonial portuguesa, como é o caso do edifício do Comando de Operações de Tete nos finais dos anos 1960 (figuras 48, 49).

Figura 48: Cidade de Tete, Hotel Zambeze, 1970



Figura 49: Cidade de Tete, Ponte, 1970



Fonte: GONZAGA (2014)

Destacar várias edificações, em meados de 1960, até as vésperas da independência de Moçambique em 1975 como é o caso do Hospital e os Correios e Telégrafos de desenho arte e decoração, foi nessa conjuntura de implantação de edifícios sob auspicio do GUC que se implantaram várias moradias e se concretizam as vias de acesso, ruas e avenidas com passadeiras e corredores centrais de separação de ruas arborizadas.

Nesta mesma época, houve uma grande dinâmica atinente à construção de equipamentos e infraestruturas urbanas na cidade de Tete, como é o caso da construção da ponte que se designou Marcelo Caetano (período colonial) e Ponte Samora Moises Machel (que depois da independência nacional de Moçambique) cuja sua construção teve início em março de 1968, obra do engenheiro Edgar Cardoso, que faz parte de um dos mais importantes infraestruturas rodoviárias de Moçambique que conecta aos países vizinhos como Malauí e Zâmbia.

De acordo com Rodrigues (2002), a ponte sobre o rio Zambeze tem 762,00 metros de comprimento é suspensa pré-esforçada. Com sua inauguração em 1972, Sopa (1989) considera que terminou o sofrimento na travessia.

Foi na década de 1970 que, simultaneamente, a população urbana registrou um alto crescimento em relação a anos anteriores a este atingiu os 4 mil habitantes em 1970, que apesar de não ter atingido os 50 mil habitantes em 1980 se verificou um crescimento expressivo no período 1970-1980 com uma taxa de crescimento médio anual de 25,8% (tabela 10).

Tabela 10: Cidade de Tete, evolução da população, 1970 – 2017

Ano	Cidade de Tete					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	4,549	47,000	94,369	104,832	152,909	305,722

Fonte: Dados do INEM, Censos de 1970-2017; Org.: MUACUVEIA, (2018)

Em 1991 a população era de cerca de 94 mil, a taxa de crescimento médio anual entre 1980-1991 foi de 6,9% e cresceu cerca de 10 mil habitantes em 5 anos até 1997. Depois de 1991-1997 teve uma taxa de crescimento médio na ordem de 1,3%.

De 2007 para 2017 a população multiplicou-se, passando de cerca de 150 mil para 300 mil, foi o maior crescimento da população urbana em 10 anos depois do registado de 1970 a 80.

Do ponto de vista do crescimento populacional os dados censitários observados revelam que a cidade de Tete está ocorrendo mudanças substanciais na dinâmica populacional. Este facto

está ligado ao crescimento econômico que a província registrou com a implantação de megaprojetos de mineração (MOSCA; SELEMANE, 2011).

Atualmente, de acordo com a Classificação do Ministério da Administração Estatal (MAE, 2013), Tete é uma cidade de nível “C” pela resolução nº7/87 de 25 de Abril de Conselho de Ministros, ocupando uma superfície de 314 Km² com cerca de 152 mil habitantes de acordo com censo 2007 e 305 mil em 2017, cuja população dobrou na última década.

Esse crescimento da população da cidade de Tete teve um impacto do ponto de vista da expansão do espaço urbano, seja no que diz respeito à ampliação das infraestruturas e equipamentos urbanos, houve intensificação da ocupação na área sul, próxima a ponte de diversas infraestruturas como habitações praças e edifícios comerciais e serviços (figura 50).

Figura 50: Cidade de Tete, Ponte Samora Machel, 2015



Fonte: Acessado em: <http://3.bp.blogspot.com>

A cidade se expandiu de forma precária e desordenada desprovida de infraestruturas básicas e de serviços, com sistemas de saneamento básico, sistema viário e de transportes, pavimentação urbana, regulação da ocupação do solo urbano e outras consequências das pressões sobre a ocupação e o uso e ocupação do solo na cidade de Tete, que tem sido muito grande já são bastante elevadas. Sobretudo, se considerarmos as características do passado do processo de urbanização ocorrido de forma satisfatória (figura 51).

Figura 51: Cidade de Tete, delimitação de uma das áreas de ocupação desordenada



Fonte: Google Eearth, 2018, Org.: MUACUVEIA, 2018

Diante da situação da ampliação dos assentamentos informais, em 2011, o Concelho Municipal de Tete desenvolveu o Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Tete (PEUT). De entre diversos aspectos, se destacou nesse plano as preocupações com os assentamentos informais desordenados, assim como melhoramento de vias de acesso (CONSELHO MUNICIPAL DE TETE, 2011).

Depois de Tete, funda-se o centro urbano de Moatize em 1912, que a partir dela houve facilidade para a penetração ao interior formando outros pequenos núcleos urbanos como Songo, Tsangano, Chiuta, Tamara, Mutarara e Guro.

2.2.2.4 A Cidade de Quelimane

Quelimane, é a capital da província da Zambézia, uma cidade portuária importante descoberta entre 1513 – 1544, das mais antigas da colonização portuguesa. Para Bordalo et al (1997) numa primeira fase, a cidade se localizava-se a mais de 15 km da linha costeira. Considerado cidade colonial, pois se desenvolveu em uma feitoria desde o século XVI, ligada à ascensão do comércio de marfim, posteriormente no século XVII. Apesar da existência de várias atrações no período antecedente a este. Por isso, diversos autores descrevem que nela residiram até o século XVIII goeses, mestiços africanos, portugueses de origem africana indianos e moçambicanos nativos (CAPELA, 1987; ISAACMAN; ISAACMAN, 1991). Estes residiam em casas de madeira e paredes feitas de barro ou de cal e areia, calçados entre paus, cobertura de palha de palmeiras. Os portugueses, indianos de Gôa e *Muzungos* as suas casas eram grandes e mobilhadas com objetos de luxo, onde nas suas áreas adjacentes existiam vastas áreas plantadas e anexos para escravos (RODRIGUES, 2009).

Quelimane passou por outras etapas desde a sua fundação como cidade feitoria (comercial) na década de 1530, passou para cidade militar, foi uma transformação que culminou com uma fase intermédia em que se misturaram as duas características funcionais da urbanidade, pois mais tarde elevada à categoria de município em 1763 e vila em 1764, sede de governo de Sena e Quelimane, em 1860 (FERNANDES; MENDES, 2012).

Portanto a expansão da cidade feitoria se deu com as construções e aumento da densidade demográfica, o que fez com que paulatinamente fosse se expandindo unindo o seu embrião urbano a marginal do rio Bons Sinais, que constituía a área portuária e de formação lenta em relação as outras cidades.

O liberalismo econômico contribuiu para a dinamização da área portuária conhecida por São Martinho de Quelimane, visto que a sua localização beneficiada pelo contato com a costa e a foz do rio Zambeze incrementou o comércio, criando uma classe econômica, que pesar da “prosperidade dos seus habitantes”, o padrão das casas se manteve a mesma no povoado como um conjunto de chácaras dispersas por um número reduzido de arruamentos irregulares, frequentemente alagados devido as suas condições edáficas (RODRIGUES, 2001).

Na sequência, se verificaram alterações da situação econômica, da cidade devido a esse fato, culminando com o replanejamento da cidade a partir do traçado de ruas mais largas e retilíneas, padronização das habitações, o que de certo modo, atraiu mais moradores com a implantação de serviços relacionados com a educação e saúde.

Com a municipalização ocorrida nos últimos decênios do século XVIII, a cidade acondicionava-se como um conjunto de espaços ociosos e dispersos alargados devido à intenção de ampliação do seu mercado comercial (RODRIGUES, 2009). No entanto, o crescimento urbano ocorreu em torno das casas grandes dos afro-portugueses, indianos de Gôa, instituições de administração, religiosas e câmara municipal, verificando-se simultaneamente o crescimento da população.

Quelimane foi elevada à categoria de cidade em 1942, foi neste período que se verificaram várias intervenções urbanas relacionadas à sua modernização (SILVA, 2013). As intervenções urbanas foram introduzidas com o esboço da Planta Topográfica da cidade em 1945. Entretanto, dois anos mais tarde foi concebido o Plano Geral de urbanização de Quelimane, que delimitou as áreas da cidade e concebeu as principais vias de acesso rodoviário. O plano de 1947 foi desenvolvido pelo GUC, prognosticava um conjunto de vias principais com pequenos lotes bem definidos em forma quadrangular em diversos sentidos, especialmente, abrangendo as avenidas Combatentes, D. Luís Filipe, Antônio Enes e João Belo e ainda os eixos Carmona e Vasco da Gama (SILVA, 2013).

Continuando com as afirmações de Silva (2013), na década de 1950, aprovou-se pela Câmara de Quelimane um novo Plano que constituiu o começo das ações interventivas que ditaram a modernização de Quelimane e o desenvolver da cidade, com a inspiração da ideia de Cidade Jardim que vinha sendo aplicada em diversas cidades coloniais pelo GUC, que ficou conhecido como Plano Geral de Urbanização de Quelimane de 1950 (Ver o anexo 6).

Este plano (1950) foi resultante de trabalhos levados a cabo pelo GUC com o objetivo de modernizar esta cidade e outras, foi plano de melhoramento e revitalização de Quelimane em 1950 e melhorado na década de 60. Este plano de meados do século XX, possibilitou grandes intervenções de estruturação e renovação arquitetônica urbana, com ampliação das ruas e avenidas e plantio de árvores que fazem parte da arborização urbana na Avenida Oliveira Salazar, atualmente denominada Samora Machel na área central da cidade (SILVA, 2013). Em vista disto, “as intervenções culminaram com a implantação de várias infraestruturas que beneficiava em larga escala a população colonia branca que crescia nas últimas duas décadas partindo de meados do século XX” (FRANCISCO, 2003, citado por MALOA, 2016, p. 192).

No âmbito da elaboração e execução dos planos urbanísticos, foi concebido e homologado o Plano de Urbanização do Arquiteto Mario de Oliveira, que visava fazer arranjos de erros verificados no plano da década de 50, isto ocorreu em 1964. O plano tinha como intenção principal solucionar os entraves das habitações para os colonos, inspiradas na ideia de cidade jardim de Ebenezer, agregando nelas áreas verdes nos seus espaços adjacentes. Assim, Silva (2013) considera que a aplicação deste projeto urbanístico reformou e renovou as condições urbanas por meio da delimitação de novos espaços bem fragmentados e especificados, reduziu lotes vazios e inúteis, erguendo-se edifícios em pisos, dispondo a cidade de infraestruturas e equipamentos urbanos modernos e de áreas verdes, como é o Parque Mouzinho de Albuquerque e canteiro central com vegetação na avenida Salazar (figura 52 e 53).

Figura 52: Quelimane, Praça Mouzinho Albuquerque, 1965 Figura 53: Quelimane: Avenida Salazar, 1965



Fonte: QUELIMANE (2000)

Nesta época, Quelimane se tornou uma cidade adornada de jardins, parques, praças com ruas e avenidas arborizadas com plantas avermelhadas, se transformando em um centro urbano pitoresco, consequência da inspiração de Ebenezer Howard que os colonos portugueses almejavam para as suas cidades ultramarinas.

Passou-se para fase da verticalização dos edifícios iniciada na década de 1930, intensificou-se e 1940 e 50 e terminou na década 1970, pois começaram a se intensificar a ocupação e o uso do solo urbano, transformando os espaços que outrora eram horizontais nas edificações passando para construções em andares, o que modificou completamente a paisagem da cidade (figura 54).

Figura 54: Cidade de Quelimane, vista parcial, anos 1970



Fonte: QUELIMANE (2000)

O crescimento das infraestruturas e equipamentos na cidade teve sua sublimidade no início da década de 1970, quando simultaneamente a população cresceu de cerca de 4 mil, atingindo os 10 mil habitantes neste ano. Registou nesta década um dos maiores índices de crescimento

populacional, passando de 10 mil para cerca de 60 mil em 1980, com uma taxa de crescimento médio anual de 1970 – 1980 foi de 19,1% (tabela 11).

Tabela 11: Cidade de Quelimane, evolução da população, 1970 – 2017

Ano	Cidade de Quelimane					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	10,522	62,174	145,398	153,187	192,876	349,842

Fonte: Dados do INE, Censos de 1970-2017, Org.: Elaboração MUACUVEIA (2018)

No período 1980-1991, apesar da intensidade da guerra civil que se fez sentir na província da Zambézia, a população da cidade de Quelimane continuou a crescer, apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 8,4% a mais alta da região centro e norte. Tal como em outras cidades do Norte centro o Sul, este crescimento foi resultado do fluxo migratório campo-cidade que expandiu e exacerbou cada vez mais as condições dos assentamentos informais em Quelimane (INEM, 1997).

O período 1991-97 teve um acréscimo anual ligeiramente menor que na década anterior, atingindo os 10.000 novos residentes em 7 anos. Dados do censo seguinte, mostram igualmente um ligeiro crescimento populacional com uma taxa de crescimento médio anual de 0,5%, INEM, 2007). Está esteve muito abaixo da década transata, quer dizer que com a paz alcançada em 1992, após assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) as populações dos distritos mais assolados pela guerra como Mocuba, Milange, Maganja da Costa reduziram de imigrar para a cidade de Quelimane.

Paradoxalmente, de 1997 para 2007 até 2017 a população cresceu de forma explosiva, este crescimento pode ser justificado pela atratividade em termos de condições socioeconômicas que Quelimane passou a ostentar em relação as outras vilas e cidades da província. Aumentou o fluxo e a mobilidade urbana, tanto de pedestres, assim como de veículos, especialmente bicicletas.

Ainda no período em referência, a população cresceu cerca do dobro, isso fez que com se verificasse uma pressão na intensidade das ocupações, principalmente nos bairros suburbanos (figura 55).

Figura 55: Cidade de Quelimane, delimitação de uma das áreas de ocupações desordenadas, 2018



Fonte: Google Earth,(2018), Org.: MUACUVEIA, (2018).

Portanto, os principais centros urbanos da província da Zambezia tiveram Quelimane como força centrifuga contribuindo para a formação em primeiro momento de Gurué em 1902 como um comando militar dos Namuli, passou a categoria de vila em 1936, atualmente é a terceira maior cidade da província da Zambézia e sede do distrito. Seguidamente foi fundado Milange no mesmo ano como um comando militar. O terceiro e último foi o centro de Mocuba em 1918. Atualmente é município e a segunda cidade da província da Zambézia (NEWITT, 1997).

O desenvolvimento dos centros urbanos da província da Zambezia foi muito lento, igualando-se aos centros urbanos da província de Cabo Delgado, este facto aqui se deve a concessionária colonial que tinha como finalidade o desenvolvimento agrícola da região; a forte resistência dos militares do vale do Zambeze – os Prazos afro-portugueses e a fraca capacidade financeira para implantação de diversas infraestruturas urbanas (MIRANDA, 1955). Terminamos a abordagem da cidade de Quelimane, um dos importantes centros urbanos da região centro de Moçambique, passamos a abordagem do processo de urbanização da região norte.

2.2.3 Principais cidades da região Norte

Essa região é constituída por três províncias, nomeadamente Cabo Delgado, Niassa e Nampula. De acordo com dados do INEM (2017), esta região apresenta uma superfície de 293.286 km², existem 3 cidades com categoria de capital provincial, 56 distritos, 17 municípios e 159 Postos Administrativos e apresenta uma população de 10.302.121 habitantes conforme mostra a tabela 12.

Tabela 12: Moçambique, dados gerais da região norte

Províncias	Superfície (em Km²)	Cidade Capital	Distrito	Munic	P.Adm	Pop. (hab.)	Dens.Pop; Hab./Km²
Niassa	129,056	Lichinga	16	5	38	1,865,976	14.5
Cabo Delgado	82,625	Pemba	17	5	56	2,333,278	28.2
Nampula	81,606	Nampula	23	7	65	6,102,867	74.8
Total	293,287	3	56	17	159	10,302,121	117.5

Fonte: INE (2017); Org.: MUACUVEIA (2017)

Os dados da tabela demonstram que a província de Nampula, nesta região é a menos extensa com 81,606 km², mas é a província mais populosa da região. Contrariamente a província de Niassa tem maior extensão superficial com 129,056 km², e é a menos populosa da região norte em particular e do país em geral. Este fato tem relação com as condições físico-geográficas (relevo e clima) sendo uma região situada do interior, montanhosa, com um clima Tropical úmido, resultante da sua situação geográfica. O mês mais frio é julho, com temperaturas que podem baixar a 10°C,

enquanto o mais quente é outubro, cujas temperaturas ultrapassam os 35 °C ao meio dia e não baixam de 20°C pela noite (MUCHANGOS, 1999).

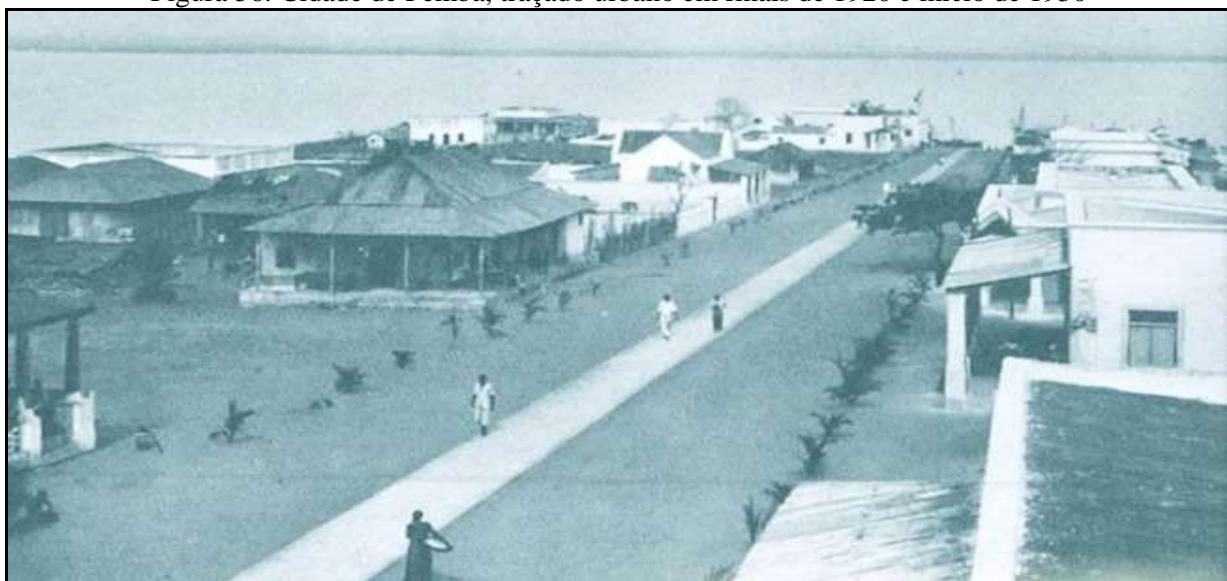
Assim, a descrição do processo de urbanização na região norte começa na província de Cabo Delgado, passa para Niassa e por último a cidade de Nampula, que corresponde a área de estudo. O enfoque nesta região é dado ao processo de urbanização na cidade de Pemba e Lichinga.

2.2.3.1 A Cidade de Pemba

A cidade de Pemba, localizada na baia homônima, é atualmente capital da província de Cabo Delgado. Foi desenvolvida no âmbito da obtenção de recursos naturais do interior da mesma província e com o porto, garantia a exportação dos produtos para Portugal. Surgiu como um entreposto comercial em 1857, devido as ótimas condições de implantação de um porto marítimo. Sobe auspicio da Companhia do Niassa que ocupava os territórios das atuais províncias de Cabo Delgado e Niassa teve Porto Amélia como principal centro urbano que era velha jurisdição militar de Cabo Delgado, urbe fundada em 1899 implantou-se a povoação numa zona declivosa branda adjacente à baia, onde a centralidade urbana se localiza e tardiamente seria Porto Amélia em 1902 com a implantação de um posto de fiscalização, plataforma desembarcadora e possessões comerciais (SILVEIRA, 1993; BRUSCHI et al, 2005).

Depois da gestão da companhia, em 1932 é criada a Câmara Municipal de Porto Amélia, que em 1934 ascendeu a categoria de cidade, já com a administração do Governo Central Ultramarino, foi nesta década que se desenvolve o traçado principal da cidade (figura 56).

Figura 56: Cidade de Pemba, traçado urbano em finais de 1920 e início de 1930



Fonte: Acessado em: THE LAGOA BAY WORLD (2012)

Porém, acostado ao núcleo urbano inicial se encontravam bairros habitados por indianos e árabes e, mais tarde com a ocupação efetiva do território pela companhia, ficou habitado por nativos africanos trabalhadores da concessionária (HEDGES, 1993). Assim, Coelho (1997) considera que este centro urbano permaneceu estagnado no que tange ao desenvolvimento das infraestruturas urbanas devido à resistência à ocupação efetiva na região pela tribo *Makonde* do planalto de Mueda e os *Yaos*, chefiados por *Mataka*.

A cidade cresceu prematuramente num momento de entrelaçamento de rede e fluxos que as funções do porto começaram a contribuir para importação de materiais vindos da Tanzânia, colônia alemã e alguns ingleses detentores de ações na companhia que se estabeleceram e dinamizaram com as construções de habitações mescladas do modelo de construção alemã e inglesa associados a cimento, madeira e zinco (ARROYO, 2008).

Foi a partir desse momento que se ampliou o porto face ao crescimento urbano, os pequenos espaços nas áreas das planícies foram ocupados até a zona do planalto. Daí foi concebido a primeira tentativa estruturada de plano de expansão urbana da cidade de Porto Amélia, atendendo e considerando a natureza topográfica da área pela Companhia do Niassa.

Baseado nesse delineamento, paulatinamente a cidade melhorou a sua forma urbana, passando a ostentar traçados retos das ruas com passadeiras, começou-se a arborizar a urbe e anexação de novos bairros rumo às encostas e área planáltica que sofreu transformações urbanísticas muito lentas a partir do porto.

Somente em 1934 foi elevada à categoria de vila e aprovada a planta de alargamento urbano, a partir de uma moção de expansão na quarta e quinta década do século XX, que facultou a edificação de modernas construções estimuladas pelo GUC, entidade responsável pelos projetos urbanísticos nas colônias.

Como mostra Mendes (2011), em 1950 surgiu o antepiano Geral de Porto Amélia que não foi executado na sua totalidade. Este dava cada vez mais ênfase à estruturação urbana da área portuária com o estabelecimento e implantação de áreas verdes inspiradas no conceito de Cidade jardim de Ebenezer Howard.

Passados uma década após 1950, surgiu a planta de urbanização de Porto Amélia nos meados de 1960, da autoria do arquiteto Paulo de Melo Sampaio, aprovado a partir de um estudo preliminar nos primeiros anos da década de 1960 e aprovada pela câmara em 1970. Conhecido

como Plano Sampaio, foi feito com intuito de circunscrever a delimitação da cidade na alteração da anterior estrutura triangular das vias e habitações que eram complexas e ineficazes.

Assim, se constatou que o GUC executou atividades que visavam o melhoramento e revitalização das cidades, foi, nesse âmbito que se criou o plano de urbanização de Pemba em 1936, refeito em 1956 e ajustado as condições modernas em 1963 – o Plano Sampaio, para responder à questão da modernização da cidade.

Foi nessa sequência de planejamentos que se edificou e modernizou a Avenida Marechal Craveiro Lopes. O grande eixo da avenida já aparece indicado no Plano de Urbanização de 1936 e de 1963 do Gabinete de urbanização Colonial (arquiteto João Aguiar), confirmado no Plano de urbanização aprovado em 1963 (arq. Paulo de Melo Sampaio) estava já traçado, mas ainda não edificado no fim dos anos 1960, somente a sua edificação foi concluída em meados de 1970, como se vê a antiga Rua Governador Basílio Seguro Porto Amélia, atualmente Rua 1º de Maio cidade de Pemba (Figura 57).

Figura 57: Cidade de Pemba, uma das ruas principais e seus edifícios na década de 1970



Fonte: THE LAGOON BAY WORLD (2012)

Estas edificações com um e dois pisos foram erguidas no apogeu da guerra colonial em Moçambique, que ocorreu intensamente na região norte de Moçambique, especialmente na província de Cabo Delgado, onde se encontra a cidade de Pemba. Houve um incremento vultoso

de habitações ineptas da população negra nativa que se ampliava e se expandia, mais concretamente ao sul onde se encontra o famoso Bairro de Paquitequete, que faz limite com a Avenida Marginal e ainda o surgimento das casas ao longo das outras principais estradas provinciais (MALOA, 2016). Foi nesta mesma década (1970) que se verificou um vertiginoso crescimento da população da cidade de Pemba, que de 3.626 em 1970 cresceu para 43.000 habitantes em 1980 e nas décadas subsequentes continuou a crescer, conforme a tabela 13.

Tabela 13: Cidade de Pemba, evolução da População, 1970-2017

Ano	Cidade de Pemba					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	3,629	43,000	66,995	88,149	141,316	201,846

Fonte: INEM Dados dos Censos de 19870-2017, Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2018)

O crescimento urbano registado entre 1970 – 1980, apesar de se terem implementado infraestruturas urbanas importantes, foi simultaneamente a época em que surgem e se desenvolvem vários bairros suburbanos precários desordenados como relatou Battino (2012) que entre 1975 e 1976 as populações de bairros (Pau etiquete ou *Quitéqueteh*, Ingonani e Natite) viviam em espaços inacessíveis a circulação, sem infraestruturas básicas de saneamento e habitações muito precárias, pois logo após a independência de Moçambique, houve alta densificação na ocupação do espaço. Neste período referenciado a taxa de crescimento médio anual da população foi de 27,5% (INEM, 1997).

Em 1980, a cidade Pemba tinha 43.000 habitantes, ultrapassou a cifra dos 60 mil em 1991 e a taxa de crescimento médio anual de 1980-1991 foi de 4,4%. A população cresceu para 88.149 habitantes em 1997, cuja taxa de crescimento médio anual reduziu ligeiramente para 4,2% (INEM, 2007). Em relação ao período anterior. Com 141.316 habitantes em 2007, registou um crescimento de cerca 60 mil habitantes e passou para 201.846 habitantes em 2017. Este crescimento corresponde a intensificação do uso do solo urbano nos antigos bairros periféricos já mencionados que até hoje correspondem a áreas densamente povoadas da cidade.

Em 1998 foi elaborado o Plano da cidade de Pemba, que evidênciava a expansão recente, à volta da antiga cidade colonial, e a atividade de planificação que foi realizada nos primeiros anos da independência para reordenar o limitado assentamento informal herdado do período colonial e preparar novos loteamentos, respondendo aos pedidos da população que abandonava os campos (CARRILHO, 2005). Foi o Plano de Estrutura Urbana para a Cidade de Pemba (PEUCP) que previa

uma sucessão de zonas habitacionais e zonas de proteção ambiental a partir de Meia Via (Pemba Beach) até a Ponta Mahunhane. Para além destes, existiram vários planos setoriais elaborados no âmbito do PEUCP, portanto, como Plano de Expansão do Wimbi I e II em 2007, Plano Pormenor de Chuiba em 2009.

Atualmente a cidade expandiu-se e a demanda por lotes para implantação de habitação em locais com mais espaço condigno cresceu e apesar de distantes do centro e outros serviços sociais básicos (Figura 58 e 59).

Figura 58: cidade de Pemba, Área Central, 2014

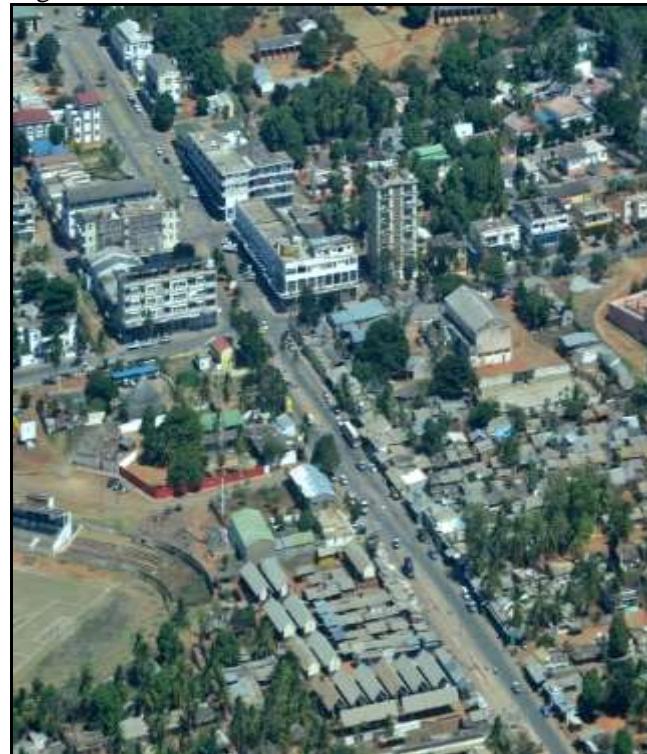
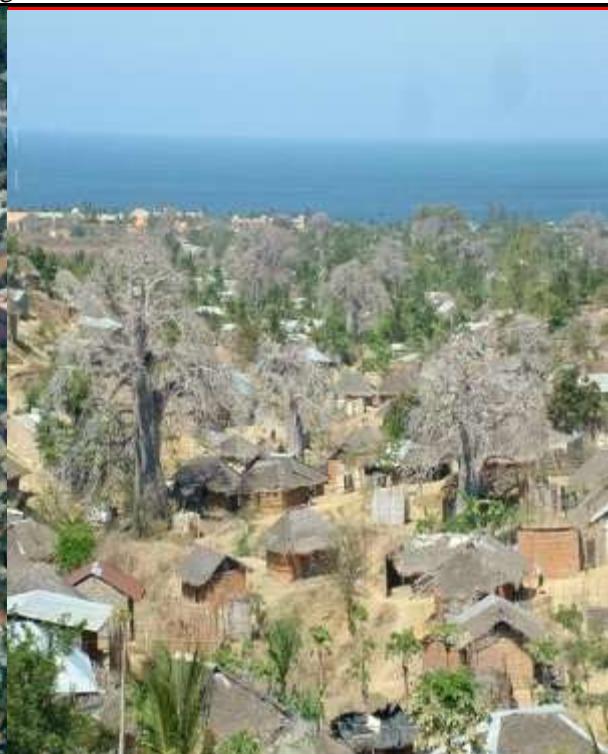


Figura 59: Cidade de Pemba bairro desordenado, 2014



Fonte: PARDAL (2014)

Na cidade de Pemba, os bairros com maior número de habitantes situam-se no entorno do bairro de “cimento”. São zonas pouco urbanizadas, antigas zonas de expansão, que continuam até hoje a atrair um grande número de habitantes e dependem economicamente do bairro de “central”. São bairros cuja população se multiplicou e surgiram graves problemas ambientais, ostentando uma paisagem tipicamente rural ou transitória com maior densidade de ocupação do solo e maiores problemas de ocupação do solo urbano, constituindo verdadeiros assentamentos informais (figura 60).

Figura 60: Cidade de Pemba, delimitação de uma das áreas de ocupação desordenada



Fonte: Google Earth, (2018), Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

A construção de várias infraestruturas, como o aeroporto de Pemba ainda em período colonial, dinamizaram o crescimento dos bairros e a expansão urbana grandes intervenções de empreendimentos turísticos, mesmo perante o cenário de expansão desordenada da cidade.

2.2.3.2 Cidade de Lichinga

A cidade de Lichinga, antigamente Vila Cabral é atual capital da província do Niassa, na região norte de Moçambique. Surgiu da necessidade de existência de uma capital para o distrito de Niassa. Houve um imperativo administrativo de se criar uma capital também para o antigo distrito de Niassa, assim de acordo com Weigher (1995, p.146, grifo do autor):

Aconteceu nesse contexto que em 17 de outubro de 1931, por essa Determinação com nº 1482, é reservado e classificado em primeira classe, destinado à sede do Distrito de Niassa, na Circunscrição de Metónia, do mesmo Distrito, o território limitado por uma circunferência com 3.000 metros de raio, tendo por centro um marco a implantar no planalto da serra Lichinga, junto à estrada a 146 quilômetros de Mandimba a Metângula (WEIGHER, 1995 p.146).

Foi nessa circunstância que em 1932 nasceu a povoação no planalto de Lichinga, pelo Decreto nº 1666 de 21 de maio, sede do Distrito de Niassa, que passou a designar-se Vila Cabral, em homenagem ao antigo Governador Geral de Moçambique, o coronel José Ricardo Pereira Cabral. Antes dessa determinação, a capital do Distrito de Niassa era Mandimba, sede da Circunscrição Civil de Metónia, perdeu este privilégio neste mesmo ano em favor da emergente Vila Cabral (WEIGHER, 1995). Neste período referenciado já tinha sido concebida o plano de urbanização de Vila Cabral no modelo Cidade Jardim de Ebenezer Howard, o Plano de Urbanização da Vila Cabral, 1932 (*ver o anexo 7*).

O projeto de implantação da Vila que se destina à sede do Distrito de Niassa no Planalto de Lichinga, de acordo com Pereira (1966) está localizado num declive suave de oeste para leste onde se previa a construção de avenidas largas com passeios às margens das ruas e canteiros centrais de separação das avenidas e ruas. O plano se elabora na conjuntura dos trabalhos efetuados pelo GUC, foi o primeiro plano de urbanização de Vila Cabral nos inícios dos anos 1930 e corrigido no ano seguinte com auxílio dos Serviços das Obras Públicas (SOP) e Secção da Urbanização (SU) na tentativa de modernizar a cidade com uma planta do tipo concêntrica modelo de Ebenezer seguidos no processo de urbanização executado pelo Estado Colonial Português.

Transcorridos cerca de duas décadas, a 21 de agosto de 1956 Lichinga foi elevada à categoria de Vila (criada o Conselho da vila Cabral, em substituição da antiga Circunscrição com

o mesmo nome) e foi dotada de uma Câmara Municipal. Nessa altura até os primeiros anos da década de 1960 a estrutura urbana construída já era visível segundo a planta desenhada a cerca de 20 anos (figura 61).

Figura 61:Cidade de Lichinga nos anos de 1963



Fonte: GONZAGA (2014)

Em 1960 parte do plano de 1930 já tinha sido implementado, se vê na figura 61 os lotes reservados para serviços públicos de Governo e outros. O limite externo dos subúrbios da área abrangia um círculo concêntrico com o de Vila Cabral, que Pereira (1996) considera que tinha 3.000 metros de raio, sendo o limite exterior a avenida circular da Vila.

Assim, no segundo ano da década de 1960, ascende à categoria de cidade em 23 de setembro de 1962, no âmbito da correção do plano de urbanização da década de 1930 em 1961. Entretanto, somente viu o seu estatuto como cidade aprovado 7 anos mais tarde, no dia 26 de abril de 1969, pela Portaria nº 16368 (PEREIRA, 1996). Todos esses acontecimentos ocorriam num período de intensa luta armada de libertação Nacional de Moçambique contra o colonialismo português que teve seu fim em 1975.

A intensidade da guerra colonial ocorreu na província do Niassa, numa época em que o GUC, executava a construção de várias infraestruturas urbanas, para Vila Cabral, destacando que em meados de 1960 foram construídas várias habitações térreas para população colona, especialmente militares, mas também se verificou a construção de infraestruturas religiosas, como

é o caso da Catedral de Vila Cabral concluída em 1966, dinamizaram o processo de urbanização da cidade (figuras 62, 63, 64, 65).

Figura 62: Cidade de Lichinga, habitações, 1964



Figura 63: Lichinga, Catedral de vila Cabral, 1966



Figura 64: Lichinga, edifícios de 2 pisos, 1970



Figura 65: Lichinga, Edifício do Governo



Fonte: THE LAGOA BAY WORLD (2012)

No início dos anos 1970, a estrutura urbana já se encontrava consolidada, com alguns edifícios comerciais com um piso na área central, ruas com asfalto e passadeiras pavimentadas e a concentração da população se intensificava, vemos o edifício sede atual do governo da província e a Catedral de Lichinga no início da década de 1970.

Após a Independência nacional de Moçambique ocorrida em 1975 e no âmbito do resgate dos valores históricos e territoriais, a então Vila Cabral teve o seu nome inicial, passando a chamar-se de Lichinga, capital da Província de Niassa apresentou um crescimento demográfico assinalável, de 3.000 habitantes em 1970, atualmente em 2017 passou para mais de 213.000 habitantes conforme a tabela 14.

Tabela 14: Cidade de Lichinga, evolução da população 1970- 2017

Anos	Cidade de Lichinga					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	3,011	41,000	61,995	89,043	142,253	213,361

Fonte: INE Dados dos Censos de 1980-2017, Org. MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Entre 1970 e 1980, a população urbana aumentou 11 vezes, sendo que a taxa de crescimento médio anual foi de 29,3% (INEM, 1991). De 1980 a 1991, houve um crescimento substancial da população na cidade que foi caracterizado pela migração devido ao conflito armado. A taxa de crescimento médio anual foi de 4,5% (INEM, 1997). Importante destacar que foi nessa época que começaram a se expandir os assentamentos informais na cidade em todos os sentidos (figura 66).

Figura 66: Cidade de Lichinga, área de expansão desordenada, 2005



Fonte: Acessado em: <http://3.bp.blogspot.com>

Entre 1991 – 1997, apesar do término da guerra civil em Moçambique com a Assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a população da cidade de Lichinga continuou a crescer. A população que era cerca de 60 mil em 1991, passou para cerca de 90 mil em 1997, a taxa de crescimento médio anual situou-se em 5,3% (INEM, 2007), a mais alta da região norte. Este crescimento é justificado pelo contínuo processo de migração campo cidade. Este cenário continuou, de 1997 para 2007 a população urbana cresceu 6 vezes. Esse cenário de crescimento da população urbana simultaneamente com a expansão desordenada da periferia quase se multiplicou entre 2007 a 2017, onde a população de cerca de 140 mil habitantes, ultrapassa os 200 mil em 2017 (figura 67).

Figura 67: Cidade de Lichinga, delimitação de uma das áreas de ocupação desordenada, 2018



Fonte: Google Earth, (2018), Org. MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

O cenário atual da cidade de Lichinga é caracterizado por bairros desordenados que podemos observar na figura 67, com um traçado a cor encarnada. Esses assentamentos apresentam vários problemas desde a falta de vias de acesso, água, a energia elétrica é implantada em condições de infraestruturas precárias que põem em risco a vida dos usuários desse serviço. Se verifica habitações em áreas de risco de inundação e áreas declivosas, as ruas em bairros semi urbanizados sem asfalto o que tem contribuído para poluição do ar por meio de partículas solidas em suspensão em solo argiloso avermelhados profundos, característicos da região.

2.3 Avaliando o processo de urbanização moçambicana

Após a descrição do processo de urbanização enfocando as principais cidades em Moçambique desde o período colonial português até a atualidade, em síntese, consideramos que os primeiros núcleos urbanos foram comerciais, surgiram como resultado das trocas que se faziam entre os colonos portugueses e os indígenas moçambicanos, primeiro em ouro, depois marfim e por último escravos. Essa afirmação, é sustentada por (2016, p. 86) sobre a gênese da urbanização moçambicana:

Pode-se afirmar que a sua economia urbana se realizou primeiramente sob regime da economia do ouro, nos séculos XVI-XVII (1505-1693), posteriormente sob o regime da economia de marfim, nos séculos XVII-XVIII (1693-1762) e, finalmente, sob o regime da economia do comércio de escravos, nos séculos XVIII-XIX nos anos 1762-1836 (MALOA, 2016, p.86).

Essas “cidades feitorias” como denominou Rodrigues (2007) se organizavam em torno de “feitoria-fortaleza”, foi dessa forma que depois de se terem estabelecido, começam a surgir as cidades militarizadas, fruto da ocupação colonial efetiva, estas surgiram a partir da divisão administrativa militar, por meio de comandos e postos militares na ocupação e dominação efetiva dos territórios

É desta forma que Maloa (2016, p. 90) acredita que:

Não restam dúvidas que as cidades da segunda idade colonial forma ‘cidades militares’, porque resultaram da política portuguesa de ocupação efetiva para fazer representar a soberania colonial; ou seja, foram cidades que apareceram como circunscrições, comandos ou postos militares para ocupar efetivamente o território [...] O impacto dessa colonização fez com que surgissem novas cidades decorrentes de umas práxis urbanísticas, resultante de um corpo teórico da engenharia militar do qual resultaram infraestruturas urbanas (MALOA, 2016, p.90).

Esta prática, sem dúvidas diferiu muito do processo de urbanização europeia impulsionada pela industrialização, é por isso que as principais cidades moçambicanas descritas, a maior parte

delas surgiram como cidades militares, aquelas que Mendes (2012) considera que tinham a função de distribuir fluxos e fixos para penetração e ocupação colonial efetiva de Moçambique, isto impulsionou na urbanização, que era vista como um espaço de reprodução capitalista, através de núcleos urbanos que fossem centros de circulação financeira.

Foi a partir deste cenário que Milheiros (2008) considerou que foram erguidos várias estatuas monumentais, representando os heróis da história portuguesa (principalmente militares) em diversas cidades moçambicanas.

Estes edifícios militares e religiosos foram as construções que mais caracterizaram o processo de urbanização portuguesa em território moçambicano, nesse período, devido a necessidade defensiva através da construção de fortés e fortalezas ultrapassou a construção de infraestruturas religiosas. importante lembrar que diversos edifícios (fortalezas e feitorias) foram considerados infraestruturas base da urbanização em Moçambique.

Portanto, neste primeiro momento em referência, as fortalezas nos diversos centros urbanos coloniais foram os primeiros símbolos do processo de urbanização em Moçambique a semelhança das igrejas, pois, é nessa análise que consideramos indissociável a história da construção dos fortés e feitorias ao processo de urbanização moçambicana, visto que as cidades feitorias surgiam muitas vezes vinculadas a um fortificado, que era a garanta da segurança contra as invasões na prática do comércio nesses primeiros núcleos urbanizados em Moçambique.

Com o decorrer do tempo, foi notório a intervenção do Estado Português no que tange à questão do planejamento urbano, com o envio de urbanista com o propósito de reabilitar e ampliar a estrutura urbana que vinha desenvolvendo principalmente no início do século XX.

Foi em meados deste século que as cidades se desenvolveram bastante de forma horizontal e vertical (1930- 1970). De acordo com Ferreira (1971), foi uma época que se caracterizou por massificação e densificação de edifícios que apropriaram o espaço urbano das principais cidades com destaque para Maputo que Penvenne (2012) considera que apresentava maciços cada vez mais altos nos primeiros anos de 1970.

Portanto, as ações de intervenção que visavam a renovação das cidades, ocorreram numa conjuntura em que havia grande segregação sócio étnico-racial em Moçambique, esta segregação condicionou o surgimento de bairros periféricos em locais insalubres, com habitações precárias destinadas a população negra e pobre e um centro urbano habitado pela população colona e negros assimilados. É por essa razão que Araújo (2003, p. 7) considera que

A cidade colonial, em Moçambique, apresentava uma característica dual muito marcada: por um lado, a chamada "cidade de cimento", branca, de desenvolvimento vertical, planificada, com infraestruturas e serviços; em oposição, a designada "cidade de caniço", negra, suburbana, horizontal, não planificada, de construção espontânea e de material precário (estacas, barro, caniço, etc.), sem infraestruturas e serviços e que se dispunha à volta da "cidade de cimento" (ARAÚJO, 2003, p. 7).

Esta maneira de planificar e implantar a cidade de forma segregaria condicionou a existência de bairros periféricos no período colonial, que persistiram até no período após a Independência Nacional de Moçambique em 1975.

Apesar dos esforços empreendidos para reverter esse cenário de bairros desordenados em Moçambique pós independência, que constituiu numa maneira excludente de planejar e urbanizar, esse propósito foi impossível concretizar por várias razões (políticas e socioeconómica), apesar da aprovação da Primeira Política Nacional de Habitação (Decreto lei nº 5 de 1976) que Maloa (2016, p.241) considera que ela “pretendia resolver os aspectos estruturais de injustiça urbana, herdada do colonialismo português que inibia grande parte da população negra de ter acesso à moradia no núcleo urbano”.

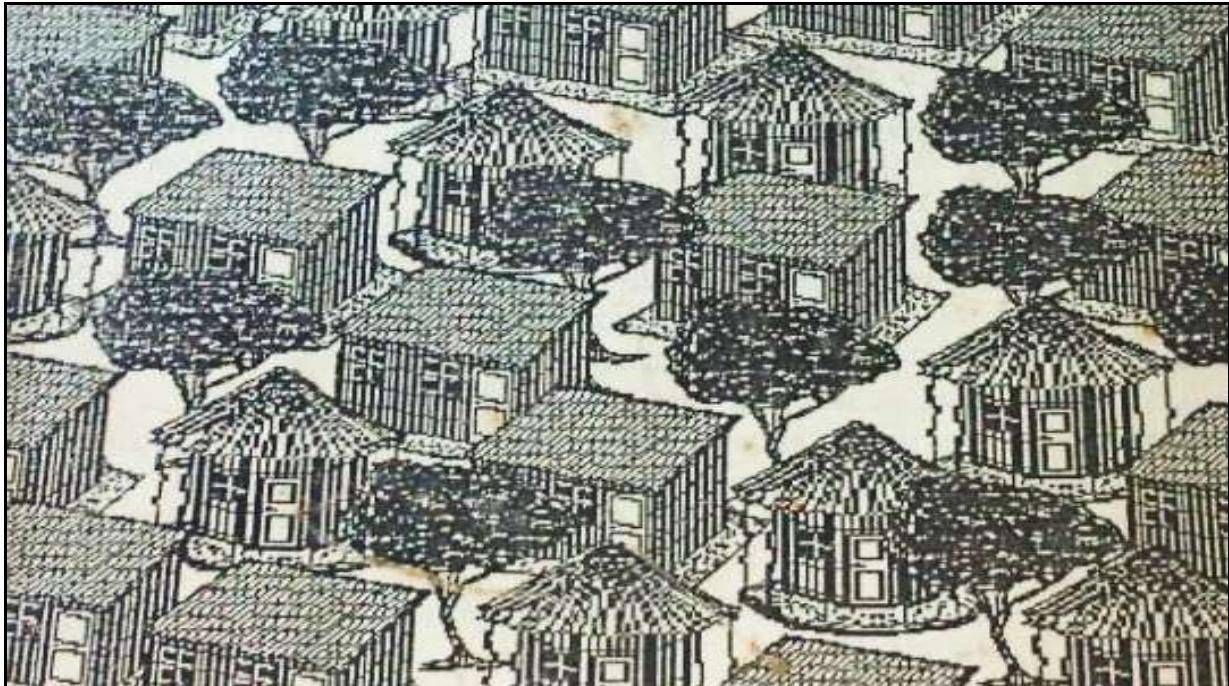
Por essas razões, as transformações ocorridas depois da independência nacional não eliminaram a dualidade econômica, social e de organização territorial, pois a principal alteração em relação ao período colonial foi apenas a evolução demográfica, com impactos adversos sobre a urbanização.

Os núcleos centrais das principais cidades coloniais mantêm a mesma estrutura característica dos séculos passados "cidade de cimento" com sinais visíveis de degradação das suas infraestruturas e equipamentos urbanos. A área suburbana (a "cidade de caniço" colonial) manteve o cenário de degradação e até exacerbou as condições de precariedade e de espaço excluído e degradado.

Foi pela exacerbão desses problemas de ocupação irregular que o governo procurou organizar o espaço urbano, a partir de uma política centralizada de planejamento em áreas urbanas e rurais, que ficou conhecido como “Bairros Comunais” cujos lotes unidos em espaços próximos com infraestruturas e equipamentos urbanos (ARAÚJO, 1988; VIANA, 2012).

Segundo Wells (1988), eram bairros de casas majoritariamente de paus e bambus ou caniço com 3 a 7 metros de largura que enfrentavam graves problemas com destaca a principal dificuldade desses bairros era a escassez de água potável, mesmo com a existência de fontes de captação por furo e por poço (figura 68).

Figura 68: Moçambique, pintura do modelo de Bairro Comunal



Fonte: WELLS (1988).

Atualmente no Bairro de Lulemile na cidade de Lichinga na província do Niassa é possível observar uma organização similar do bairro que é resultado do planejamento comunal da época.

Outrossim, mesmo com a ajuda de parceiros internacionais de cooperação, existiu diversos programas de intervenção urbana em várias cidades, como o PPHP- Programa de Promoção de Habitação Própria, a PNH- Política Nacional de Habitação (FORJAZ, et al, 2006) com destaque para a capital Maputo, nem por isso, a situação da degradação de bairros informais cresceu, como acrescenta Araújo (2003) piorou ainda mais com o tempo, adquiriu outras características deploráveis resultantes do impacto dos fluxos migratórios para as cidades, por isso que Maloa (2016, p. 236) considera que:

As periferias urbanas adensaram-se de tal forma que a ocupação do solo impedia a circulação viária, era impossível qualquer mobilidade de automóvel, assim como dificultou ou impossibilitou a existência de espaços para futuras construções de infraestruturas. O núcleo urbano foi também ocupado por uma população superior que a capacidade construída (MALOA, 20016, p.236).

Essa ocupação foi em grande medida condicionada pela guerra civil que contribuiu para o aumento de número da população urbana refugiadas, principalmente nos primeiros cinco anos da década de 1980.

Assim, a maioria dos refugiados passou a fixar suas moradias precárias nas periferias muito próximas ao centro, espaços vazios insalubres, zonas baixas e alagadas, áreas íngremes que lhes eram oferecidas por caridade pelos órgãos locais (GRAHAN, et al., 1991), e deu origem a implosão urbana (ARAÚJO, 2003).

Acrescenta-se que em todas as cidades moçambicanas, mais de 70% da malha urbana é composta por bairros suburbanos informais, um espaço onde o caniço e as estacas (material de construção colonial) foram gradativamente substituídos por outro tipo de material de construção, como paus, bambu, palhas, adobe (blocos de argila) e mais durável, como o zinco, os blocos de cimento (MALOA, 2016).

Isto foi consequência do fenômeno que Araújo (2003), apelidou de “periferia extensiva” que se expandiu sem o acompanhamento de infraestruturas e equipamentos urbanos.

É diante desse cenário de assentamentos irregulares surgido depois da independência nacional, que se ampliaram as atividades informais, consideradas práticas ilícitas que são uma forma de sobrevivência da população residente nessas áreas até atualidade (MENDES, 1979).

É por essa razão que as principais cidades moçambicanas apresentam hoje essa dualidade urbana, uma área central (núcleo colonial) e uma periferia (não desenvolvida e expandida) principalmente desde o período pós independência. São áreas urbanas cujos limites estendem-se à medida que a periferia cresce em diversas direções, não se podendo facilmente distinguir os seus limites, sendo uma urbanização que ocorre através da densificação e expansão rápida dos bairros periféricos (RAPOSO; SALVADOR, 2007), onde escasseiam imobiliárias ou planos de fomento habitacional, predominando as autoconstruções em áreas desordenadas (JORGE; MELO, 2011).

Porém, tem sido comum a edificação na periferia das principais cidades, os condomínios habitacionais horizontais e alguns verticais fechados, o que evidencia uma nova tendência de processos que tem estado a desencadear expressivas mudanças na forma de ocupação do espaço urbano e vão gerando novos e complexos arranjos espaciais, segregatórios nas principais cidades mencionadas, com destaque para a áreas metropolitana de Maputo, as cidades da Beira, Nampula e Nacala.

Se pensou que o cenário modificaria com a criação de um conjunto de leis aprovadas a partir de 1997 até 2008, como a Lei de Terras (Lei nº 19 de 1 de outubro de 1997); Das autarquias locais (Lei nº 2 de 18 de fevereiro 1997); Lei do Ambiente (Lei nº 20 de 1 de outubro de 1997); Regulamento da Lei de Terras (Decreto nº66 de 8 de dezembro de 1998); Regulamento do Solo

Urbano (Decreto nº60 de 26 de dezembro 2006); Lei de Ordenamento do Território (Lei nº 19 de 18 de julho 2007) e posterior o Regulamento da Lei de Ordenamento (Decreto nº 23 de 1 de julho 2008) como forma de garantir a melhoraria dos assentamentos urbanos.

Esta dinâmica do processo de urbanização, através de autoconstruções, que se verificam em todos os bairros suburbanos das cidades e vilas moçambicanas, que tem sido difícil controlar, visto que, a Lei de Terras (Lei nº 19 de 1 de outubro de 1997), revista em 18 de julho 2007 (Lei do Ordenamento Territorial em Moçambique) salvaguarda de certo modo, a ocupação e usos de terra. Este é um assunto que se desenvolve na seção seguinte que aborda a política e instrumentos de planejamento e gestão urbana em Moçambique.

3. CONTEXTO DAS POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE

Nesta seção, mostramos o desenvolvimento das políticas e instrumentos relacionados a gestão urbanística em Moçambique, o seu âmbito no ordenamento do território, a problemática da questão do planejamento urbano em diferentes escalas, a análise do seu funcionamento e os sectores envolvidos nas questões atinentes ao planejamento e gestão urbana. Estas análises foram feitas com base nas reflexões da apreciação da Política de Ordenamento do Território de Moçambique, através da Lei nº19 de 18 de julho de 2007.

Fizemos também uma breve reflexão sobre os principais regulamentos ligados ao planejamento e gestão urbana e seus principais instrumentos, de modo a perceber a sua performance. Nessa abordagem analisamos a eficácia e os constrangimentos dos regulamentos e instrumentos de gestão urbana; problemas que poderiam ser resolvidos no âmbito da aplicação dos instrumentos, como é o caso das implicações do parcelamento do solo no processo de expansão urbana.

3.1. Políticas atinentes à gestão urbana em Moçambique

As políticas atinentes às questões urbanas em Moçambique têm relação com as políticas da República Portuguesa, isto, devido à influência colonial que o país esteve sujeito durante séculos. Este argumento é corporizado por Sicola (2014), que acredita que a LOT de 1997, alterada em 2007 que regula o ordenamento territorial em Moçambique foi influenciada pela Lei base da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo Português.

Portanto, essa influência não é fruto de mero acaso, é resultado de um laço histórico relacionado ao processo de organização do território, pois, tal como no processo geral de urbanização, assim como do planejamento urbano, consideramos dois períodos distintos na política e no planejamento urbano em Moçambique.

Sendo o primeiro o Período de Planejamento Urbano Colonial (1898 – 1974), pois, foi em 1898 que a ilha de Moçambique deixa de ser a capital do território, perdendo essa hegemonia para Lourenço Marques (atual Maputo). Segundo Lobato (1966), fora primeira capital do território foi elevada à categoria de cidade em 1818, com a criação dos núcleos urbanos fortificados.

Importante sublinhar que as principais fortalezas foram São Sebastião (Ilha de Moçambique), Nossa senhora da Conceição (Maputo), os Forte de S. João Baptista (Inhambane), S. Tiago Maior , S. Pedro de Alcântara (Tete) e São João Baptista (Ilha do Ibo), a sua estrutura urbana fortificada se desenvolveu, mas não há registo de planejamento urbano na sua essência, mas existiam sim planos pontuais de intervenções urbanas (PEREIRA, 1998).

Por essa razão que escolhemos os finais do século XIX como primeiro período do processo de planejamento urbano em Moçambique, visto que, o primeiro plano de urbanização foi construído em 1887 da autoria do Eng. Militar Joaquim José Machado na cidade de Maputo e tinha como base no Porto e Caminhos de Ferro por onde a cidade iniciou o seu crescimento.

Extemporaneamente, surgiram vários centros urbanos sob administração direta do governo colonial português que ocorreu nas regiões norte, centro, assim como no sul de Moçambique. Foi a partir desse momento que surgiu a conveniência cada vez mais crescente de se realizar outras recentes divisões administrativas territoriais com objetivo de criar uma nova classificação urbana em 1907, o que culminou com a reconstituição da Lei Orgânica de Moçambique de 1913. Nessa lei, segundo Newitt (1997), a hierarquia urbana de Moçambique aparecia com cinco distritos nomeadamente: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Ilha de Moçambique. Estes por sua vez repartidos em conselhos, divididos por juntas e freguesias. As circunscrições por sub circunscrições ou postos militares administrados pelos próprios militares.

Seguidamente, no século XX, mais concretamente depois de 1930, houve planos fracassados, como por exemplo o da cidade da Beira, antes da criação do GUC. Mas, em 1950 outro plano nesta mesma cidade foi implementado quase na sua totalidade, pois já existia o GUC como um núcleo de projeto urbano e de arquitetura, dependente do Ministério das Colônias, e associado ao quadro político e administrativo do Estado Novo (ROQUE, 2009).

Apesar do primeiro plano de urbanização dessa cidade ter sido elaborado por volta de finais do século XIX, posteriormente, somente em meados do século XX, a sua ação, amplia-se no quadro da produção de planos urbanísticos.

Os principais planos de urbanização executados para Moçambique nesta fase (finais do século XIX), foram os pequenos projetos iniciais, chamados “projetos de povoação” que foram se desenvolvendo com a execução de novos projetos urbanos das cidades encomendados de Portugal. Como já foi aventado, o planejamento urbano neste o período colonial acrescenta Pereira (1998)

eram projetos urbanísticos solicitados pelos governadores dos territórios coloniais ou diretamente pela sua tutela.

Mais tarde, houve para importantes cidades moçambicanas uma série de planos de urbanização, que na ótica de Pereira (1998), Roque (2009) eram planos diretores, arranjos urbanísticos dignos de serem mencionados neste período de 1930 até 1974 nas importantes cidades das regiões norte, centro e sul de Moçambique:

- ✓ Região norte- plano urbano da cidade da Ilha de Moçambique (1964); cidade de Nacala Porto (1941, 1954, 1963 e 1974); Cidade de Porto Amélia/ Pemba (1930, 1936, 1956, 1963); Cidade de Nampula (1935 e ajustado em 1962); Cidade da Vila Cabral/ Lichinga (1932, 1961, ajustado 1971).
- ✓ Região Centro- plano urbano da cidade de Quelimane (1950, 1966); cidade de Tete (1942, 1950, ajustado em 1973); cidade de Vila Pery/Chimoio (1950, 1958, 1969, 1966, ajustado em 1973);
- ✓ E cidades da Região Sul- cidade de Inhambane (1956, ajustado 1967); cidade de João Belo/Xai-Xai (1966, ajustado em 1973).

A partir da década de 1930, foi muito importante, pois, na sequência da reforma administrativa ultramarina de 1933, que a colónia moçambicana era dirigida por um governador-geral, compondo-se de três províncias, por sua vez divididas em distritos com um administrador (MENESES, 2009). Nesse âmbito, foram criadas bases para a urbanização do país com a concepção de vários planos de urbanização, fez com que se intensificasse a urbanização de forma substancial, pois, o Estado Colonial Português disponibilizou arquitetos e urbanistas viandantes que pudessem se responsabilizar pela implantação de infraestruturas urbanas em Moçambique, foram os exemplos de casos dos arquitetos responsáveis por vários planos, os irmãos Carlos Rebello de Andrade e Guilherme Rebelo de Andrade, Bernardino Ramalhete e outros (FERNANDES et al, 2008).

Mesmo com envio de vários arquitetos e urbanistas para a colônia moçambicana, as atividades eram poucas e focadas a edificações específicas e concretas, foi nesse cenário de falta de resposta a demanda de construção de infraestruturas urbanas que se cria pelo Estado Novo o Serviço Central de Urbanismo Colonial (SCUC) para que executasse a reconstrução, ampliação e expansão urbana na colônia de Moçambique.

Portanto, foi nesse âmbito que se criou a partir do decreto nº34.173 de 6 de dezembro de 1944, o famoso GUC, cujo objetivo era de traçar planos urbanísticos modernos e atualizados para as cidades colônias de Portugal (MENDES, 2012). Sendo assim Milheiro (2014, p.6) enfatiza que:

O GUC foi lançado em dezembro de 1944 como “organismo comum a todas as colónias de África” (Dec. nº34:173, de 06/12/1944, p. 1167) e começou a trabalhar oficialmente no primeiro dia do ano seguinte. Mais tarde, a sua ação ampliou -se às restantes províncias ultramarinas da Índia Portuguesa, Macau e Timor. O objetivo de Marcelo Caetano, então ministro das Colónias, era que, para lá dos planos urbanísticos, fossem igualmente confiados aos seus técnicos, os estudos dos problemas da habitação nas regiões tropicais (MILHEIROS, 2014, p.6).

Os objetivos do GUC era estudar os problemas da urbanização colonial, promovendo a elaboração de planos urbanísticos de implantação, renovação e ampliação das cidades e vilas das Colónias portuguesas na África (Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau). Esta ação era executada a partir de levantamentos dos aglomerados populacionais sobre o ordenamento e crescimento das povoações, promovendo a elaboração de projetos dos tipos de habitação e outras infraestruturas mais convenientes (PORTUGAL, 1944).

Com o GUC em Moçambique, obras de arquitetura moderna foram desde finais de década 1940 executadas através de planos urbanos que foram sendo implementados em diferentes momentos até ao seu encerramento em 1974, após 30 anos. Foi neste período (1944-1974) que se verificou a verticalização das principais cidades moçambicanas, com a construção de infraestruturas e serviços urbanos, como estradas asfaltadas, edifícios em pisos e crescimento demográfico dinamizado pela Revolução Técnico-Científica que ocorreu no mundo.

Nas décadas posteriores a 1960 se agudizou o problema da segregação racial, com a legislação colonial de “1926 e mais tarde de 1961”, com base nela se fracionava os habitantes das cidades coloniais com base nas cor e raça, condições socioeconômicas e políticas, se distinguindo a população colonia branca do nativo negro, civilizado branco e não civilizado negro (SILVA, 2013).

Esse cenário de segregação, contribuiu para o surgimento e o desenvolvimento das periferias urbanas em todas as cidades moçambicanas no período colonial, diferenciando simplesmente a intensidade da ocorrência do fenômeno se comparado com o cenário dos finais do século XIX e atual, daí que Gonsalves (2016, p. 01) considera que foi:

... a partir de 1875, os invasores europeus proibiram os indígenas de construir as suas casas dentro do perímetro urbano, marcando desta forma o início da segregação urbana perpetrada pelos colonizadores, através de um conjunto de tramas legais que se iriam manter até à independência, em 1975. Durante um século, os subúrbios da capital de

Moçambique cresceram desmesuradamente, à margem das políticas de gestão urbana da administração colonial, que sempre priorizaram a “cidade dos brancos”, *xilunguine*, em detrimento das zonas suburbanas, o caniço, onde se acumularam, de forma espontânea e precária, os povos colonizados. Os resultados da negligência e incompetência da administração colonial para resolver os imensos problemas urbanos e habitacionais que foram surgindo no caniço, ainda hoje tem inúmeras implicações negativas no quotidiano de quem vive e gera essas zonas... (GONSALVES, 2016, p. 01).

No auge da colonização, durante o Estado Novo, acentuou-se a criação de estruturas administrativas fortemente centralizadoras, em que as estruturas municipais eram uma extensão do poder central, tal como, de resto, acontecia na metrópole colonial. Pela nova Lei Orgânica do Ultramar, de 1972, Moçambique passou a ser designado “Estado” (MENESES, 2009).

Tal como as restantes províncias ultramarinas, Moçambique recebeu um conjunto de obras da responsabilidade dos profissionais do GUG que refletem as diferentes fases da cultura de projeto que é desenvolvida por este organismo até à revolução de abril de 1974 em Portugal.

No Período Pós Independência, teve duas fases que são: a primeira de (1975-1997), declarada a independência, em 1975, o país passou a denominação de República Popular de Moçambique, a sua administração foi marcada pela liderança do partido único e o planejamento centralizado, onde a estrutura sociopolítica e administrativa obedecia ao centralismo pelo qual se orientou nas duas primeiras décadas após a independência do país.

Portanto, uma das primeiras medidas tomadas no Moçambique independente segundo Trindade (2003), consistiu na abolição do caráter dual da administração que existia no período colonial, onde encontrávamos os conselhos (nas áreas urbanas) e as circunscrições (nas áreas rurais). Esta decisão surgiu da orientação política do Conselho de Ministros, de 9 de junho de 1975, como forma de repúdio ao modelo colonial de administração do Estado com a aprovação da Constituição da República Popular de Moçambique (CRPM) que estabeleceu as diretrizes básicas do Estado, que definiram as estruturas do poder do Estado.

Nos termos da primeira CRPM que se adota pelo Comité Central da FRELIMO em junho de 1975, se definiu que a terra e os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique são propriedade do Estado e se determinam as condições do seu aproveitamento e do seu uso (MOÇAMBIQUE, 1975). Ainda se assume que a atividade agrícola é a base do desenvolvimento do país e o setor industrial como motor fundamental do crescimento e o Estado moçambicano procurou orientar a sua política para criação de condições sustentáveis para a elevação do nível de vida da população urbana e rural.

Foi nesse âmbito, que se lançou o programa das “Aldeias Comunais”, em substituição das circunscrições do período colonial, no âmbito da promoção do espaço rural e no desenvolvimento urbano se designou por “Bairros Comunais”, uma ideia que visava assegurar a melhoria das condições de vida urbana e rural.

Assim, nesse período, o território moçambicano foi dividido em províncias, distritos e localidades, instituídos pelo quadro jurídico que substituiu as estruturas administrativas coloniais três níveis de organização administrativa: nacional, provincial e local que corresponde as cidades e vilas distritais (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Criou-se o Decreto Lei nº 0 de 3 de março de 1976 que alterou algumas toponímias das áreas urbanas de Moçambique, onde as cidades mudaram de nome, como por exemplo: Porto Amélia no período colonial, passou a chamar-se Pemba, Vila Cabral (Lichinga), Vila Pery (Chimoio), Lourenço Marques (Maputo), entre outras toponímias de cidades alteradas (MELO, 2015).

Portanto, um dos grandes entraves no período pós-independência de Moçambique é que os instrumentos de planejamento e gestão urbana que foram herdados dos colonos tiveram que ser completamente abandonados, isso teve grandes impactos sobre a gestão do território, reduzindo assim bastante as ações de reestruturação nos primeiros anos de governação de Moçambique pós independência, complementada pela guerra civil que teve o seu início por volta de 1977, isso veio em grande medida dificultar a elaboração de instrumentos de planejamento que minimizassem os problemas urbanos que surgiam nas cidades moçambicanas.

Mas, apesar disso, algumas ações seguiram, de acordo com CEDH (2006), ainda em 1977 surgiram referências que foram consideradas fundamentais que poderiam satisfazer a questão do planejamento das cidades moçambicanas, tais como a concepção de regulamentos legislativos peculiar, procedimentos de execução de projetos e implementação de planos urbanísticos que auxiliassem as populações nos seus locais de habitação.

Foi nesse âmbito que se aprovou a Lei de nº 5 de 22 de abril 1978, que instituiu quatro níveis na estrutura orgânica moçambicana: central, provincial, distrital e local, em que o nível mais baixo representava meros reprodutores das decisões ao mais alto nível. Foi nesse âmbito que se criaram as assembleias do povo a nível local, distrital e provincial com a Lei nº5 de 22 de abril 1978, foi publicada a primeira Lei de Terras em 1979 (a Lei nº 6 de 3 de julho 1979, que legitimava a propriedade estatal da terra e as formas de exploração empresarial de tipo socialista. A partir

desta primeira lei, o Estado passou a conceder direitos de uso e aproveitamento da terra através de um título, o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). Neste mesmo ano, ocorreu primeiro exercício de Planejamento urbano na Cidade de Maputo, com a elaboração do Plano de Estrutura Urbana – o PEU (MOÇMABIQUE, 1979).

Este período, foi marcado por um processo de urbanização, provocado pelo fluxo de migrantes dos distritos para as respetivas capitais provinciais. Este fluxo ocorreu de 1975 até 1980, cuja maior parte das populações regressava do estrangeiro, ou seja, de países vizinhos como Malawi, Tanzânia, Zâmbia, e o início e desenvolvimento da guerra civil que exacerbou os problemas da ocupação desordenada nas cidades moçambicanas (FORJAZ et al, 2006). Assim sendo, esses problemas que iniciaram logo após a independência, obrigaram o país a criar um sistema de planejamento urbano e territorial que teve início na década de 1980, no âmbito da 1ª Reunião Nacional de Planejamento Urbano, em que foram definidos os tipos de intervenções prioritárias para fazer face aos problemas urbanos que iam se acentuando nas principais cidades existentes no país (BATTINO, 2000).

Foi um programa que contou com o apoio do já existente Instituto Nacional de Planejamento Físico (INPF), que reconheceu a demanda pelo planejamento e anuiu a implementação desses planos de intervenção preferencial a partir de aquisição de recursos humanos, materiais e financeiros nas respetivas cidades afetadas por esses problemas urbanos que emergiam, pelo que ficou previsto a elaboração de três tipos de planos: o de intervenção prioritária, o de estrutura e os planos parciais de urbanização.

Foram elaborados guias de orientação para o uso dos terrenos urbanos, bem como normas destinadas aos técnicos e profissionais designados de “guião metodológico para os técnicos médios de planejamento físico”, cuja ênfase foi dada aos planos parciais de urbanização e as normas de uso de solo e infraestruturas. Estes dois planos eram diferentes no tempo, no contexto e na escala (BATTINO, 2002).

A partir da segunda metade da década de 1980, devido à associação de múltiplos fatores adversos (internos e externos), como a guerra civil, o longo período de seca, a agudização da crise económica internacional, devido à falta de ajuda e sansões impostas pelas instituições internacionais sobre o Estado moçambicano, surgiu a necessidade reproduzir outro dinamismo para o progresso de Moçambique. Neste âmbito se reformulou a Lei de terras (nº6 de 30 de julho de 1979) e se aprova Lei nº1 de 16 de abril de 1986.

Portanto, foi diante dessa situação desfavorável, que o Estado readmitiu a decisão da sua aderência aos Acordos multilaterais estabelecidos com as agências de Bretton Woods (FMI e BM). Portanto, em janeiro de 1987, Moçambique introduziu o PRE, que serviu de contrapartida para a obtenção dos créditos necessários à recuperação de uma economia devastada por fatores internos e externos já referenciados anteriormente.

Com a aprovação da CRM em 1990, se introduziu profundas mudanças políticas, como o pluralismo político e autonomias locais, optando-se pelo abandono do sistema centralizado. Foi um novo contexto político-social e econômico que estabeleceu a separação dos órgãos do poder local, que passaram a ser dotados de personalidade jurídica própria face ao aparelho administrativo central.

Seguidamente às mudanças constitucionais, em maio de 1992, o governo aprovou o PROL, cujo objetivo, segundo Trindade (2003), foi a reestruturação do sistema de administração local do Estado e alteração em órgãos locais com personalidade jurídica própria e dotados de autonomia administrativa e financeira. Foi com este ponto de partida que, foi aprovada a Lei nº3 de 13 de setembro 1994, que estabeleceu a “institucionalização dos distritos municipais e representando o primeiro instrumento normativo de descentralização em Moçambique.

A lei nº3 de 13 de setembro de 1994 foi revista, pelo qual se agregou o atributo “Poder Local”, que Trindade (2003) previa a existência de autarquias locais, visando a participação dos cidadãos na solução dos problemas da sua comunidade, a promoção do desenvolvimento local e o aprofundamento da democracia, no quadro da unidade do Estado moçambicano.

Subsequentemente com a implementação das medidas impostas pelas instituições da Bretton Woods, como as privatizações de estatais, contração monetária, entre outras como a elevação das taxas de juro e de corte das despesas sociais, o país entrou no trilho da economia de mercado capitalista, que aparece fundamentado na Política Nacional de Terras (PNT), aprovada pela Resolução nº 10 de 17 de outubro de 1995, cujos princípios fundamentais desta PNT são:

A manutenção da terra como propriedade do Estado, princípio atualmente consagrado na Constituição da República; Garantia de acesso e uso da terra à população, bem como aos investidores. Neste contexto, reconhecem - se os direitos costumeiros de acesso e gestão das terras das populações rurais residentes, promovendo justiça social e económica no campo; Garantia do direito de acesso e uso da terra pela mulher; Promoção do investimento privado nacional e estrangeiro, sem prejudicara população residente e assegurando benefícios está e para o erário público nacional; Participação ativa dos nacionais com parceiro sem empreendimentos privados; Definição e regulamentação de princípios básicos orientadores para a transferência dos direitos de uso e aproveitamento da terra, entre cidadãos ou empresas nacionais, sempre que tiverem sido feitos investimentos no terreno; Uso sustentável dos recursos naturais de forma a garantir a

qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, assegurando que as zonas de proteção total e parcial mantenham a qualidade ambiental e os fins especiais para que foram constituídas. Incluem-se aqui zonas costeiras, zonas de alta biodiversidade e faixas de terrenos ao longo das águas interiores (MOÇAMBIQUE, 1995 artº10).

Estes princípios traçados pela PNT se resumem numa simples explicação que é garantir direitos do povo moçambicano sobre a terra e outros recursos, impulsionando o investimento em oportunidades iguais para todos de forma sustentável.

A segunda corresponde a um novo contexto político- económico liberal que eclodiu desde meados da década de 1980, surgindo a partir da década de 1990 vários instrumentos urbanísticos (que seria chamada de urbanização e planejamento urbano democratizado), a partir dos quais se começou a organizar o planejamento urbano em Moçambique, dentre eles, destaca-se a para a Lei de Terras (Lei nº 19 de 1 de outubro de 1997) e os seus regulamentos. Antes dessa lei, no mesmo ano, se aprovou a nova Lei nº2 de 18 de fevereiro 1997, que serviu como instrumento regulatório aplicado em seguida nas primeiras eleições municipais realizadas em 1998, realizadas em 33 cidades e vilas autárquicas, apesar de grandes desentendimentos verificados, devido aos desentendimentos políticos.

Estas estruturações regimentais se deram numa perspectiva associada ao processo de descentralização que Trindade e Salomão (2017) acrescentam que foram aprovadas no mesmo conjunto de leis e no âmbito dos programas implementados com apoio do BM como os casos da execução da PROL que subsidiou os PEU da cidades de Nampula, Beira, Quelimane, e Pemba a partir de 1999 e surgem, ainda embora que de forma iniciante, vários planos parciais de parcelamento para as várias periferias dos centros urbanos mencionados.

Na década de 2000, mais concretamente em 2003, foram aprovadas algumas emendas normativas com o propósito agilizar o processo de consolidação dos municípios. Foi nesse âmbito, cerca de 4 anos mais tarde, em 2007, que foram introduzidas alterações significativas à Lei nº 2 de 18 de fevereiro 1997, esforçam-se designar as autarquias como poder local, em oposição que Rocha e Zavale (2015), chamam de poder central desconcentrado. Então, em 2007, foi publicada a LOT (Lei nº 19 de 18 de julho de 2007), que tinha como objetivos principais salvaguardar os direitos da população e legitimar as suas ações de autoprodução, como:

Garantir o direito à informação, à participação e à prévia apreciação pública de todos os instrumentos de ordenamento territorial, em sintonia com o Regulamento do Solo Urbano (2006); (ii) propiciar a igualdade do acesso à terra, às infraestruturas, aos equipamentos e aos serviços básicos; (iii) garantir o direito à ocupação atual do espaço físico nacional pelas pessoas e comunidades locais (MOÇAMBIQUE, 2007c, artigos 4 al. b e c; artigo 5 n.º 2).

Consideramos então que o país esteve cerca de três décadas sem referências regimentais no que diz respeito ao planejamento urbano.

Com a rápida urbanização desordenada que se verificou em Moçambique desde os finais da década 90 do século XX e início da primeira década do século XXI, surgiram vários instrumentos de planejamento para os diferentes centros urbanos que ascenderam à categoria de municípios mais tarde em 2003, 2008, 2013. Assim, Trindade e Salomão (2017) consideram que no âmbito da criação de novas vilas municipais no período entre 2007 - 2014 foram elaborados vários planos urbanos para cerca de 90% dos novos municípios criados.

Posto isto, o Relatório da Avaliação da Governação de Terras em Moçambique (RAGTM 2015/6) revela que a prática de elaboração dos instrumentos de planejamento urbano em Moçambique enfrenta várias dificuldades como por exemplo, burocracia na aprovação e promulgação no BR de Moçambique, outro caso, muitos desses instrumentos existentes foram produzidos por técnicos das instituições que supervisionam a atividade como as direções nacionais, isto dificulta a avaliação e controle do cumprimento da sua execução que não são cumpridos pela maioria dos municípios. Assunto sobre os principais instrumentos de gestão urbana que se aborda no ponto que se segue.

3.2 Papel dos principais regulamentos urbanísticos em Moçambique

A Constituição da República de Moçambique de 1990, apresenta nos seus artigos 6 e 7, as seguintes determinações: O território organiza-se em províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações. As zonas urbanas estruturam-se em cidades e vilas.

Esta organização do território moçambicano garante o seu funcionamento de modo que possa responder aos anseios da população na combinação de medidas garantidoras dos direitos sociais e da participação popular.

Ainda na CRM, no seu artigo 109 que aborda sobre a Terra, refere que:

Nº 1 refere que: a terra é propriedade do Estado; Nº2. ela não deve ser vendida, ou por qualquer outra forma alienada, nem hipotecada ou penhorada. Nº3 considera que ela serve como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano (MOÇAMBIQUE, 2004, art. 109).

No artigo 110 da CRM que versa sobre o uso e aproveitamento da terra, refere que, “O Estado determina as condições de uso e aproveitamento da terra e o direito de uso e aproveitamento da terra é conferido às pessoas singulares ou coletivas, tendo em conta o seu fim social ou económico”.

No desdobramento, explicitado no capítulo II, nos artigos 9 e 10 da LOT (Lei nº19 de 18 de julho de 2007), materializa-se importantes instrumentos urbanísticos, com vista a garantir os princípios do planejamento urbano local.

A LOT e o RSU (Lei nº19 de 18 de julho de 2007 e Decreto nº 60 de 26 de Dezembro de 2006), são os principais instrumentos normativos presentes no ordenamento jurídico moçambicano que buscam regulamentar as transformações urbanísticas, as quais deverão ser analisadas quanto a sua eficácia na prática, isto é, se a aplicação dessas Leis está ocorrendo de fato, e o que poderia ser feito para melhorar essa eficácia.

A preocupação em relação a eficácia dessas normas pode ser justificada para Moçambique, pelo fato de se verificar expansão urbana desordenada, consequência da acelerada concentração populacional na área urbana o que de certo modo, contribui para a deterioração da qualidade de vida, gerando, escassez do solo urbano para habitação.

Assim sendo, somente através de um planejamento do uso e ocupação do solo urbano é que se torna possível minimizar os problemas apontados, estabelecendo-se mediadas atenuantes de altas densidade demográfica, com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre a procura e a oferta por lotes no espaço urbano, se primando pela melhoria da qualidade de vida.

Portanto, os principais instrumentos legais urbanísticos presentes no ordenamento jurídico moçambicano são, responsáveis pela regulamentação da urbanização do país, às quais caberia dirimir a maioria dos problemas relacionados a esta matéria.

3.2.1 Regulamento do Solo Urbano

Por meio do Decreto nº60 de 26 de dezembro de 2006, surge da conveniência de regulamentar a LOT atinente ao uso e aproveitamento de terras em áreas urbanizadas, e nesse contexto foi aprovado o RSU que:

Visa regulamentar a LOT relativamente ao regime de uso e aproveitamento da terra nas áreas de cidades e vilas ou nos assentamentos humanos ou aglomerados populacionais organizados por um plano de urbanização (MOÇAMBIQUE, 2006 b art. 2º).

Assim, podemos considerar que no domínio do RSU, estamos perante um regulamento de obtenção de terra em cidades e vilas, que são consideradas áreas onde são contempladas a execução e implementação do planejamento urbano, cujas solicitações devem ser feitas às autoridades locais (Presidente do Conselho Municipal, Administradores do Distrito, Chefes das localidades, postos administrativos ou Povoação).

Este instrumento, regula o parcelamento do solo urbano, orientando sobre as que devem ser observadas no DUAT em áreas urbanas, competência dos OLE ou autarquias. Este aspecto visa promover a urbanização em áreas abrangidas pelos planos e prevê que a implantação das infraestruturas seja feita por agências imobiliárias, definidas pelos planos de ordenamento das cidades e vilas e definidos pelo LOT e o RSU, sendo as formas gerais de acesso ao uso da terra. Segundo Trindade e Salomão (2017), para além dessas formas gerais de acesso à terra previstas na Lei nº19 de 1 de outubro 1997, são aprovadas outras formas de acesso, apesar de destes terem constatado várias lacunas na questão referente aos detentores do DUAT.

No RSU existem algumas diretrizes importantes que são tomadas em consideração para estruturação física das infraestruturas urbanas das cidades que foram definidas, pelo que ficou evidente de acordo com MOÇAMBIQUE (2006b) os conceitos de:

- ✓ *Parcela* é a porção delimitada de terreno, susceptível de ser subdividida em conformidade com as regras do plano;
- ✓ *Talhão (lote)* como última porção do loteamento indivisível de terreno definida pelo plano pormenor.

Estes devem ter sua conexão com o sistema viário, que por sua vez é visto como requisito básico para o ordenamento urbano.

Além disso, a referida norma traz no seu cerne, disposições a respeito dos projetos de loteamento e de desmembramento, destacando-se o papel do Município como responsável pela aprovação de tais projetos. Prevê, ainda, sanções penais, no artigo 46 atinente a infrações e penalidades tipificando e criminalizando certas práticas, objetivando a defesa da ordem urbana e consequentemente o interesse público.

Portanto, tal norma é de fundamental importância para a conformação adequada do espaço urbano geral da cidade.

O RSU concebe três grupos de planos de uso do solo urbano: um plano de estrutura, um plano de urbanização e um plano de pormenor, que devem ser aprovados através de um processo de envolvimento das comunidades locais na sua elaboração.

3.2.2 Lei do Ordenamento Territorial

A Lei nº19 de 18 de julho de 2007-LOT em Moçambique, foi finalmente aprovada, vigorando desde o dia 19 de julho do referido ano. Está veio abranger um conjunto de princípios, no

qual está expressa uma concepção de cidade, de planejamento e gestão urbana, e uma série de instrumentos que, como o próprio documento define, são meios para atingir as finalidades pretendidas.

Entretanto, apesar de ser o instrumento-mestre no que se refere à política urbana moçambicana, apenas representa o início de uma nova visão do processo de renovação desta política neste território.

A LOT, tem como objetivo regulamentar o capítulo da Política de Ordenamento Territorial (POT) patente na CRM nos artigos 6 e 7, estabelecendo diretrizes e regulamentando a aplicação de importantes instrumentos de gestão e reforma urbana no seu desdobramento nesta lei.

São treze artigos que compõe a LOT, começando pelas Disposições gerais; Níveis de intervenção e instrumentos de ordenamento Territorial; Generalidades sobre o Processo de Elaboração dos Instrumentos de Ordenamento Territorial; Regime Jurídico dos Instrumentos de Ordenamento Territorial de Nível Nacional; Regime Jurídico dos Instrumentos de Ordenamento Territorial de Nível Provincial; Regime Jurídico dos Instrumentos de Ordenamento Territorial de Nível Distrital; Regime Jurídico dos Instrumentos de Ordenamento Territorial de Nível Autárquico; Regime Jurídico dos Instrumentos de Carácter Geral; Alteração, Revisão e Suspensão dos Instrumentos de Ordenamento Territorial; Defesa dos Instrumentos de Ordenamento Territorial; Expropriação para Efeitos de Ordenamento Territorial; Eficácia, Publicidade e Monitorização; Fiscalização, infracções e sanções; e o ultimo as Disposições finais e transitórias

Estes aspectos fazem parte da LOT em Moçambique, desdobrada na POT na resolução nº18 de 30 de maio de 2007), regem a organização territorial por intermédio de um conjunto de normas que:

... permitem ao governo por processo de concertação, integração e participação a todos os níveis, definir os objetivos gerais a que devem obedecer a instrumentos de ordenamento territorial, para alcançar uma melhor distribuição das atividades humanas no território, a preservação de zonas de reservas naturais e de estatuto especial e assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento humano e o cumprimento dos tratados e acordos internacionais, no âmbito territorial. [...] esta política, considera o conhecimento da realidade física, geográfica, social, económica e cultural do país, em todos os seus aspectos, como base segura e objetiva, para definir as linhas mestras do ordenamento... (MOÇAMBIQUE, 2007a, art.6).

Em Moçambique, a LOT elabora conciliado aos princípios e objetivos o:

Enquadramento jurídico da Política de Ordenamento do Território, e define no seu artigo 3º referente aos âmbitos, a aplicação a todo território nacional, regulando as relações entre os diversos níveis da administração pública, das relações desta com os sujeitos públicos e privados, representantes dos diferentes interesses económicos, sociais e culturais, incluindo as comunidades locais, para que se alcancem, como

objetivos essenciais, o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a promoção da coesão nacional, a valorização dos diversos potenciais de cada região, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, o equilíbrio entre a qualidade de vida nas zonas rurais e nas zonas urbanas, o melhoramento das condições de habitação, das infraestruturas e dos sistemas urbanos, a segurança das populações vulneráveis a calamidades naturais ou induzidas...(MOÇAMBIQUE, 2007c, art.3).

Segundo a LOT, compete ao Estado e às autarquias locais, a promoção, orientação, coordenação e monitorização do ordenamento do território e cabe a estas últimas o estabelecimento dos programas, planos, projetos e o regime de uso do solo.

Ainda em Moçambique, o Decreto nº23 de 1 de julho de 2008, Regulamento da Lei de Planejamento Territorial, no seu Artigo 7 referentes a Hierarquização e Complementaridade, estabelece a hierarquização dos planos e institui a obrigatoriedade da elaboração de planos de nível distrital e municipal.

Em nível nacional, os planos são elaborados pelo Conselho de Ministros, a nível provincial são elaborados por iniciativa do Governo Provincial, a nível distrital são elaborados por iniciativa do Governo Distrital e a nível municipal são elaborados pelos técnicos municipais, ou instituições externas, mas mandatados e aprovados pelas assembleias municipais, sob proposta da administração e do presidente do município.

Nas palavras de Forjaz (2009), o LOT tem quatro dimensões que consolidam a noção de urbano, como marco conceitual jurídico-político para o Direito Urbanístico; regulamenta e cria instrumentos urbanísticos para a construção de uma ordem urbana socialmente justa e inclusiva pelos municípios; aponta processos político-jurídicos para a gestão democrática das cidades.

Pode-se considerar como sua principal finalidade, a LOT é o de combater os assentamentos informais. De acordo com os capítulos IV, V, VI e VII, o objetivo dos instrumentos de ordenamento nos diversos níveis (nacional, provincial, distrital e autárquico é o ordenamento territorial e controle do uso do solo nos diversos níveis e especialmente o solo urbano, de forma a evitar o crescimento urbano desordenado e a ocupação de áreas de interesse socioambiental.

É clara a preocupação com o ordenamento territorial em diferentes níveis e com os meios de concretizá-la pela LOT. Para tanto, esta lei estabelece os instrumentos a serem utilizados, dentre os quais se destaca o PEU).

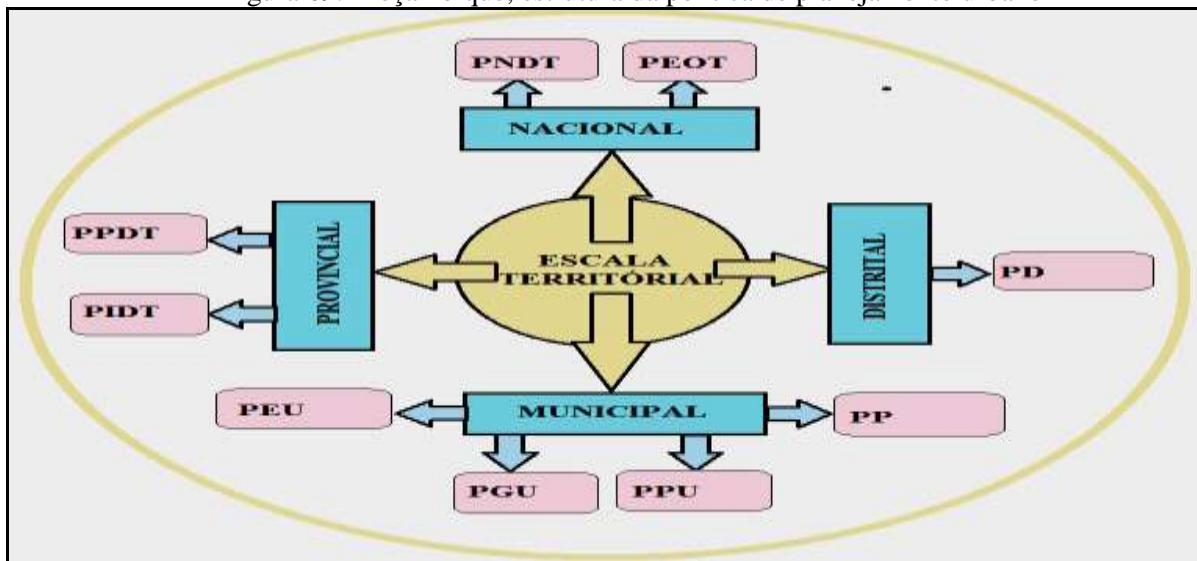
Outro fato importante é o poder entregue aos municípios para efetivarem e concretizarem os objetivos expressos pela Lei nº19/2007, prevalecendo o entendimento de que se trata de uma norma cuja aplicabilidade se dá fundamentalmente pelo poder municipal, ao qual cabe a elaboração

dos respectivos Planos a nível urbano. Outrossim, a LOT ao ser aprovado, possibilitando a concretização da CRM, visa uma maior democratização da política urbana, através de uma gestão democrática. Dessa forma, pode-se dizer, em suma, que a LOT designou as diretrizes gerais para uma política de urbanização a ser executada pelo Poder Público Municipal, a qual deve primar pela ordenação do pleno desenvolvimento da cidade e em benefício do bem coletivo, dos cidadãos, assim como o equilíbrio ambiental.

A LOT atribui às autarquias uma importante responsabilidade no planejamento espacial. Entretanto, a regularização dos solos urbanos requer a plena implementação do RSU, incluindo a atribuição de documentos de DUAT, baseados em planos espaciais (planos de urbanização). É o principal instrumento que rege o planejamento e o ordenamento do território em Moçambique, pois segundo Silva e Cabral (1996), é considerado o instrumento mãe que elucida clarificar a política urbana moçambicana, incorporando vários artigos de leis e regulamentos indispensáveis e relevantes para o processo de planejamento urbano territorial de Moçambique, como são os casos de: Lei nº 2 de 18 de fevereiro de 1997, conhecida como Lei das Autarquias Locais; Lei nº 7 de 31 de maio de 1997- conhecida como Lei de Tutela Administrativa do Estado e Lei nº 11 de 31 de maio de 1997, conhecida como Lei de Finanças Autárquicas.

De acordo com o artigo 8, da LOT refere que existem quatro estágios de definição que são: estágio nacional, provincial, distrital e municipal conforme o esquema representativo de funcionamento nos diferentes níveis (figura 69).

Figura 69: Moçambique, estrutura da política de planejamento urbano



Fonte: MOÇAMBIQUE,(2007); Org. MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

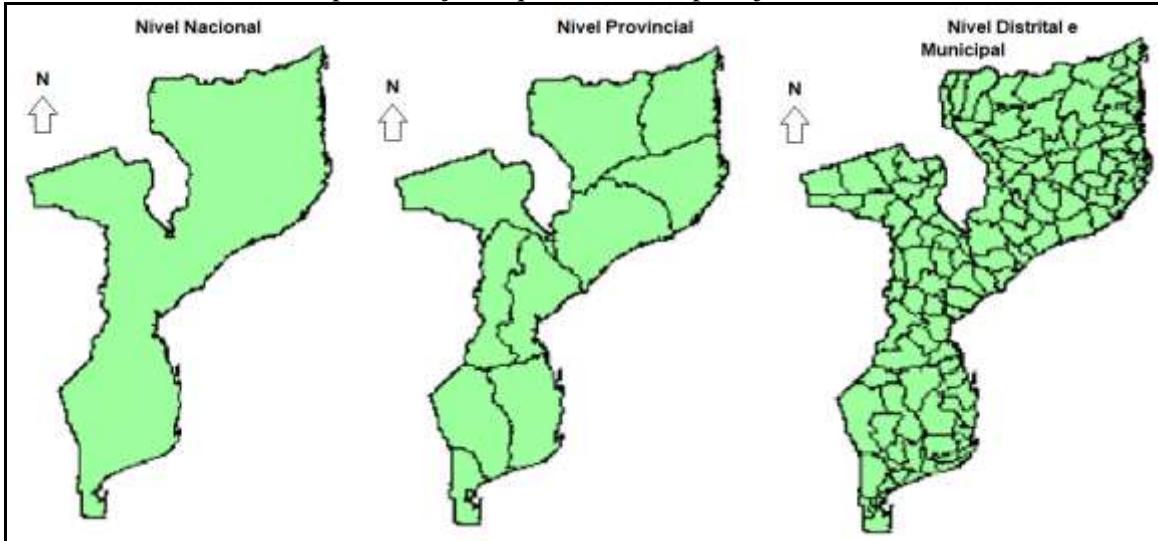
Como se vê no esquema, de acordo com o Decreto nº 23 de 1 de julho de 2008, o primeiro é Estágio Nacional agrega o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT), este define e estabelece pontos de vista e orientações gerais que devem regulamentar o uso do solo em todo o território nacional e as prioridades das intervenções ao nível nacional. Ainda neste estágio encontramos, os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), que determinam os parâmetros e as condições de uso em zonas com continuidade espacial, ecológica ou económica no contexto interprovincial.

Em seguida, temos o Estágio Provincial, neste nível engloba os Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDT), de âmbito provincial e interprovincial, que concebem a base de organização espacial do território de uma ou mais províncias e definem a direção, dimensões e atividades necessárias para o desenvolvimento territorial, assim como os princípios e critérios para a ocupação e utilização do solo nas diferentes áreas, de acordo com as estratégias, regulamentos estabelecidos ao nível nacional.

Para o Estágio Distrital se agrega somente os denominados Planos Distritais de Uso da Terra (PDUT), que são de âmbito distrital e interdistrital e estabelecem a base da organização espacial do território de um ou mais distritos, com base no reconhecimento de áreas de usos preferenciais, definindo normas e regras que se devem levar em consideração na ocupação e uso do solo.

Por último, o Estágio Municipal, assim como acontece no Brasil, o Estatuto da Cidade criou uma série de instrumentos, sendo o Plano Diretor o instrumento básico obrigatório para os municípios com mais de vinte mil habitantes. Enquanto que em Moçambique, o Plano de Estrutura Urbana é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana para os municípios, independentemente do número de habitantes. Neste país, as cidades estão sujeitas ao LOT e o RSU que determinam a obrigatoriedade da elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial ao nível autárquico distrital, provincial e nacional, conforme o mapa 3.

Mapa 3: Moçambique, escalas de planejamento territorial



Fonte: Disponível em: <http://www.maplibrary.org/library/stacks/Africa/Mozambique/index.htm>; Org: MUACUVEIA (2018)

Os instrumentos de ordenamento territorial a nível autárquico ou urbano são elaborados por iniciativa do Presidente da Autarquia e aprovados pela respectiva Assembleia Autárquica. Conforme aborda MOÇAMBIQUE, (2008c), art.38 nº1, determina:

- ✓ Planos de Estrutura Urbana (PEU), concebe a organização espacial da totalidade do território urbano do município ou povoação, os critérios e as regras do seu uso, tomando em consideração a atual ocupação, as infraestruturas e os equipamentos urbanos existentes e a implantar e a sua integração na estrutura espacial regional.

O PEU corresponde a uma visão do desenvolvimento da cidade, válida por 10 anos a partir da sua aprovação. O seu objetivo é planejar a cidade para que a vida dos seus habitantes possa melhorar, ou seja, é um instrumento de gestão territorial, de nível municipal, que estabelece a organização espacial e ao mesmo tempo, regulador do desenvolvimento do município, tendo em conta a ocupação atual, as infraestruturas sociais existentes;

- ✓ Planos Gerais de Urbanização (PGU) e Planos Parciais de Urbanização (PPU) ambos determinam a estrutura e qualificam o solo urbano, tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas, definindo as redes de transporte, comunicações, energia e saneamento, os equipamentos socioeconômicos, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea como base socioespacial para a elaboração do plano;
- ✓ Por último, encontramos neste estágio; os Planos de Pormenor (PP), definem de forma detalhada os tipos de ocupação de qualquer área concreta nos centros urbanos demonstrando

a criação do espaço urbano e dispondo sobre os usos do as para edificações, o traçado das vias de acesso, edificação de infraestruturas e equipamentos urbanos para as novas áreas ou existentes, caracterizando o frontispício e arranjos dos espaços verdes e livres da cidade (Decreto nº 23 de 1 de julho de 2008).

A promulgação da LOT em Moçambique associado à Lei Base das autarquias Locais (Lei nº2 de 28 de maio de 1997) buscam pelo planejamento e gestão democráticos das cidades. Desde que as cidades moçambicanas passaram para a gestão democratizada se reforçaram as leis com a criação de documentos estratégicos, informativos ou normativos cujo objetivo essencial a produção de espaços territoriais socialmente úteis, estabelecidos com base nos princípios dos regulamentos da LOT.

Estas reformas verificadas com a LOT em quase nada alteraram o rumo da desordem nas cidades moçambicanas. Contrariamente surgem mais problemas atinentes ao uso e da ocupação do solo urbano, pois a falta de condições nas zonas rurais originou grande fluxo migratório campocidade.

Daí se pode concluir que em Moçambique, todos os planos relacionados a questões urbanas existentes se sujeitam a LOT. No que concerne aos instrumentos de planejamento e ordenamento do território, estes existem, com níveis de intervenção desde a escala nacional até a escala local que se analisa seguidamente as suas validades, ou seja, níveis de urbanização de acordo com o RSU.

Os Níveis de classificação da urbanização descritos no artigo 22 do Decreto 60/2006 consta os níveis de classificação da urbanização. E estabelecem-se os seguintes níveis:

a) A *urbanização Básica* é estabelecida quando na zona estão cumulativamente reunidas, pelo menos, as seguintes condições:

- ✓ As parcelas ou talhões destinados aos diferentes usos fisicamente delimitados;
- ✓ O traçado dos arruamentos é parte de uma malha de acessos que integra a circulação de automóveis com acesso pedestre a cada morador;
- ✓ Existe fornecimento de água em quantidade e qualidade compatível com os usos através de fontes dispersas, nomeadamente fontanários públicos, poços ou furos;
- ✓ Os arruamentos estão arborizados.

b) A *Urbanização Intermédia* é estabelecida quando na zona estão reunidas, as seguintes condições:

Parcelas destinadas a diferentes usos fisicamente delimitados;

- ✓ Os arruamentos acabados com solos de boa qualidade estabilizados mecanicamente;
- ✓ Existe um sistema a céu aberto para drenagem de águas pluviais;
- ✓ O abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária;
- ✓ O abastecimento de energia eléctrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária;
- ✓ Os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados.

c) A *urbanização Completa* é estabelecida quando na zona estão reunidas, as seguintes condições:

- ✓ As parcelas ou talhões destinados aos diferentes usos estão fisicamente demarcados;
- ✓ Os arruamentos são acabados com asfalto ou Betão, sendo limitados por lancis;
- ✓ A drenagem de águas pluviais é feita por rede apropriada;
- ✓ O abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária;
- ✓ O abastecimento de energia eléctrica é assegurado por uma rede com distribuição domiciliária;
- ✓ Os arruamentos e zonas verdes estão completamente arborizados;
- ✓ Os passeios públicos são revestidos.

Todos estes níveis de urbanização descritos são levados em conta nos instrumentos urbanísticos locais, com destaque para o Plano de Estrutura Urbana (PEU).

3.2.3 Préstimos e eficácia dos principais instrumentos urbanísticos moçambicanos

No contexto da utilidade, é importante frisar que, sem dúvidas a LOT reforçou o regime constitucional atinente a obtenção do direito à terra, reconhecendo, para além da autorização formal do acesso, a ocupação por pessoas singulares de boa-fé que tenham ocupado e estejam a utilizar a terra há pelo menos a dez anos. A lei oferece um vigor de proteção às camadas populacionais mais desfavorecidas para conseguirem habitação e evitar conflitos de terra.

A lei cria oportunidades para acelerar o desenvolvimento do espaço urbano em Moçambique, canalizando investimentos e aumentando a segurança do DUAT. No entanto, para usufruírem destes benefícios, as autarquias têm de estar preparadas para investir na elaboração de quatro tipos de documentos de planejamento, com diferentes escalas e níveis de complexidade: o PEU, PGU, PPU e o PP que nos referimos anteriormente.

Estes planos de nível urbano são agora um requisito legal e o número de centros urbanos que tiveram os seus planos locais de urbanização aumentou com a política do gradualismo autárquico. A lei contempla o plano de urbanização como um processo de preparação e implementação que requer uma liderança ativa e uma participação por parte das autarquias e dos próprios cidadãos, não recaindo em erros do passado, em que os planos eram desenvolvidos por agências externas e não implementados por falta de adesão e de consulta a nível local.

Estes planos, e em particular os PPs, requerem uma interligação aos sistemas simples de cadastros dos solos urbanos. Simultaneamente, são instrumentos essenciais para a titulação da propriedade, dando maior segurança na sua posse e criando uma base estável mais transparente e permanente de coleta do Imposto Predial Autárquico (IPA) e outras obrigações fiscais municipais. Estes reduzem também as oportunidades de corrupção, que é prevalecente no contexto dos mercados de terras informais em Moçambique.

Outra vantagem da elaboração desses planos a nível urbano, é a possibilidade que os instrumentos têm de constituir objetos mais eficazes de consulta e para utilização em debates sobre planejamento com os diferentes setores, com base em mapas visuais e factuais. Estes são também instrumentos úteis para um desenvolvimento mais equilibrado entre áreas peri-urbanas e os centros urbanos já estabelecidos.

Como referenciado, o sucesso das políticas e dos planos de ordenamento e planejamento territorial estão também dependentes da maneira como o Estado se organiza para resolver os problemas do território. Daí, Trindade e Salomão (2017) consideram que a lei apresenta uma certa eficácia porque a LOT expressa uma forte tendência protecionista em relação aos direitos da grande maioria de ocupantes da terra em Moçambique aparece consagrado no LOT e preconiza:

O princípio da segurança jurídica como garantia de que na elaboração, alteração e execução dos instrumentos de ordenamento e de gestão território sejam sempre respeitados os direitos fundamentais dos cidadãos e as relações jurídicas validamente constituídas, promovendo-se a estabilidade e a observância dos regimes legais instituídos (MOÇAMBIQUE 2007c, art. 4, lín. f)

Este aspecto é coincidente com um dos objetivos específicos do ordenamento do território que é:

Garantir o direito à ocupação atual do espaço físico nacional pelas pessoas e comunidades locais, que são sempre consideradas como o elemento mais importante em qualquer intervenção de ordenamento e planeamento do uso da terra, dos recursos naturais ou do património construído (MOÇAMBIQUE, 2007c, art. 5, n.º 2, lin. a).

Do mesmo modo se nota a tendência de salvaguardar os interesses populares igualmente quando olhamos disposto do artigo 7, n.º 2, segundo o qual “Ao intervirem no ordenamento do território, o Estado e as Autarquias Locais, fazem-no no sentido de garantir o interesse público, com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (MOÇAMBIQUE, 2007c).

3.2.3 Os instrumentos urbanísticos na solução de problemas das cidades moçambicanas

Como apontado, em decorrência da forma que vem ocorrendo o processo de urbanização em Moçambique, vários problemas têm surgido no contexto do crescimento e expansão das cidades.

Partindo desse ponto, foram analisados os instrumentos legais previsto pelo ordenamento jurídico moçambicano, dando-se ênfase aos desdobramentos da LOT e RSU, no que concerne a capacidade dos referidos regulamentos possibilitarem um processo urbanístico que atenda aos anseios da urbanidade em harmonia com o ordenamento territorial.

É importante salientar a grande importância do PEU no processo de urbanização moçambicana, pois basicamente todo o planejamento do meio urbano é ditado de acordo com o previsto e elaborado no PEU. Nessa perspectiva, é necessário fazer um estudo mais aprofundado do que seria e o que é tencionado por este instrumento urbanístico trazido pelo Decreto do RSU, LOT e que consta na CRM.

Para Forjaz (2009), o PEU, nos termos da LOT e o decreto do RSU, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Não foi definido como obrigatório na sua essência, mas, não elaborar o plano no período previsto pela lei se incorre a sanções administrativas por parte do MAEFP, órgão que tutela as autarquias em Moçambique.

O PEU faz referência no art. 42 à ordenação do solo urbano, com o planejamento de todo território urbano, de modo a eliminar as assimetrias socioeconómicas e dos privilégios na escolha dos locais para a distribuição das redes de infraestrutura, equipamentos e serviços sociais urbanos (MOÇAMBIQUE, 2007c).

Nesse sentido, Raposo (2007) e Forjaz (2009) alvitram que o PEU deverá resolver dois problemas: o da expansão dos assentamentos informais e das infraestruturas e equipamentos

públicos urbanos, que seria assegurar que a expansão das cidades ocorra de forma ordenada, acompanhada com a implantação de infraestruturas e equipamentos básicos da urbanização.

Olhando para o aspecto social, este está ligado à qualidade de vida da população, devendo o processo urbanístico delimitado pelo PEU, pautar pelos anseios básicos da coletividade, atendendo os problemas relacionados ao saneamento básico, educação, saúde, lazer, etc., criando condições que possibilitem o acesso as populações aos tais serviços. Isto evitaria os elevados números percentuais da população urbana sem acesso a saneamento básico, serviços de educação e saúde e sem espaços de lazer como parque, praças, jardins, porque não são contemplados no planejamento urbano.

Outro aspecto a ter em conta de grande importância é que o plano deve prever os meios necessários à sua implementação, execução, continuidade e revisão. Para o efeito deve haver o preparo necessário aos funcionários locais para sua elaboração, pois tais atividades não podem ser realizadas ciclicamente por técnicos provenientes de fora do município.

Mais uma vez, como se percebe pela descrição do parágrafo anterior, fica totalmente a cargo do município, a elaboração do PEU, criar maneiras que possibilite que o planejamento seja uma atividade constante, venha a ser realmente aplicado no transcorrer de todo o processo urbanístico.

Não obstante a tudo que até aqui foi apresentado a respeito do PEU, destacando sua imensa importância no processo de urbanização, é corriqueiro se detectarem falhas na sua elaboração e implementação pelos municípios moçambicanos, que está associado também a certa ineeficácia das demais leis urbanísticas, principalmente da LOT.

Nessa perspectiva, o problema inicial relacionado ao PEU está consubstanciado na sua elaboração pelo município. Muitas vezes, o órgão ignora a necessidade e obrigatoriedade de implantação do plano, sendo algumas vezes, até mesmo, influenciado pelos diferentes interesses políticos e de grupos. Além disso, a forma como é elaborado o PEU pode torná-lo inexequível e inviável, dependendo das especificações nele contidas. O PEU pode prever, muitas vezes, apenas diretrizes, estas dependentes de serem disciplinadas de maneira mais específica por futuras atuações, através de normas especiais, o que nem sempre ocorre.

O que se tem na verdade, é um grande embate entre os diferentes interesses, na medida em que a implantação de certas medidas pelos PEU's vai contra os anseios de grupos poderosos. Tanto os instrumentos que buscam evitar a valorização da terra urbana, quanto os que tratam do parcelamento, edificação e utilização compulsória de áreas particulares não são, quase sempre,

previstos pelos planos, e quando o são, não se faz especificada a maneira que possibilitaria a sua real aplicação.

Como já foi explanado, um dos grandes problemas a serem enfrentados no processo de urbanização das cidades moçambicanas é a falta de recursos financeiros e humanos, interesses controversos de grupos políticos e socioeconômicos fazem dificultar a implantação de certas medidas necessárias para a transformação do meio urbano a partir do planejamento do uso e ocupação do solo.

É sabido por todos que o PEU, um dos principais instrumentos urbanísticos a disposição dos municípios, é uma regra que não é cumprida integralmente por todos municípios, independentemente das dimensões. Para que desenvolva e efetue uma política urbanística plausível, o Poder Municipal deve possuir em mãos um conjunto de profissionais capacitados para o efeito.

A LOT apresenta desafios, pois traz instrumentos voltados para o cumprimento de gestão das cidades, na medida em que pressupõem o estabelecimento de limitações a gestão do uso do solo urbano previsto no seu desdobramento através do decreto de RSU de forma a atender aos interesses de diversos grupos sócias.

É latente a falta de tais profissionais no âmbito municipal, sendo vários fatores que levam a tal situação precária. A complexidade técnica das ações a serem tomadas, a falta de recursos econômicos de muitos municípios em Moçambique, até mesmo, a falta de interesse político, não somente por parte dos representantes do governo, mas também por parte da população (no seu engajamento e participação), que seria o maior interessado, são exemplos de motivos que acarretam tal situação. Por exemplo é comum nos assentamentos informais os ocupantes irregulares dos lotes recusarem-se a criar servidões de passagens (vias de acesso) que beneficiem outrem, alegando a redução das suas parcelas. A concessão de servidão de passagem está prevista no âmbito do RSU.

Existe em abundância considerável de instrumentos legais orientados para o planeamento, gestão e uso da Terra em Moçambique. Tem sido difícil responder os problemas resultantes do crescimento e expansão urbana desordenada. Apesar desses problemas, em alguns centros urbanos é de assinalar a intervenção da UN-HABITAT que tem trabalhado com vista a minimizar os problemas e melhorar a gestão dos assentamentos expandidos nas áreas urbanas.

3.2.4 Limitações dos principais regulamentos de gestão urbana

Diferentemente do que ocorreu nos países desenvolvidos, a urbanização das cidades moçambicanas foi condensada em cerca de cinquenta anos. Os países que passaram pela Revolução Industrial tiveram sua urbanização como consequência da industrialização, mas este país foi pela migração campo-cidade. Esse processo foi muito longo de um ou dois séculos para os países desenvolvidos variando um pouco. Entretanto, em Moçambique o processo de urbanização ocorreu dissociado do processo de industrialização.

A carência de um planejamento na orientação do desenvolvimento das cidades moçambicanas suscitou ambientes urbanos com elevados níveis de degradação, não somente porque o planejamento urbano não acompanhou o processo de urbanização, mas também devido à falta de vontade política para a criação e implementação de mecanismos de combate à queda de qualidade de vida.

Conforme UN-HABITAT (2007) a concentração urbana em Moçambique é da ordem de 30% da população, e o seu desenvolvimento tem sido realizado de forma pouco planejada, com grandes bairros periféricos desestruturados. Um dos principais problemas relacionados com a ocupação urbana são a falta de vias de acesso, infraestruturas urbanas, enchentes ou inundações e outros impactos ambientais.

A tendência atual do limitado planejamento urbano integrado está levando as cidades a um caos ambiental urbano com custo extremamente alto para a sociedade moçambicana.

O processo de urbanização em Moçambique se relaciona com o crescente aumento da expansão da área periférica e crescimento da pobreza urbana, sendo que a população de baixa renda abandona o campo atraída para a cidade, o que de certa forma, aumenta cada vez mais a população na área urbana. Mas nessas áreas urbanas, essa população carente e pobre não é enquadrada pelas taxas de empregabilidade e recorre a prática da atividade informal como forma de obter renda.

A maioria das cidades moçambicanas passa por intensas transformações urbanas que se pode considerar caótico. Esse processo tem se repercutido negativamente na qualidade de vida da população. Percebe-se, em Moçambique, que à medida que a população cresce, as cidades têm se expandido, ocorre paralelamente um agravamento dos problemas socioambientais. Por essa razão a UN-HABITAT (2005) considera que os seres humanos ocupam o espaço urbano e aceleram irreversivelmente o ambiente, ou melhor contribuem substancialmente para a degradação ambiental, que tem crescido numa dimensão em que a concentração populacional aumenta, o que

se pode considerar de relação causa efeito entre crescimento das cidades e os problemas ao meio ambiente.

O incumprimento de regulamentos urbanísticos e de planejamento urbano tem como grande impacto a ocupação desordenada do solo urbano e crescimento urbano desordenado. Esse incumprimento se desenvolveu no período da guerra civil, provocado pelo grande fluxo migratório campo – cidade. Mesmo com o fim da guerra, este movimento (campo-cidade) se manteve e aumentou ainda mais as pressões urbanas, visto que a “vulnerabilidade agrária” condicionou a permanência de muitas famílias rurais de origem que tinham como preferência a fixação de suas habitações nos bairros suburbanos informais adjacentes às grandes cidades (Maputo, Beira Nampula), onde passaram a desenvolver o comércio informal (RAPOSO; HENRIQUES, 2005).

Para Araújo (1999) a angústia das populações moçambicanas a procura de oportunidades nas cidades como emprego, acesso à saúde e educação, etc., fez com que a estrutura urbana organizacional inicial de herança colonial portuguesa se tornasse mais complexa devido a esse fluxo, pois, foi nesse panorama que surgem e se desenvolvem vários bairros informais em diferentes cidades de Moçambique, como já foi referenciado. Mas, o problema não para por aí, Arnaldo e Muanamoha (2014) acrescentam que no início do século XXI se verifica a entrada massiva de imigrantes provenientes da região dos Grandes Lagos (zona central de África), fugidos da guerra que acelerou o ritmo do crescimento e expansão desordenada das cidades.

Esse problema se exacerba depois da promulgação da CRM de 1990, bem como a Lei de Terra, a Lei nº 2/1997 alterada na Lei nº19/2007 e o decreto nº60/2006, estes instrumentos reafirmaram os direitos destes residentes, concedendo a todo custo, a qualquer um que tenha ocupado um lote durante dez anos o direito de continuar a ocupá-lo. Por isso que, consideramos que esta Lei propicia a consolidação massiva de assentamentos informais, tornando difícil ou mesmo impossível gerir a questão do acesso à terra ou do solo urbano e por isso a cidade facilmente se expande de forma desordenada.

Enfatizando esta abordagem das políticas e instrumentos, fizemos algumas considerações sobre os instrumentos de planejamento urbano em Moçambique reforçamos os seguintes argumentos:

A atividade de planejamento e ordenamento para as cidades e vilas em Moçambique tem ocupado alguns técnicos e profissionais que se interessam pelas questões do ordenamento territorial. Em diversos estudos elaborados como FORJAZ (1985, 2005, 2006); JENKINS (1992;

2000); UN-HABITAT (2005, 2007, 2010) e BATINO (2000, 2002 e 2010) ressaltam a necessidade imprescindível de alocar meios técnicos, materiais e humanos nas instituições de governação local que lidam com o planejamento urbano, para garantir o sucesso da execução de qualquer instrumento de ordenamento urbano. Esta questão de falta de recursos humanos e matérias permanece uma realidade dura que deve ser ultrapassada se quisermos resolver as questões de planejamento nas cidades, pois, em diversos casos, os municípios não possuem técnicos qualificados e em condições de elaborar ou executar planos e projeto complexos, o que torna a gestão do território pouco eficiente. Portanto a existência dos instrumentos de planejamento e o acesso a eles podem ser facilitados com a capacitação técnica e alocação de outros meios e matérias.

Tendo sido elaborados PEU's de uma determinada cidade, não se percebe como estes desaparecem dos arquivos depositados. Como relatou Battino (2000) no estudo sobre a cidade de Pemba que ter-se-á perdido devido à falta de estruturação e capacidade técnica do sector de uso do solo e planejamento do município, assim como a falta de instalações adequadas para conservação dos documentos.

Também noutros casos, os PP de expansão elaborados se encontram nas mãos dos técnicos que os desenvolveram ou em outras instituições com a qual se fez parceria, mas não estão acessíveis no município. É comum que os planos por exemplo estejam no arquivo do Fundo de Fomento Habitação e o município não disponha e outros planos elaborados pela Direção Provincial por exemplo da Agricultura e Segurança Alimentar.

Estes aspectos de desarticulação são frequentes nos processos administrativos territoriais em Moçambique, sobretudo, quando estão ligados à grandes interesses políticos e socioeconômicos como já fizemos referência.

Podemos considerar que existe de facto uma incapacidade de os governos locais produzirem instrumentos de planejamento e ordenamento urbano, entretanto a lei permite que outras instituições o façam. É nos organismos centrais e não nos organismos locais que existe maior conhecimento processual (*know-how*) para a elaboração deste tipo de instrumentos, porque os financiamentos doados pela organizações internacionais são geridas a este nível.

Por essa razão podemos considerar que no âmbito da gestão urbana democrática instituída em 1998, existem vários desafios no que tange à questão da expansão urbana e dos assentamentos informais, este último caso, ocupa cerca de três quartos de todas áreas urbanas do país, cuja maioria da população das cidades moçambicanas, vive nelas.

Assim, os assentamentos urbanos informais, ou melhor, os bairros informais periféricos não foram incluídos nos anteriores planos urbanos coloniais, alguns tiveram a sua gênese nesse período, e a maior parte deles, surgiram e se expandiram de forma precária depois de 1975.

Este problema tem sido de difícil solução, visto que de acordo com UN-HABITAT (2005) em Moçambique, as competências nas questões urbanas encontram-se distribuídas por diversas instituições do Estado. Desde o nível ministerial aos órgãos locais ou municípios, dispersando-se as atribuições no que se refere à:

a) Administração urbana - o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), através da Direção Nacional para o Desenvolvimento Autárquico, é o conselheiro das autoridades locais e municipais em matéria de administração pública, uma coordenação que tem como veículo a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM). A gestão e capacitação dos recursos humanos está a cargo do MAEFP e das suas instituições de formação.

b) Gestão fundiária e predial - Em Moçambique a terra é propriedade do Estado. O Ministério da Justiça, Assuntos Religiosos e Constitucionais (MJARC) gere o cadastro de terra (no que se refere a mudança ou transferência do direito de uso da terra) e titulação da propriedade. o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) partilha destes serviços para além de ratificar os planos de uso de terra.

c) Planejamento e Desenvolvimento Urbano - cabe ao Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPRH) na elaboração da política nacional de terra urbana, de habitação e o controle da qualidade de infraestruturas públicas. O Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) elabora e coordena a implementação da política ambiental e é também responsável pelo planejamento territorial. Por seu turno o Ministério da Economia e Finanças é responsável pela planificação e orçamento aos níveis nacional, provincial e local.

d) Gestão Urbanística - os órgãos locais nomeadamente, em especial, os municípios são responsáveis pela urbanização, implementação da política da habitação, regisrto e construção, preparação e aprovação dos planos de uso e aproveitamento de terra em coordenação com as instituições centrais relevantes, responsáveis pela sua ratificação, especialmente o MAEFP.

Portanto, como se pode constatar, em Moçambique existem várias entidades ministeriais com competências em matéria de planejamento territorial ou a ela ligada, porém as responsabilidades não estão claras, sendo os governos locais (municípios) os últimos responsáveis pela implementação dos instrumentos urbanísticos de planejamento urbano (SICOLA, 2014).

Contrariamente do que se verifica em outros países, como é o caso do Brasil onde existe uma entidade, o Ministério das Cidades cujos objetivos são combate às desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população a moradia, saneamento e transporte.

Em Moçambique, os problemas de planejamento urbano, como ação pública pode ser sintetizado em dois eixos, por um lado os problemas da expansão urbana desordenada e por outro, a posse da terra pelo Estado dá uma ilusão de poder sobre a terra e facilita atitudes de “abuso” consciente ou inconsciente do poder (FORJAZ, 2004).

No que tange à estrutura reguladora, os instrumentos legais que incidem sobre as áreas urbanas são os Códigos de Postura Municipal (CPM) sobre o DUAT, a LOT, o RSU.

De acordo com a Lei de Finanças Municipais (Lei nº1 de 16 de janeiro de 2008), os municípios são responsáveis pelas seguintes tarefas: Áreas ou Zonas verdes, mercados, serviços de bombeiros, sistemas de drenagem, lixo e limpeza pública, património cultural ou urbano, proteção ambiental, conservação de árvores e o estabelecimento de reservas municipais. A Lei dos Municípios (Lei nº2 de 28 de maio de 1997), acrescenta para além destas responsabilidades, os municípios devem apoiar grupos vulneráveis na sociedade, promover desenvolvimento socioeconómico, saúde, educação, cultura, lazer e desporto.

Os problemas dos bairros informais são salvaguardados de um modo geral pela LOT que é considerada segura em Moçambique. Na lei os moradores têm direitos constitucionais sobre o terreno onde habitam, mesmo que para isso não tenham nenhum título formal. Se o governo ou o município precisar de um certo terreno, é obrigado a providenciar um outro semelhante situado num outro lugar, como forma de compensação.

A CRM de 2004 reafirma que o acesso à terra para habitação deve ser livre de qualquer pagamento, incluindo impostos. Então não é legal por parte de indivíduos vender o acesso dum terreno desocupado, só o governo e os municípios podem conceder este direito. Se um terreno estiver vazio durante um determinado tempo, geralmente cinco anos, teoricamente qualquer um pode ocupá-lo. Isto raramente acontece em áreas urbanas. Pelo contrário, há um mercado próspero dentro do que se chama “pagamento de benfeitorias” existentes no terreno e a transação de pequenas infraestruturas erguidas é muitas vezes utilizada para legitimar a transferência do DUAT.

Sem um mercado formal de acesso à terra, a UN-HÁBITAT (2007) constatou que mecanismos informais são sem dúvida a forma mais usada para o acesso à terra, até mesmo para

terrenos formalmente planejados e demarcados. O comércio e ocupação de lotes em áreas informais não diminui os direitos de seus moradores, visto que a constituição concede direitos de usuário automáticos por ocupação de boa-fé. Qualquer morador tem direito a terra que ocupar por dez anos, desde que tenha sido para uso habitacional. Este aspecto perpetua o problema das ocupações desordenadas em cidades moçambicanas.

Mesmo com a falta do DUAT, este direito permanece, nem é exigido, pois o artigo 111 da CRM concede Direitos adquiridos por herança ou ocupação da terra, onde em parágrafo único refere que: “na titularização do DUAT, o Estado reconhece e protege os direitos adquiridos por herança ou ocupação, salvo havendo reserva legal ou se a terra tiver sido legalmente atribuída à outra pessoa ou entidade” (MOÇAMBIQUE, 2004, art. 111).

Entretanto, sem um título formal de terra (o DUAT) é difícil ter acesso ao crédito para melhorar tal terra, ou um financiamento para um negócio de pequena escala. Um estudo sobre gestão de terra em Maputo estimou que a construção de uma casa precária 3 quartos em terreno com infraestrutura básica (com água, saneamento e eletricidade) pode custar cerca de 3,200 Dólares Americanos. Mesmo assim, com todas aparentes facilidades, o acesso formal da terra está assim fora do alcance da maioria, que é forçada a continuar a sua existência em habitações precárias, em área informais (UN-HABITAT, 2008).

Sabemos que é dever do Estado garantir a habitação condigna e urbanização em Moçambique, pois vem plasmado na CRM. no artigo 91, referente a Habitação e Urbanização, no seu número 1 refere que:

Todos os cidadãos têm direito à habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento económico nacional, criar as adequadas condições institucionais, normativas e infra estruturais”. Este aspecto evidênciaria claramente a ineeficácia dos regulamentos (MOÇAMBIQUE, 2004, art.91, nº 1).

Socialmente, o crescimento e expansão acelerado de vários grandes centros urbanos de Moçambique (Maputo, Matola, Nampula, Beira, Quelimane, Tete) segue a regra do mercado informal de venda de terras, caracterizada venda de lotes para autoconstruções de particulares que progressivamente contribuem para a gentrificação, onde geralmente os grupos de maiores posses desapropriam os lotes dos de menores e empurram-nos estes para áreas mais periféricas da cidade, assim a cidade vai se expandindo.

No processo de crescimento urbano é recorrente a negociação para a reversão do DUAT pelos habitantes antigos que os perdem a favor dos novos ocupantes de maior posse. Isso tem criado

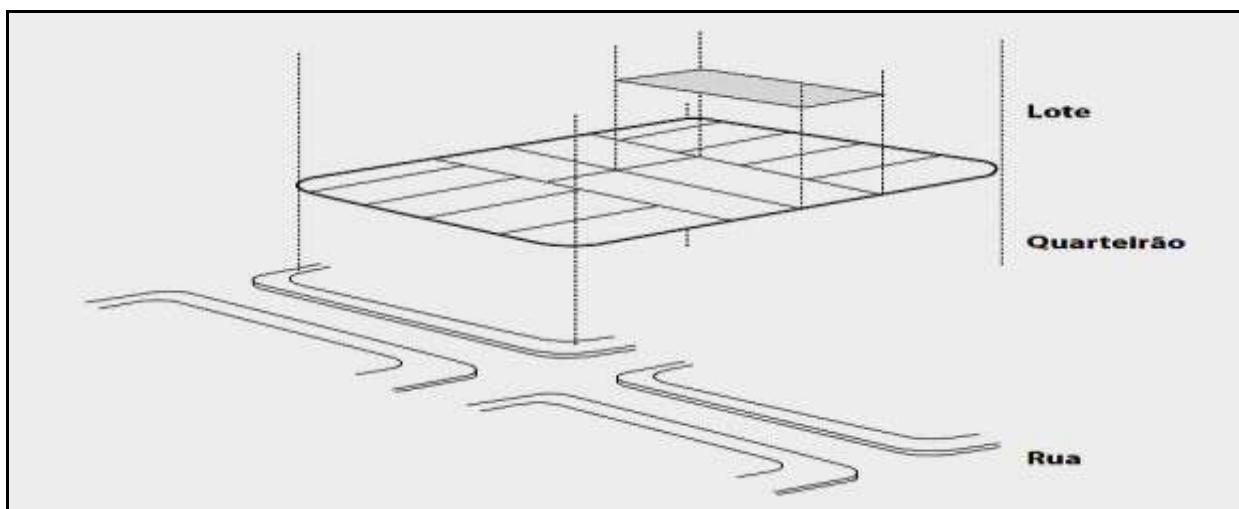
espaços desiguais que apresenta duas distintas cidades: uma formal e outra informal, sendo esta segunda que ocupa maior extensão territorial dos centros urbanos em Moçambique, de acordo com a UN-HABITAT (2007) representando mais de 70% de área das cidades.

No que tange as questões ambientais, a crescente ocupação do solo urbano tem contribuído para à escassez crescente de áreas apropriadas para a implantação de assentamentos humanos, isto tem impulsionado a procura de terras inaptas pelas classes mais desfavorecidas para implantação de habitações precárias em áreas susceptíveis a riscos de inundações, deslizamento de terras e outras adversidades. São ocupações espontâneas que têm estado a agravar, de forma geral, a qualidade do ambiente nas áreas urbanas, conjugando com a ausência de infraestruturas e equipamentos urbanos devido aos constrangimentos no âmbito da ocupação do solo urbano.

3.2.5 Adversidades relacionados à ocupação do solo urbano em Moçambique

Um dos aspectos que levanta certas polêmicas no âmbito da expansão e crescimento urbano é a questão dos loteamentos no processo de urbanização. No exercício de atividades que a princípio deveriam ser exercidas pelos municípios, o parcelamento do solo para fins urbanos é tarefa exclusiva do poder municipal em Moçambique, pois, é uma técnica que visa a estruturação do território nessas áreas. Por isso, quanto a esta questão Mesquita (2008) considera que o parcelamento do solo urbano em sua forma mais característica consiste no loteamento (arruamento e divisão em lotes) e tem sido, entre nós, uma atividade urbanística público ou privada. Este processo vai estruturar o espaço urbano em lotes, quarteirões e ruas, como mostra a figura 70.

Figura 70: Elementos estruturantes do espaço urbano



Fonte: MESQUITA (2008)

Este autor enfatiza que a organização dos elementos entre si, de forma a obter um espaço de qualidade, dependerá de vários aspectos técnicos e ambientais que necessitam ser conhecidos antes do início do projeto de parcelamento. E a dimensão, as formas ideais de lotes, quarteirões e as ruas são objetos de vários estudos e debates ao longo da história do urbanismo (MESQUITA, 2008).

Em concordância com o autor citado, pode-se dizer que tem sido entregue nas mãos de particulares uma função de suma importância para toda uma sociedade, que é de fornecer condições estruturais para implantação de moradia e espaços adjacentes para infraestruturas básicas aos habitantes através da estruturação do espaço urbano.

Apesar de ser necessária a aprovação do projeto de loteamento pelas autoridades, a execução da obra incumbe totalmente ao particular, o que pode acarretar sérios problemas no contexto da urbanização. A UN-HABITAT (2010) alerta que “em muitos bairros de cidades moçambicanas os processos de loteamentos têm sido particulares (privado) e de caráter informal, nota-se que as vias foram projetadas sem atender a localização e a direção da continuidade da área ordenada pré-existentes e circunvizinhas, criando vielas sem saída, devido à ausência da autoridade na execução do planejamento, falta de monitoria e reordenamento antecipado.

Este fato, constituiu um aspecto que, a princípio, não há problema algum, mas, dessas ações resultam desconformidades com as regras estipuladas nos elementos estruturantes do espaço urbano. De forma, latente e que ao se permitir que a iniciativa privada fique responsável pelos empreendimentos loteadores em Moçambique, o desenvolvimento urbano, de certa forma, está em risco, acarretando prejuízos para todo um processo de ordenamento urbano. Portanto, é necessário que seja revista a forma como tem sido tratada essa questão, levando em considerando o disposto pela LOT.

Outro aspecto de grande influência na questão do parcelamento do solo urbano, que está ligado à qualidade da execução de tal atividade, é o da competência para regulamentar e fiscalizar os loteamentos, a qual é concedida ao município. Reitera-se que a LOT dispõe que cabe aos municípios, através do poder executivo, aprovar os projetos de loteamento, a qual deverá seguir as diretrizes por si traçadas e pela lei. Tal competência, no entanto, Rocha e Zavale (2015) salientam que as normas que o disciplinam (loteamento), quanto aos aspectos urbanísticos, são de competência dos municípios, pois se trata de um instrumento importante, o PEU. porque planejar um loteamento é planejar uma parte da cidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que as diretrizes dos planos de loteamento devem ser instituídas pelos municípios e vinculadas aos respectivos PEU, buscando uma homogeneidade no processo de urbanização.

Não obstante, como já foi falado, nem sempre os municípios se preocupam com a elaboração dos PEU's, ou quando o fazem, na maioria das vezes, é de forma incompleta, fato este que dificulta no melhoramento de todo o andamento das atividades urbanísticas, nas quais se incluem o parcelamento do solo. Não havendo, então, diretrizes a serem seguidas, imagina-se que as aprovações dos projetos de loteamento ocorram de forma simples e apenas discricionária, sem parâmetro, o que culmina em sérios problemas.

Mais uma questão relacionada ao parcelamento do solo que não se pode olvidar, é em relação aos loteamentos ilegais, os quais vêm proliferando nas cidades moçambicanas. Todas as vezes que os loteadores no exercício de suas atividades não observam as suas normas reguladoras, as quais traçam as diretrizes a serem seguidas no ato do parcelamento do solo urbano, é considerado ilegal.

O problema de tais loteamentos encontra-se no fato de que, por ignorarem a legislação pertinente, criam áreas sem condições adequadas para habitação, trazendo sérios problemas não só para os que lá forem morar, mas também para toda a cidade. Mais agravante ainda se torna a questão do facto da LOT possuir poucos instrumentos que permitam a regularização dos loteamentos informais. Segundo Forjaz (2006) o decreto nº60/2006 foi, sobretudo, pensado a partir da necessidade de melhorar o parcelamento do solo urbano, produzindo lotes regulares para implantação de infraestruturas formais, mas isso não tem estado a se materializar em muitas cidades moçambicanas.

Outra questão que merece destaque é que essa LOT em vigor, parece que não foi pensada a partir de uma visão sistêmica, na qual o parcelamento do solo urbano estivesse diretamente interligado com os mecanismos de uso e ocupação da cidade e de gestão democrática, de maneira a interagir na formação da cidade como um todo e do processo de construção coletiva da cidade.

Dessa forma, se pode afirmar que a LOT e o RSU não condizem com a realidade moçambicana nesse ponto, posto que não trazem alternativas para que os assentamentos informais expandidos venham a ser regularizados, e possam assim beneficiar seus moradores, principalmente de classe baixa. Ademais, o Município, é responsável pela fiscalização de empreendimentos que visam o parcelamento do solo, assim, na ocorrência de loteamentos ilegais, onde tem ficado quando

as populações implantam as suas habitações sem obedecer ao RSU? A essa questão levantada, não se apresentará nenhuma resposta, porque ela é óbvia.

É sabido também que, atualmente, devido ao grande crescimento das cidades moçambicanas, os anseios da população por regras que disciplinem o desenvolvimento urbano são cada vez maiores, sendo de suma importância que as normas existentes cumpram o papel por elas, esperando-se medidas concretas para conter um processo de urbanização descontrolado, informal.

Ao se analisar os principais instrumentos legais urbanísticos presentes no ordenamento jurídico moçambicano (LOT e RSU), quanto à sua eficácia e seu cumprimento na prática, bem como sua capacidade para dirimir os problemas relacionados à expansão urbana desordenada a ocorrência de certas falhas, estas provenientes do texto de cada norma, bem como da maneira como é aplicada para sua concretização.

Apesar de conterem vários dispositivos plausíveis, os instrumentos normativos urbanísticos presentes no ordenamento jurídico moçambicano ainda não são suficientes para dirimir os problemas decorrentes do processo de urbanização, mesmo que em Moçambique não existem “os sem terras” acontecem raramente atos de reintegração de posse por conta de ocupações ilegais. A expropriação é feita através da atribuição de um terreno alternativo.

Foi só a partir da Constituição de 2004 que a questão urbana se tornou uma legalidade definida e algumas controvérsias foram clarificadas, especialmente na questão atinente a competência dos municípios sobre o planejamento urbano. Esta constituição assegurou uma maior autonomia dos municípios, que passou a ter maior liberdade para a gestão do solo urbano local e esclareceu também muitos outros pontos controversos, passando a existir o dever de planejamento urbano local. Portanto, pelas formas de aquisição do DUAT aqui descritas, ficou claro e evidente que os regulamentos urbanísticos salvaguardam ou favorecem as ocupações irregulares do solo urbano e expansão dos assentamentos informais em Moçambique.

Todavia, os municípios têm de participar nestes processos e, para uma melhor gestão do território, deveriam ter toda a documentação que é produzida em seu nome, que serviria como caminho metodológico para resolução de diversos problemas urbanos, assunto que abordamos na seção que se segue sobre a área de estudo – a cidade de Nampula.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE NAMPULA NA PERSPECTIVA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Nesta seção tratamos da história urbana enfocando a cidade de Nampula, a sua configuração espacial ao longo do tempo, situação dos bairros de ocupações desordenadas a partir de uma análise urbana, que buscou apresentar elementos que contribuíram para sua estrutura, expansão das ocupações desordenadas e seu impacto. As análises básicas foram feitas tendo em conta as balizas temporais 1998 – 2018 que é o enquadramento temporal da pesquisa. Se faz um retrato histórico urbano da cidade de Nampula, desde a constituição do primeiro núcleo urbano para demonstrar a sua gênese, as transformações que ocorreram ao longo do tempo, até a configuração atual, fazendo uma perspectiva futura com proposição de cenários, se nada for feito ou se efetivarem-se algumas ações que decidirão o futuro da urbe.

Tratamos também da expansão urbana, relacionando as diferentes etapas deste processo às transformações verificadas na cidade de Nampula, que é uma das maiores cidades de Moçambique com graves problemas urbanísticos, por essa razão, se escolheu esta cidade como recorte espacial, pois, a sua formação e desenvolvimento ocorreu de forma idêntica em relação aos outros centros urbanos moçambicanos importantes, a partir da urbanização desordenada de Nampula, surgem várias referências para outras cidades moçambicanas.

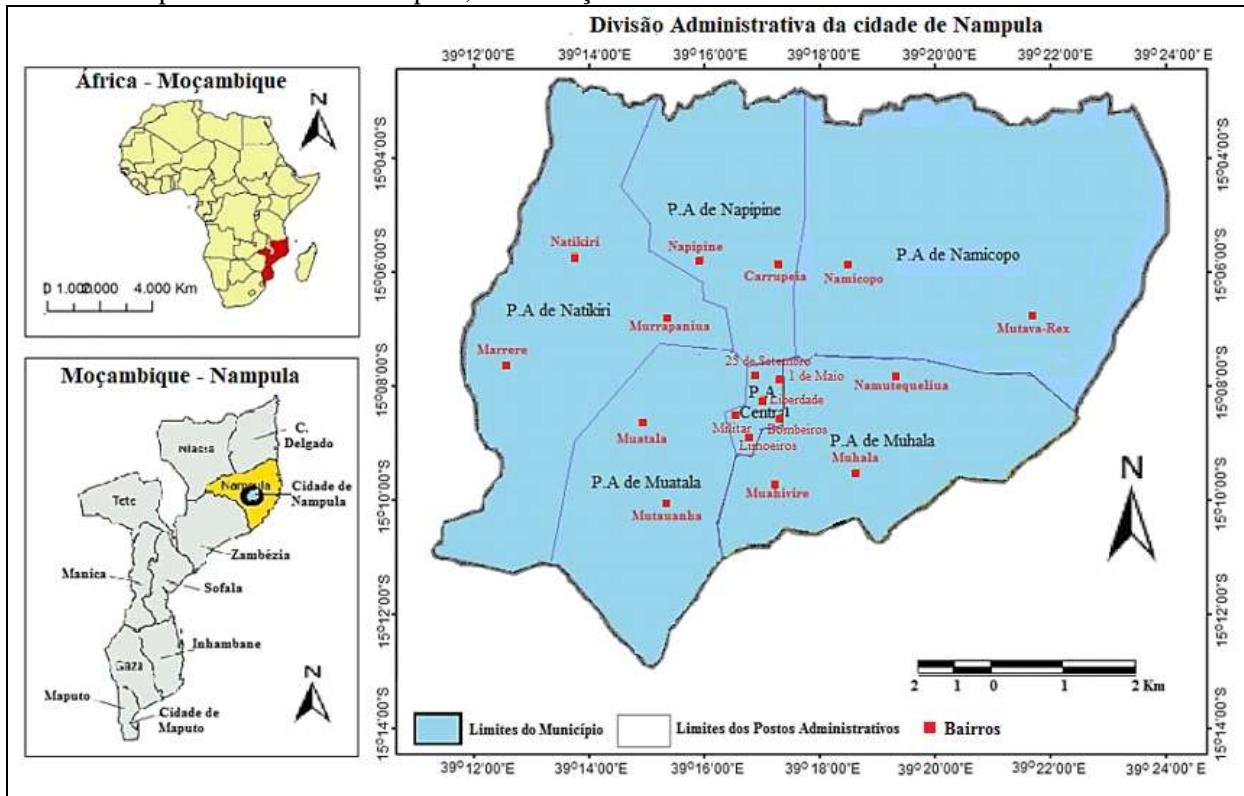
Na análise buscamos informações recorrendo à fontes bibliográficas sobre a cidade que constam nos instrumentos de planejamento urbano de Nampula, especialmente, o PEUCN que é o instrumento que norteia o futuro da cidade. Para dar suporte a análise feita ao PEU, realizou-se o trabalho de campo, onde se fez as entrevistas com os intervenientes, chaves e usou-se a Observação Direta com auxílio de fotografias, foi possível confrontar as informações recolhidas. Depois do trabalho de campo, usou-se a matriz F.O.F.A onde forma analisadas os Pontos Fortes e Fracos, Ameaças e Oportunidades e se propõem cenários para a questão da urbanização nos bairros de ocupação desordenada na cidade de Nampula.

Antes de mais, é importante contextualizar que a cidade de Nampula, área escolhida para a pesquisa, é a terceira maior cidade do país, situada a noroeste, cerca de 200 km da linha costeira a leste da província com o mesmo nome — Nampula.

O município de Nampula está localizado entre 15°01'35" e 15°13'15" de Latitude Sul e 39°10'00" e 39° 23'28" de Longitude Leste de Greenwich, na região norte de Moçambique, zona

central da província com o mesmo nome. De acordo com Afonso (1978) se encontra na região geológica do planalto do grupo de Nampula. As principais vias de acessos ao município são as rodovias nacionais ou Estradas Nacionais (EN) nomeadamente a EN 8, EN 232, EN 239 e EN 501, que cruzam a cidade no sentido Leste-Oeste e norte-sul respectivamente. De acordo com Ministério da Administração Estatal — MAE (2005), a cidade possui 6 Postos Administrativos e 18 bairros, conforme o mapa 4.

Mapa 4: Cidade de Nampula, Localização da Área de Estudo e Divisão Administrativa



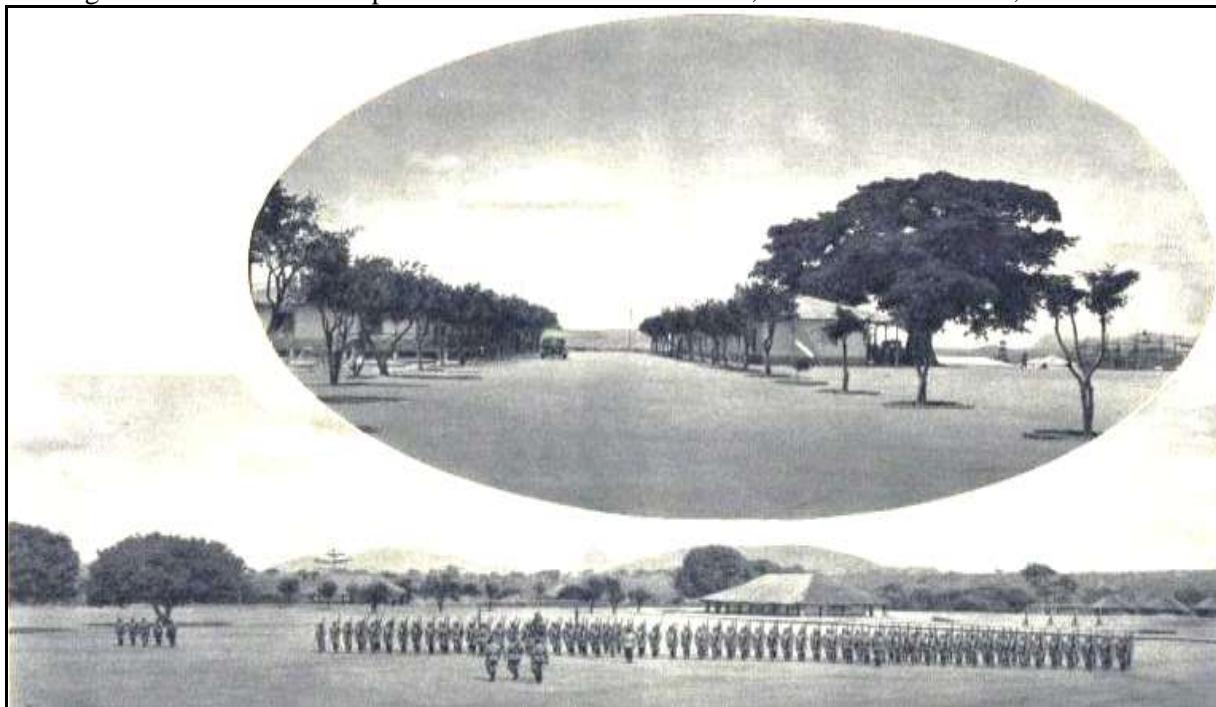
Fonte: Disponível em: <http://www.maplibrary.org/stacks/africa/mozambique.index.php>; Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

A cidade está implantada numa zona planáltica do relevo da região, é a área melhor urbanizada que compreende os bairros 25 de Setembro, 1.^º de Maio, Liberdade, Bombeiros, Limoeiros e Militar (mapa 4), que foram planejados e bem estruturados. São as áreas mais antigas em termos de edificações e menos extensos em termos de área ocupada. Contrariamente aos que tenha ocorrido nos bairros dos postos administrativos de Namicopo, Napipine, Muhala, Muatala e Natikiri, são resultados de ocupação desordenada na sua maior parte, mal estruturados, muito vastos, consequência da expansão não planejada da cidade. De acordo com Micoa/CDs (2009) é nessas áreas onde mora cerca de 80% da população da cidade de Nampula.

4.1 Breve historial do crescimento urbano e suas tendências

Fazendo uma descrição do processo de urbanização contemporânea da cidade de Nampula, é importante sublinhar que, uma das peculiaridades dos centros urbanos moçambicanos é a sua origem ligada a postos militares coloniais. Nampula, não foi exceção, foi fundada nas primeiras décadas do século XX, de acordo com Araújo (2005), entre 1907 – 1913, e posteriormente se transformou no Comando Militar da Macuana (figura 71).

Figura 71: Cidade de Nampula - Posto Militar da Macuana, núcleo urbano inicial, 1097 - 1913



Fonte: Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com>

Este posto militar estava contíguo ao povoado do Régulo Terela Mpula que hoje corresponde a área da cidade de Nampula. Se dinamizou mediante os contatos comerciais com as cidades do litoral da província, principalmente depois da construção da ferrovia de Lumbo, próximo à Ilha de Moçambique (ARAUJO, 2005). Mas, a sua dinâmica não dependia somente da conexão com as cidades litorâneas, por isso, Teixeira (2009) considera que a cidade de Nampula já constituía uma importante povoação em crescimento devido a sua dinâmica própria, até finais do século XIX, concretamente no ano de 1896 quando foi identificada pelos colonos portugueses como área estratégica para a construção de um posto militar e assim viabilizar a sua ocupação efetiva e pacificação do território partindo desse ponto para as outras regiões próximas.

Nesse olhar, Araújo (2005) argumenta que, historicamente a origem da cidade de Nampula foi impulsionada pela construção do posto militar por major Nautel de Abreu a partir de uma

expedição da armada portuguesa, iniciada e concretizada a 7 de fevereiro de 1907. Depois dessa data, Nampula, passa a ser a capital do território do Niassa, que abrangia a área das atuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Devido à sua importância territorial, se fixa a residência oficial do 1º Governador, os serviços de saúde, administração, de obras, agricultura, indústria, veterinária, geologia, os correios e telégrafos, entre outros. É por esses setores que no início da terceira década do século XX Nampula é elevada à categoria de vila em 1934, reforçando a sua estratégica política e econômica na região norte de Moçambique.

Seguidamente, após a elevação da cidade a categoria de vila, meia década depois, a partir de meados de 1940, começa a se verificar um crescimento urbano de Nampula, quer em termos populacionais, assim como em infraestruturas habitacionais, serviços administrativos, educação e saúde, indústria. É nessa época que Lopes et al. (1995, p. 8) descrevem que:

Em setembro de 1940 é criada a diocese de Nampula, dando-se início a uma intensa ocupação urbana-espacial através de construções de habitações e colégios de missionários católicos e outros cristãos. Impulsiona-se o ensino secundário com a abertura dos dois primeiros colégios/liceus, seguidos da escola técnica elementar, cortando com toda a dependência administrativa em relação à Ilha de Moçambique (LOPES et al,1995 p. 8).

A Ilha de Moçambique, era nessa época a cidade mais importante da província com várias infraestruturas político-administrativa e socioeconômica. Portanto, a criação da diocese de Nampula foi um grande marco da ocupação efetiva do território nampulense através das atividades de índole religiosa. As missões foram grandes impulsionadoras do setor educacional com a criação de colégios e escolas técnicas ou de artes ofícios que atraíram ainda mais população para a cidade de Nampula.

Mesmo com a criação destas infraestruturas, importa referenciar que foi por volta de 5 anos antes da década de 1940 que os colonos portugueses usaram em larga escala os planos de urbanização nas cidades moçambicanas. Segundo Lopes, et al., (1995), para Nampula foi identificado a execução de um plano urbanístico nesse período colonial, a Planta de 1935 que é considerado o primeiro esboço que englobava somente uma parte da cidade.

A cidade cresceu seguindo as diretrizes gerais desta planta, que propunha uma cidade reticulada, mas com as necessárias adaptações ao espaço físico local, características tão frequentes nas cidades de origem portuguesa nas colônias. Apesar da elaboração do esboço urbanístico, não foi executada na sua totalidade, houve poucas intervenções em relação ao que o plano previa, apesar do objetivo principal dele se resumisse no melhoramento das condições das infraestruturas básicas, habitações e no alargamento das ruas. Somente mais tarde, depois de 1944 foi possível intervir

mais aprofundado na estrutura urbana da cidade de Nampula, através do GUC, fundado nesse ano referenciado, em coordenação com a Direção-Geral das Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (FERNANDES, 2008).

Então com o GUC, a cidade de Nampula dinamizou a construção de várias infraestruturas urbanas que estimularam o processo de crescimento urbano, com as intervenções urbanísticas impulsionadas por arquitetos portugueses. Por isso que Fernandes (2008) considera que só foi depois da primeira planta de urbanização que Nampula teve os seus principais equipamentos urbanos no âmbito do GUC, projeto do arquiteto Mário de Oliveira antes de 1955, incluindo a planta que englobava o Estádio Oliveira Salazar e uma das importantes avenidas que dinamizaram a cidade (*ver o anexo 8*).

A dinâmica das atividades religiosas da diocese de Nampula construída nos anos 1940, impulsiona a construção da Catedral da Nossa Senhora de Fátima. Para Monteiro (1956) o majestoso edifício de desenho tradicionalista, projetado pelo arquiteto português Raul Lino, foi inaugurado em 1956, a obra apresenta duas torres na fachada e um alpendre com arcada, conforme as figuras 72 e 73.

Figura 72: Nampula, Catedral Nossa Sr^a de Fátima, 1950.



Figura 73: Nampula, Catedral, 2017.



Fonte: Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br>

Esta foi a primeira Catedral do mundo, dedicada à Nossa Senhora de Fátima, sagrada no dia 23 de agosto de 1956, pelo Cardeal D. Teodósio Clemente de Gouveia, um projeto de autoria do arquiteto Raul de Lino, um estilo único português e africano, com sete pilares um dedicado as invocações marianas (MONTEIRO, 1956). O edifício, foi erguido no âmbito da criação de uma

autoridade municipal que zelava na implantação de infraestruturas, que contribuiu bastante na transformação urbana que culminou com a elaboração do Plano Geral de Urbanização de Nampula, que tinha a finalidade de regimentar as áreas não construídas no entorno que ia recebendo cada vez mais fluxo de população (BAIA, 2004).

As outras infraestruturas e equipamentos urbanos importantes na cidade de Nampula que surgiram entre as décadas de 1950 e 1960 foram: O Hospital Egas Moniz, Colégios Vasco da Gama e Nossa Senhora das Vitórias, Museu Regional Comandante Ferreira de Almeida, Estádio Municipal, Parque Felgueiras e Sousa, Praça Infante D. Henriques (figuras 74, 75, 76 77).

Figura 74: Nampula, Hospital Egas Moniz



Figura 75: Nampula, Colégio N. Senhora das Vitórias



Figura 76: Nampula, Parque Felgueiras e Sousa

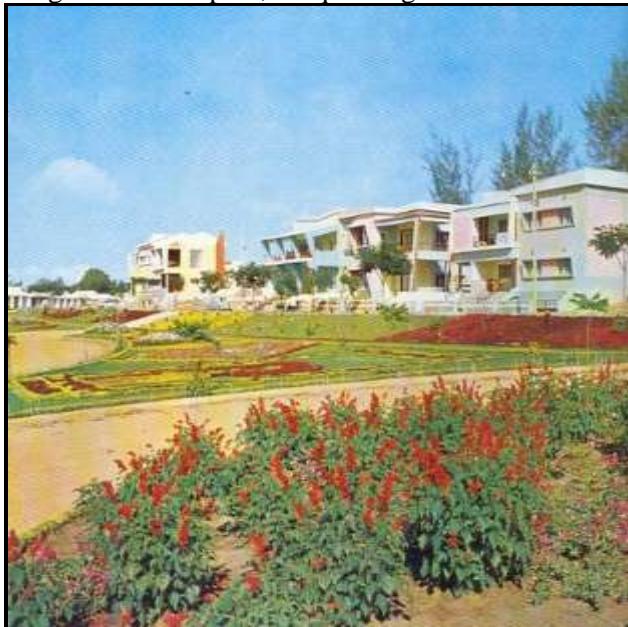


Figura 77: Nampula: Praça Infante D. Henriques



Fonte: Disponível em: <https://amimartins.wordpress.com/2012/10/12/nampula>

A construção destas infraestruturas e equipamentos urbanos dinamizaram ainda mais o crescimento urbano da cidade de Nampula, especialmente o moderno e Hospital Egas Moniz que era uma infraestrutura admirável, com equipamentos hospitalares e de saúde pública especializada de referência nacional e internacional.

Segundo Araújo (2005) na época em que foi inaugurado o hospital, chegou a ser considerado o terceiro melhor equipado de toda a África Subsaariana, contribuiu para maior fluxo de imigrantes para cidade.

Ademais, acrescenta o autor que, Nampula já contava com várias infraestruturas e equipamentos como, cinemas, salas de teatro, emissoras de rádio, clubes esportivos de referência mundial, o que lhe conferia uma posição de centro urbano de alta dinamicidade, tal como acontecia na grande cidade de Lourenço Marques, isso catapultou ainda para acelerar o processo de urbanização até nos finais da década de 1950.

É nesse contexto de implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos que Araújo (2003) considera que a dinâmica urbana atraiu mais investidores imobiliários que ergueram outras infraestruturas, com esse crescimento, em 1956, se eleva Nampula a categoria de cidade, no âmbito do ordenamento urbano, depois da elaboração das plantas cartográficas, primeiramente esboçada pelo arquiteto Bernardino Ramalhete, que concebeu, nesta fase e 5 anos depois, se executa o Plano de Urbanização de Nampula em 1962 (conforme o anexo 9), que acompanhou o seu crescimento.

Impulsionado por este plano, se promoveu a construção de mais edifícios urbanos, que Mendes (2011) considera que tinha também a finalidade de garantir o processo de segregação sócio espacial da população branca e colona da negra nativa nesse espaço urbano, começando aí a surgir bairros suburbanos desordenados.

O projeto foi remodelado e passou a se chamar de Plano Geral de Urbanização de 1962, este foi concebido no âmbito do GUC. Então Mendes (2011) acrescenta que foi no âmbito dos trabalhos do GUC com auxílio do SOP e SU que se moderniza a cidade de Nampula com o plano de 1962. Assim, até finais da década de 1960 e início de 1970 a cidade já se apresentava com alguns prédios, traçado largo das ruas e avenidas, arborizada com praças, jardins (figura 78).

Figura 78: Cidade de Nampula, finais da década 1960 e início de 1970.



Fonte: Disponível em: <http://farm4.staticflickr.com>

Como se pode ver na figura 78, em finais de 1960 e início de 1970, a cidade de Nampula apresentava-se ainda muito nova, com estradas e avenidas reticuladas, acompanhadas de arborização urbana, vários espaços verdes, resultado da aplicação dos instrumentos de planejamento urbano. Era pouco expandida e não apresentava expressivas áreas de ocupação desordenada. O entorno da cidade, correspondia majoritariamente a zona de agricultura urbana, áreas de conservação, florestas urbanas ou de mata, agrícola ou pastagens.

Portanto, se pode considerar que o plano urbanístico de 1962 foi exequível para a cidade, apesar do não cumprimento das suas diretrizes na integralidade, mas, teve uma visão de (re) produzir o espaço urbano a partir dos projetos que eram desenvolvidos e que orientaram o seu futuro, como cidade contemporânea a partir do século XX.

4.2 Tendências de crescimento e expansão da cidade de Nampula finais do século XX e início de XXI

É importante referir que as intervenções da administração colonial portuguesa nas cidades moçambicanas foram visíveis, apesar de algumas se resumirem em pequenas ações pontuais como

já foi referenciado, para o caso da cidade de Nampula essas intervenções definiram a sua estrutura urbana, cuja aplicação à cidade teve o seu clímax em 1974, um ano antes da proclamação da Independência Nacional de Moçambique que ocorreu em 1975. Daí em diante, houve graves deficiências na elaboração e aplicação dos instrumentos de planejamento urbano, devido, em primeiro lugar, a falta de quadros que era constituído anteriormente por colonos portugueses cuja maior parte já tinha deixado o país, em segundo lugar o início da guerra civil, o que se nota diante dessa situação foi um “Boom” no crescimento demográfico nas cidades e expansão de áreas de ocupação desordenadas, devido ao grande fluxo migratório.

Segundo INEM (1997; 2007; 2017), dados do Censo Populacional de 1970, indicam que a cidade de Nampula tinha uma população cerca de 23 072 habitantes; em 1980 aumentou substancialmente para um total de 156 185 hab., Entre 1970 e 1980 a taxa de crescimento médio anual foi de 20,2%, em 1991 passou para 232 670 habitantes. No período 1980 – 1991 apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 4,3%. No Censo de 1997 a cidade de Nampula teve 314 965 habitantes, nesse período de 1991 – 1997 a taxa de crescimento médio anual foi de 4,5%. Em 2007 a população foi de 477 900 habitantes, aumentou para 743 125 hab., em 2017, segundo os dados preliminares do Censo Populacional deste último ano referenciado (tabela 15).

Tabela 15: Cidade de Nampula, crescimento da População, 1970 – 2017

Ano	Cidade de Nampula					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	23,072	156,185	232,670	314,965	477,900	743,125

Fonte: Dados do INEM, Censos de 1970-2017; Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Como se pode constatar pelos dados apresentados, a conjuntura das décadas de 1970, 80 e 90 apesar de adversidades devido à guerra colonial terminada em 1974 com os Acordos de Lusaka, em segundo o conflito civil, iniciada no início de 1980, intensificaram o crescimento urbano da cidade de Nampula por causa migração campo-cidade. Neste caso, os fluxos populacionais direcionavam-se para a cidade de Nampula, o maior centro urbano da zona norte e o terceiro em importância socioeconômica no país.

Para se chegar a estrutura urbana atual, os principais instrumentos de planejamento urbano elaborados e executados foram importantes para o ordenamento que a cidade de Nampula apresenta hoje, foram estes que condicionaram a evolução morfológica ao longo da sua história do qual se pode ainda identificar os elementos estruturantes que a caracterizam a sua forma atual.

Mas este cenário ordenado da cidade Nampula começou a mudar em finais da década de 1970 e se exacerbou em meados da década de 1980, como refere Araújo (2003), inverteu-se o sentido da expansão urbana organizada de Nampula, com todas as consequências urbanas como socioeconômicas e ambiental. Isto sucedeu porque os fatores conjunturais referidos (guerra colonial e civil), tornaram o meio rural extremamente repulsivo e os espaços urbanizados constituíam grandes áreas atrativas para refúgio, numa época em que a administração municipal não tinha capacidade de gerir a área urbana devido à falta de quadros qualificados e capital, nestas condições desfavoráveis que a cidade de Nampula começou a se expandir de forma acentuadamente desordenada.

Como se pode constatar pelos dados apresentados na tabela 15, em 1970 Nampula apresentava uma população de cerca de 23,072 habitantes, este facto justificava a ocupação espacial em infraestruturas habitacionais, Araújo (2003) considera que em 1970, cerca de 40% dos residentes na cidade era estrangeira, constituída por colonos europeus que ocupavam o centro e alguns bairros periféricos construídos para a classe com menos recursos econômicos (operários e funcionários públicos) isto conferia a uma cidade pouco expandida em infraestrutura e a sua periferia não tinha se espraiado, como mostra a figura 79.

Figura 79: Cidade de Nampula, vista parcial da ocupação espacial em 1972.



Fonte: LILIANA e TEIXEIRA (1972).

Pode-se ver na figura 81, parte da cidade de Nampula em 1972, apresentava uma ocupação espacial menos densa, esta é a zona do populoso bairro de Muahivire, no posto administrativo

urbano de Muhala atualmente, se observa as estradas não asfaltadas, lotes vazios o verde predominante nas zonas periféricas sem infraestruturas habitacionais, vê-se a cobertura vegetal mais dominante, contrariamente à área edificada onde há habitações, se verifica menos vegetação resultante de um crescimento das edificações urbanas, foram essas áreas posteriormente ocupadas pelos imigrantes a cidade.

Desse modo, e como refere ainda Araújo (2003), as áreas suburbanas funcionam como espaços onde a população imigrante constrói residência como se de transitórias se tratassem, construídas de material precário, que no seu percurso vinha a procura de inserção na economia urbana; também, são procurados pela camada social altas, vivendo no centro ou em zonas privilegiadas da cidade, adquiriam-na para fixação de uma segunda, terceira moradia, ou no processo de aquisição e posse de terra para especulação fundiária.

Esse processo de expansão urbana desordenada da cidade de Nampula foi crescendo descontroladamente, de modo que, muitos projetos que visavam o reordenamento dos bairros que vinham surgindo fracassaram, e se pode considerar que foi, devido a gestão centralizada, isto quer dizer, era uma conjuntura monopartidária e as decisões atinentes a grandes intervenções eram decididas a nível do governo central e o país passava por um período difícil na política e economia.

Assim, se considera que a cidade de Nampula obteve sua “emancipação” político-administrativa e financeira em 1998, transformando-se em autarquia com território desmembrado da administração provincial a partir da Lei Base das Autarquias Locais, n.º 2, de 18 de fevereiro de 1997. A cidade faz parte dos primeiros 33 municípios criados com base nessa lei, cujo PEU e Código de Postura Municipal da Cidade de Nampula foi aprovado em 1999 e revisto em 2004 e o outro em 2014.

Foram concebidos estes instrumentos de gerenciamento territorial sob o auspício do (PROL) — Programa de Reforma dos Órgãos Locais e aprovado, mas, pouco implementado. Até a data já foram elaborados o Plano Estratégico Municipal da Cidade de Nampula (PEMGA 2000), Plano Diretor de Drenagem (2003), Plano Estratégico de Saneamento (2004), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (2006) e todos esses instrumentos ainda não se mostraram eficazes para a resolução dos problemas urbanos que tem relação com a ocupação desordenada.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2017 cerca de 90% da população residente na cidade de Nampula está concentrada em áreas semiestruturadas e não estruturadas (INEM,

2017). A grande concentração da população em áreas não estruturadas amplia os problemas de habitações inadequadas, deficiência de transporte público, saneamento básico deficiente, insuficiência e deficiências em serviços públicos. O fato de ser considerado uma das 3 maiores cidades do país, está longe de representar um indicador modelo de urbanização, pois, demonstra uma forte desigualdade territorial.

4.3 Expansão, novas formas urbanas e reestruturação da cidade

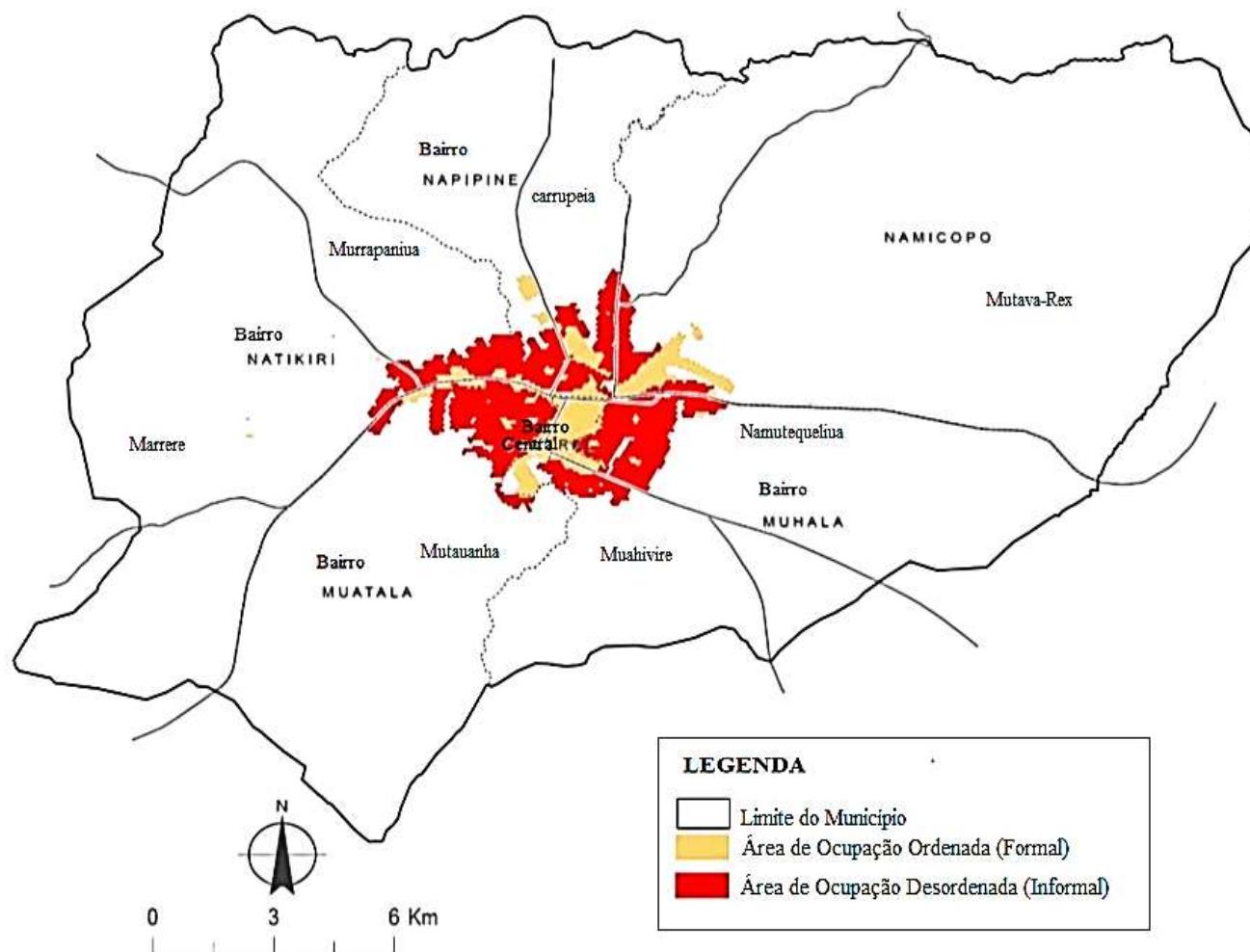
O acelerado processo de urbanização ocorrido em Nampula nas últimas décadas sempre foi consequência, por um lado de processos migratórios decorrentes do deslocamento campo - cidade, exacerbado pela guerra civil, cujas populações migrantes ocupavam os espaços ociosos e inexplorados de forma desordenada, mediante um “olhar inoperante” das autoridades municipais.

Esta incapacidade aliada ao crescimento demográfico, nos últimos dois anos de finais do século XX e nas duas primeiras duas dezenas do século XXI a população nampulense multiplicou-se em duas décadas. A população da cidade de Nampula até ao Censo de 1997 era de cerca de 314.965 habitantes, portanto, olhando para a mancha urbana dos bairros de ocupação desordenada, que em Moçambique são também denominados assentamentos informais, constata-se que até 1998 já estavam consolidadas as primeiras áreas expandidas desordenadamente na cidade de Nampula.

Este cenário de expansão urbana, caracterizado depois do censo de 1997, mas concretamente o que se observa no ano de 1998 é consequência em primeiro lugar do deslocamento das zonas rurais ocorrido em Moçambique devido a guerra civil que teve o seu término em 1992; em segundo lugar, mesmo com a cessação das hostilidades armada, a desconfiança de retorno a guerra, a falta de condições nas zonas rurais, exacerbaram ainda mais os fluxos de migração direcionados para a cidade de Nampula, neste período. No entanto, ocorreram profundas transformações urbanas entre 1998 à 2008 e 2018, constatando-se a densificação das ocupações nas áreas desordenadas que já existiam até 1998, e assim foram surgindo e se espalhando as outras áreas desordenadas.

Isto quer dizer que, se expandiu a área ocupada, estes dados são comprovados com o estudo apresentado pelo IHS — Instituto de Habitação e Estudos de Desenvolvimento Urbano da Erasmus University Rotterdam de 2017, IHS (2017), constatou que em 1999 a área construída do total da cidade era de 5,7%, essa zona expandiu-se cerca de 5 vezes mais, o que representou um crescimento espacial em cerca de 30,50% em 2008 (Mapa 5).

Mapa 5: Cidade de Nampula, área de ocupação ordenada e desordenada, 1999.



Fonte: IHS, (2017); Org.: MUACUVEIA, (2018)

No entanto, é importante salientar que expansão urbana é muitas vezes diretamente proporcional a evolução demográfica, este argumento é sustentado por Ojima (2007), que considera que, naturalmente o crescimento populacional conduz ao aumento dos espaços físicos urbanos. Então tendo em consideração essa sustentação, a população da cidade de Nampula, até 1997 era cerca de 314 965 habitantes, subiu em 2007 para 477 900 hab., portanto, é por isso que as áreas de ocupação de Nampula em 2008 também se espalharam substancialmente, se intensificou o uso do solo urbano, principalmente para a construção de habitação em zonas precárias dos bairros de Namutequelua, Muhala, Mutauanha, como ilustra a figura 80.

Figura 80: Cidade de Nampula, vista parcial da ocupação do solo urbano, 2008.



Fonte: Teixeira (2008).

Comparativamente a figura 79, verifica-se na 80 a intensificação no uso e da ocupação espacial do solo urbano para habitação, justificado não apenas pelo crescimento natural da

população urbana, mas, também pelas contribuições demográficas resultantes da migração campocidade, provocada pelas diferenças de desenvolvimento entre o rural e o urbano, devido a insegurança no meio rural que caracterizava período passado.

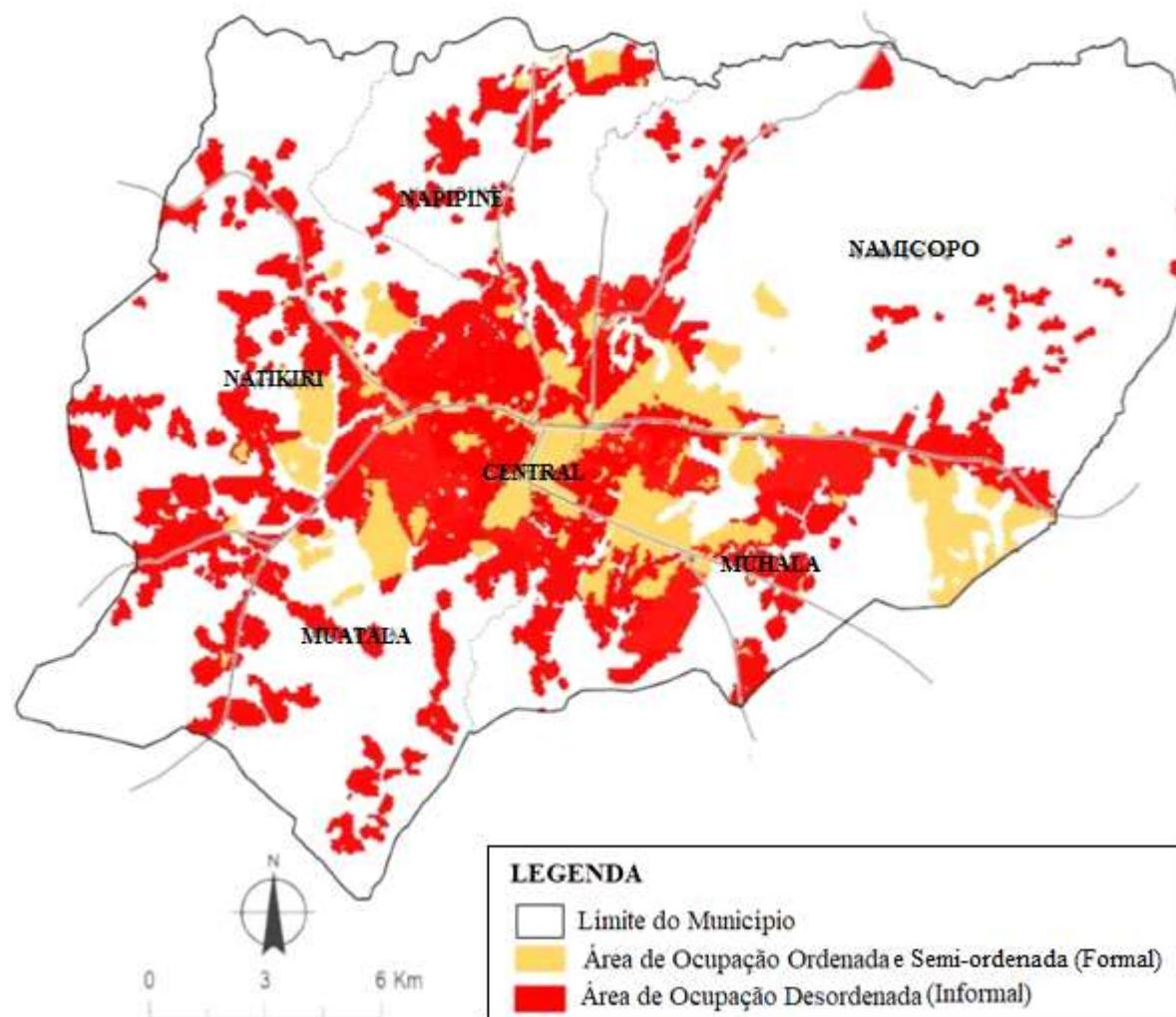
Assim, se evidencia a dicotomia urbana que Maloa (2016) apresenta, ao considerar que as cidades moçambicanas na contemporaneidade, apresentam uma paisagem dual, com duas características bem distintas, uma área bem planejada e estruturada, e outra não planejada e precária. Essa característica dualista das cidades moçambicanas analisadas que Maloa apresenta, Araújo (2003) já havia constatado anteriormente que, em termos estruturais, a cidade de Nampula se caracteriza por:

... Vias de acesso na área urbana, ou melhor, as estradas foram asfaltadas, a vegetação planejada foi crescendo, assim como das periferias, aumentou o número de habitações precárias nos bairros suburbanos, com características tipicamente rurais e a principal atividade era a prática da agricultura de subsistência familiar no subúrbio (ARAÚJO, 2003, p.168).

As áreas periféricas de ocupação desordenada da cidade de Nampula, administrativamente é considerado espaço urbano, fazem parte do território misto entre (rural e o urbano), que vem se desenvolvendo nas antigas zonas de transição entre o rural e o urbano, onde a maioria dos seus habitantes prática a atividade agrícola familiar, tal como sucedia no meio rural de origem, assim, tal como a forma das casas é semelhante a aquelas que tinham no campo construídas de (pau, bambus e capim para cobertura) e a prática o comércio informal devido à falta de infraestruturas básicas.

Este cenário de crescimento da mancha urbana de expansão desordenada se exacerbou de 2008 para 2018, os dados demográficos de 2007 – 2017, constata-se que a população quase duplicou, de 477 900 habitantes em 2007, aumentou para cerca de 743 125 hab., em 2017, isto quer dizer, elevou-se cerca de 265 225 habitantes. Tomando em conta a proporcionalidade direta, crescimento da população implica aumento do espaço físico urbano, nota-se que a cidade se expandiu ainda mais nesse período até 2015, conforme demonstrou o estudo feito pelo IHS (2007), conforme se pode observar no mapa 6.

Mapa 6: Cidade de Nampula, Área de ocupação ordenada/semi-ordenada e desordenada (2015).



Fonte: IHS, (2017); Org.: MUACUVEIA, R.R..M, (2018)

Portanto, o que se nota no processo de expansão urbana da cidade de Nampula, é o espraiamento das áreas de assentamentos informais, isso quer dizer, de acordo com estudo de IHS (2017) em 2015 área de expandida aumentou mais de 13 vezes em relação à 2008 e 43 em relação a 1998, esse aumento encontra sustentação, pois, segundo INEM (2008) os dados estatísticos sobre o crescimento anual da população de Nampula, indicam que anualmente a urbe recebe cerca de 16 mil novos habitantes por ano. Assim, se pode confirmar o rápido processo de expansão da cidade no período de estudo (1998 – 2018), pois a área ocupada desde 1998 aumentou substancialmente em 2018, conforme demostra as variações apresentadas no mapa 7.

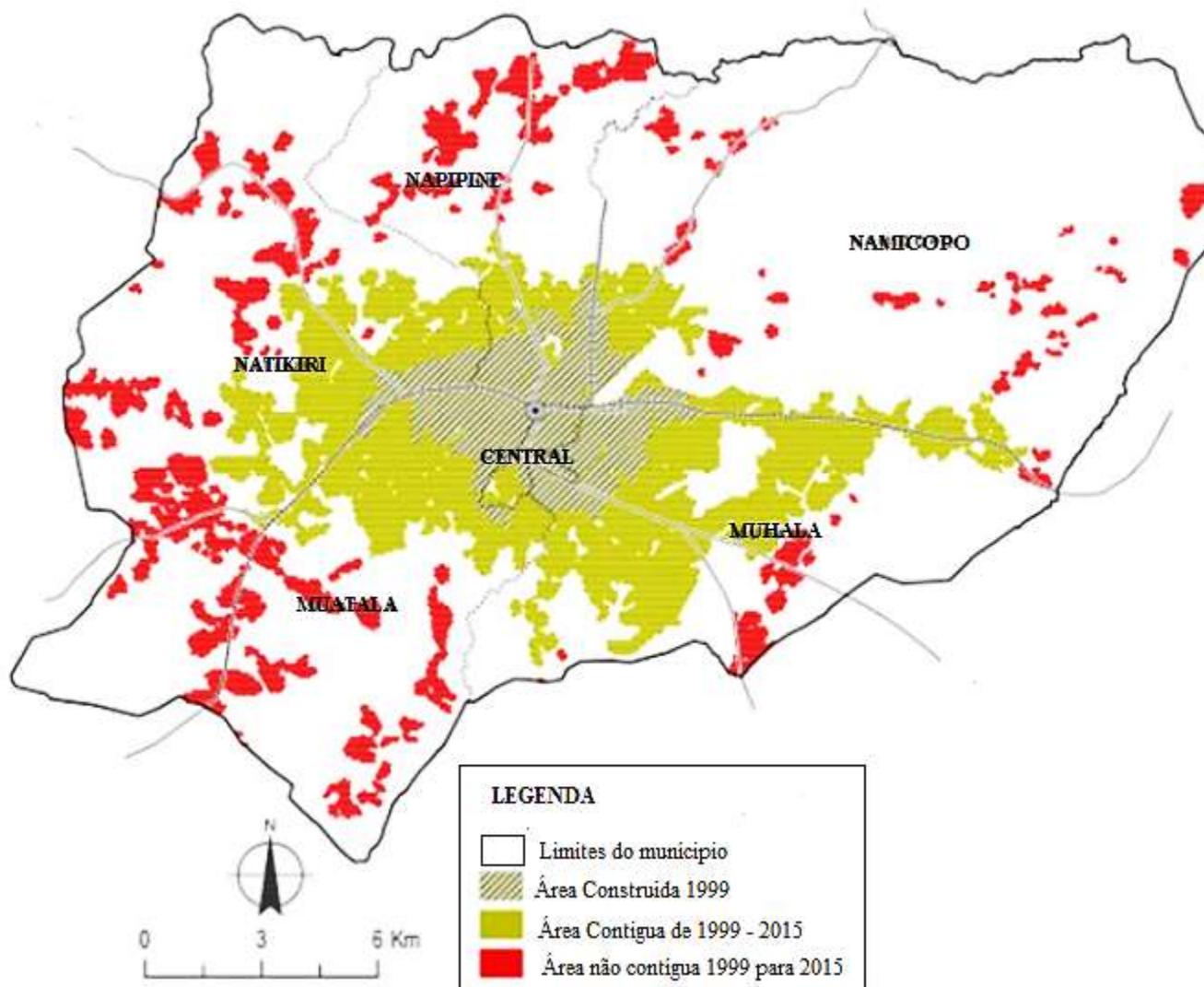
É observável no mapa 7 a expansão urbana desordenada nos decênios 1998 – 2008 e 2008 – 2018, observa-se que houve maior espraiamento de assentamentos informais na área dos bairros de Muhalala, Muahivire, Muatala, Mutauanha, Natikiri, Marrere, Murapaniua e Napipine, isto é, uma tendência de ocupação das regiões sudeste e sudoeste.

A área urbana até 1998 não era muito expandida, as correntes imigratórias das populações do campo, devido a guerra civil e a falta de condições no campo presentes desde meados da década de 1980, impulsionaram o crescimento urbano, cujas transformações começaram a ser visíveis nos meados da década de 1990, com a expansão das áreas periféricas tipicamente segregadas.

Olhando para a tabela 15 sobre a evolução da população da cidade de Nampula, analisando o período de 1998 a 2008, a população cresceu praticamente cerca de 160 mil habitantes, este crescimento é justificado pela forte atratividade que a cidade exerce como polo regional. De 2008 a 2018 a população cresceu cerca de 265 mil habitantes. Então, comparando as duas décadas passadas, nota-se que a população cresceu mais na segunda década em análise (2008 – 2018).

Esta dinâmica de crescimento demográfico que se verificou na cidade de Nampula tem relação direta com a expansão urbana, por isso que a dinâmica das ocupações é menos intensa de 1998 a 2008, do que de 2008 a 2018, isto quer dizer que, tal como se verificou maior crescimento demográfico entre 2008- 2018, também houve maior espraiamento das ocupações desordenadas neste período em referência. Foi neste período que acelerou ainda mais a ocupação do solo urbano de forma desordenada e desarticulada, isto pode-se notar no mapa de índice de contiguidade feito pelo estudo do IHS de 2017, conforme mostra o mapa 7.

Mapa 7: Cidade de Nampula, índice de contiguidade a partir de 1999- 2015



Fonte: IHS, (2017); Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Então tendo em conta essa população que cresce de forma vertiginosa anualmente, a demanda pela habitação ou lugar onde morar também aumenta perante uma inoperância na aplicação dos instrumentos de planejamento urbano na cidade. Isso fez com que, por mais que se fizessem esforços de reordenar, redefinir, ou requalificar os antigos bairros de ocupação desordenada, mesmo que se planifique e se execute a implantação de novos bairros estruturados, enquanto existir essa grande brecha na LOT e RSU atinente a “ocupação de boa fé”, se pode afirmar com firmeza que o cenário das ocupações desordenadas se perpetuará como um processo continuo diante uma dualidade de espaço permanente.

4.3.1 A elaboração do primeiro Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula

Fazendo um paralelo como o processo de expansão dos assentamentos informais da cidade de Nampula, importa aqui referenciar que Nampula teve o seu primeiro PEU em 1999, coincidentemente período em que a urbe já tinha expandido e consolidado as primeiras áreas de ocupação desordenada. Coincide também, que a maior parte dos planos para a cidade de Nampula foram elaborados no período em análise 1998 – 2018, o PEU foi primeiro instrumento que se tem nos registos, elaborado para a cidade — o Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula — PEUCN de 1999 que apresentava uma forma mais estratégica, ainda em vigor, reformulado em 2014, aprovado e pouco implementado. Julga-se que este plano tenha sido elaborado para responder as questões das ocupações desordenadas que iam surgindo até 1998.

A elaboração do PEUCN em 1999, coincidência ou, não, ela faz parte do cumprimento da LOT pelo Município de Nampula, pois, com a introdução da Lei das Autarquias Locais (nº 2, de 18 de fevereiro de 1997), se estabeleceu um novo marco no planejamento e gerenciamento urbano, os gestores municipais são obrigados e responsabilizados a tarefa de elaboração de instrumentos ocupação do solo urbano, bem como a implementação da legislação vigente. Isso faz parte do princípio da descentralização do poder em Moçambique como acrescenta Cistac (2001, p.22), que:

A descentralização administrativa está ligada a existência de pessoas coletivas territoriais, as quais são atribuídos certos interesses locais e que os seus órgãos estão dotados de autonomia, podendo atuar livremente no desempenho dos poderes legais apenas sujeitos a fiscalização da legalidade dos seus atos pelos tribunais (CISTAC, 2001, p.2).

Foi posteriormente a promulgação desta LOT, que foram elaborados em conjunto, projetos setoriais de desenvolvimento urbano em várias cidades moçambicanas. Nessa lógica, se elaboraram os seguintes planos para a cidade de Nampula:

- ✓ Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula — PEUCN — (1999);
- ✓ Código de Postura Urbana da Cidade de Nampula — CPUCN — (1999);
- ✓ Plano Estratégico Municipal de Gestão Ambiental da Cidade de Nampula — PEMGA — (2000);
- ✓ Plano Diretor de Drenagem (2003);
- ✓ Plano Estratégico de Saneamento (2004);
- ✓ Código de Posturas Municipais da Cidade de Nampula (2004);
- ✓ Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (2006);
- ✓ Plano de Requalificação da Cidade de Nampula 2010;
- ✓ Plano Pormenor de Urbanização do Bairro de Muhala Expansão (2012);
- ✓ Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula (2014);
- ✓ Plano Pormenor de Urbanização do Bairro de Muahivire Expansão (2014);
- ✓ Plano Pormenor de Urbanização do Bairro de Marrere Expansão II (2014);
- ✓ Plano Pormenor de Urbanização do Bairro de Nampaco (2015);
- ✓ Plano Pormenor de Urbanização da área de Mucuaxe (2016).

Está sequência de instrumentos de gerenciamento urbano elaborados para cidade de Nampula é apresentada tendo em conta o período de estudo, que é 1998 – 2018, e o instrumento que se considera neste trabalho, é o PEU é uma das diretrizes da LOT e também se encontra descrito no seu desdobramento RSU, que prevê a elaboração dos seguintes planos. PEU, PGU, PPU e PP. No artigo 5, seus números 1,2,3 e 4 do Decreto no 60/2006 (RSU), destaca-se a abordagem sobre a caracterização dos planos de ordenamento das cidades, vilas e dos assentamentos humanos ou aglomerados populacionais no território nacional (MOÇAMBIQUE, 2006; 2007).

O PEUCN de 1999 revisto em 2014 foi estruturado em partes que são: Razões e Filosofias, Visão; Objetivos; Motivações; Diretrizes; Conteúdo; Composição; Categorias de Diretrivas (de Ordem Espacial e Prioridades); principais aspectos tratados; implementação. O documento contempla Infrações e penalidades. Foi construído tendo como base nas seguintes diretrizes relacionadas com a expansão urbana das áreas de ocupação desordenada, nomeadamente:

- a) Reordenar os bairros informais da cidade;
- b) Recuperar terrenos para serviços e equipamentos públicos nas áreas de expansão urbana;
- c) Densificar a ocupação para evitar a continuação da ocupação desregrada do solo urbano;

- d) Reservar áreas para repor o equilíbrio e assegurar a manutenção e o melhoramento da qualidade ambiental;
- e) Estabelecer as condições necessárias para abertura de vias de acesso que garantam a mobilidade nas áreas desordenadas.
- f) Promover a diversificação das atividades e funções urbanas, evitando a suburbanização e a segregação espacial das camadas sociais mais desfavorecidas;
- g) Reduzir as assimetrias sociais e os privilégios na escolha de locais para a distribuição das redes de infraestruturas de serviços e de equipamentos urbanos entre as áreas urbanizada e desordenadas.

Tendo identificado as diretrizes destinadas às áreas de expansão urbana da cidade de Nampula, se verificou a implementação das mesmas, assim como conferir se há necessidade em propor diretrizes novas que vão ao encontro das demandas urbanas de Nampula, no que tange a expansão das ocupações desordenadas.

É um documento textual, muito breve e geral, destaca a obrigação das entidades públicas que desenvolvem atividades relacionadas com o gerenciamento do solo urbano na elaboração dos planos de ordenamento urbano sob sua gestão, deve ser concebido, antes do início da sua atividade, cuja validade é de 10 anos.

Um reparo muito importante para esta análise, o texto não traz normas sobre o gerenciamento urbano, nem impõe responsabilidades nesse sentido tanto ao poder municipal em seus diferentes níveis, mais faz menção da obrigação de se elaborar o PEU para os municípios. Apesar desse aspecto, o PEU é fundamental por diagnosticar a situação da cidade de Nampula em relação aos seus aspectos físicos naturais e socioeconômicos, incluindo metas de mitigação, entre outras com vista a reduzir os problemas da urbanização desordenada.

Ainda neste contexto, no PEU não se faz menção a metas para a eliminação e recuperação das áreas de assentamentos informais, associadas à inclusão e construção de preservação ambiental, que se poderia considerar graves infrações, os gestores não contemplarem com clareza, elementos que garantem a sustentabilidade urbana.

Depois da elaboração desse PEU, a cidade cresceu e se expandiu ainda mais, cerca de duas décadas passadas, a cidade de Nampula só teve o seu segundo PEU revisado em 2014, mas, também está sendo muito pouco implementado, um plano que constituiu uma mera reprodução do primeiro.

Se passaram cerca de 15 anos, entre o tempo de elaboração do primeiro e a revisão do segundo PEU. Este longo período, contrária a LOT e o RSU que preconizam que o tempo de elaboração de um plano para o outro, é de 10 anos.

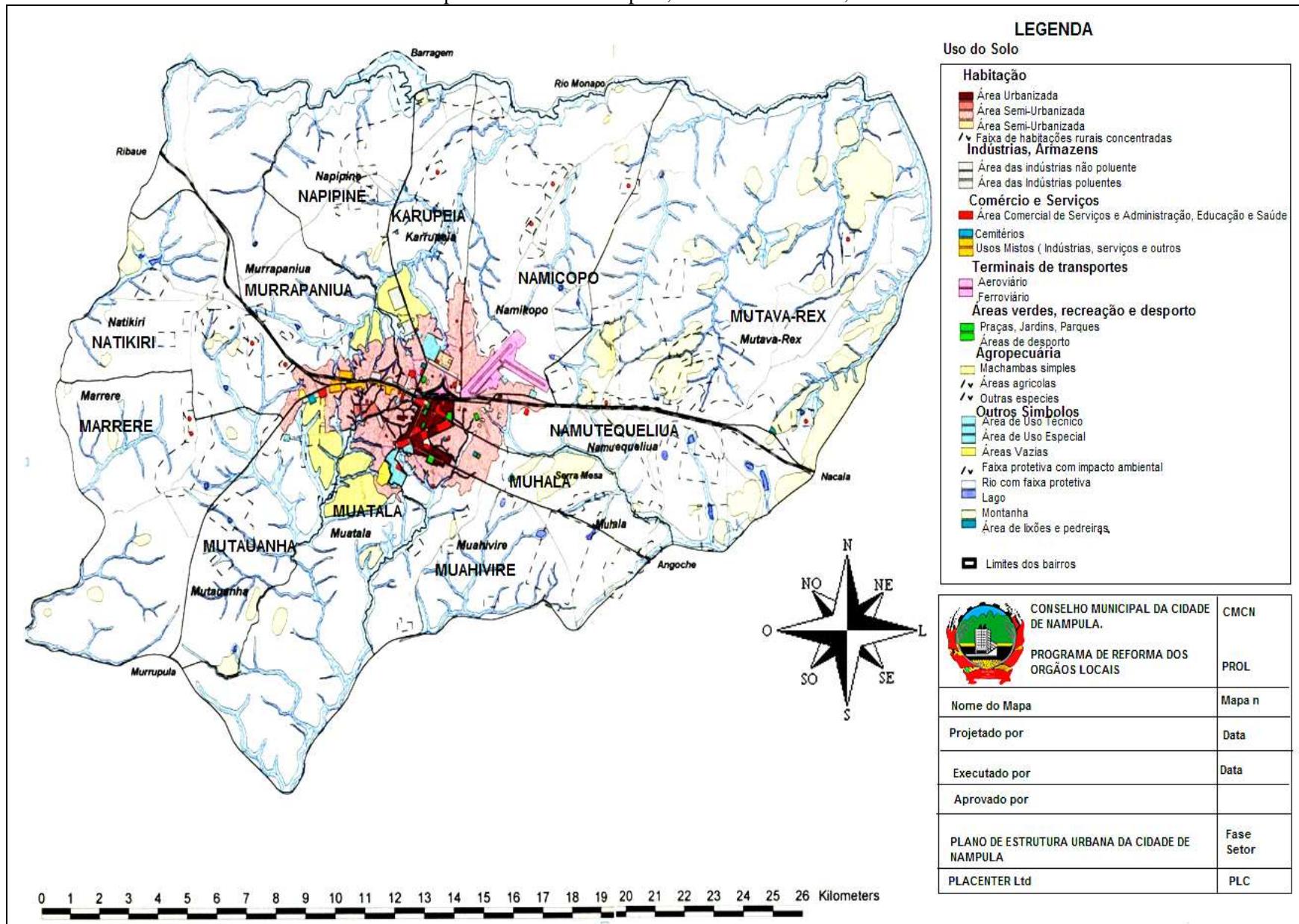
Uma nota importante, o PEUCN foi elaborado sob consórcio do projeto PROL, e aprovado em 1999, mas, não foi implementado na íntegra. Como desdobramento previsto neste plano, foi elaborado um Plano Diretor de Drenagem (2003), um Plano Estratégico de Saneamento (2004), um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos urbanos (2006) e todos esses instrumentos ainda não se mostraram muito eficazes para a resolução dos diferentes problemas urbanos.

Se é certo que os instrumentos determinados pela LOT preveem a possibilitaram a participação popular, na construção dos PEU's da cidade de Nampula de 1999 e do 2014 pouco implementados essa fase não pode ser percebida. O que se percebe é que, na verdade, o PEUCN pouca contribuição teve para a melhoria do espaço urbano da cidade, pois, uma das diretrizes que foi a reordenação dos bairros informais da cidade não foi efetivada desde 1999 que se aprovou o primeiro PEUCN. Ao contrário, ao longo destes anos, a partir da sua aprovação, o que se viu foi a deterioração das condições urbanas, principalmente no tocante à habitação, traçados das ruas, quarteirões, áreas verdes/espaços livres, mobilidade como o aumento dos assentamentos informais, isso demonstra claramente uma estrutura interna típica das cidades africanas contemporâneas que apresentam uma área formal e outra informal, a dicotomia ou dualidade que caracteriza as cidades moçambicanas na contemporaneidade apresentada na tese de Maloa 2016.

4.3.2 Estrutura interna da cidade de Nampula

O mapa do uso do solo urbano elaborado no âmbito do PEUCN de 2014 evidencia que a cidade apresenta uma estrutura composta por várias áreas, sendo as principais as seguintes. Área Urbanizada (AU), Área Semi-Urbanizada (ASU), Área Não Urbanizada ou desordenadas (ANU/D) e Área de Matas ou Agrícolas (AM/A), e outras áreas como é o caso da área de faixa de habitações rurais concentradas, isto é, referente ao uso habitacional. Existe também áreas de uso industrial, comercial, este mapa ainda apresenta outras formas como terminais de transporte, zonas de agropecuária, áreas verdes, recursos hidrográficos e geomorfológicos, como pode observar no mapa do uso do solo da cidade de Nampula (Mapa 8).

Mapa 8: Cidade de Nampula, uso do solo urbano, 2014



Fonte: C.M.C.N, (2014)

a) *Área Urbanizada (AU)*- corresponde a mais antiga área urbana da cidade, abrange a área central (AC) e Zona Periférica do Centro (ZPC). É bem estruturada com infraestruturas e equipamentos urbanos, apresenta ruas e avenidas largas e asfaltadas com calçadas para pedestres, apesar de algumas apresentarem-se esburacadas, canteiros centrais pavimentados e arborizada, uma planta ortogonal. Área caracterizada por vários usos, desde habitacionais, comerciais até zonas mistas, o que revela alguma tendência de zoneamento no ato de planejamento. Apresenta um intenso fluxo de veículos e pedestres, cuja maior parte se movimenta a pé e outros utilizam os transportes públicos e particulares para acesso à região partindo das ZPC e ZP e vice versa.

É nesta área onde se localiza a centralidade ou o centro histórico da cidade, que apresenta uma estrutura urbana coesa condicionada pela ocupação predominantemente mista (comercial e residencial) seja de forma horizontal como de forma vertical, o que resulta em uma estrutura urbana na forma de um xadrez e sistema viário regular, com conexões continuas entre as avenidas e ruas bem estruturadas (Mosaico da figura 81).

Figura 81: Cidade de Nampula, área urbanizada e verticalizada na zona central da cidade.



Fonte: Disponível em: <https://www.marktour.co.mz/wp-content/uploads/2017/12/nampula.jpg>

Está AC é fruto de uma ação de planejamento e estruturação ocorrida no período colonial. O padrão do traçado viário é regular, isto é, ruas direitas e perpendiculares entre si, apresenta vias dispostas de forma de quadrados ou retangulares em quadras que apresentam dimensões diferentes. (figura 82).

Figura 82: Cidade de Nampula, imagem da área urbanizada na zona central



Fonte: Google Earth, (2018)

A AC da cidade de Nampula como se descreveu, apresenta-se bem estruturada, com equipamentos e infraestruturas urbanas, com uma arborização nas suas principais avenidas e ruas, canteiros centrais que separam as faixas de rodagem de veículos automóveis, praças e jardins públicos, concentra o maior número de atividades produtivas e constitui a mais acessível, se configurando como o grande polarizador das demais áreas que compõem a cidade.

b) Área Semi Urbanizada (ASU) - corresponde a zona intermédia na estruturação urbana da cidade de Nampula. São nestas ASU onde se localizam os primeiros assentamentos de ocupação desordenada fruto da expansão urbana de finais do século XX apresenta uma estrutura pouco urbanizada, pouco coesa condicionada pela ocupação predominantemente residencial, surgindo esporadicamente o uso misto, predomínio de infraestrutura horizontal, aparecendo de quando em vez edifícios verticais inferiores a 3 pisos. As ruas na sua maioria de terra, ou seja, não asfaltadas, arborização espontânea e não planejada (figura 83)

Figura 83: Cidade de Nampula, habitações nas áreas Semi-urbanizadas



Fonte: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

O uso do solo é majoritariamente habitacional, mas, ocasionalmente surge o uso comercial e misto. A habitação predominante é de alvenaria (construção utilizando tijolo e cimento cobertura

de laje ou chapas de zinco), como se trata de áreas que se vem desenvolvendo a partir do processo de gentrificação, encontram-se algumas casas precárias de alguns moradores que resistem ao fenômeno e permanecem nos seus lotes. Ademais é comum a existência de lotes vazios por muitos anos, o que revela a especulação imobiliária, visto que, as pessoas investem na compra desses espaços para depois revender após a valorização dessas ASU a preços muito elevados. Por exemplo um lote que varia de 900 m² a 1600 m² nestas áreas o seu custo varia de 500.000,00Mt (maticais) a 2.000.000,00Mt, isto equivale a mais ou menos aproximadamente a 30.000 R\$ (Reais) a 120.000 R\$ aproximadamente, cálculo feito entre Mt (moeda moçambicana) e R\$ (moeda brasileira) em função das Taxas de Câmbio Médias de Referência em Maticais do dia 04 Março de 2019.

É nesta ordem de acontecimentos que surgem contradições que envolvem o capitalismo como afirmou Harvey (2014) que essas controvérsias criam atemorização as populações, por meio de estratégias efetuadas pelos capitalistas que tem a visão de crescimento contínuo, composto e infinito, que se aproveitando das diversas e ininterruptas crises que a sociedade vai vivenciado, arrisca-se na especulação imobiliária, por meio de aquisição de lotes desocupados ou ociosos, como forma de continuar ganhando após a valorização das áreas. Todas estas artimanhas com vista a acumulação do capital são feitas à custa de urbanização e em detrimento daquele grupo cujo processo causa sérios impactos sobre si.

Por isso, é comum nessas ASU o predomínio do uso misto do solo urbano, isto não é resultado das diretrizes de uso e ocupação do solo urbano previstas no PEU, que foram estabelecidas como política de desenvolvimento urbano, ou como uma determinação para onde a cidade deveria se desenvolver e expandir-se. Mas, é na realidade a falta de estabelecimento de orientações para o zoneamento urbano como consequência disso, não existe uma delimitação clara e bem definida de acordo com a potencialidades do território tendo em consideração a delimitações das áreas habitacionais, comerciais, de indústria, que poderiam estabelecer assim um uso e ocupação do solo urbano harmonioso.

Um dado muito importante das ASU da cidade, é apresentação de uma malha pouco regular, as vias se constituem de linhas quebradas que formam ângulos e segmentos de várias dimensões, por isso que alguns quarteirões são irregulares, apesar de apresentar uma malha urbana muitas vezes reticulada, fruto de um planejamento e execução incompleta ou deficitária, apresenta também uma estrutura ortogonal e muitas vezes irregular, zoneamento não definido, um sistema viário pouco conexo e muitas vezes descontinuo (figura 87).

Figura 84: Nampula, imagem da área Semi-Urbanizada do Bairro de Muhala Expansão



Fonte: Google Earth, (2018)

É a primeira área de expansão urbana semi-planejadas, que já foram áreas anteriormente áreas rurais, enfatizando que, sofreram processo de ocupação urbana mediante a implantação de assentamentos informais e mais tarde ocorreu a gentrificação e requalificação. São locais predominantemente habitacionais que necessitam de intervenções visando a sua qualificação, agregando ainda, espaços destinados à urbanização futura com lotes enormes que variam de 900 m² e superiores a 1600 m² direcionados ao uso residencial.

A relevância dessa área quanto à centralidade urbana está relacionada ao fato de que, correspondem a áreas que se localizam nas zonas transitórias entre os núcleos consolidados e não consolidada, ou seja, AU e ANU. Por serem áreas de expansão, podem ser ocupadas tanto pela concentração de atividades de centralidade, com a intenção de que se tornem novas centralidades da urbe, quanto pela manutenção do caráter residencial, e neste último caso, se conformarem como áreas de abrangência de regiões vizinhas com vocação para assumir papel polarizador do seu entorno.

Nestas ASU tem vindo a ocorrer um fenômeno interessante nas últimas décadas, que é o surgimento dos condomínios habitacionais, horizontais fechados, que ocorrem em áreas que se caracterizam por uma desordem no ordenamento urbano e que com a implantação desses condomínios se verifica uma semiestrutura urbana do espaço e como resultado, surge valorização do espaço urbano.

A edificação destes condomínios foi feita com base em projetos que não seguem as diretrizes específicas das normas técnicas, código de obras previstos no PEU do município de Nampula. Alguns não levam em consideração a preocupação inerente por espaços verdes e áreas de lazer para os moradores e são construídos majoritariamente nas zonas de transição entre as ASU e ANUs, ou mesmo nas ANU o que de certo modo vem confirmar a tese que “os condomínios fechados produzem um ambiente exclusivo e de exclusão, centrado no espaço privado, representando “espaços que se fecham em si mesmos” (LEITÃO, 2005, p. 238); criando espaços públicos inertes (SENNET, 1992), em espaços abandonados (JACOBS, 2000) sem interação social e mesclagem de atividades, o que Santos (1993) considerou um espraiamento que configura um tipo de cidade que se caracteriza pela periferização, fragmentação e dispersão. Estes aspectos descritos pelos autores se assemelham ao retrato urbano dos conjuntos habitacionais existentes na cidade de Nampula que é uma realidade recente (figura 85).

Figura 85: Cidade de Nampula, imagem da área do condomínio residencial Armindo Gonsalves



Fonte: Google Earth, (2018); Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Se pode ver na figura 85, o condomínio Armindo Gonçalves, edificada numa área pantanosa onde se praticava a agricultura urbana antes de 1998. Na cidade de Nampula existem alguns condomínios edificados nos bairros de ocupação desordenada, loteados para uso habitacional de alto padrão que começaram a surgir a partir do ano 2000.

Nas condições semelhantes estão edificadas nessas ASU outros condomínios residenciais horizontais e fechados na cidade, que na ótica de Caldeira (2000) considera são como enclaves fortificados ou arquitetura da segurança, ou mesmo estética da violência, associando as transformações urbanas que vão ocorrendo e produzindo um certo modelo de segregação socioespacial nos últimos tempos. Portanto, essa forma de edificar em conjuntos as habitações cercadas por muros, com entrada restrita, constitui uma nova modalidade de ocupação do solo urbano na cidade de Nampula que foi concretizada amplamente e difundida em primeiro lugar nas cidades europeias no século XIX, mais tarde, diversos países, em Moçambique e na cidade de Nampula em particular nas últimas duas décadas (figura 86).

Figura 86: Cidade de Nampula, condomínios horizontais fechados



Fonte: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Estes condomínios da figura 86 foram um dos primeiros conjuntos habitacionais horizontais construído na cidade de Nampula, depois, nos anos subsequentes foram construídos outros em diversas zonas mistas entre as ASU e ANU, como são os casos dos condomínios Michela, Armindo Gonsalves, etc.

c) *Área Não Urbanizada (ANU)* - é a zona urbana que apresenta uma grande quantidade de habitações precárias, concentradas em todos os vetores expandidos da cidade de Nampula, ao norte, sul, leste e oeste. Ela é completamente desorganizada, desprovida de infraestruturas e equipamentos básicos de urbanização. Segundo INEM (2008) nas ANU da cidade de Nampula se verifica uma pressão exercida pelos domicílios superpovoados que apresentam espaços reduzidos, caracterizados por lotes muito pequenos e irregulares que acomodam dezenas de famílias, possuem somente espaço de dormir. As casas são majoritariamente de material precário do tipo blocos de areia ou adobe, muito frágeis, de paus maticados coberto de capim, é a habitação predominante, essas “palhotas”, que por vezes aparecem cobertas de chapa de zinco e o soalho é normalmente de terra, em alguns casos de cimento, representam cerca de 80% das construções existentes nos bairros expandidos de forma desordenada da cidade, conforme a figura 87.

Figura 87: Cidade de Nampula, habitação predominante nas Áreas Não Urbanizadas



Fonte: CMCN (2017)

Muitas dessas habitações, são de 3 divisões (2 quartinhos e 1 sala comum), com uma área interior entre 21 e 59 m², mais de metade das famílias não tem cozinha, cerca de 80% tem banheiro no exterior à casa principal e desprovidos de saneamento básico (INEM, 2008). As ANUs apresentam regra geral, uma malha irregular, não planejada e muito precária, exacerbada pela desordem generalizada, o que dificulta a implantação de equipamentos urbanos (figura 88).

Figura 88: Nampula, imagem da área não urbanizada no Bairro de Namutequeliuia



Fonte: Google Earth, (2018)

As ANU são áreas irregulares como foi referenciado, que não apresentam traçados viários, ou podemos considerar apresentam traçados anárquicos, caso existam ruas, são estreitas e tortuosas, muitas delas tem seu termo em becos ou pátios sem saída. Apresentam normalmente uma arborização nativa ou algumas árvores de frutas plantadas pelos moradores, constituídas por coqueiros, mangueiras, papaieiras, goiabeiras, entre outras árvores frutíferas e de sombra.

A maioria da população residente nas ANU, cerca de 90%, vive em casa própria num espaço que “considera seu” de ocupação espontânea, apesar de não, possuírem qualquer documento legal que lhes confira a posse (CMCN, 2011). Mas, a sua permanência é assegurada pela constituição da República de Moçambique, no seu artigo 91 que versa sobre a questão da Habitação e Urbanização e considera que: “Todos os cidadãos têm direito à habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento econômico nacional, criar as adequadas condições”. Esta questão do direito à habitação e urbanização é enfatizada na Lei de Terras no Capítulo III que aborda sobre DUAT, seu artigo 9, número diz o que “a aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra por ocupação pelas comunidades locais que estejam a ocupar à terra segundo as práticas costumeiras adquirem o direito delas”. Isto lhes dá privilegio de ocuparem e dificilmente haver ações interventivas com vista ao ordenamento urbano, pois, a terra é propriedade do Estado em Moçambique e não tem existido “força” para esse efeito.

Apesar de predominância de construções precárias, surgem no meio destas, algumas que se vão melhorando e se consolidando a sua construção ao longo do prolongamento das principais avenidas e ruas de acesso ou que cortam as áreas dos bairros semi-urbanizados. Nestes, surgem alguns edifícios comerciais com pisos ou altura que modificam o uso e criam uma zona mista (habitacional e comercial) nessas áreas não urbanizadas.

Área de Mata/ Agrícola (AM/A) é mais distante da zona urbanizada, são zonas predominantemente de matas, que também se prática a agricultura urbana e aos poucos tem vindo a desaparecer devido à expansão da cidade. É comum nessas AM/A encontrara faixas de habitações tipicamente rurais concentradas, alternado com áreas vazias, por vezes que apresentam lixões em montanhas que algumas vezes são transformadas em pedreiras (Figura 89).

Figura 89: Cidade de Nampula, área de mata ou agrícola próximo a montanha



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/municipionampula/photos/a.10251>, 2017

As áreas agrícolas pelo processo de expansão urbana vão gradualmente desaparecendo, resultado da deslocação das populações com menos posse ou mais desfavorecidas para zonas de antigas matas, que vão, pouco a pouco edificando as suas habitações novamente de forma desordenada formando novas ANU, o que de certo modo, vai se replicando o ciclo da desordem, que por vezes foi minimizada nas ASU através da gentrificação e pequenas intervenções urbanísticas.

Às margens das principais rodovias, principalmente, percebe-se o aprofundamento do fenômeno da gentrificação, a pressão e especulação imobiliária, o conflito do uso do solo urbano, acompanhada pelo acréscimo significativo da população urbana, predomina deste modo, o uso misto (comércio e moradia).

Atinente a esta questão, estudos efetuados pelo INEM (2007), já vaticinavam que nos próximos tempos se exacerbaria a especulação imobiliária que cresce nos bairros em expansão como Muhala, Muahivire, Marrere, sendo visível pelo alto padrão das habitações que vão sendo construídos para uma população de classe média e alta, isto é consequência da valorização do solo urbano na cidade de Nampula.

À medida que nos distanciamos desses importantes eixos rodoviários, se verifica uma crescente ocupação irregular do espaço urbano e consequente desestruturação urbana, pois, a maioria das infraestruturas construídas nessas ANU se estabelece sob a forma de habitações precárias. Esta questão levantada encontra sustento nos estudos do INE (2013) que davam conta que sobre à situação habitacional, existem mais de 60 000 famílias morando em áreas de risco com habitações ilegais e de material precário no município de Nampula, sendo os bairros mais críticos os de Carrupeia, Namicopo, Namutequelua, Muhala, Mutauanha e Muahivire, constituídas de assentamentos informais (INE, 2008).

Ocorreram grandes transformações no espaço urbano da cidade de Nampula, nessas mudanças é notório o avanço da urbanização desordenada, onde as áreas que anteriormente eram predominantemente de mata, encontram-se as habitações, muitas delas, fruto de ocupações desordenadas, consequência da falta de aplicação dos instrumentos urbanísticos, um cenário de expansão dos bairros desordenados que é visível na figura 90.

Figura 90: Cidade de Nampula, delimitação de uma das áreas de ocupações desordenadas, 2018



Fonte: Google Earth, (2018); Org.: MUACUVEIA (2018)

Como consequência do processo de estruturação urbana da cidade de Nampula, existiram dois elementos que influenciaram essas formas, em primeiro foram as principais avenidas ou vias consideradas estruturais na organização urbana que são as Avenidas Paulo Samuel Kankhomba e Eduardo Mondlane que cortam o centro da cidade, Avenida do Trabalho a norte, das Forças Populares de Libertação de Moçambique, a sul e 25 de Setembro a oeste. Estas são responsáveis pelos principais fluxos que ligam o centro aos demais bairros suburbanos da cidade de Nampula e os três últimos fazem limites estanques entre a AU e ASU e ANU/D, ou seja, estes eixos viários destacados aqui são responsáveis pela conexão entre a AC e ZP, sendo que, ao longo delas se concentram também as funções de comércio e serviços.

Outro elemento determinante influente na organização da estrutura urbana nesta cidade é a presença da linha férrea (cidade de Nampula a cidade de Nacala no sentido leste e cidade de Nampula a cidade de Cuamba no sentido leste), implantada mais a norte da AU do município de Nampula.

Essa expansão trouxe também problemas relacionados ao adensamento populacional, principalmente nas áreas mais pobres (ANU) e ASU, na periferia, por isso que, as principais infraestruturas e serviços públicos se concentram na área central.

Fazendo uma análise reflexiva das três principais áreas, os bairros da AU são os que apresentam maior fluxo de atividade comercial, as principais instituições públicas, privadas e diversificados serviços. Esta área, é a melhor do que as outras, que ostenta condições de habitação (sistema de abastecimento de água, eletricidade e outros serviços que funcionam de forma eficiente).

As outras das áreas suburbanas (ASU e ANU) não possuem sistemas de planejamento, exceto algumas zonas de expansão (ASU) recentemente pouco projetadas como a área de expansão do Bairro de Muhala, Muahivire e Marrere, constituídas por estradas essencialmente de terra e em vários casos inacessíveis devido ao caráter desordenado das habitações, isto se deve à ineficácia de execução de planos urbanísticos elaborados.

No interior dos bairros, tanto em ASU e ANU, as vias de acesso são deficientes, muito precárias, estreitas e não asfaltadas, ou mesmo inexistente. Grande parte da circulação é feita de percurso por pedestres, e caso tenha que usar um veículo, só pode ser uma moto ou de bicicletas, havendo casos que nem estes podem transitar nessas vielas, devido ao aspecto limitante que o

caracterizam como a erosão dos solos, excesso de lixo, sistemas de drenagem, riachos, ruas interrompidas por habitações desordenadas, etc.

4.4 Análise da matriz F.O.F.A e proposição de cenários para os bairros desordenados

A análise dos dados obtidos por meio da técnica das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo junto a população residente nos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula, em seguida foi feita um diagnóstico utilizado no planejamento estratégico conhecido como F.O.F.A (SOWT), como já foi referenciado na nota introdutória deste trabalho, a utilização da análise permitiu a criação dos seguintes cenários:

- a) O primeiro cenário é o “atual” no qual será desenvolvido um diagnóstico completo sobre a cidade e;
- b) O segundo chamado de “cenário desejado”, que busca uma leitura pretendida das áreas desordenadas da cidade e suas ações.

Junto à comunidade local dos bairros, foram identificados os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças das áreas de ocupação de ocupação desordenada para que possam ser maximizados e neutralizados, respectivamente a partir de diretrizes e ações concretas. Portanto, para este trabalho, a organização da matriz F.O.F.A e os cenários apresentados, tiveram como suporte as entrevistas realizadas junto aos diversos sujeitos ligados diretamente nas áreas de ocupação desordenada que são:

- ✓ População residente nos bairros de ocupação desordenada;
- ✓ Representantes locais dos bairros (denominados secretários dos Bairros).

A análise F.O.F.A foi dividida e desenvolvida com base nas respostas das entrevistas realizadas em 10 bairros de ocupação desordenada, nomeadamente no Muhala, Namutequelua, Muahivire, Mutauanha, Muatala, Natikiri, Murapaniua, Napipine, Carrupeia e Namicopo. Nela se apresentam os Pontos Fortes e Fracos (Quadro 2); Oportunidades e Ameaças (Quadro 3) em forma de quadro síntese das informações recolhidas durante o trabalho de campo.

A síntese da matriz F.O.F.A, que abrange a contribuição dos entrevistados residentes nos bairros selecionados no processo da amostra a finalidade de apresentar uma visão geral dos fatores internos e externos encontrados durante as entrevistas. Os elementos analisados foram (lotes, traçado viário, quarteirões, edificações e espaços livres) o que permitiu um exame mais exaustivo

sobre os aspectos essências pesquisados, apresenta-se a seguir uma síntese das informações obtidas por meio dessa análise (Quadro 2 e 3).

No quadro 2 apresenta-se a síntese da análise dos fatores internos (pontos fortes e fracos, ou seja, forças e fraquezas) que são aspectos que dificilmente podemos mudar, mas, podemos controlar e moderar os seus impactos sobre o sistema urbano (quadro 2).

Quadro 2: Cidade de Nampula, análise dos Pontos Fortes e Fracos nos bairros desordenados

ELEMENTOS	FATORES INTERNOS	
	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Lotes	1-Processos informais de acesso aos lotes propícia a obtenção de espaço um grande número de pobres da cidade de Nampula; 2-Maior parte das famílias tem suas próprias terras (lotes) para habitação e outros usos;	1-Existência de vários lotes irregulares; 2-Falta de lotes para infraestruturas e os serviços públicos; 3-Ocupação de lotes em áreas próximas ou propensas a deslizamentos de terra e inundações; 4-Subdivisão não autorizada de lotes; 5-Insegurança em relação à ocupação do lote.
Sistema Viário	1-As vias dos bairros de ocupação desordenada refletem a paisagem natural do meio rural; 2-Ruas originais que acompanham a topografia do terreno, propiciando uma característica própria da área; 3-Arruamentos estreitos acabados com solos estabilizados mecanicamente.	1-Falta de opções de conexão viária; 2-As vias não comportam o fluxo de veículos; 3-Vias não arborizadas; 4-Ruelas de terra, muito estreitas e tortuosas; 5-Bairros de difícil acessibilidade as rodovias principais; 6-Traçado anárquico das ruas; 7-Falta de arruamento, numeração ou emplacamento; 8-Traçado dos arruamentos não integra a circulação de automóveis e pedestre.
Quarteirões	1-Quarteirões com alta densidade de ocupações; 2-Regularização dos assentamentos de ocupação desordenada;	1-Assentamentos urbanos em antigas parcelas agrícolas, sem ordenamento, estrutura viária e rede adequada de saneamento; 2-Existência de domicílios em áreas de grandes inclinações e zonas baixas, 3-Menor conectividade entre os bairros. 4-Qudras em loteamentos irregulares e informais; 5-Ocupação de quarteirões em zonas de inundações e declivosas. 6-Bairros que avançam sobre as não urbanas e frágeis; 7-Quarteirões densamente ocupados; 8-Subdivisões irregulares das quadras; formando um grupo mal definido de habitações que compõem o quarteirão; 10-Ausência de planejamento; 11-Quadras em áreas de invasão.
	1-Habitações próprias; 2-Edificações construídos material e técnica local;	1-Infraestruturas habitacionais estruturalmente fracas devido ao material precário usado na sua construção;

Edificações	<p>3-Alguns edifícios numa paisagem, com dois modelos de ocupação (horizontal e vertical).</p> <p>4-Existência de terminais de transporte coletivo de passageiros</p>	<p>2-Predominância de palhotas de pau, cobertas de capim, palha ou barracões de papelão, chapa de zinco de aspecto rústico;</p> <p>3-Construções sem nenhum interesse arquitetônico urbanístico;</p> <p>4-Construções verticais sem boa estrutura;</p> <p>5-Habitação nas zonas geologicamente perigosas e de alto risco (por exemplo, ferrovias, aeroportos, linhas de transmissão de energia elétrica).</p> <p>6-Baixa qualidade das construções e infraestruturas básicas existentes;</p> <p>7-Deficiente abastecimento de água;</p> <p>8-Deficiente de energia elétrica;</p> <p>9-Deficiente sistema de saneamento básico;</p> <p>10—Algumas redes de infraestrutura urbanas implantadas à sem obedecer a regras urbanística.</p>
Espaços Livres	<p>1-Adensamento arbóreo espontâneo e continuo.</p> <p>2-existência de um Continuum natural;</p> <p>3-Áreas com potencial agrícola florestal.</p>	<p>1-Ausência de espaços livres qualificados ou áreas verdes (praças, jardins; etc.); no interior dos bairros desordenados;</p> <p>2-Espaços públicos usados como esconderijos de edelinquentes;</p> <p>3-Áreas livres sem mobiliário urbano</p> <p>4-Grandes áreas livres em lotes abandonados transformados em lixões a céu aberto.</p>

Fonte: MUACUVEIA, R.M.M (2019)

No quadro 3 apresenta-se a síntese da análise dos fatores externos (Oportunidades e Ameaças) que podem ter um impacto positivo ou negativo sobre o sistema urbano, são aspectos que fogem do controle, mas, podemos elaborar plano de mitigação dos seus impactos ou selecionar elementos para transformar as ameaças e inverter as fraquezas. (quadro 3).

Quadro 3:Cidade de Nampula, síntese da análise das Oportunidades e Ameaças nos bairros desordenados

ELEMENTOS	FATORES EXTERNOS	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>1-Facilidade de obtenção de lote urbano para habitação;</p> <p>2-Instrumentos de regularização de lotes que garante a segurança da posse dos lotes;</p> <p>3-Garantia de permanecia nas ocupações e realocações em caso de interesse do poder público pela área;</p> <p>4-Processo simplificado de registo dos lotes, que garante a posse aos mais pobres e desfavorecidos.</p>	<p>1-Ocupação ilegal do solo urbano;</p> <p>2-Exclusão social e desigualdades na distribuição de infraestruturas;</p> <p>3-Aumento dos loteamentos irregulares e clandestinos;</p> <p>4-Ausência de infraestruturas urbanas;</p> <p>5-Risco de deslizamentos de terra, enchentes devidas as ocupações em áreas inapropriadas;</p> <p>6-Ocorrência intensa do fenômeno da gentrificação;</p>

Lotes		7-Aumento da tendência de ocupação de áreas informais pela população pobre; 8-Processos de loteamentos informais, são mais simplificados e, não envolve documentos escritos; 9-Multiplicação de parcelas clandestinas nas áreas de ocupação desordenadas; 10-Persistência de construções precárias, em terrenos, face ao fraco controlo e fiscalização; 11-Parcelamento de lotes por meio de expedientes fraudulentos; 12-Aumento da especulação imobiliária; 13-A pobreza urbana faz com que os moradores ocupem áreas em bairros sem planejamento; 14-Escassez de recursos financeiros para implementar relocações das populações das áreas desordenadas; 15-Uso dos lotes irregulares em prejuízo das limitações impostas pelas vias de acesso; 16-Expansão urbana se dá por loteamentos feitos em frações irregulares destinadas somente para habitação precária.
Sistema Viário	1-Criação de vias que possam servir como novos corredores viários, especialmente para os transportes coletivos de passageiros.	1-Multiplicação de ruas sem saída; 2-Intransitabilidade das ruas nos bairros desordenados; 3-Dificuldade de acesso e circulação pedestre a automóvel; 4-Ausência de corredores viários com o verde urbano; 5-Ausência de política de gerenciamento para bairros de ocupação desordenada; 6-Falta de recursos financeiros para a adequação do traçado viário às características dos bairros. 7-Ausência de estudos e projetos atualizados criando opções viárias de acesso às áreas de ocupação desordenada; 8-Falta de ações que priorizem o pedestre no traçado das ruas. 9-Agravamento do aumento dos loteamentos clandestinos e irregulares, que impactam sobre o sistema viário. 10-Ausência de estudos de viabilidade para a implantação de ruas expressas de acesso as outras áreas da cidade.
	1-Infraestruturas e equipamentos urbanos em quadras reduzidas;	1-Crescimento e expansão urbana desordenada não respeitando limitantes condicionantes da urbanização; 2-Deficiente gerenciamento dos bairros desordenados; 3-Ampliação das áreas de ocupação desordenada;

Quarteirões		<p>4-Adensamento das áreas suburbanas de ocupação desordenada;</p> <p>5-Aumento da vulnerabilidade a riscos naturais como de enchentes, erosão dos solos e deslizamento de terras;</p> <p>6-Surgimento e ocupação de novas áreas dos bairros sem infraestruturas básicas adequadas;</p> <p>7-Intensificação de condomínios fechados em áreas não estruturadas devido à falta de segurança;</p> <p>8-Alta densidade de ocupação dos lotes;</p> <p>9-A expansão desordenada da cidade de Nampula, acontece de forma espontânea, não obedecendo a critérios específicos nem as projeções sobre as implicações econômicas, sociais e ambientais na vida das populações;</p> <p>10-Crescimento não planificado com o surgimento de periféricas residenciais flageladas;</p> <p>11-A ocupação de quarteirões não loteados representa um mergulho na ilegalidade e clandestinidade dos moradores em relação ao município e sua luta pelo reconhecimento.</p> <p>12-Tendência de legalização e permanência de populações moradoras de áreas ocupadas de forma desordenada em desconformidade com os instrumentos, em áreas apropriadas para habitação;</p> <p>12-Inexistência de clareza quanto aos reais limites dos quarteirões nos bairros de ocupação desordenada;</p> <p>13-A ocupação de várias áreas por famílias em busca de melhores condições de vida na cidade tornou difícil a expansão redimensionamento das redes de infraestruturas básicas nos bairros desordenados;</p> <p>14- Crescimento não planificado das áreas de ocupação desordenada foi se agravando pela ausência e implementação e monitória de instrumentos de planejamento urbano concebidos para a cidade;</p> <p>15- O crescimento do território se dá sem planejamento, nem controlado do uso, ocupação do solo urbano.</p>
	<p>1-Habitação própria;</p> <p>2-Redução dos gastos com aluguer de casas;</p> <p>3-Habitações feitas de material local;</p> <p>4-Valorização da história e cultura local;</p> <p>5-Utilização de materiais localmente produzidos e tecnologias simples nas construções locais;</p>	<p>1-Risco de queda das habitações;</p> <p>2-Descaracterização dos bairros e no geral a cidade;</p> <p>3-Aumento das autoconstruções ilegais e desordenadas;</p> <p>4-Risco de acidentes por deslizamento, e enchentes devido as ocupações em áreas insalubres;</p> <p>5-Inexistência de recursos para planejamento urbano</p>

Edificações	6- Bairros informais legalizados; 7-Manutenção da diretriz do PEUCN que proíbe a construção em áreas planejamento urbano;	6-Maior interesse das populações em morar nas áreas de ocupação desordenada, devido a falta de opções; 7-Inexistência de investimentos os para programas de habitação social; 8-Déficit habitacional nas áreas desordenadas. 9-Habitações não legalizadas; 10-Ausência de infraestrutura básicas de urbanização; 11-Crescimento de habitações irregulares; 12-Incumprimento do código de Postura urbana e regulamentos de ocupação do solo urbano; 13-Promoção das habitações precárias nas zonas desordenadas; 14-Falta de: escolas, hospitais, mercados, comércio organizado, administração pública, equipamentos de lazer, equipamentos desportivos e culturais, bancos, etc.
Espaços Livres	1-Existencia de corredores verdes com base nos valores naturais paisagísticos e patrimoniais existentes; 2- Existência de reservas florestais naturais 3-Prática de agricultura urbana;	1-Grandes lotes abandonados e lixões ao ar livre 2- Microclima deteriorado que provoca ausência de conforto; 3-Falta de estética urbana 4-Aumento da criminalidade; 5-Áreas livres sem mobiliário urbano 6-Áreas livres e seu entorno ocupados pelos moradores; 7-Inexistência de espaços verdes qualificados (praças, jardins públicos e parques urbanos); 8- Aumento da criminalidade devido a falta de policiamento nas praças, sobretudo no período noturno nos bairros desordenados; 9-Falta de vontade política e recursos para criação preservação das áreas verdes urbanas;

Fonte: MUACUVEIA, R.M.M (2019)

Como podemos perceber a identificação dos pontos fortes e fracos nos bairros de ocupação desordenada, se observa na análise dos lotes, sistema viário, quarteirão, edificações e espaços livres que, apesar de apresentarem alguns pontos fortes e oportunidades, possuem maior quantidade de fraquezas e ameaças mencionadas, ou seja, nesses elementos foram elencados vários incômodos para a população residente nos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula que prejudicam e atrapalham o desenvolvimento urbano como se descreve a seguir:

a) Lotes, em síntese constatou-se dois pontos fortes principais que são: os processos de regularização dos loteamentos é feito de forma informal, apesar de clandestina facilita a obtenção e acesso aos lotes, propiciando deste modo moradia a um grande número de pobres da cidade de Nampula. Este aspecto contribui para a inexistência de famílias sem-terra, pois há uma facilidade

de acesso à terra urbana e, consequentemente, a não existência dos “sem teto” e reduz substancialmente os moradores de rua.

Ainda atinente aos lotes, foram elencadas cinco fraquezas, visto que foi comum nesses bairros se verificar que a maior parte dos lotes são irregulares, fruto de aquisição clandestina e, em consequência disso, se verifica a intensa ocupação ilegal do solo urbano, pois as subdivisões ou os loteamentos não foram autorizados. Devido a estas irregularidades, verifica-se alta densidade das ocupações, pois, há um grande fluxo de pessoas que procuram espaços nessas áreas, isto se deve em parte a facilidade de obtenção de espaços para construção de habitações, o que contribui para a intensificação das ocupações e não possibilita a existência de espaços para implantação de serviços públicos, visto que a maior parte dos lotes foram ocupados pelas habitações precárias. Ainda foi mencionada como fraqueza a falta de serviços públicos nesses bairros, é sinal evidente de exclusão social e desigualdades, devido à ausência quase total de infraestruturas básicas.

Essa densidade de ocupações exacerba a procura de parcelamentos ilegais, devido a facilidade de "regularização", a procura aumenta e os espaços escasseiam. Ainda, como fraqueza, essa escassez faz com que as populações ocupem áreas de declive muito acentuado ou encostas, zonas baixas ou mesmo pantanosas, e como ameaças estão sujeitas a riscos de deslizamentos de terra e enchentes ou inundações.

b) Sistema Viário - no que tange ao traçado viário, estes apresentaram 3 pontos fortes, vias que refletem uma paisagem natural em meio rural, com originalidade que acompanha a topografia sem ação humana, o que de certo modo, propicia uma identidade única da própria área. As ruas, apesar da sua estreiteza são de solos estabilizados mecanicamente pela ação dos agentes da geodinâmica externa.

Foram identificados oito pontos fracos, sendo que os entrevistados foram unanimes em afirmar que o sistema viário se caracteriza como sendo inexpressivo, ou seja, não existem ruas propriamente “ditas”. Não existe iluminação no período noturno e gera uma poluição visual (escuridão total); as poucas ruas em condições, são muitas delas sem saídas, desconexas e descontinuas, na sua maioria terminam em locais de depósito de lixo, ou lixeiras que acabam por exacerbar os problemas de acessibilidade. São ruas muito estreitas e erodidas pelos agentes da geodinâmica externa e ação humana, essa condição impossibilita a passagem de veículos automóveis e pedestres.

Os aspectos voltados para a mobilidade urbana e o traçado (sistema viário) também são evidentes, na sua maioria as vias não possibilitam a acessibilidade a seus usuários, pois, não existem boas condições de acesso, porque são interrompidas por riachos, ravinas, elevações e outros acidentes topográficos. O mesmo ponto fraco é identificado no sistema viário, já que as ruas são estreitas e não suportam veículos motorizados na maior parte da sua extensão.

Perante estas fraquezas, foram elencadas dez ameaças sendo que foi destaque para os entrevistados a questão da multiplicação de ruas sem saída, intransitabilidade das ruas nos bairros desordenados e dificuldade de acesso de circulação pedestre a automóvel.

Perante as fortalezas apresentadas, o número de oportunidades elencadas é uma, pois constata-se que podem surgir como oportunidades a criação de novas vias que possam servir como novos corredores viários, especialmente para os transportes coletivos de passageiros que tem muitas limitações em termos de itinerários nestes bairros.

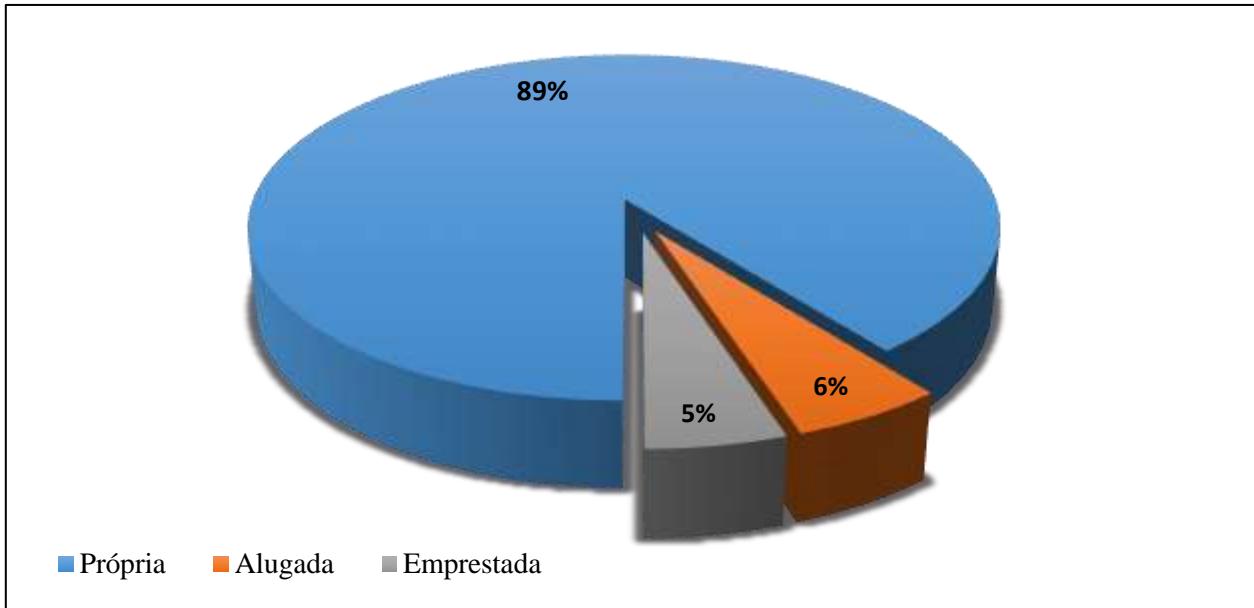
c) Para os quarteirões foram elencados dois pontos fortes, a alta densidade das ocupações foi uma delas, este aspeto das intensas ocupações, cria oportunidade para a colocação de infraestruturas e equipamentos urbanos em áreas de espaço reduzido. Normalmente os lotes que compõem os quarteirões dessas áreas são muito irregulares, isso facilita o processo de reassentamento dos moradores em condições de irregularidade. Portanto exigirá projetos de requalificação que trabalhem ações integradas para a estruturação dos quarteirões dos bairros em expansão de forma desordenada.

Ainda atinente ao quarteirão, importa acrescentar que em relação a este elemento, foram elencados oito pontos fracos relacionados com a sua localização e configuração em áreas irregulares em termos de topografia (declive acentuado e zonas baixas), o que de certo modo, dificulta a regularidade do traçado dos lotes e o traçado das ruas. Diante dos pontos fracos foram elencadas quinze ameaças e mereceram destaque para os entrevistados a questão do aumento da vulnerabilidade a riscos naturais como de enchentes, erosão dos solos e deslizamento de terras.

d) As edificações localizadas na área de ocupação desordenada também foram ressaltadas na análise F.O.F.A, foram identificados quatro pontos positivos pelos nossos entrevistados dos quais destacou-se a questão da habitação própria e a valorização da técnica local de construção. Assim, a maioria das habitações, embora precárias são próprias dos moradores, este facto foi constatado durante as entrevistas, pois, quando se questionou a condição de posse da casa, 89%

respondeu que a casa é própria, 6% é fruto de aluguel, e ainda 5% é casa alugada, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6: Cidade de Nampula, condição de posse das habitações nos bairros desordenados



Fonte: Trabalho de Campo, Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2018)

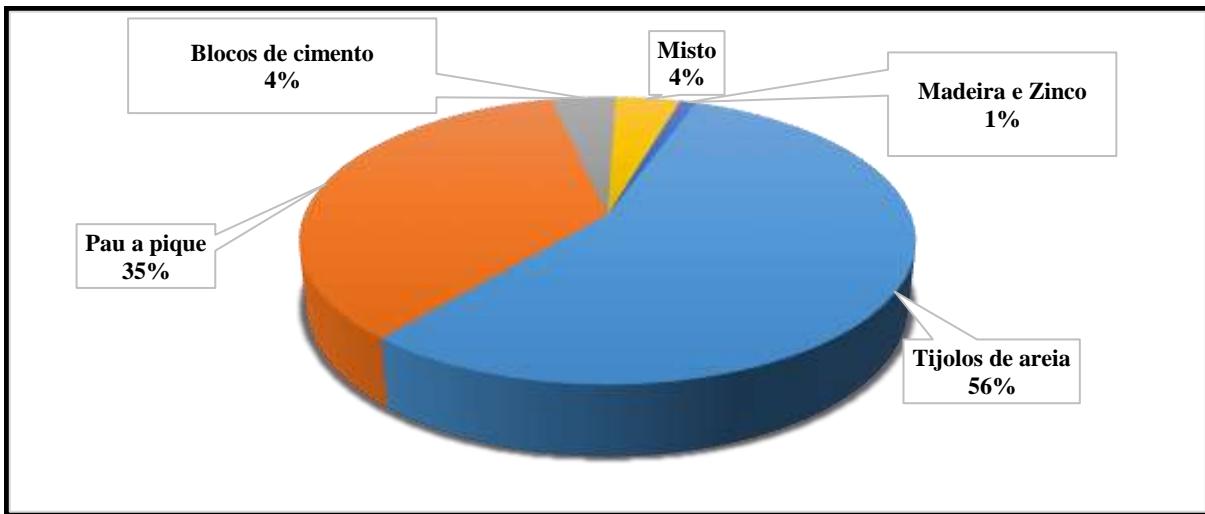
As habitações são resultado de autoconstrução, este fato reduz os gastos com o aluguel, melhorando a renda da família que poderia ser destinada parte dela para o pagamento de aluguel da casa, isso de certo modo, reduz os gastos e aumenta a capacidade de compra dos moradores, este aspecto foi mais mencionado pelos moradores dos bairros quando questionados sobre as vantagens de viver em bairros desordenados, por isso eles não pensam em se mudar dali.

A maior parte dos bairros de ocupação desordenadas, existe um terminal de transporte coletivo de passageiros e de carga, embora sem infraestruturas apropriadas, este aspecto garante a oportunidade de melhoria da rede de transporte rodoviário nos bairros de ocupação desordenada. Ainda em relação as edificações, os pontos fracos e as ameaças elencadas destacam o processo recente de destruição de áreas de preservação ambiental e de agricultura urbana para construção de habitações precárias que os bairros de ocupação desordenada vivenciaram nos últimos anos.

Estamos perante 10 pontos fracos elencados e ficou evidente que as infraestruturas habitacionais são estruturalmente fracas devido ao material usado, este fato tem como ameaças o risco de queda das habitações e a descaracterização da cidade, estes foram os mais elencados dentre as 14 ameaças identificadas. O tipo de habitação predominante é a palhota feita de pau, coberta de

capim, popularizado devido a facilidade de obtenção deste material que é barato e precário de construção. Este aspecto foi constatado no trabalho de campo, onde se fez o levantamento do tipo de material de construção utilizado nas habitações dos bairros desordenados e se observou que predominam casas de tijolos de areia (adobe) com 56%, casas construídas de pau a pique representam 35%, ainda com 4% as casas feitas de blocos de cimento e mistura de materiais e por último com 1% casas de madeira e zinco, conforme o gráfico 7.

Gráfico 7: Cidade de Nampula, tipo de material de construção nos bairros desordenados



Fonte: Trabalho de Campo, Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2018)

Ainda relacionado a questão das habitações, no que tange a sua cobertura, se constatou que, o tipo de cobertura predominante é majoritariamente de capim ou palha que representa 84% das habitações, chapa de zinco 13%, laje 2% e papelão 1%. Isto quer dizer que a maior parte das casas é coberta de capim.

Fazendo uma análise da relação material de construção e tipo de cobertura, constata-se que, as casas de tijolos de areia de pau a pique apresentam majoritariamente cobertura de capim ou de palha, portanto sucede que as vezes encontram-se algumas cobertas de chapas de zinco que é a cobertura mais usada nas habitações de bloco de cimento, ou feitas em concreto. Verifica-se também a baixa quantidade e qualidade das construções das infraestruturas básicas, e as redes de infraestrutura urbanas implantadas sem obedecer a legislação urbanística. como consequência disso se nota deficiente abastecimento de água; energia elétrica e sistema de saneamento básico inexistente. Este aspecto foi constatado no trabalho de campo, pois dos dados colhidos foi possível

identificar que a maior parte da população tem como fonte de consumo a água de poços tradicionais.

e) Nos Espaços Livres - destaca-se que, existe um ponto forte muito importante das 3 forças elencadas que é a existência de uma arborização espontânea nos bairros de ocupação desordenada que é um verdadeiro *Continuum natural*, isto é, a continuidade da floresta nativa existente no seu entorno, com árvores de grande, médio e pequeno porte, entre exóticas e de frutas. Essa vegetação nativa facilita e dá oportunidade para criação de corredores verdes, com base nos potenciais valores naturais e paisagísticos existentes. Essas áreas apresentam alto potencial florestal e agrícola, pois constituíam antigas zonas de mata, isto cria várias oportunidades. Das 9 oportunidades identificadas destacaram-se a criação de reservas florestais, parques urbanos e um sistema de áreas verdes, que possa combinar a vegetação com outras infraestruturas como as habitações, a rua, calçadas, proporcionariam à população espaços com função ecológica, estética e social, relacionados com o lazer.

As oportunidades apresentadas mostram que ainda há muito o que ser feito nessas áreas de ocupações desordenadas. De modo geral, percebeu-se que podem existir bons projetos, ações e condições de infraestrutura voltadas para a melhoria das áreas de ocupações desordenadas. São muitas oportunidades que podem neutralizar os pontos fracos e as ameaças existentes. Todavia, esses projetos que eventualmente foram traçados, muitos estão engavetados sem nenhuma aplicação e enfrentam problemas como a descontinuidade no processo de planejamento urbano devido a mudanças dos gestores municipais de Nampula (questões políticas). É necessário, portanto, que se opere mudanças em vários aspectos, principalmente políticos e sociais.

Ainda atinente a este elemento, foram elencados 9 pontos fracos, sendo destacados de forma unanime pelos entrevistados que não existem espaços livres qualificados para o lazer no interior desses bairros desordenados, se verifica ausência total e completa do verde planificado, isto tem como ameaça a falta da função ecológica e estética que o verde poderia desempenhar nessas áreas da cidade.

Os espaços livres se resumem em áreas baldias que servem como depósito de resíduos sólidos urbanos do tipo doméstico, são usadas como esconderijos de delinquentes. Estas fraquezas tem como ameaças a deterioração das condições ambientais dos locais e a criação de condições para o aumento da criminalidade. Os aspectos apresentados estão voltados principalmente para a questão da falta de segurança vivenciada nessas áreas, tal fato desestimula o interesse da população

em frequentá-los, ou seja, é um ponto fraco que desencadeia vários outras fraquezas e acaba deteriorando os assentamentos de forma progressiva.

Portanto, está é uma análise que permite a identificação dos constrangimentos (ameaça) para à implementação de estratégias nas áreas de ocupações desordenadas e podendo constituir um mecanismo de apoio (oportunidade) para o alcance dos objetivos traçados. Se se dá conta de alterações negativas no espaço urbano da cidade de Nampula e existe uma flexibilidade na ação, poderão aproveitar melhor as oportunidades e haverá menos consequências negativas perante as ameaças identificadas. Assim foi possível identificar as principais oportunidades e ameaças, cruzadas com os pontos fortes e fracos a cidade de Nampula, a partir da efetivação de uma caracterização do meio no espaço das ocupações desordenadas.

Percebe-se que há uma necessidade de intervenções gerais nas áreas de assentamentos informais, principalmente por meio de ações voltadas a regularidades dos lotes, com base em figuras geométricas de ângulos retos, para definir o traçado das ruas e dos quarteirões. É preciso proporcionar à população, tanto local quanto aquela que frequenta os bairros, diversas infraestruturas e mobiliário urbano, não se esquecendo de criar condições para as atividades de lazer com a construção de praças ou espaços livres de uso público.

O cruzamento dos fatores internos e externos também mostrou que, atualmente os bairros de ocupação desordenada vem sofrendo intensas transformações no uso do solo urbano. Fica claro que a síntese final da análise F.O.F.A desenvolvida para os bairros de ocupação desordenada buscou a elaboração de ações que criem soluções que tenham como referência o conceito de áreas ordenadas e organizadas que existem a nível mundial, em Moçambique e na cidade de Nampula.

4.4.1 Proposição de Cenários

4.4.1.1 Cenário atual

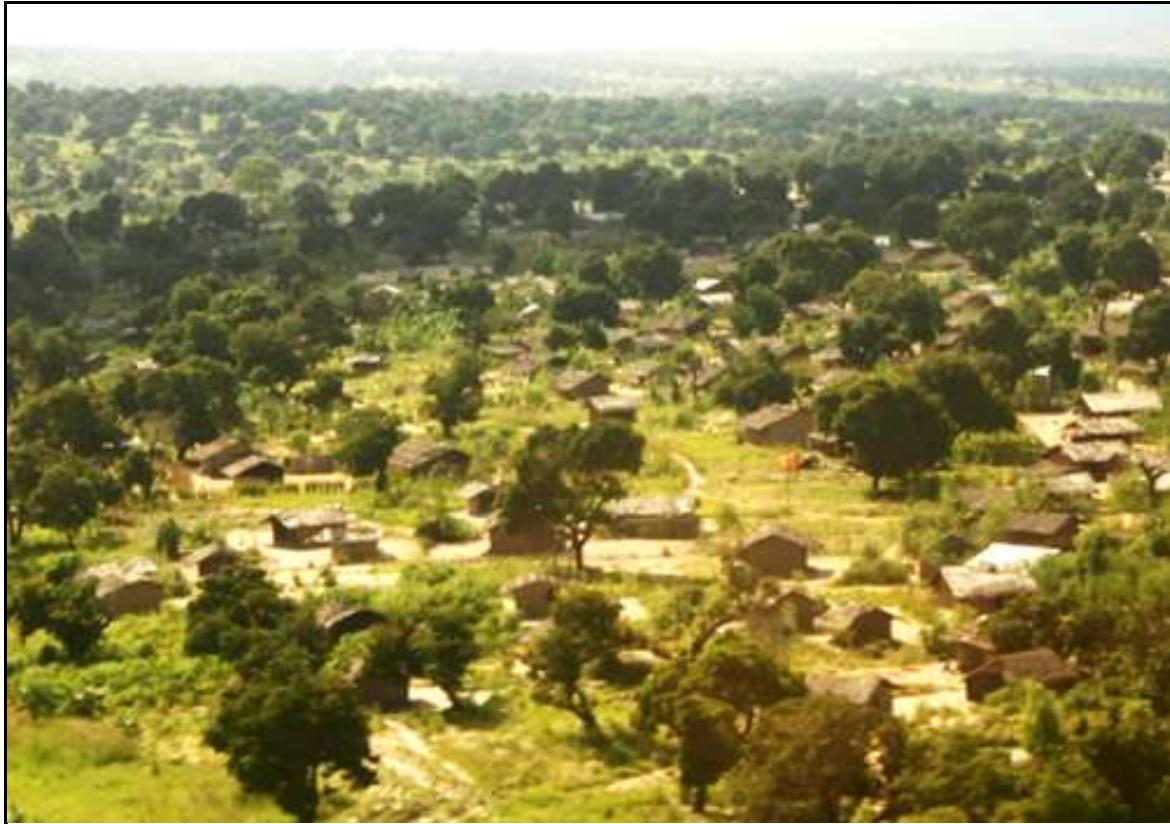
O cenário Atual pode ser comparado com o caminhar em sentido regressista, que tem tendências de recuar, ou seja, que não concretiza ações que possam contribuir para a melhoria urbana. Para Beck (1992) o cenário atual representa uma condição que ocorre caso não se executem ações concretas para fazer contrariar às fraquezas e aproveitar as oportunidades existentes.

Neste caso, cenário atual representa o estado atual em que a cidade de Nampula se encontra, antes que as ações presentes no PEU a ser aplicado estejam desenvolvidas. Nesse momento, os pontos fracos e as ameaças prevalecem, porém, os pontos fortes e as oportunidades ainda não foram

desenvolvidos de formas a contribuir positivamente para as áreas de ocupação desordenada da cidade. A caracterização do cenário atual para as áreas de ocupação desordenada da cidade de Nampula foi feita com base em elementos morfológicos já identificados nas tabelas da matriz F.O.F.A.

No que tange aos lotes e quarteirões, frisar que nas áreas de ocupação desordenada percebe-se que, não existe uma padronização dos elementos que compõem a estrutura urbana. Torna-se evidente que a implantação das habitações é feita em lotes muito irregulares e indefinidos, e que não existem também quarteirões definidos, pois para a delimitação dos quarteirões se faz pela contagem de um número determinado de casas, sem obedecer a algum critério específico. Não há vias ordenadas que refletem a existência de traçados viários, falta de regras de implantação de infraestruturas urbanas e gerenciamento preliminar para sua localização. Ou seja, falta uma organização na implantação dos equipamentos urbanos essenciais, resultando em uma permissividade no uso do espaço urbano (figura 91).

Figura 91: Cidade de Nampula, cenário atual da disposição dos lotes nos bairros de ocupação desordenada, 2018



Fonte: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Mesmo perante este cenário de ocupação desordenada dos bairros, se constatou que, parte significativa dos nossos entrevistados e moradores nos bairros de Muhala, Namutequelua e Muahivire disseram que possuem o DUAT, documento que lhes garante por lei a posse do uso do solo urbano, ou seja, garantias legais aos titulares de segurança de posse da terra mesmo que se trate de áreas de ocupação ilegal.

Referente ao sistema viário, nas áreas de ocupação desordenada não existe um traçado definido, as ruelas, são de piso de terra batida, não apresentam nenhuma arborização planejada, apropriada e não foi possível verificar a presença de asfalto e nem calçadas, existem obstáculos em seu trajeto, como buracos e arborização de grande porte em local inadequado, depósito de lixo, ravinas e rachaduras. Essas ruelas não atendem à mobilidade e aos valores exigidos para que seus usuários possam sentir algum conforto e estejam seguras ao caminharem nelas, figura 92.

Figura 92: Nampula, Bairro de Muahivire, rua erodida na área de ocupação desordenada



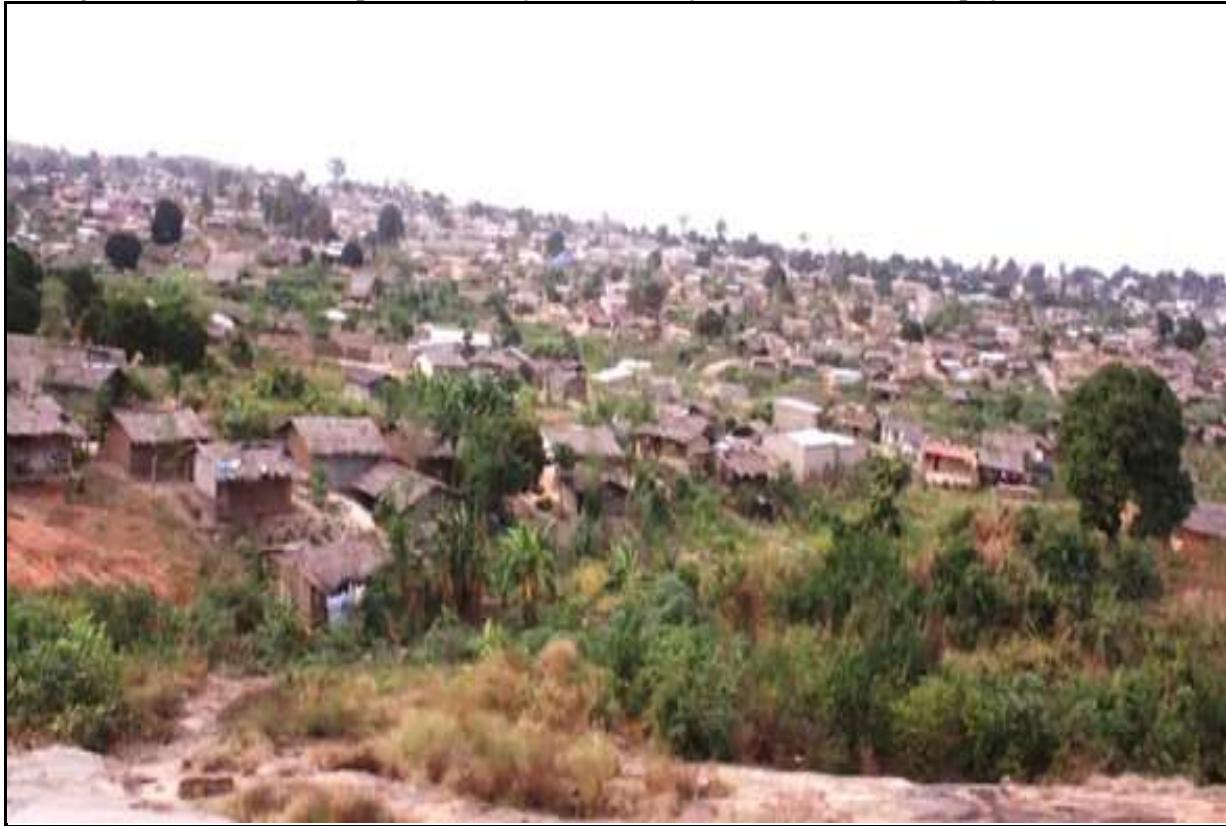
Fonte: CMCN (2017)

Devemos salientar que as ruelas estreitas localizadas nos bairros de ocupação desordenada a sua existência são justificadas pelo seu surgimento de forma espontânea e irregular. A questão do traçado das ruas que não existe nesses bairros precisa receber melhorias adequadas a partir de intervenções urbanas de requalificação, através de descaracterização das suas linhas precárias e

construir novos traçados ortogonais das vias. Nesse contexto, é de grande importância que o poder local seja mais atuante, possibilitando aos pedestres um deslocamento seguro. As ruas, existentes são pouco largas, encontram-se majoritariamente erodidas, são ocupadas por lixeiras localizadas nos bairros de ocupação desordenadas.

No que tange as habitações, os bairros de ocupação desordenada não apresentam ruas definidas, os lotes são muito irregulares, por isso, é constituído por quarteirões de tamanhos e formas variáveis, num cenário de habitações precárias, figura 93.

Figura 93:Cidade de Nampula, distribuição das habitações num bairro de ocupação desordenada



Fonte: CMCN (2018)

As casas como já foram descritas, são majoritariamente de tijolos de areia, cobertas de capim, sem sistema de saneamento básico, pois a maior apresenta um banheiro deligado da casa, isto é, fora dela, onde a latrina tradicional é a principal fonte de saneamento.

Ao analisarmos o PEUCN de 2014 percebemos que o município criou diretrizes voltadas para o ordenamento urbano nas áreas de ocupação desordenada na cidade, visto que, propôs uma reestruturação dos bairros para a sua melhoria. Não ocorreu essa intervenção proposta no plano por parte do poder municipal, pois, os bairros ainda se encontram desordenados sem ruas definidas,

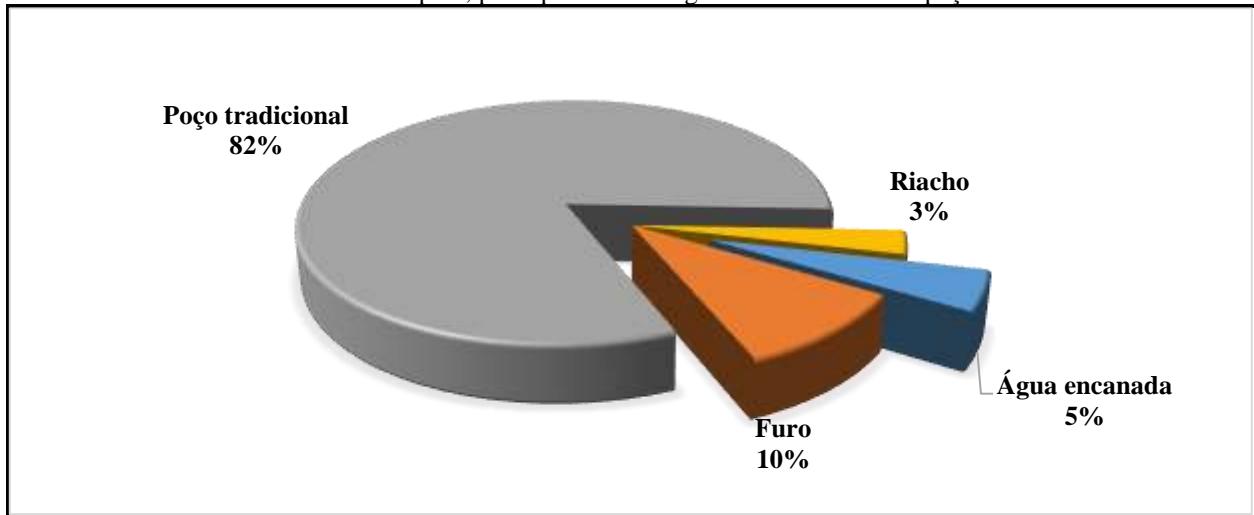
lotes irregulares e sem quarteirões. É nítido que ainda haja muito a ser feito para ter os espaços das ruas mais largas e retas para os pedestres e veículos.

Analizar as edificações localizados nas áreas de ocupação desordenada requer pensar na história da cidade de Nampula e nas primeiras construções presentes nesse espaço. As primeiras construções localizadas no território já tinham uma preocupação com a ordenação do espaço urbano, desde a elevação do povoado à vila em 1936. Nos primeiros esboços elaborados já era possível observar a preocupação com a regularidade das ruas, estabelecendo que as construções, assim como os muros e grades dos quintais voltados para a rua, deveriam seguir sempre o alinhamento e os lotes desocupados também deveriam ser delimitados.

Nos bairros de ocupação desordenada há carência de infraestruturas básicas de urbanização como abastecimento e distribuição de água, energia elétrica, serviços básicos de saneamento, transporte públicos entre outros.

No que diz respeito ao abastecimento e distribuição de água, das casas abrangidas pelo questionário ao nível dos 10 bairros selecionados constatou-se que, mais de 90% da população não possui água encanada, conforme o gráfico 8.

Gráfico 8: Cidade de Nampula, principal fonte de água nos bairros de ocupação desordenada



Fonte: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Os dados do gráfico 8 indicam que 82% usa poço tradicional, 10% recorre a água dos furos, somente 5% usa água encanada da rede pública e 3% obtém como principal fonte a água dos pequenos riachos. Analisando o gráfico, se constata que mais de 90% das populações residentes em áreas informais da cidade de Nampula utiliza água não tratada para uso humano, pois a maior parte da população recorre a água s poços tradicionais construídos majoritariamente nos quintais

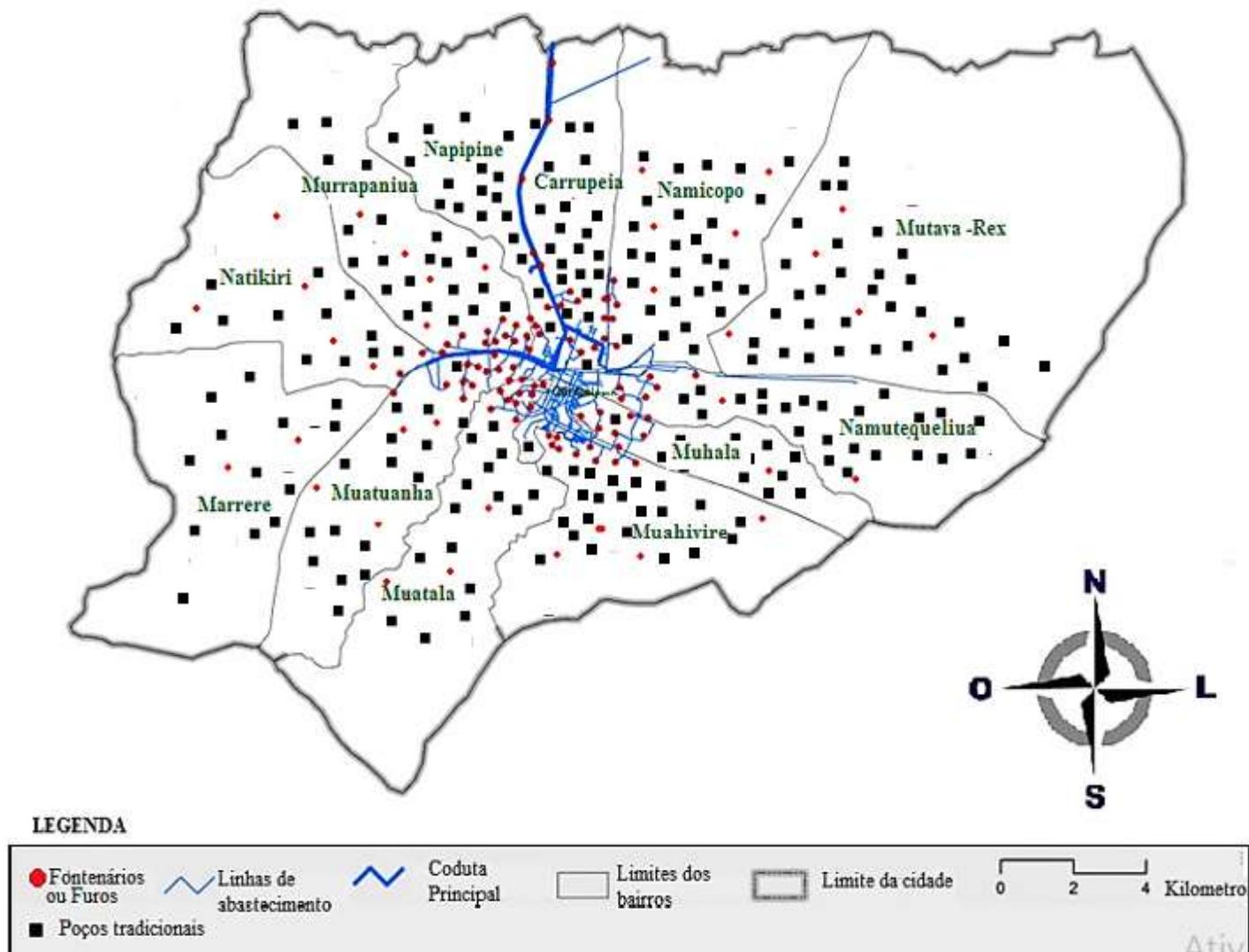
das casas de forma precária, e não obedece as regras para a perfuração e captação de águas subterrâneas. A maior parte desses poços são rasos, isto quer dizer, pouco profundos e sem revestimento para proteção da água, construídos manualmente, ou seja, escavação manual e a captação da água é feita de forma manual.

Sobre a questão do abastecimento e distribuição de água, alguns estudos feitos a nível da cidade de Nampula, constataram está realidade da precariedade. Por exemplo, de acordo com o Relatório sobre a Cidade de Nampula de agosto de 2015, sobre a utilização dos recursos naturais na melhoria de acesso à água e saneamento básico em Moçambique, 2011–2015, revelou que em 2011, o sistema de água canalizada abastecia cerca de 40.000 casas. Houve um aumento deste número depois da reabilitação do sistema de abastecimento de água encanada financiada pelo MCA através da sua filial em Moçambique que melhorou a estação de tratamento e distribuição de água, duplicando a sua capacidade (ADMIRAAL, et al, 2015).

Apesar desse aumento na capacidade de distribuição rede de abastecimento de água da cidade de Nampula atende quase a totalidade dos domicílios da AU, entretanto, tem estado a se alargar a rede de abastecimento de água para as ASU dos bairros de Muhala, Namutequelua, Muatala, Mutauanha, Murapaniua, Napipine, Carrupeia, Marrere e Namicopo, mas, em contra partida existem entraves nesses bairros, nas suas extensas áreas de ocupação desordenada, pois, é quase impossível a implantação de condutas de abastecimento de água, devido a irregularidade das ocupações, isto faz com que a rede de abastecimento de água, apesar de tendencialmente se expandir ela é mais densa na AU do que noutras áreas da cidade.

As outras áreas, como por exemplo nas ASU, apesar de ser um pouco abrangida pela rede pública de abastecimento com poucas ligações domiciliares e por meio de fontanários públicos, existe também a captação de água por meio de furos. Mas, não obstante a esta realidade das ASU, a principal fonte de captação de água nos domicílios é o poço tradicional, tal como acontece nas ANU, que muitas delas caracterizam-se por ocupações desordenadas, que apesar também de se encontrarem implantadas alguma rede de água encanada não ramificada, a maior parte das casas que possuem água encanada. As que possuem e estão localizadas fora de casa, isto é, canalizada até dentro dos limites do lote, ou melhor no quintal, e a torneira principal está no quintal. existem furos e fontanários também nessas áreas, mas, os poços tradicionais construídos manualmente são a principal fonte de água para o consumo (mapa 9).

Mapa 9: Cidade de Nampula, distribuição e principais fontes de abastecimento de abastecimento de água

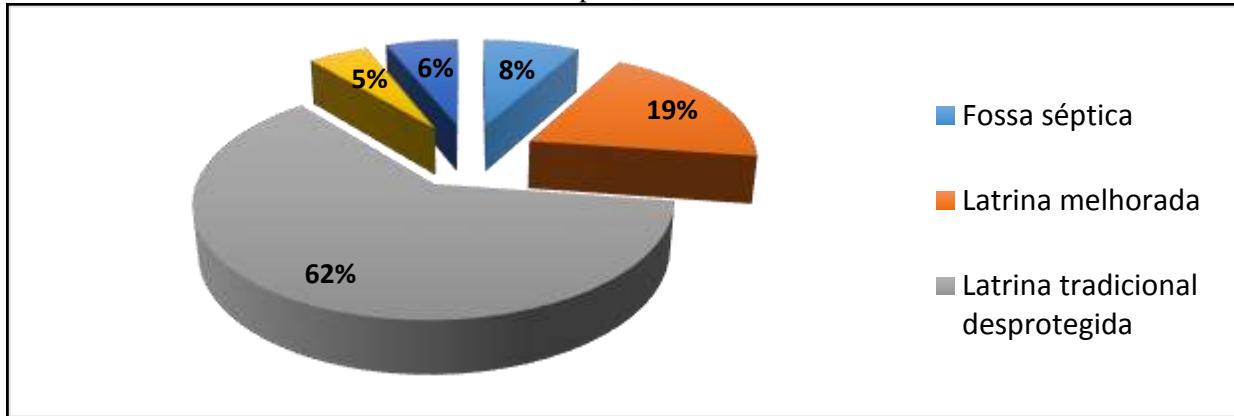


Fonte: CMCN, (2015); Org.: MUACUVEIA, R.R.M (2018)

As informações apresentadas sobre o abastecimento e distribuição de água foi resultante da coleta de dados no trabalho de campo, encontram concordância com dados do censo de 2017 realizado em Moçambique, que dá conta que a maior parte da população usa água não canalizada, captada majoritariamente em poços não protegidos (INEM, 2017).

Não existe sistema de saneamento básico, isto é, não existe acesso à sistema de esgoto e tratamento de resíduos sólidos domésticos, pois, estes são depositados em locais inapropriados (figura 93), aliado a falta de um sistema de esgoto para o escoamento de águas residuais das residências. Este é um problema frequente para as populações residentes em vários bairros desordenados da cidade de Nampula, que quando questionadas sobre o saneamento básico, constatou-se que mais de 60% das populações dos bairros desordenados não possui sistema de saneamento básico, conforme o gráfico 9.

Gráfico 9: Cidade de Nampula, sistema de saneamento básico



Fonte: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Conforme ilustra o gráfico, vemos que 62% da população dos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula usam majoritariamente as latrinas tradicionais desprotegida, que é uma espécie de vaso sanitário para dequeções que resulta de um processo de escavação manual da terra, tampada por cima por paus, cascas de árvores ou folhas e posteriormente coberta de terra sem nenhum revestimento nas suas paredes laterais, pouco resistente, podendo durar em média 1 ano. Constatou-se que 19% possui latrina melhorada, como o próprio nome sugere, ela apresenta uma melhoria no seu revestimento, é feito de blocos de cimento, coberta de laje, ela é estruturalmente mais forte que a tradicional e resiste em média 5 anos. Ainda 8% usa fossas sépticas, pois as casas que usam está forma de saneamento básico são aquelas que surgem ou vão se melhorando no meio de tantas precárias com o uso de material mais consistente, pois no ato da sua construção os proprietários constroem fossas sépticas para o seu saneamento básico.

Existe outra forma de saneamento básico informado pelos intervenientes, que consiste em fecalismo a céu aberto, em locais inapropriados, como terrenos vazios, proximidades dos riachos, etc. Portanto, é comum em vários bairros desordenados da cidade de Nampula, a ocorrência de mau cheiro devido ao deficiente saneamento básico.

Dada a dinâmica demográfica de crescimento que a cidade tem registado de uma forma geral e a pressão domiciliar dos bairros de ocupação desordenada nota-se falta de recolha de resíduos sólidos devido à falta de capacidade financeira e meios. Portanto, é feito a deposição do lixo das casas nas valas de drenagens, na parte vazia dos terrenos das casas, nos riachos, faz-se a queima, por isso que os bairros se encontram numa situação de vulnerabilidade urbana e contribui para o surgimento de grandes lixões nessas áreas de assentamentos informais (figura 94).

Figuras 94: Nampula, depósito de resíduos sólidos numa rua de um bairro de ocupação desordenada



Fonte: CMCN (2017).

A figura 94 ilustra a deposição de resíduos sólidos nas vielas das áreas de assentamentos informais é uma das consequências diretas da ocupação irregular do espaço urbano, pois, torna difícil o manuseamento desses resíduos no interior dos bairros ou casas devido à falta de acessibilidade a esses locais. Percebe-se também que não existe capacidade por parte dos gestores locais em implantar nos bairros uma metodologia de coleta de resíduos sólidos com programas regulares que atendam as populações dessas áreas.

Devido à desordem urbana, também se nota no tange ao fornecimento e distribuição de energia elétrica é deficiente, apesar de que houve nas últimas duas décadas a expansão no

fornecimento da corrente elétrica aos bairros de expansão da cidade de Nampula. Está distribuição tem sido feita de forma muito deficitária, pois, os postes que compõem as linhas de transporte e distribuição domiciliar nos bairros são precários, constituídos de troncos de árvores não resistentes. Ademais, apesar de existir um critério técnico que prevê o tipo de habitação que pode beneficiar da instalação da energia elétrica, é comum a existência de habitações com alto grau de precariedade, feitas de pau, cobertas de capim ou palha que tem energia elétrica, isto revela a negligencia de todos os riscos eminentes que possam advir dessa ação.

Não existem pontos de paragem de transporte público coletivo em condições, mesmo os pontos de transporte moto-táxi que mais se tornou popular nos últimos anos se faz de maneira precária, não havendo nenhum local de estacionamento desta modalidade (figura 95).

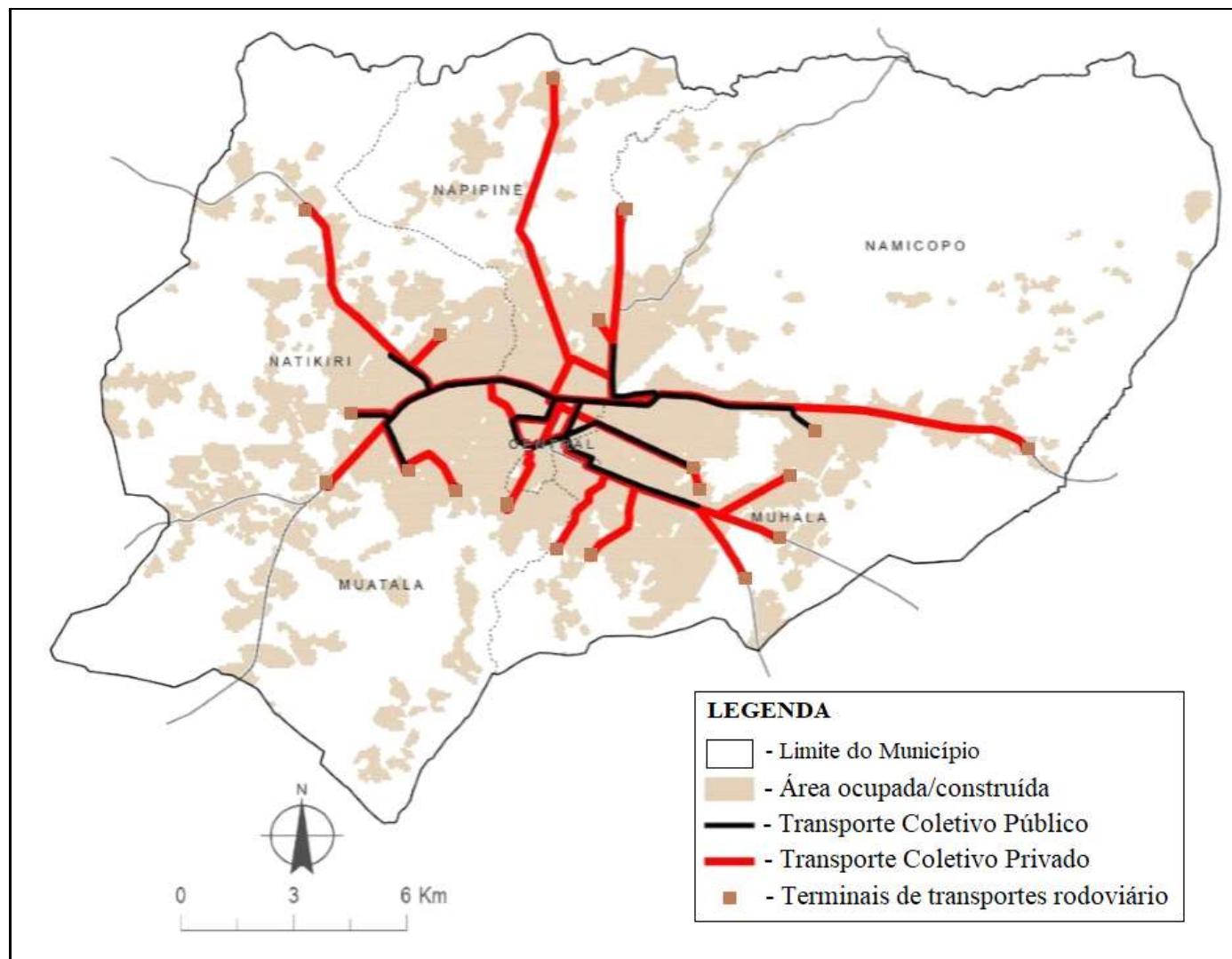
Figura 95, Cidade de Nampula, local de estacionamento de mototaxistas nos bairros desordenados



Fonte: OPENTHA (2018)

Os bairros de ocupação desordenada são áreas carentes perante a indisponibilidade de diversas infraestruturas básicas como já foi demonstrado, a falta de água encanada, eletricidade, saneamento básico, assim como a serviços de educação, saúde e de lazer. Aparentemente as infraestruturas relacionadas com as estradas que garantem a mobilidade parecem acompanhar o processo de expansão urbana, mas, o que se verifica de fato, é que ela estimula o crescimento das áreas de ocupação desordenada, pois, há uma tendência das populações se estabelecerem próximo aos terminais de transporte público urbano, como forma, de garantirem facilmente a sua mobilidade para cidade (Mapa 10).

Mapa 10: Nampula, principais rotas dos transportes públicos e privados e as respetivas terminais nos bairros de ocupação desordenada



Fonte: IHS, (2017); Org.: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Observando o mapa 10, o estudo feito pelo IHS (2017) mostra há uma aparente satisfação em relação ao transporte público, urbano no que tange a ligação aos bairros, mas, um dado muito importante chamou atenção no trabalho de campo, é que cerca de 80% dos entrevistados considerou que percorre várias distâncias para encontrar uma terminal de transporte coletivo, pois, estes se encontram muito distantes das suas áreas de residência, além disso, consideraram que se deslocam mais a pé e recorrendo aos mototáxis.

No que tange aos espaços livres, os bairros de expansão desordenada são considerados desprivilegiados em virtude das precárias condições existentes. Apesar de desordenadas, é de destacar que a arborização nos bairros de ocupação desordenada é satisfatória em termos de adensamento vegetal.

A partir da observação no campo nos bairros de ocupação desordenada, ficou nítido que são desprovidos de infraestruturas e equipamentos urbanos básicos. Diferentemente da mata, mata ciliar, floresta arbustiva e locais de agricultura urbana existentes na ASU e ANU, não foram identificadas outras categorias de áreas verdes urbanas construídas como tais como: Praças, Jardins Públicos, Canteiros Centrais de avenidas e ruas (quadro 4).

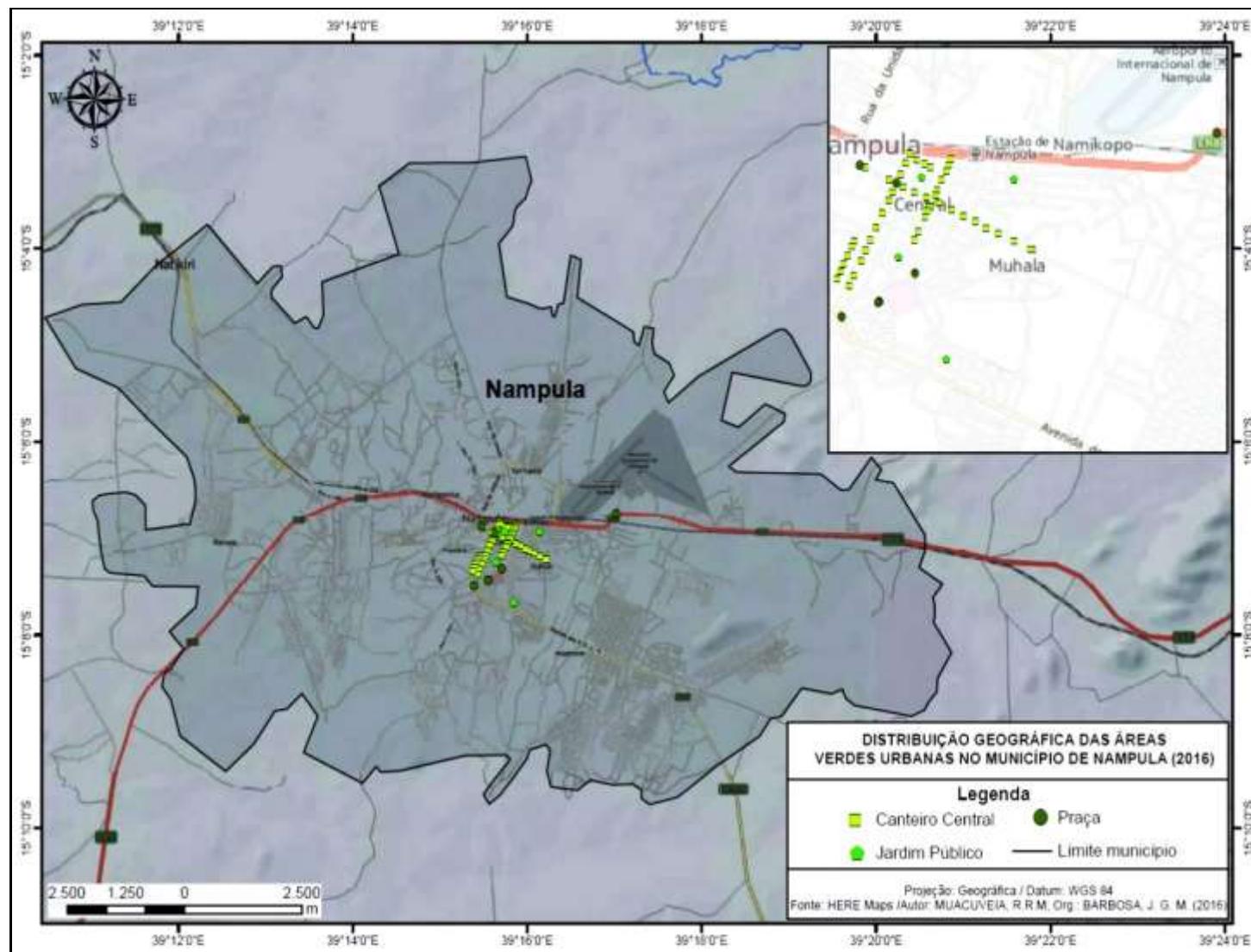
Quadro 4: Cidade de Nampula, localização das áreas verdes urbanas construídas

Tipologia	Localização por Postos Administrativos /Bairros						Total
	Central	Muhala	Muatala	Namicopo	Napipine	Natikiri	
Praças	04	00	00	01	00	00	05
Jardins	04	01	00	00	00	00	05
Canteiros Centrais	24	00	00	00	00	00	24
Total	32	01	00	01	00	00	34

Fonte: MUACUVEIA, R.R.M, (2018)

Foram identificadas 34 áreas verdes urbanas de uso público construídas na cidade de Nampula. Em termos de disponibilidade de tipos de áreas verdes urbanas de uso público por bairros, notou-se que das 34 áreas verdes urbanas identificadas, 32 encontram-se localizadas no Posto Administrativo Urbano Central, que corresponde a 96.9% e 3.1 % em Namicopo. Os outros postos ou bairros não possuem nenhuma categoria de áreas verdes urbanas de uso público. Nos bairros desordenados não foi possível visualizar nenhuma tipologia de áreas verdes urbanas construída, exceto arborização espontânea, constituída por árvores plantadas ou que cresceram ao acaso, sendo de fruta ou de sombra. A maior parte, ou melhor todas áreas verdes construídas do tipo jardins públicos, praças, parque e canteiros centrais de avenidas ou ruas com vegetação encontram-se na AU, conforme o mapa 11.

Mapa 10: Cidade de Nampula, distribuição das principais áreas verdes urbanas construídas



Foram identificadas três tipologias de áreas verdes urbanas construídas na cidade de Nampula, dentre elas: praças, jardins públicos e canteiros centrais de avenidas praticamente todas elas encontram-se localizadas no Posto Administrativo Central. Para Muacuveia e Ferreira (2017a) correspondente a 98% de todas áreas que se consideram verdes de uso público. No Posto Administrativo de Muatala, Muhala, Namicopo, Natikiri e Napipine, apresentam vastas áreas de agricultura urbana e matas ciliares e floresta nativa e arborização espontânea..

Depois da apresentação do cenário atual para as áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula, no próximo ‘item’ é apresentado os elementos da morfologia urbana para cenários desejados, buscando identificar fatores que contribuirão para possíveis melhorias nos bairros informais.

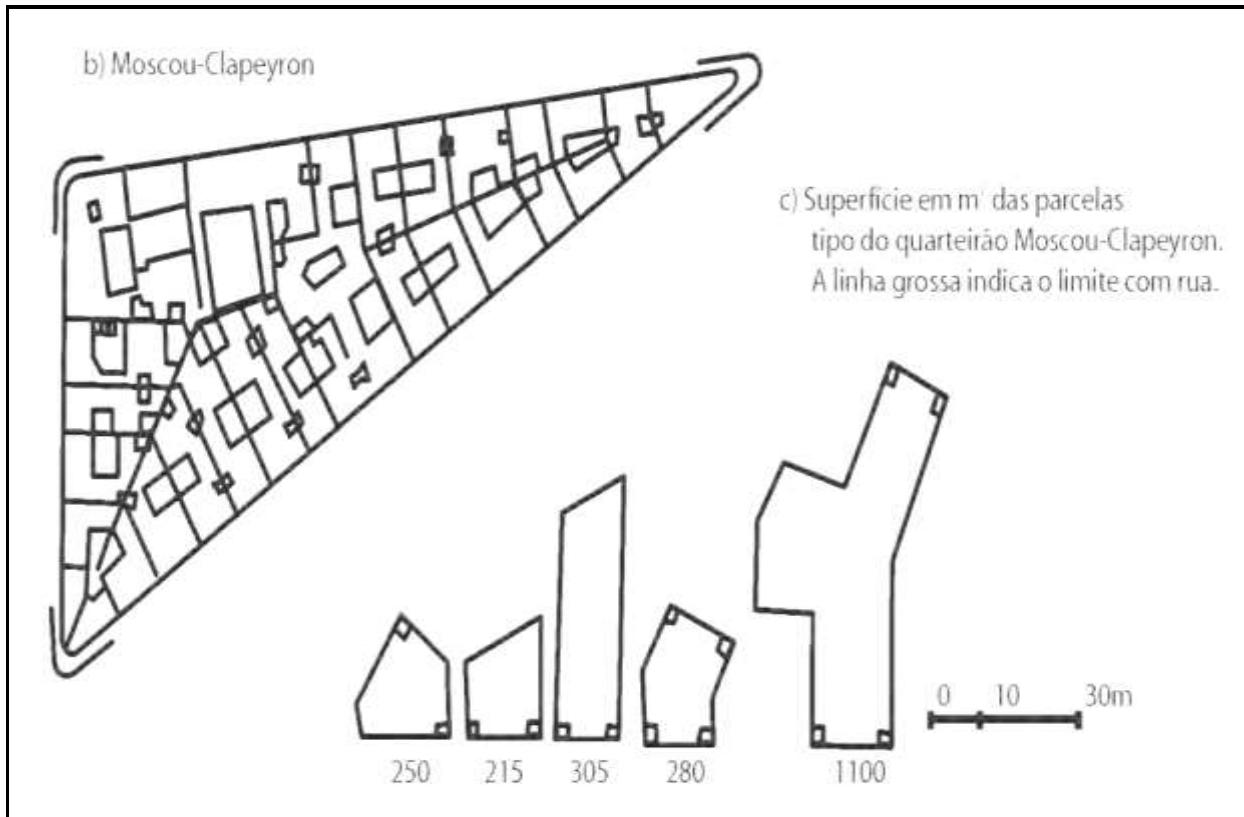
4.4.1.2 Cenário Desejado

Depois de definido o cenário atual, neste ‘item’ são apresentadas considerações a respeito do desejado. Será seguida a mesma linha estratégica para a definição do cenário desejado, ou seja, a partir dos elementos morfológicos já descritos, tendo como referência as entrevistas realizadas, junto aos sujeitos envolvidos.

A primeira medida a ser tomada seria direcionado ao elemento morfológico o sistema viário. Esta ideia encontra suporte a partir de Mascoró (1994) que considera que para o ordenamento urbano, o primeiro elemento que se deve considerar é o traçado viário, que começa com a concepção de avenidas, ruas ou caminhos que devem ser concebidos a partir das condições topográficas da área e das funções que terão essas vias no espaço urbano.

Então, tratando-se de áreas de bairros que as infraestruturas habitacionais já se encontram implantadas de forma desordenada, o primeiro elemento morfológico analisado que deve ser tratado no plano é o Traçado viários, visto que, a partir desse elemento, se podem construir vias de acesso as áreas de ocupação desordenada, considerando a topografia de cada bairro, neste caso, as zonas são frequentemente inclinadas com ravinas, consequência da atuação dos agentes da geodinâmica externa, principalmente a erosão pluvial. Portanto, a finalidade dessa ação é abertura de estradas que possam garantir a mobilidade de pessoas e veículos motorizados nos bairros. Para o efeito, a utilização de traçados ortogonais das ruas estruturadas em quarteirões triangulares como do Modelo Moscou Clapeyron seria ideal, como ilustramos na figura 96.

Figura 96: Estrutura de um quarteirão triangular - Modelo Moscou Clapeyron



Fonte: MASCORÓ (1994)

Devido ao seu traçado atual as áreas de ocupação desordenada nos bairros da cidade de Nampula possuem graves problemas devido à falta de vias de acesso. As vias de acesso resumem-se em estradas de terra, muitas sem saídas, de faixas estreitas entre muretas das casas apertadas juntas umas das outras. É preciso que se faça abertura de vias mais largas que permitam a livre passagem de pessoas e veículos motorizados e a construção das calçadas que deverão promover acessibilidade aos usuários e este modelo apresentado seria o ideal para o caso de Nampula.

Assim, o cenário desejado previsto para a traçado das ruas nos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula, possui como princípio o deslocamento seguro e confortável, no qual os pedestres possam sentir prazer em caminhar nas calçadas do bairro. É importante destacar que, no decorrer das entrevistas, constatou-se que houve projeto de requalificação das áreas de ocupação desordenada da cidade de Nampula patrocinado pelo Millenium Challenger Account (MCA) foi destaque, nas respostas apresentadas pelos secretários dos bairros, pois, consideraram que no âmbito deste projeto, se efetivou algumas e importantes intervenções urbanas

que possibilitam a acessibilidade aos bairros (ocupações) desordenadas, o caso de Muhala, Namutequelua, Muatala, Mutauanha, Napipine e Carrupeia.

O cenário idealizado prevê que as ruas tenham calçadas, tendo em consideração que os bairros já se encontram implantados de forma desordenada, seria necessária a requalificação, que consistirá na abertura de novas e ampliação das vias de acesso já existentes, adequando as condições dos bairros, adaptando o traçado de forma particular formando uma malha mista.

Ressaltar que seria necessária também uma estratégia para a implementação a partir do modelo de desenho universal de ruas com elementos principais como as suas calçadas com rampas de acessibilidade em ambos os lados das esquinas e pavimento de boa qualidade que possam valorizar o deslocamento dos pedestres e de veículos, que apresente uma arborização ao longo da via, pois, propiciará conforto térmico no bairro, como pode ser observado na Figura 97 e 98.

Figura 97: Nampula, antes das intervenções



Fonte: CMCN, (2017)

Figura 98:Nampula, depois da intervenção cenário Desejado



Fonte: MUACUVEIA, R.R.M (2019)

Outro elemento identificado na construção de um cenário desejado para os bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula são os transportes públicos são mais usados a nível dos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula, em especial os mototáxis, Essa

modalidade de transporte que é recente na cidade de Nampula e em especial nas áreas de ocupação desordenada deveria ser organizada, de modos a se tornarem mais humanizados, amigáveis e atrativos para as populações, promovendo melhorias no uso, uso de capacetes para os usuários, criação de locais de estacionamento para motociclos, para as pessoas que utilizam este meio como modalidade para as suas deslocações, contrariando o cenário atual, isto promoveria a estética urbana dessas áreas, como se pode observar na figura 99.

Figura 99: Modelo desejado de Estacionamento exclusivo para Motos.



Fonte: Disponível em <https://www.folhadobico.com.br/wp-content/arquivo/2018/12/transsidhdfvahadiosicsd.jpg>

Os gestores locais, pesquisadores e a população devem ter um tratamento cuidadoso quando se fala em acessibilidade urbana. Não existem modelos prontos a serem aplicados, pois, cada espaço deve ser estudado. É necessária uma análise de como foi o processo de desenvolvimento, seu significado, quais os percursos mais utilizados e as barreiras mais constantes que possam existir para o seu desenvolvimento, dentre outros aspectos. Dessa maneira, o cenário desejado apresentado, buscou medidas e alternativas para solucionar problemas relacionados dos bairros de ocupação desordenada na cidade de Nampula.

No traçado das ruas ou sistema viário o principal problema é a expressiva falta de vias de acesso nos bairros, os poucos traçados existentes, apresentam buracos, são estreitos e piso de terra.

Para solucionar tais problemas, o cenário desejado idealizado que se busca em primeiro lugar, como já foi referenciado é a construção ou abertura de vias de acesso, de modo que, os bairros de ocupação desordenada apresentem diretrizes baseadas para espaços acessíveis a toda população, com mobilidade urbana voltada para o desenho universal (Figura 100)

Figura 100: Ilustração do desenho urbano ideal segundo as diretrizes universal



Fonte: TRANI (2010)

Nos cenários desejados, se elaborados e implementados projetos como estes que se baseiam nos aspectos ligados ao desenho urbano universal poderão promover uma melhoria das condições urbanas da cidade de Nampula, mais concretamente das áreas de ocupação desordenada, pois, com estas inspirações universais é possível criar um espaço urbano harmonioso, onde as infraestruturas estejam plenamente implantadas, com os principais elementos morfológicos como as áreas verdes acompanhando o traçado viário reservado as faixas de pedestres que garantem assim a mobilidade urbana, independente das suas limitações como diretrizes básicas do Design Universal propostos por Carletto e Gambiaghi (2008,) e Trani (2010), que descrevem, o espaço urbano deve ser concebido tendo em consideração uso igualitário, que possa apresentar o caráter flexível para

garantir mobilidade fácil e segura, exigindo menos esforço físico. Seguindo estes pressupostos teremos uma urbanização melhorada nos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula.

As edificações são um dos elementos elencados nos bairros de ocupação desordenada na cidade de Nampula, se enfocando na análise as habitações. Nessa perspectiva, propor um modelo desejado para esse elemento morfológico é de grande importância, para que esse ideário seja harmonioso na paisagem da cidade. A partir das entrevistas realizadas entre os vários atores que atuam nos bairros de ocupação desordenada, o cenário desejado orientou-se principalmente na criação de um conjunto de habitações características para determinadas áreas, respeitando as condições financeiras dos moradores e o material local disponível de modo a valorizar a cultura. As casas poderiam ser feitas de tijolos mais resilientes (queimados), uma técnica conhecida e usada pelas comunidades, isto proporcionaria a melhoria das paredes das casas.

Cenários desejados para que os espaços livres das áreas de ocupação desordenada, buscas-se, em primeiro que de um modo geral, sejam construídos espaços livres nesses bairros, em segundo, sejam ocupados pela população usuária de todas as classes sociais, ou seja, um uso coletivo e igualitário. As praças devem apresentar uma arborização de porte adequado, de modo a não comprometer a fiação elétrica proporcionando o conforto térmico. deseja-se também a implantação de um mobiliário urbano que seja confortável, com bancos para sentar nas calçadas que tenham encostos, locais que ofereçam segurança e proteção aos usuários do sol e chuva, sem se esquecer da disponibilidade de latas para o depósito do lixo, com um guarda que exerça o a função educativa e exerça o poder coercitivo quando necessário.

Para uma maior ocupação desses espaços, seria necessário que se promovesse atividades culturais nesses espaços, com eventos das festividades do dia das mulheres moçambicanas, dia da independência, dos professores, das crianças, entre outras festas e exposições ou feiras especializadas, como feira de saúde, de gastronomia, de artesanato, etc. Essas atividades poderão possibilitar, maior ocupação desses espaços livres.

Em relação aos pavimentos no seu interior, bem como no seu entorno, deve ser acessível a todos os cidadinos, de modo a não oferecer obstáculos para as crianças, pessoas idosas e com deficiências físicas.

Outro sim, para um modelo desejado dos espaços livres seria que esses possuíssem locais para caminhadas, ciclofaixas, equipamentos para que as crianças possam se divertir, banheiros de acesso. A figura apresenta o exemplo de um espaço livre, o Canteiro Central da Avenida Eduardo

Mondlane na cidade de Nampula, que passou recentemente por um processo de requalificação em seu espaço e pode ser referência para outras áreas da cidade de Nampula como modelo de espaço livre com mobiliário urbano, neste caso, bancos de sentar com encoste (Figura 101).

Figura 101 :Nampula, Mobiliário urbano do Canteiro Central da Avenida Eduardo Mondlane.



Fonte: CMCN (2017)

Cumpre ressaltar que é válida a construção de um modelo desejado, pois, é partir desse ideário possível de se concretizar que as ações surgem. É importante também apresentar outros exemplos bem sucedidos como estes, pois, os espaços livres são de grande importância para os centros urbanos, haja vista permitirem o convívio entre as diversas culturas e tribos que é característico da população moçambicana, pois de acordo com Serra (1996), existem em território moçambicano 10 grupos étnicos principais subdivididos em 80 tribos, sendo a tribo Macua — Lomué a mais numerosa, da qual faz parte a maior parte da população da cidade de Nampula.

Portanto, este contato entre os diversos grupos proporcionará vitalidade para os bairros e a cidade no geral. Desse modo, pensar em espaços acessíveis que busquem uma diversidade cultural é importante para as áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula.

Para os postes de iluminação pública do bairro foi pensado um cenário em que toda a rede de fiação seja feita de forma segura, utilizando postes de material consistente, cabos condutores protegidos, de modo a minimizar os impactos com o choque elétrico. Nos locais em haja maior número de arborização, que sejam implantadas luminárias abaixo das copas das árvores, permitindo iluminação para uma segurança efetiva dos transeuntes tanto das praças quanto das vias localizadas nos bairros de ocupação desordenada.

A partir dessa descrição para o cenário desejado em relação ao mobiliário urbano, representa um dos modelos que podem ser aplicados para as áreas de ocupação desordenada da cidade de Nampula, o projeto que requalificação do espaço público no Bairro de Chamanculo, na cidade de Maputo, conforme a figura 102.

Figura 102: Cidade de Maputo, Bairro de Chamanculo, projeto de reabilitação de espaço público de lazer



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/ChamanculoC-em-acção-1701599073441862/>

A implantação de um cenário desejado voltado para o mobiliário urbano presente nos espaços públicos torna-se necessária e essencial para uma boa qualidade da infraestrutura e agradável convívio no espaço urbano. Como argumentos finais atinentes aos cenários desejados propostos para as áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula, surgem algumas linhas estratégicas que auxiliarão na implantação de melhorias para os bairros desordenados da cidade de Nampula, destacando-se as seguintes:

1. Convencer do governo municipal da necessidade de intervenção urbanística nos bairros de ocupação desordenada tendo em conta a realidade atual. Isso se dará com o apoio feito através de parcerias nacionais e internacionais, para mostrar que isso é realmente necessário para o bem da cidade e da população;

2. Expor ou apresentar para a população residente nesses locais, a situação das áreas onde se encontram residindo, fazendo com que eles próprios tenham noção e reflitam sobre a necessidade de busca de soluções para uma melhoria das condições de urbanidade. Isso fará com que o processo de modificações seja acompanhado pela população de forma participativa e consciente

3. Tratar todo esse assunto atinente às ocupações desordenadas como algo que ocorreu, fruto de uma sequência de acontecimentos relacionados com causa-efeito. Só assim, as suas fases da implementação serão efetivamente enfrentadas como um processo, que necessita ser contínuo, e dará resultados desejáveis positivos.

No plano de implantação deve haver um acompanhamento permanente ao processo de desenvolvimento dos cenários e ações de melhorias para as áreas de assentamento desordenado, com a elaboração de um programa detalhado, datado de período de finalizar. Cabe ressaltar que, na metodologia participativa, deve se realizar diversas reuniões de acompanhamento no decorrer do desenvolvimento dos cenários, auxiliando na “solução” de possíveis irregularidades durante o processo.

Destacamos também que é necessária uma conscientização da população residente e aquela que utiliza os espaços dos bairros, de que os elementos morfológicos das áreas de ocupação desordenada passaram por modificações em suas infraestruturas para a melhoria da habitação, acessibilidade, mobilidade, de lazer, dentre outros. O monitoramento no Planejamento Estratégico para os bairros de ocupação desordenada também é muito importante, pois, permite realizar um balanço de informações e opiniões de como os cenários e ações estão sendo desenvolvidos. Assim,

poderá proporcionar melhorias e adequar o andamento do PEUCN, além de garantir que todas as atividades estão sendo executadas corretamente pelas pessoas e no momento certo. É preciso também examinar se os investimentos alocados ao projeto estão sendo encaminhados corretamente, identificando desvios de aplicações e se estão sendo bem utilizados e, por fim, fazer um exame minucioso sobre o modo como o projeto foi concebido é viável ou não para responder aos problemas identificados nos bairros de ocupação desordenada na cidade de Nampula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Considerações finais

Diante do que foi exposto nos capítulos da tese, tecemos várias considerações a respeito da urbanização contemporânea no mundo, tendo em conta os países subdesenvolvidos da África, enfocando o território moçambicano e particularizando a cidade de Nampula. É importante evidenciar que o espaço urbano é fruto da relação sociedade natureza, está é constituída por partes e elementos diferentes, dentro destes elementos é que se encontram os agentes produtores do espaço urbano. Assim, não se pode falar do espaço urbano sem o processo de formação, que é a urbanização, que implica a transformação do espaço rural em urbano, que se reflete com as ocupações, acumulação e concentração do capital, fazendo com que haja um crescimento demográfico absoluto nas cidades e decréscimo no meio rural.

O processo de urbanização acelerado nos países subdesenvolvidos tem provocado o caos urbanístico e problemas graves de natureza social, ambiental e económica. Os principais fatores que explicam este fenómeno, principalmente nos países de África subsaariana, prendem-se fundamentalmente com as guerras, o acelerado crescimento natural da população e da pobreza que o caracteriza.

Apesar da África ser o continente com taxas de urbanização mais baixos, é aquele cujas taxas de crescimento urbano tendem a crescer vertiginosamente anualmente de forma não planificada. Por essa razão, encontram-se muitas fragilidades no seu processo de urbanização, pois, a questão do surgimento dos subúrbios é muito intensa e não existem condições urbanísticas em termos de infraestruturas básicas que possam satisfazer as demandas mais simples. Esta insatisfação se deve ao crescimento demográfico rápido e na mesma proporção as cidades expandem-se de forma espontânea e caótica, sem obedecer a um projeto de planejamento urbano.

Este é o cenário mais evidente nos países subdesenvolvidos da África, como é o caso de Moçambique, que nas últimas 5 décadas teve um crescimento urbano vertiginoso, idêntico aos verificados noutros países em vias de desenvolvimento do continente africano.

O início do processo de urbanização contemporânea em território de Moçambique se considera o século XIX, embora algumas das principais cidades tivessem sido fundadas a partir do século XVI, como são os casos de Sofala, Ilha de Moçambique, Quelimane, Sena, Tete e Lourenço

Marques, que foram fundadas por volta do século XVI e se desenvolveram num período anterior ao século XX.

O processo de urbanização em Moçambique, tal como se caracteriza hoje, só assumiu um significado na estruturação territorial a partir da década de 1940, quando houve o aumento demográfico do percentual da população, principalmente colonos brancos que se fixaram em território moçambicano, isto se deveu a motivos econômicos e razões políticos relacionados com a guerra colonial. A rede urbana que foi implantada e desenvolvida no período colonial, rapidamente contribuiu para o crescimento das principais cidades moçambicanas com um sistema de planejamento.

No período pós-independência, o crescimento das principais cidades foi mais acentuado ainda, consequência dos movimentos migratórios devido a guerra civil, pois, constituiu um dos principais fatores que originaram uma deslocação forçosa das populações em direção aos principais centros urbanos que eram áreas mais seguras, provocando, consequentemente, rupturas e caos urbanísticos nos locais de acolhimento. Nesse período, o cenário de planejamento inverteu-se, passou a existir graves limitações na gestão do território, particularmente no que diz respeito ao gerenciamento urbano. As razões disso, era devido conjuntura monopartidária ou de partido único que o país viveu, onde, existia um excessivo centralismo no processo de planejamento e gestão urbana; existia uma fraca competência e capacidades técnicas dos municípios, devido particularmente a falta de quadros qualificados, para desenvolver as atividades ligadas aos planos urbanísticos; não existiam verbas suficientes para a programas e projetos urbanísticos, ausência da autonomia das administrações locais. Este cenário prevalece ainda até os dias atuais em quase todas as cidades moçambicanas, e Nampula, não é exceção.

Portanto, no exame breve sobre a urbanização contemporânea em Moçambique, conclui-se que, na evolução das cidades moçambicanas destacam-se o caráter espontâneo e caótico do seu crescimento, devido ao despreparo no processo de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo urbano, que tiveram como consequências uma paisagem comum de caráter dicotômico, onde as principais cidades apresentam de uma área urbanizada e periferia desordenada.

É válido ressaltar que a acelerada urbanização em Moçambique aconteceu fora do controle, lembrando que a LOT, nº19/2007 de 18 de julho, passou a vigorar quando as principais cidades moçambicanas tinham grande parte de seu território parcelado. Somente em 2004, pela primeira vez, a Constituição da República de Moçambique tratou da questão urbana, dedicando-lhe o artigo

91 do capítulo V, que, por sua vez, foram regulamentados 3 anos depois pela LOT. Podemos assim considerar que este chegou com “ligeiro atraso”, pois, só veio ser regulamentado quando em Moçambique as cidades já estavam consolidadas, valendo apenas dizer que mais vale tarde, do que nunca.

Foram estes dispositivos legais que passaram a exigir de cada município moçambicano seu PEU aprovado por lei, para servir como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Além disso, a LOT confere a devida importância ao PEU, quando, regulamenta que o PEU é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo ser atualizado em 10 anos, incorporando diretrizes e as prioridades nele contidas.

Apesar da existência deste instrumento de planejamento urbano previstos na LOT e no RSU, as cidades moçambicanas continuaram crescendo num vazio regulamentar, isto acontece de forma “gritante” em Nampula. Uma cidade que teve a sua consolidação no período colonial, antes de 1975, contemplando alguma riqueza arquitetônica como edifícios históricos localizados na área central, de estilo eclético e religiosos que datam do final do século XVIII e início do século XIX, e constituem edificações que simbolizavam o poder militar e religioso.

A gênese da ocupação urbana contemporânea na cidade de Nampula está assentada na criação do comando militar da Macuana, sendo considerado um dos atos fundamentais para as características urbanas recentes da cidade. As alterações relacionadas à ampliação da população na cidade e ao aumento da taxa de urbanização no período tiveram forte influência das diretrizes políticas e administrativas propostas para o país estabelecidas pelo governo colonial, por meio de planos de desenvolvimento urbano. No caso nampulense, as propostas de desenvolvimento estavam assentadas na matriz político-militar e teve com a implantação do Projeto do Comando Militar da Macuana, a inserção da cidade no cenário nacional e internacional.

A instalação das infraestruturas militares, religiosas e de educação na década de 50 do século passado, atraiu significativo contingente populacional que se instalou na cidade. A implantação dos projetos e a infraestrutura construída para sua operacionalização, como a estrada de ferro, o aeroporto já na década de 1970 contribuíram expressivamente para o aumento da população urbana na cidade.

Com o decorrer dos anos, a cidade se desenvolveu e expandiu, tanto em infraestrutura quanto em número da população, se conceberam planos urbanístico para a cidade que buscaram

aprimorar a circulação viária, no âmbito das intensas transformações de sua paisagem e modelo arquitetônico.

Assim, vários anos passaram pequenos planos de intervenção foram elaborados para tentar solucionar problemas que já vinham ganhando forma resultante da expansão desordenada da cidade. Porém, foram planos inexpressivos e não implementados na totalidade. Em 1997, foi aprovado a nova LOT e revisto o RSU de 2006. Foi depois destes anos que em 1999, impulsionado por estes regulamentos que se elaborou o primeiro Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Nampula, após a promulgação da Constituição de 1990 e a sua revisão em 2004, avançou em relação à criação de uma política urbana mais efetiva com a criação do RSU em 2006 e o LOT em 2007.

A questão da problemática do planejamento e gestão da cidade de Nampula foi negligenciada ao longo de vários anos, facto que deu lugar ao surgimento de uma cidade com graves problemas, quer a nível da estruturação urbana devido a vastas áreas de ocupação desordenadas, quer a nível da resolução das questões sociais, cujo aspecto mais visível é a degradação das condições de vida da população, caracterizada por uma pobreza extrema e situação caótica em crescimento constante.

É importante ressaltar que, apesar do intenso processo de expansão dos assentamentos informais que ocorre na cidade de Nampula em finais das décadas de 1990 e início de 2000, apesar do PEUCN, prever diretrizes que proibissem a fixação de residências em áreas desordenadas dos bairros periféricos, não houve ações concretas nesse sentido, isso exacerbou ainda mais a expansão desses assentamentos informais.

Tendo o PEUCN de 1999 como ano horizonte 2009 que não foi revisado, foi concebido e só revisto 14 anos depois, realizado o procedimento de revisão do mesmo em 2013 a partir de uma parceria com o financiamento da UN-Habitat. Na metodologia foram utilizados os princípios do Planejamento Estratégico. Inicialmente, foi realizado um diagnóstico com a participação popular e, em seguida, projetado o cenário ideal para as áreas de assentamento desordenado da cidade de Nampula.

Em relação a essas áreas de ocupação desordenada se destaca que o PEUCN tanto de 1999, assim como de 2014 proibiram a fixação de habitações em áreas sem nenhum planejamento não podendo ser construídas casas que não obedecem as regras previstas no código de postura municipal da cidade de Nampula, em áreas de pantanosas e zona íngremes ou de declives

acentuados. É importante salientar que essa diretriz não foi cumprida integralmente, pois existem muitas casas precárias, justificado pelo fato de todos tem direito a habitação, previsto na CRM.

O PEU propôs para as áreas de assentamento informal a requalificação dos seus espaços públicos com projetos voltados para urbanização, redimensionamento das vielas, dentre outros aspectos. Um projeto de requalificação dos bairros de assentamento desordenado foi desenvolvido pelo MCA e entregue ao município no ano de 2011 a partir da proposta de criação do plano de requalificação da cidade aprovada em meados de janeiro de 2010. porém, não foi implantado na integra e nem 20% e continua até a data de fechamento dessa pesquisa “engavetado”.

Os cenários propostos para as áreas de ocupação desordenada (Muhala, Namutequelua, Muahivire, Muatala, Mutauanha, Natikiri, Murapaniu, Napipine, Carrupeia e Namicopo), tendo como referência cinco elementos da morfologia urbana (lote, traçado viário, quarteirão, edificações e espaços livres), constatou-se o seguinte:

O cenário atual dos bairros de ocupação desordenada é caraterizado por ausência de espaços livres, muito menos o mobiliário urbano, as ruas são muito estreitas e mobiliário que deixa a desejar, é inexpressivo, ou quase inexistente, está malconservado e não é padronizado. O ideal é que os bairros tivessem lotes bem definidos para abertura de ruas largas entre quarteirões, com seus espaços verdes livres junto as infraestruturas e edifícios um mobiliário urbano padronizado que proporcione segurança.

Em relação ao traçado viário o modelo desejado para os bairros buscou dar prioridade a abertura de ruas largas com calçadas inclusivas para deficientes ou pedestre de mobilidade reduzida, possibilitando espaços de conforto e segurança, com calçadas acessíveis e espaços para o descanso dos usuários.

De modo geral, é de grande importância a elaboração de PEU's para um município. Esses constituem importante instrumento de planejamento urbano, que promovem melhorias nas infraestruturas urbanas. Em relação ao PEU de Nampula de 2014 percebe-se que esse não avançou em tal como foi o outro de 1999, em todos aspectos, incluindo a participação popular, que ainda necessita ser mais efetiva. Em relação as áreas de ocupação desordenada, as diretrizes contidas no PEUCN de 2014 não avançaram principalmente em relação à proibição da construção sem regularização da parcela e obediência aos regulamentos de uso e ocupação do solo urbano previstos no RSU.

Entretanto, após quase 20 anos da aprovação da Lei que preconiza o PEU pouco parece ter impactado a prática dos governos municipais. Percebe-se que a Lei foi somente instituída por fins burocráticos e não tem alcançado a efetividade. Os inúmeros problemas urbanos como as ocupações desordenadas existentes poderiam ter sido minimizados pelo PEU em vista da praticidade como instrumento legal e prático.

O descaso da administração municipal e a deficiência da participação da sociedade, mantiveram a lei como arcabouço inerte e sem viabilidade pública. Deste modo seria estimulando o sentimento de participação em torno dos problemas de urbanização, de infraestrutura social e outros que tenham intensa vinculação ao local de moradia, permitindo, assim, ampliar os níveis de participação do cidadão.

Este trabalho faz uma breve descrição e análise da aplicação e utilização do PEU em Nampula e as diretrizes em prol das ocupações desordenadas, enquanto instrumento da política urbana integrada ao sistema e ao processo de planejamento e gestão urbano. A ausência de planejamento associada à ocupação espontânea em áreas desestruturadas ampliou os problemas urbanos na cidade de forma significativa. Apesar da existência do PEUCN na década de 2000 caracterizou-se ainda pela continua ocupação desordenada na cidade de Nampula, tornando a periferia uma área muito precária. O aumento da população e a consequente expansão da ocupação do solo de forma irregular é percebida pela ampliação do número de bairros de habitações espontâneas e pela precariedade das habitações, falta de vias de acesso e diversas infraestruturas básicas.

O processo expansionista da cidade de Nampula após a década de 2000 ocorre fundamentalmente por algo que influenciou de maneira determinante a ocupação do espaço, o excessivo número de invasões ocorreu em todas as direções na zona sul, leste, norte e oeste, intensificando-se nas faixas das principais rodovias que ligam a cidade.

A legislação territorial não apresenta instrumentos para propiciar o reordenamento urbano, apesar de fazer referência da participação de organizações sociais no processo de gestão urbana como forma de minimizar os problemas dos assentamentos desordenados e aos problemas por elas causados. Por outro lado, não apresenta previsão de financiamento para municípios que desenvolvam projetos/programas reordenamento ou requalificação urbana.

Em virtude da presença de instrumentos de gestão urbana no país, mesmo que de abrangência insignificante, deve o poder local proceder à implantação de programas /projetos

concretos de urbanização e requalificação urbana, através de formulação de políticas públicas urbanas, que contemplem, de forma articulada e integrada, a gestão da ocupação do solo urbano, com a participação destes atores, como forma de promover a sustentabilidade urbana e evitar os assentamentos informais.

A relevância do papel das organizações engajadas na recuperação de assentamentos informais e na redução dos impactos a eles associados não está refletida nos diferentes pontos da legislação. Esta poderia trazer diversos benefícios para o país, principalmente no tocante ao reordenamento urbano, que deveria ser integralmente regularizada num prazo determinado. A sustentação legal jurídica necessita de uma urgente sistematização, com vista à superação de suas falhas, tais como confusões conceituais, omissões e ambiguidades existentes, que tornam inviáveis o seu cumprimento, uma vez que carecem da explicitação de parâmetros e critérios para a matéria.

A ocupação de áreas próximas aos ribeiros urbanos da cidade de Nampula consequência da ausência de planos de expansão e ordenamento urbano, é a alternativa encontrada pela população de baixa renda para o acesso a moradia face aos inúmeros entraves para o acesso habitação de qualidade e a regularização dos lotes urbanos. As áreas de assentamento informal vão gradativamente crescendo, pois, a população de baixa renda, não consegue a legalização dos seus lotes pelos altos valores de custos da legalização e licença de construção, aliados a burocracia e a corrupção.

As novas dinâmicas ocorridas no espaço urbano, principalmente a partir do final do milênio passado e início do século XXI, intensificaram a demanda por terras urbanas para habitação e outras infraestruturas, ocasionando o surgimento de novos bairros desordenados cada vez mais distantes do centro da cidade. Na cidade mais que duplicaram o número de áreas de ocupação espontânea que surgiram e sem nenhuma infraestrutura básica. A ausência de integração e diálogo entre as diferentes esferas do poder público e do planejamento e a gestão urbana da cidade de Nampula, intensifica a precariedade existente na infraestrutura urbana, provocando graves implicações negativas, refletindo-se principalmente na cidade Nampula.

O crescimento populacional no final do século XX, não foi à única consequência dos processos macroeconômicos tiveram ainda como sequela à intensificação de problemas socioambientais, acarretados pela ausência de disponibilidade de habitações adequadas para o contingente populacional deslocado para a cidade, que passaram, principalmente em Nampula, a ocupar áreas de inapropriadas como declives e áreas de pântanos.

Outro fator recente que contribuiu para a alteração do espaço urbano da cidade de Nampula, foi que apesar de não sofrer os efeitos decorrentes da verticalização, sente forte impacto da horizontalização e da ocupação desordenada decorrente principalmente da invasão de áreas inadequadas para habitação.

Assim, algumas diretrizes voltadas para melhorias nos bairros de ocupação desordenada precisam ser melhor detalhadas para garantir ações bem planejadas. É preciso impedir as construções precárias em áreas inapropriadas e não planejadas, promover incentivos à habitação popular e construção com material convencional. Existem importantes e bons projetos voltados para os bairros, como o da requalificação das áreas de ocupação desordenada feita em parceria com o MCA contribuirão de modo significativo para a transformação da paisagem urbana. Porém, ainda não foram aplicados na totalidade e continuam “engavetados”, possivelmente pela falta de condições financeiras ou processos burocráticos de tomada de decisões para iniciar a implantação e até mesmo pela falta de conhecimento da população local.

Em entrevistas aos moradores e secretários dos bairros, a maioria não sabia da existência planos e projetos urbanos, mas, identificaram o plano de requalificação urbana patrocinado pelo MCA, como também não tinha conhecimento das diretrizes específicas voltadas para os bairros no PEU. Isso é justificado pela não participação da população no processo de elaboração desses instrumentos urbanísticos ou até mesmo pela falta de interesse dos próprios moradores. Em virtude da não participação da população no processo de planejamento. Os planos propostos para o município não contemplam ações articuladas de planejamento, e não haver um sentimento de integração por parte da população da cidade, as ações públicas urbanas idealizadas ainda são insipientes, resultando assim em índices desfavoráveis ao desenvolvimento local. Se um grupo, ou partido político está no poder a governar exclui parte da população aos projetos urbanísticos devido a sua filiação partidária, esta informação nos foi revelada pela maior parte dos secretários dos bairros, que recordaram que no mandato passado já forma excluídos em participar em projetos por pertencerem a partido político.

Desse modo, conclui-se que a implementação do PEU na cidade de Nampula é de grande importância para a contenção das áreas de ocupação desordenadas, porque isso possibilita que sua a cidade cresça e se expanda de uma forma ordenada e harmoniosa, respeitando os padrões de urbanização

O cenário dos bairros possui habitações precárias e em áreas inapropriadas, que constituem habitações para a classe baixa. Suas ruas são inexistentes ou estreitas que terminam em becos sem saída sem locais de saneamento de resíduos sólidos, são inseguras, não pavimentadas, sem as calçadas e não apresentam nenhuma acessibilidade para os usuários.

É necessário resgatar para essas áreas de ocupação desordenada os espaços voltados para a moradia, consolidar as suas habitações, construir seus os espaços livres e o traçado reticulado das ruas que permitam à população se identificar com os bairros. Essa pesquisa não se encerra com esse estudo, visto que o planejamento urbano é um processo contínuo e os planos necessitam a cada dez anos de uma revisão.

Para terminar, neste caso específico, a cidade de Nampula, não difere das restantes cidades existentes em território nacional. Para o autor, o sistema de planejamento urbano ainda não constitui uma prática no país, sobretudo a nível municipal, e aponta as variadíssimas dificuldades que o processo enfrenta, desde a fraqueza técnica e financeira até as de caráter político e administrativo. Não obstante, reconhecer que a administração autárquica de Nampula se tem preocupado em responder a alguns desafios, mediante ações pontuais levadas realizadas em coordenação com o governo provincial, sob a égide do MAEFP e parcerias com as organizações internacionais.

Esta pesquisa, que deu um olhar breve sobre o PEU quanto à formação de áreas de ocupação desordenada na cidade de Nampula, abre várias possibilidades de desdobramentos para outras investigações como: As consequências urbanas da desconexão entre os planos setoriais e o PEU; Execução das diretrizes estabelecidas nos PEU. Novas pesquisas poderão ser desenvolvidas para analisar a eficácia das ações implantadas em Nampula, justificadas também pelo fato de os bairros serem considerados áreas de expansão urbana que albergam a maior parte da população e necessitar com maior urgência de importantes intervenções em seu espaço, de forma a promover uma urbanização harmoniosa.

Recomendações

A legislação do ordenamento territorial moçambicano contém instrumentos importantes que possam permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas urbanos, decorrentes do uso e ocupação inadequada do solo urbano. Destaca-se o fato de prever a redução dos assentamentos informais, com a proposta do reordenamento urbano através da

revitalização ou requalificação urbana. Impõe-se que as entidades públicas elaborem seus planos de gerenciamento urbano como uma prática constante, e execute-as no âmbito do LOT.

A proposta deve resultar de um processo muito participativo, para a grande complexidade estrutural que a cidade de Nampula apresenta. Afigura-se relevante a consulta dos principais agentes ligados ao planejamento e gestão urbana, nomeadamente, o poder público municipal, organizações não governamentais, associações de diferentes índoles, bem como outras entidades e organizações intervenientes, ou seja, agentes de cujo envolvimento poderá influenciar com certeza para o sucesso destes planos urbanísticos, não se esquecendo, também, de promover o envolvimento das comunidades locais, através de auscultação dos agentes interessados por meio de um processo de consulta prévia destas, reconhecendo deste modo, o importante papel dos cidadãos no processo de planejamento e gestão das cidades, de modo a não torná-los passivos, mas sim, mais proativos e responsáveis nas decisões do uso do solo urbano, para que este aspecto se concretize é necessário que haja desenvolvimento e promoção da educação básica para todos, de modo que se reduza de forma substancial a taxa de analfabetismo, pois, os resultados da pesquisa indicaram que mais de 50% das populações entrevistadas residentes nas áreas de ocupação desordenada não tinha escolaridade nenhuma, isto contribui significativamente para a falta de conhecimentos sobre o processo de urbanização.

A LOT, deveria assegurar que o uso, ocupação e produção do espaço urbano ocorressem de modo organizado e inclusivo, evitando o surgimento de assentamentos informais desordenados. Outra consideração que se julga relevante recomendar refere-se a um maior aprofundamento do conhecimento e utilização dos instrumentos preconizados pelo LOT e RSU, por parte do quadro técnico que atua na produção do espaço urbano em Moçambique.

A legislação urbana moçambicana apresenta as normas de uso do solo urbano e os instrumentos de planejamento e gestão urbana, contudo, há inadequação dos meios de implementação, por carência de recursos materiais, técnicos, humanos e financeiros. Portanto, é preciso inverter a lógica de expansão dos assentamentos urbanos desordenados por meio de intervenções urbanas, de modo que essas áreas passem a integrar, ainda que de forma frágil, o sistema de gerenciamento de urbano. Em cidades como Barcelona, Rio de Janeiro, Atlanta e outras, por exemplo, o crescimento da capacidade de intervenções urbanas foi essencial requalificação urbana, abriram uma nova perspectiva urbana.

Os projetos de intervenção urbana no nível das cidades e vilas municipais podem criar valorização das áreas irregulares e desfavorecidas, promovendo a inclusão social e o direito à acidade. Considerando-se a conjuntura da sociedade de consumo e os diversos impactos gerados pelo crescimento dos assentamentos informais, a abertura de vias de acesso, a criação de condições básicas de saneamento, água potável, energia elétrica e criação de espaços verdes e públicos para o lazer despontam como alternativa capaz de minimizar os impactos negativos dos assentamentos precários expandidos nas cidades moçambicanas no geral e em Nampula em particular, tornando possível uma urbanização sustentável.

É importante comentar, na opinião dos autores como Forjaz (2009), que os moçambicanos não têm muito conhecimento sobre a questão urbana, porém nota-se que há uma consciência quanto à necessidade de se ordenar o território para evitar danos para o próprio homem. A formação de uma consciência urbanística nos cidadãos está diretamente ligada à inexistência (ou quase) de um trabalho de educação urbana, construindo a cidadania, formal e informal, que dissemine sistematicamente informações urbanísticas, entre elas a legislação urbana, as camadas da população e a todas as faixas etárias com capacidade de discernimento.

A execução da produção do espaço urbano é levada a cabo pelo Estado, com a criação de leis como é o caso a do Ordenamento do Território, estabelecendo e delimitando a extensão territorial que poderá ser usada. Um fator fundamental para o sucesso dos projetos de planejamento e gestão urbana seria a requalificação urbana e o monitoramento dos planos urbanísticos locais como o único instrumento capaz de resolver os problemas das cidades envolvendo diversos atores nesta atividade. Todavia, em Moçambique, os instrumentos de gestão urbana são vistos como meros documentos informativos, sendo ineficazes, de acordo com a realidade de cada local, constituem instrumento de conflitos de posse de terra, que ao invés de buscar soluções, trazem problemas, prejudicando muitas vezes grande parcela da população pobre e desfavorecida, desconhecida da legislação de terras, é preciso inverter esse cenário.

A reduzida população que tem o conhecimento da legislação urbana em Moçambique faz parte dos indivíduos escolarizados e bem instruídos ou com um grau de escolaridade superior que pertencem a associações de diferentes índoles. Apesar do triste cenário dos assentamentos informais, os gestores urbanos, no âmbito dos esforços visando ao combate à expansão das ocupações desordenadas, essas associações poderiam ter um papel importante, desde que reconhecidos pela legislação, para dissuadir a ocupação desordenada.

Os principais projetos para reordenamento das áreas de assentamento informal na cidade de Nampula, como o plano urbano de drenagem, esses projetos, que diferem apenas com relação ao enfoque, têm como objetivos a integração das áreas desordenadas aos demais espaços formais da cidade através de obras de urbanização, principalmente abertura de algumas vias de acesso, remoção de resíduos sólidos nessas áreas., então, seria necessário adequá-los como diretrizes do PEU. Deve-se ainda abordar dentro das discussões de projetos de redesenho urbanístico e regularização do solo urbano e aspecto da legislação urbanística, a qual é considerada por muitos como um conjunto de instrumentos excludentes, pois, através desses, a população desfavorecida tem a percepção que são instrumentos que contribuem para o seu despojamento das suas áreas.

Para viabilizar a adequação de assentamentos informais à legislação urbanística, um grande contingente de moradores teria de ser removido, gerando assim problemas sociais ainda mais graves, uma vez que, esse grupo excluído teria que procurar outras formas de moradia e provavelmente grandes áreas teriam de ser urbanizadas para absorvê-lo. Entretanto, não se pode enxergar na flexibilização excessiva da legislação urbanística vigente a solução para o problema com a promulgação do LOT e o RSU, se deve flexibilizar o assunto, tendo em conta a cada realidade local.

Atualmente as áreas de ocupação desordenadas, mais concretamente nos bairros de Muhala, Namutequelua, e Muahivire tiveram um processo de reconhecimento de lotes, com a atribuição de DUAT no cadastro urbano. O município beneficiou algumas comunidades, entretanto, na prática até a presente data a regularização do solo urbano não é um fator representativo dentro da diretriz de ordenamento do território. Portanto o processo de regularização do solo urbano, feito através da atribuição de DUAT poderia acontecer simultaneamente ao processo de requalificação urbana e implantação de infraestruturas urbanas nesses bairros, pois a resolução de problemas legais do uso do solo urbano representa de fato um avanço, mas, perpetua os problemas de ocupação desordenada e os assentamentos informais.

Desenvolvimento de Política que visam combater o analfabetismo nas zonas urbanas, que poderiam ser feitas por instituições da sociedade civil a nível da cidade de Nampula, de forma a criar uma consciência da dimensão dos problemas urbanos que estão sendo produzidos pelas ocupações desordenadas.

Criar iniciativas que contemplem a população no âmbito da realização de debates envolvendo as comunidades locais, tendo em conta que Moçambique é um país com uma grande

diversidade cultural, é preciso que se considere as questões culturais e a vivência dos moradores para debater projetos de urbanização com técnicos representantes do poder público.

A população urbana precisa entender o contexto urbanístico no qual está inserido, entendendo os instrumentos existentes, e os limites do uso e ocupação do solo, pois, a partir de um programa de disseminação das prerrogativas da legislação urbanística a população passa a dispor de um maior subsídio para discutir sua inserção na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSSON, H.; NILSSON, A. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante 1974 – 1992.** Maputo, 1994.
- ABREU, M. A. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Dilemas urbanos: Novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2003.
- ADMIRAAL, Ryan. **Programa da Austrália para a Pesquisa em Desenvolvimento. Utilizando a Riqueza dos Recursos Naturais para Melhorar o Acesso à Água e Saneamento em Moçambique:2013–2015.** Relatório sobre a Cidade de Nampula. Agosto, 2015.
- AGÊNCIA GERAL DAS COLÔNIAS. Acerca do Anteprojeto de Urbanização da cidade da Beira. **Boletim Geral das Colónias, XXII,** 1946, p. 52-68.
- ALBUQUERQUE, A. **Arquitetura Moderna em Moçambique: Inquérito à produção arquitetônica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português.** Licenciatura em Arquitetura. FCTUC, Coimbra: 1998.
- ALVES, C.; ALVES, H.; PEREIRA, M.; MONTEIRO, A. **Análise dos Processos de Expansão Urbana e das situações de Vulnerabilidade Socioambiental em escala Intra-urbana.** IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília, 2008, p. 1-20.
- AMARAL, I. Nota acerca do estudo das cidades da África ao Sul do Saara". Lisboa, **Finisterra, VI,** 11, 1971, pp. 152-155.
- _____. **A cidade e o futuro. A proposta da explosão urbana mundial.** Memórias da Academia de Ciências de Lisboa. Secção de Letras Tomo XXIII, Lisboa, 1983.
- _____. Beira, cidade e Porto do Índico. **Finisterra Revista Portuguesa de Geografia,** 1969, p. 76-93.

AMORIM, F. G. Moçambique: Inhambane, Praça da Nossa Senhora da Conceição e Forte de São João da Boa Vista. Disponível em: <<http://fgamorim.blogspot.com/2016/07/mocambique-ingambane-praca-de-nossa.html>>. Acesso em: 03/03/2018.

ARAÚJO, M. G. M. O sistema das aldeias comunais em Moçambique: Organização do espaço residencial e produtivo. Universidade de Lisboa. Lisboa, 1988.

_____. Cidade de Maputo- Espaços Contrastantes: do Urbano ao Rural; **Finisterra, XXXIV**, 67- 68, 1999, p. 175-190.

_____. “Os espaços urbanos em Moçambique”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, nº 14. São Paulo, pp. 165-182, 2003.

_____. “Cidade de Nampula: A Rainha do norte de Moçambique”. Lisboa, **Finisterra, XL**, 79, pp. 209-222, 2005.

ARNALDO, C.; MUANAMOHA, R. C. Dinâmica demográfica e suas Implicações em Moçambique. Edição CEPSA, Maputo, 2014. Disponível: <<http://cepsa.ac.mz/wp-content/uploads/2014/01/Gazeta2.pdf>>. Acesso: 17 de fevereiro 2018.

ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. **Le monde Diplomatique Brasil**, v.2, 2008, p. 30 – 31.

ARRUDA, J.J.A. História antiga e medieval. 16^a ed. São Paulo, Editora, 1993.

ASCHER, F. Les nouveaux compromis urbains. Editions de l’Aube. Paris, 2008.

AZEVEDO, M. O Plano de Urbanização de Lourenço Marques. Lourenço Marques, 1969.

AZEVEDO, H A. M. de A. **Modelo de diagnóstico para elaboração do plano ambiental do município de Inhambane em Moçambique.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental), UCB, Brasília, 2009, 148f.

_____. **A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique.** 2014. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, UFG, Goiânia, 2014, 267f.

BAD/OCDE/PNUD. **Perspectivas económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural,** Publicações OCDE, Paris, 2016. Disponível <http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt>, acessado: janeiro de 2019.

BAIA, A. H. M. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, 2011, p. 3-30.

_____. **Ruralidades na cidade de Nampula: exercício teórico por uma crítica da cidade.** Dissertação (mestrado em Geografia) - faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2004.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento Municipal em Moçambique: As Lições da Primeira Década.** Volume II: Relatório Completo No: 47876-MZ, AFTU1, Região de África, maio 2009.

BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia (Org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

BATTINO, L. **Estudo para o planeamento da cidade de Pemba,** PADEM, 2000.

_____. **Termos de referência para a preparação de planos de urbanização para o município do Monapo.** Conselho Municipal de Monapo /GTZ, 2002.

BEKELE, H. **Urbanization and urban Sprawl.** Master of Science Thesis, Nº 294, KTH-VETESKAP OCH KONSK, Stockholm, 2005.

BENEVOLO, L. **História da Cidade.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

BOLETIM DE MOÇAMBIQUE, Ministério do Ultramar. **Decreto nº 43:896**, I Série nº 36. Lourenço Marques, 14 de setembro de 1961.

BRÁS, B. **O carango em “carta da Zambézia” do bisavô Gavicho.** 2013. Disponível em: <abemdanacao.blogs.pt/1075059.html> Acesso em 18 de julho 2017.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intra-metropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, 2005, p. 48-63.

BURGESS E.W. "The growth of the city: an introduction to a research project" Publications of the American Sociological Society, 18:85-97, 1924.

BRUSCHI, S. **Campo e cidade da África antiga.** FAPF. Maputo. 2011.

BRUSCHI, S. & LAGE, L. **Moçambique, o desenho das cidades: Moçambique até o século XXI.** Maputo: FAPF. 2005.

_____.; CARRILHO, J.; LAGE, L. **Era uma vez uma palhota...História da casa moçambicana.** edições FAPF, 2005.

BURKE, Peter. **O Renascimento.** Lisboa: Texto Grafia, 2008.

CABRAL, A. **Dicionário de nomes de Moçambique: sua origem.** Lourenço Marques: Imprensa Moderna, 1975.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, Edusp, 2000.

CARLETTI, A. C; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos.** São Paulo, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade.** 6^a Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. **O espaço dividido.** São Paulo: Edusp, 2004.

CARILHO, J. **A cidade de Pemba de Júlio Carrilho VI.** 2005; Disponível: <<http://geocities.yahoo.com.br/historiapemba/>>. Acessado em: 05/03/2017.

_____. **A cidade de Pemba–Quitequeth.** 2006. Disponível: <<http://geocities.yahoo.com.br/historiapemba/>>. acessado em 05/03/2017.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Imperialismo y urbanizacion em America Latina.** Barcelona. GG, 1983.

CEDH. **Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção.** Maputo, 2006.

CHAMI, F.; COPPENS, F.G.; MERY, S. East Africa and the midle Eat relationship from the first millennium BC ti about 1500 AD. **Journal des africanistes**, vol. 72, 2002, p. 21-37.

CHEN, H.; JIA, B.; LAU, S. S. Y. Sustainable urban form for Chinese compact cities: Challenges of a rapid urbanized economy. **Habitat International**, v. 32, n. 1, p. 28–40, 2008.

CHEREWA, D. **Perfil ambiental da cidade de Nampula.** Maputo, novembro de 1996.

CLARK, W. A. V. **Monocentric to Policentric: New Urban Forms and Old Paradigms.** In: **A companion to the city.** BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (ed.). Oxford, UK. Malden Mass: Blackwell, 1991. p. 141-154.

COELHO, J. P. A investigação recente da luta armada de libertação nacional: **contexto, práticas e perspectivas;** ARQUIVO (17), 1997, pp.159-179.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NAMPULA – CMCN. **Caracterização Geral da Cidade de Nampula.** Nampula, 2011.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO (CMCM). **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo.** Maputo, 2008.

CONSELHO MUNICIPAL DE XAI-XAI- CMX. **Plano Estratégico do Município de Xai-Xai 2009-2019. Unidos por uma cidade bela, próspera e acolhedora.** Xai-Xai, 2009.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE CHIMOIO (CMC). **Código de Postura da Cidade de Chimoio.** Disponível: <<http://www.cmchimoio.gov.mz/images/Codigo/CDIGO-DE-POSTURA-MUNICIPAL-2016.pdf>>. Acesso: 23/05/2017.

CORNELIUS, J. **Maputo-Katembe bridge from the norther shore, Maputo, Mozambique.** Disponível:<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maputo%20%93Katembe_bridge_from_the_norther_shore_-_July_2018.jpg>. Acessado em: 19/01/2019.

COPQUE, A. C. S. M. Expansão urbana e redução de áreas verdes na localidade do Cabula VI Região do miolo da cidade do Salvador, Bahia. **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.** Curitiba, Paraná. Pp. 706-713, 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

_____. **O espaço urbano.** Editora Ática. Rio de Janeiro: 2000.

COSTA, H. S. M. Processos recentes de expansão metropolitana e implicações socioambientais: a experiência de Belo Horizonte. **VI Encuentro de Geógrafos de América Latina.** 2005.

COSTA, F. Urbanização da Cidade da Beira. **Arquitetura Revista Mensal**, nº24, abril, 2002, p.134/135.

COSTA, I. N. No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cidade da Beira. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral, nº 6 especial.** Outubro de 1989, p. 65-76.

CULLEN, G. **The Concise Townscape.** Architectural Press: Great Britan, 2006.

DANIELSON, M. “**Zoning for Fewer People**”, chapter 3, IN: **The Politics of Exclusion.** New York: Columbia University Press, 1976, pp.50-78.

DEBIAGGI, M. C.; ALENCASTRO, L.; VIEIRA, E.; WILHEIM, J.; CASTRO, A. E. In: **O processo de uso e ocupação do solo Política urbana; a produção e o consumo da cidade.** 2ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

DELUMEAU, J. **A civilização do renascimento.** Ed. Estampa, Nova História, Lisboa, 1983.

DINAPOT/CEDH. **Maputo.** Disponível online em: <<http://www.unhabitat.org/downloads/docs/.pdf>>. Acesso em 15 de outubro 2017.

_____. **Urbanização e Ordenamento territorial.** In: **VI REUNIÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS MOÇAMBICANOS**, Maputo, 2009.

DOMINGUES, A. (Su) burblos e (su)burbanos- O mal-estar da periferia ou manifestação dos conceitos. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, V. X/XI,** Porto, 1999, p. 5 – 18.

DUANEY, A; PLATER-ZYBERK, E & PECK, J. **Suburban Nation. The Rise of Sprawl and the decline of the American Dream.** New York: North Point Press, 2000.

ESENA. **Igreja de Xai-Xai na província de Gaza (antiga João Belo no período colonial Português).** 2013 Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/esena/>>. Acesso: 22 de março 2017.

ESPAÑA, E. D. **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya.** Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

FERNANDES, M. G.; MENDES, R. P. Dicotomias urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço. In: **Morfologia Urbana nos Países Lusófonos.** Atas da 2^a Conferência PNUM, ISCTE, Lisboa, 2012.

FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. L.; NEVES, O. I. **Moçambique 1985/1975 – Cidades, território e arquiteturas.** Ed. Autor, Lisboa, Publicação Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

FERNANDES, M. G.; MEALHA, R. P.; MENDES, R. P. Beira, uma paisagem modernista na África Tropical. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management),** 2016, p.155-166.

<https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.001.AO04>

FERNANDO, M. **Política pública e meio ambiente; uma análise da política pública e sustentabilidade socioambiental no município de Inhambane em Moçambique.** Caos, n. 21, p. 127-148, novembro, 2012.

FERREIRA, A. **Obras públicas em Moçambique: inventário da produção arquitetônica executada entre 1933 e 1961.** Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2008.

FIELDING, A.J. **La contro-urbanizzazione, nell'Europa Occidentale.** In PETSMERIS, P. 1989.

FILHO, V. R. A área Central e a sua dinâmica: Uma Discussão. **Sociedade & Natureza**, 16, Uberlândia, 2004, p. 155 – 167.

FORJAZ, J. **A planificação física em Moçambique independente'**, in Entre o Adobe e o Aço Inox. Ideias e Projetos; Editorial Caminho, Lisboa 1985, p. 99-122.

_____. **Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção**. Maputo, 2006.

_____. **Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação & proposta de estratégias de intervenção**. Maputo: Direção Nacional de Planejamento e Ordenamento Territorial (DNPOT), 2009.

FRANZE, J. J. **Expansão urbana e a criminalidade violenta: O caso da cidade de Chimoio-Moçambique (2007-2014)**. Dissertação de Mestrado Programa Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre 2017, 127f.

GAETE, C. M. Mapa da urbanização no mundo entre 1950 e 2030. **Mapas: La urbanización en el mundo entre 1950 y 2030** 09 Mar 2015. ArchDaily Brasil. (Trad. Brant, Julia) disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/763172/mapas-a-urbanizacao-no-mundo-entre-1950-e-2030>> ISSN 0719-8906. Acesso em: 25/02/2018.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 1^a ed, Perspectiva, São Paulo, 2013.

GEOVIEW.INFO. **África, Moçambique, Cabo Delgado, Pemba view to Wimbe beach**. Disponivel em: http://mz.geoview.info/pemba_view_to_wimbe_beach. Acesso em: 22/08/2017.

GLAESER, E. H. S. **Can Save the City**. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2011/03/how-skyscrapers-can-save>> Acesso: 25 de agosto de 2017.

GONÇALVES, J. M. **Estratégia ou Estratégias? Presented at the Planeamento Estratégico e Governança Urbana.** ISTUL, Lisboa, 2014.

GONÇALVES, N. S. Políticas de gestão (sub)urbana de Lourenço Marques (1875-1975). **Periódico Cabo dos Trabalhos**, v.12, 2016, p. 1-19.

GONZAGA, Manuela. **Tete Antigo.** Disponível em:
<http://mimiteixeira.blogspot.com.br/2014/10/tete-antigo.html>. Acesso em: 25/03/2018.

GORDON, P; RICHARDSON, H. W. **Are Compact Cities a Desirable Planning Goal?** American Planning Association, 1997, p. 95-106.

GOODFELLOW, T. Planning and Development Regulation amid Rapid Urban Growth: Explaining Divergent Trajectories in Africa. **Geoforum**, 2013, p. 83-93.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana: a Persistência de Processos "Insustentáveis". **São Paulo Perspectiva**. [online]. Vol.15, n.1, 2001, p. 13-19.

GUERRA, A. LÚCIO C; WARCHAVCHIK, G e MARX, R. B. Síntese entre arquitetura e natureza tropical. **Revista: USP**, São Paulo, nº 53, p. 18-31. março/maio 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/02-abilio.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2018.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p18-31>

HABIBI, S.; ASADI, N. Causes, Results and Methods of Controlling Urban Sprawl. **Procedia Engineering**, v. 21, 2011, p. 133–141.
<https://doi.org/10.1016/j.proeng.2011.11.1996>

HALBERT, L. The Decentralization of Intrametropolitan Business Services in the Paris Region: Patterns, Interpretation, Consequences. **Economic Geography**. Vol. 80, nº 4. Clark University, 2004, p. 389-404.
<https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2004.tb00244.x>

HALL, P. **The world cities, Widenfeld and Niclson.** 3^a ed, London, 1984.

HARRIS, C. D.; ULLMAN, E. L. The Nature of Cities. **The Annals... of the American Academy of Political and Social Science.** 242: 1945, p. 7–17.
<https://doi.org/10.1177/000271624524200103>

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Ano XVI, n. 39, Cidades: Estratégias Gerenciais. São Paulo: NERU; CNPq; FINEP, 1996.

_____ . **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo.** 1.^a ed. - Quito Editorial IAEN, Quito -Equador, 2014, 296 p.

HEDGES, David. (org.). **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961.** Vol.3, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1993.

HOLANDA, F. **O Espaço de Exceção, Editora UNB**, Brasília, 2012.

HOTELHUNTER. **Radisson Blu Hotel & Residence Maputo.** Disponível em: <https://www.hotelhunter.com/Hotel/Radisson_Blu_Hotel_Residence_Maputo,+2017.htm>. Acesso em 12/06/2018.

HOUSEOFMAPUTO. **Mais sobre a história da Praça 7 de Março de Lourenço Marques.** Disponível em: <<http://housesofmaputo.blogspot.com/2011/04/mais-sobre-historia-da-praca-7-de-marco.html>>. Acesso: 02/04/2018.

HOYT, H. **The structure and growth of residential neighborhoods in American cities** Washington DC; Federal Housing Administration, 1939.

IGLÉSIAS, Olga. Reorganização do espaço na colônia de Moçambique. **Africana Studia** nº 9, 2006, p. 229-333.

IHS- Institute for Housing and Urban Development Studies of Erasmus University Rotterdam. **Urbanization in Mozambique: Assessing Actors, Processes, and Impacts of Urban Growth.** Cities Alliance, Belgiun, 2017, disponível em: <http://www.citiesalliance.org>. Acessado em 30 de novembro de 2018.

INEM. **Recenseamento Geral da População e Habitação.** Maputo, 1980.

_____. **Iº Recenseamento Geral da População e Habitação.** Maputo, 1991.

_____. **IIº Recenseamento Geral da População e Habitação.** Maputo, 1997.

_____. **IIIº Recenseamento Geral da População e Habitação.** Resultados Definitivos. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, 2008.

_____. **IVº Recenseamento Geral da População e Habitação.** Dados preliminares Maputo, 2017.

INPF. **Plano de estrutura da cidade de Inhambane.** Maputo: INPF, 1991.

IRG, G.D.A.; PADCO, J. E. **Final report Urbanization and Environment: Opportunities for Refocusing.** USAID – Assistance in Sub-Saharan Africa, EPIQ, setembro, 2000.

ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. **Os prazeiros como transraianos: um estudo sobre a transformação social e cultural.** In: Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 10 especial. Outubro de 1991, p. 5 – 48.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities.** Random House, London, 2000.

JABAREEN, Y. R. Sustainable Urban Forms: their Typologies, Models, and Concepts. **Journal of Planning Education and Research**, 2006.p. 38–52.

JAPIASSÚ, L. A. T.; LINS, R. D.B. Diferentes formas de expansão urbana. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v.02, n.13, 2014, p. 15-25.

JENKINS, Paul. **Bases para uma política de desenvolvimento urbano em Moçambique**. Workshop sobre Bases Metodológicas para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique. Maputo, 1992.

_____. **Planificação Urbana e Gestão da Terra em Maputo**. Maputo, 1993.

JENKINS, P. X; ANDERSEN, J. Developing cities in between the formal and informal. In: EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES - ECAS, 4., 2011, Uppsala. **ANAIS...** Disponível em: <<http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-85/Jenkins-and-Eskemose-Full-paper.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

JORNAL FOLHA DE MAPUTO. **Casas de caniço em áreas degradadas em Maputo**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=jornal+folha+de+maputo,+2016&source>>. Acesso em: 25/10/2017.

KASANKO, M.; BARREDO, J. I.; LAVALLE, C. Are European cities becoming dispersed? **Landscape and Urban Planning**, v. 77, n. 1-2, 2006, p. 111–130.
<https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2005.02.003>

LACOSTE, Y. **De la Géopolitique aux Paysages**. Ed. Armand Colin, Paris, 2003.

LALL, S. V; HENDERSON, V. J.; VENABLES, A. **Cidades Africanas, abrindo portas ao mundo: Visão Geral**. Banco Mundial, Washington DC, 2017, 31p.

LAMAS, J. M. Rossano Garcia: **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 2. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política.** Península, Barcelona, 1976.

_____. **The production of space.** UK/USA: Blackwell, 1991.

_____. **O direito à cidade.** Centauro, São Paulo, 2006.

LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano.** Porto Alegre, 2012.

LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos Metrópole**, n. 13, São Paulo, 2005.

LISEGANG, Gerhard. **Archaeological sites on the bay of Sofala. Azania: Archaeological Research in África.** Vol. 7; 1972, p. 147-159.
<https://doi.org/10.1080/00672707209511560>.

LOBATO, M. História da fundação de Lourenço Marques. **Revista Lusitânia**, Lisboa, 1966.

LOO, B. P. Y. e A. S. Y CHOW. “**Jobs-housing balance in an era of population decentralization: Analytical framework and a case study**”, *Journal of Transport Geography*, nº. 19, 2001, p. 552-562.
<https://doi.org/10.1016/j.jtrangeo.2010.06.004>

LOPES, L.; ARAÚJO, M.; HERMIND, K. **Perfil ambiental da cidade e do distrito de Nampula.** CEP/UEM, Maputo, 1995.

LOUREIRO, J. M. **Memórias de Moçambique.** Publicações Oriente, 2ª Edição, Lisboa, 2005.

LOURENÇO, V. A. **Moçambique: memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje.** 2^a ed. GERPRESS: Lisboa, 2010.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade.** Edições 70, LDA, 2007.

MACEDO, S. S. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010.** São Paulo: Unicamp, 2012.

MACGRANAHAN, G. e SATTERTHWAITE, D. **Urbanization: Concepts and trends.** Working Paper. London. 2014, 26 p.

<https://doi.org/10.1177/0956247814522386>

MACUCULE, D. A. **Metropolização e reestruturação urbana: O território do Grande Maputo.** Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, especialização em Planeamento e Ordenamento do território na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010. 129f.

MAE – MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil da cidade de Nampula.** Maputo, 2005

MAGALHÃES, M. R. **Arquitetura Paisagista – Morfologia e Complexidade.** Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

MAGALHÃES, A.; GONÇALVES, I. **Moderno Tropical – Arquitetura em Angola e Moçambique 1948 – 1975.** Tinta-da-china. Lisboa, 2009.

MALEKI, M. Z.; ZAIN, M. F. M.; ISMAIL, A. Variables communalities and dependence to factors of street system, density, and mixed land use in sustainable site design. *Sustainable Cities and Society*, v. 3, 2012, p. 46–53.

<https://doi.org/10.1016/j.scs.2012.01.005>

MALHEIRO, A. C. F. V. O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. urbe: **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2012, p. 215-232. <https://doi.org/10.7213/urbe7397>

MALOA, J. M. **Urbanização moçambicana: Uma proposta de interpretação.** Tese de Doutorado em Geografia Humana na FFLCHUSP. São Paulo, 2016, 373f.

MAPLIBRARY. [Home](#), [África](#), [Moçambique](#). Disponível em: <<http://www.maplibrary.org/library/stacks/Africa/Mozambique/index.htm>>. Acesso: 22/08/2017.

MARTINS, M. A. P. **Gestão Educacional: planejamento estratégico e marketing.** 1^a ed. Brasport, Rio de Janeiro: 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Vol. 1, Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. abril Cultural, São Paulo, 1988.

MASCARÓ, J. L. **Manual de Loteamentos e Urbanização.** 1^a ed., Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1994.

MEDEIROS, Eduardo. **Moçambique: Evolução de Algumas Instituições Sócio-familares.** Documentos de Trabalho, 4, CESA, ISEG: Lisboa, 1985.

MELO, V. P. **A produção recente de periferias urbanas africanas: discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo.** Tese de Doutoramento em Urbanismo, FAUL. Lisboa, 2015. 531f.

MENDES, R. P. **A Cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique: a evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba.** Tese de Doutoramento em Geografia Humana, FLUP, Porto, 2011, 87f.

MENDES, M. C. **Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial.** Tese de Doutorado (Geografia Urbana) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1979.

_____. **Maputo antes da independência, geografia de uma cidade colonial.** Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1985.

MENESES, M. P. G. Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2009, p. 9-42.

MESQUITA, A. P. **Parcelamento do Solo Urbano e suas Diversas Formas.** IESDE Brasil S.A: Curitiba, 2008, 200 p.

MICOA (Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental). **Estratégia de intervenção nos assentamentos informais em Moçambique.** Maputo, maio de 2010.

MILHEIRO, A. V. **Visões do Gabinete de Urbanização Colonial no período final da colonização portuguesa.** II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E P.G EM ARQUITETURA E URBANISMO, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, São Paulo, 2014, p. 2-18.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – D.G.R.N. Decreto-Lei n.º 47611. **Registo Predial.** Publicação: Diário do Governo n.º 74/1967, Série I de 28 de março de 1967, p.263-656.

MISTERMADALA. **Moçambique: Perola do Índico: Inhambane, vista aérea.** <<https://mocambique.wordpress.com/2013/11/10/inhambane-vista-aerea>> . Acesso em: 05/03/2018.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República Popular de Moçambique.** Publicada no Boletim da Republica, nº1, I Série, Quarta-feira, 25 de junho de 1975.

_____. Decreto Lei nº0 de 3 de março de 1976. **Alteração de topónimas das áreas urbanas de Moçambique.** Boletim da Republica, I Série, de 3 de março de 1976.

_____. Lei de nº5 de 22 de abril 1978. **Substituição das estruturas Coloniais Orgânicas em quatro níveis: central, provincial, distrital e local.** Boletim da República, I Série, nº48, Maputo, 22 de abril de 1978a.

MOÇAMBIQUE. Lei nº1 de 15 de agosto de 1978. **Alteração da Constituição da República Popular de Moçambique.** Maputo: Boletim da República, 1978 b.

_____. Lei nº 6 de 3 de julho de 1979. **Lei de Terras.** Maputo: Boletim da República, 1979.

_____. Lei nº 1 de 16 de abril de 1986. **Alteração do nº 3 do artigo 10 da Lei nº 6/79, de 3 de julho, Lei de Terras.** Maputo: Boletim da República, 1986.

_____. **Constituição da Republica de Moçambique.** Publicada no Boletim da Republica nº 44, I Série, Suplemento de Sexta-feira, 2 de novembro de 1990.

_____. **Constituição da Republica de Moçambique.** Publicada no Boletim da Republica, nº 51, I Série, de Quarta-feira, 22 de dezembro de 2004.

_____. Lei nº3/94. **Cria os distritos municipais.** Boletim da República, I Série, n.º 37, 2º Suplemento, Maputo, 13 de setembro de 1994.

_____. Lei nº2/97 de 18 de fevereiro de 1997. **Aprova o quadro jurídico para implementação das autarquias locais.** Publicada na 1ª série do Boletim da Republica, nº7 de 18 de fevereiro de 1997a.

_____. Lei nº2 de 28 de maio de 1997. **Lei base das Autarquias Locais.** Maputo, maio 1997b.

_____. Lei nº7/97 de 31 de maio de 1997. **Estabelece o regime jurídico da tutela administrativa do Estado a que estão sujeitas as autarquias locais.** Publicada na 1ª série do Boletim da Republica nº 22 de 31 de maio de 1997c.

_____. Lei nº11/97, de 31 de maio. **Lei das finanças e património das autarquias locais.** Boletim da República, Maputo, 31 maio 1997d.

_____. Lei nº19/97 de 1 de outubro. **Lei de Terra.** Boletim da República nº 40 - I Série. Assembleia da República de Moçambique, Maputo, 1997e.

_____. Lei nº10/99, de 7 de julho. **Lei de Florestas e Fauna Bravia.** Boletim da Republica, I serie Maputo, 07 de julho 1999.

_____. Lei nº8/2003 de 19 de maio de 2003. **Estabelece princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo e de localidade.** Boletim da República, I Série, nº20, 1º Suplemento, Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo,19 de maio de 2003.

_____. Decreto nº33/06 de 30 de agosto de 2006. **Estabelece o quadro de transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias Locais.** Publicada na 1ª série do Boletim da Republica, nº35 de 30 de agosto de 2007.

_____. Decreto nº60/2006 de 26 de dezembro. **Regulamento do Solo Urbano.** Publicada na Iª série do Boletim da Republica, nº51, Maputo, 26 de dezembro de 2006.

_____. Lei nº15/2007, de 27 de junho. **Alterações da Lei-quadro de institucionalização das autarquias locais.** Maputo, 27 de junho 2007 b.

_____. Resolução nº18 /2007 de 30 de maio. **Aprova a Política de Ordenamento do Território.** Boletim da República, Iº Série, nº. 22, Maputo, 30 de maio de 2007 a.

_____. Lei nº19/2007 de 18 de julho. **Lei de Ordenamento do Território.** Publicada na I^a série do Boletim da Republica, nº29 de 18 de julho de 2007 c.

_____. Lei nº1/2008, de 16 de janeiro. **Regime financeiro, orçamental e patrimonial das autarquias Locais e o Sistema Tributário Autárquico.** Publicada na I SÉRIE - Número 3, 16 de janeiro de 2008 a.

_____. Lei nº3/2008, de 2 de maio. **Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado.** Publicada na 1^a série do Boletim da republica, nº 18 de 30 de abril de 2008 b.

_____. Decreto nº23/2008 de 1 de julho. **Regulamento da Lei de Ordenamento do Território.** Publicada na 1^a série do Boletim da Republica nº26 de 1 de julho de 2008 c.

MONNET, J. **Les dimensions symboliques de la centralité.** Cahiers de Geographie du Quebec, Quebec, 2000, p. 399-418.

MONTE-MÓR, R. L. M. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais.** n.1, vol.1(4), 2007, p. 71 – 96.

MORAIS, J. S. **Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar.** Livros Horizonte: Lisboa, 2001.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique, Século XX.** Editora Piaget. Lisboa, 2005.

_____; SELEMANE T. **El dourado Tete: os megaprojetos de mineração.** CIP- Centro de Integridade Pública: Maputo. 2011.

MOZAMBIQUE. **Development Plan and Feasibility Study for Urban Sanitation, Drainage and Solid Waste Management in Chimoio and Inhambane. Urban Sanitation, Drainage and Waste Management.** 2016. Disponível em:

<https://www.africanwaterfacility.org/fileadmin/uploads/awf/Projects/Mozambique_Chimoio_Inhambane_ClimateChange_Flood.pdf>. Acessado: 05 de janeiro de 2018.

MUACUVEIA, R. R. M; FERREIRA, W. R. A Repercussão do Crescimento demográfico na sustentabilidade urbana em Moçambique: Caso do Município de Nampula. **Kulambela – Revista Moçambicana de Ciências e Estudos da Educação**, vol. IV; 2017, p. 8 – 23.

_____. Especificação das áreas verdes urbanas de uso público na zona central da cidade de Nampula-Moçambique. Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes. v.05, 2017^a, p.104 – 122.

<https://doi.org/10.17271/2317860451120171515>.

MUCHANGOS, A. Dos. **Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais**. Edição: do Autor. Maputo, 1999, p. 5-111.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **RA E GA – O Espaço Geográfico em Análise**, nº 23, 2011, p. 65-97.

<https://doi.org/10.5380/raega.v23i0.24833>

NECHYBA, T. J.; WALSH, Randall P. Urban Sprawl. **Journal of Economic Perspectives**, n. 18, 2004, p. 177-200.

<https://doi.org/10.1257/0895330042632681>

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Publicações Europa-América: Lisboa, 1997.

NIELSEN, M. Mimesis of the State: from natural disas-ters to urban citizenship on the outskirts of Maputo, Mozambique. **Social Analysis**. V. 54, n. 3, 2010, p. 153-173.

<https://doi.org/10.3167/sa.2010.540310>

OBUDHO, Robert, 1994. “**Population distribution in Africa: urbanization under weak Economic conditions**”. **Population distribution and migration**. New York, Population Division, United Nations, 1994.

OECD – GREEN GROWTH STUDIES. **Compact city Policies: A Comparative Assessment**. 2012.

OPENTHA. **Reflexão sobre a rapariga e serviços de moto-taxi**. Disponível em: <https://www.ophenta.org.mz/gallery/ativismo/>. Acesso em 30/12/2018.

OPPENHEIMER, J.; RAPOSO, I. **Subúrbios de Luanda e Maputo**, Lisboa, Ed. colibri. 2007.

_____. **Pobreza em Maputo**. Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Lisboa, 2002.

PARDAL, J. C. **Paulo Lopes in “Memórias dos Anos Perdidos ou a Verdade dos Heróis”**. 2014. Disponível: <<https://batcav3878.blogspot.com.br>>. Acesso: 02 de fevereiro de 2017.

PATROCÍNIO, T. A. G. **Face ainda desconhecida da arquitetura moderna portuguesa: Bernardino Carlos Varela Ramalhete – Um percurso em Moçambique**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Lisboa, 2013, 95f.

PENVENE, J. M. **A History of African Labor in Lourenço Marques, Moçambique, 1870-1959**. Tese of Phd, University of Boston, Boston, 1982.

_____. **Fotografando Lourenço Marques: a cidade e os seus habitantes de 1960 a 1975**. In CASTELO, Cláudia et al. **Os outros da colonização: ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa, 2012.

PEREIRA, M. R. **Arquivo Histórico Ultramarino.** Calcada da Boa Hora, n. 30. Lisboa Portugal, 2006.

PEREIRA, L. F. **A ilha de Moçambique – património histórico nacional em degradação acelerada.** in: boletim histórico de Moçambique, nº 4. Maputo, 1988, p. 5-12.

PEREIRA, A. F. M. **Escultura, Arquitetura e Outros Valores Artísticos dos Séculos XIX e XX.** Obras de Arte de Engenharia da Província de Moçambique. Separata de Arte e a Natureza em Moçambique, Lisboa, 1998.

PIRES, H. F. Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geo-História na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX. In: **I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico** 2008. Uberlândia: UFU, v.1, p.01-18. 2008. Disponível em:< <http://br.monografias.com/Geografia/index.shtml>>. Acesso em: 20.out.2018.

POURTIER, R. **L'explosion urbaine: Afrique Contemporaine.** Nº164, 1992, p. 153-167.

QUEIRÓS, Adelaide. **Descobrir Portugal Geografia A 11.º ano.** Porto Editora, 2014.

QUELIMANE. **Moçambique Praça Mouzinho de Albuquerque** - Edição da Foto-Lusitana, 2007 Disponível: <<http://www.prof, 2000.pt/users/avcultur/postais/QuelimanePost01.htm>>. Acesso: 15 de março 2017.

RAPOSO, Isabel. **Urbaniser villages et maisons, Projets politiques et réalités sociales. Manica (Mozambique) et Alto (Portugal).** Paris: Université de Paris XII, 1999.

. **Instrumentos e práticas de planeamento e gestão das áreas peri-urbanas em Luanda e Maputo.** In: OPPENHEIMER e RAPOSO (coord.), Subúrbios de Luanda e Maputo. Colibri: Lisboa, 2007. pp. 213-234.

RAPOSO, I., HENRIQUES, C. Suburbanidade e transformação do uso do solo na periferia de Maputo. In **Ur. Cadernos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.** N°5, Lisboa, 2005, p. 114-123.

RAPOSO, I.; SALVADOR, C. **Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio: urbanidade dos bairros, tipo e estratégias de habitação em Luanda e Maputo.** In: OPPENHEIMER, Jochen e RAPOSO, Isabel. **Subúrbios de Luanda e Maputo.** Lisboa: Colibri e Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Coleção tempo e espaços africanos). 2007, p.105-138.

RIBEIRO, E. L.; SILVEIRA, J. A. R. DA. **O fenômeno do sprawling urbano**, por Edson Leite Ribeiro e José Augusto Ribeiro da Silveira 1990. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/185/o-fenomeno-do-sprawling-urbanopor-edson-leite-ribeiro-e-149628-1.aspx>>. Acesso em: 26 julho. 2017.

RICHARDSON, H. W.; CHANG-HEE, C. B. (editors). **Urban Sprawl in Western Europe and the United States.** Ashgate Publishing Limited, England, 2004.

RIGUELLE, François.; THOMAS, I. T.; VERHETSEL, A. **Measuring urban polycentrism: a European case study and its implications.** Journal of Economic Geography. 7, 2007, p. 193-215. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbl025>

_____. O porto de Quelimane e a Carreira dos Rios de Sena na segunda metade do século XVIII. In: **Anais... ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO REGRESSO DE V. DA GAMA A PORTUGAL.** Açores. 2001, p. 175-211.

_____. **Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII.** Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2002.

_____. “Quelimane”. In: Enciclopédia virtual da expansão portuguesa (séculos XV-XVIII) /Encyclopaedia of portuguese expansion (15th – 18 centuries). 2009. <<http://www.fecsh.unl.pt/cham/eve/index.php?>>. Acesso em 5 de agosto 2017.

RODRÍQUEZ, J. M. J. Modelos sócios demográficos: Atlas social de la ciudad de Alicante, 2000, on line. Acesso: 02/03/2017.

RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1990.

ROQUE, A. C. De Sofala ao Bazaruto: O negócio dos mares ou o mar de negócios no século XVI. SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARITIMA – O PODER DO ESTADO NO MAR E NA HISTÓRIA, n.11, Academia Marinha, Lisboa, 25 – 26 de novembro de 2009.

ROSÁRIO, Domingos. Les mairies des "autres une analyse politique, socio-historique et culturelle des trajectoires locales : le cas d'Angoche, de l'Île de Moçambique et de Nacala Porto. Tese de Doutoramento em Ciência Política, Bordeaux, 1999.

ROSSI, Aldo. Arquitetura da Cidade. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUEDA, S. P. Modelos de ordenación del territorio más sostenibles. VII Congreso Nacional del Meio Ambiente. **Anais...** Barcelona, 2002, p.1–22.

SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. Edítora Hucitec. S. PauIo ,1981.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **Manual da geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Ed. USP, 2009.

_____. **Urbanização desigual**. Editora EDUSP, São Paulo, 2010. 144 p.

SANTORO, P.F. **Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas**. Tese (Doutorado) – Faculdade de arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2012.

SENNET, R. **The fall of public man.**, W. W. Norton & Company, London 1992.

SERRA, Carlos. **Sociologia Política da Etnicidade - Do Paradigma Atual Ao Ensaio De Um Novo Paradigma**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1996. (2º. Curso Aberto, 10 a 22 de maio de 1996, poli copiado).

SICOLA, R. F. Ordenamento territorial e planificação estratégica no âmbito local: os sistemas de gestão do território. **Revista científica Vozes dos Vales**, Ano III, Viçosa, 2014, p.1- 20.

SILVA, L. M. T. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, A.C.A.; GONÇALVES, C.U.; NASCIMENTO, F.R.; ARRAIS, T.A. (Org.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: Ed. UFF, 2007. 356p.

SILVA, Catarina. **Arquitetura moderna na África Lusófona: Quelimane e a obra de João Garizo do Carmo (1952 – 1970)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura na UTL. Lisboa, 2013.

SILVEIRA, J. Porto Amélia. In Arquivo Histórico de Moçambique. Cabo Delgado. Maputo: **Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 14 especial**. Outubro de 1993, p. 190-195.

SILVEIRA, Luís. **Plantas das fortalezas, cidades e povoações do estado da Índia oriental**. Publicações: M.P.A.T.;S.E.C.E.;I.I.C.T, Lisboa, 1991, 126f. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=bibliografia&id_bibliografia=2848. Acesso em: 05/03/2018.

SOPA, A. Condições de habitabilidade numa pequena povoação costeira da África Austral, 1892-1925, Cidade da Beira. Arquivo [Número especial]. **Boletim do Arquivo Histórico da Beira**; 1989, p. 5-64, 1989.

SOUZA, M. A. **Governo Urbano**. Nobel, São Paulo, 1988.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. São Paulo, n. 10, p. 01-18, 1991.

. **Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana**. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: 2001 p. 235-253.

. **Multi (poli) centralidade urbana**. In: SPOSITO, Eliseu Saveiro; NETO, João Lima Sant'Anna. (Org.). Uma Geografia em Movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

TEIXEIRA, N. C.; VALLA, M. **O urbanismo português do século XIII- XVIII- Portugal Brasil**. Livros Horizonte: Lisboa, junho 1999, p. 25-46.

TEIXEIRA, Candido. **A fundação de Inhambane e a sua estrutura administrativa e governamental nos meados do século XVIII**. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Inhambane. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 8 especial. Outubro de 1990, p. 5-54.

THE LAGOA BAY WORLD. **João belo nos anos 60: A cidade que agora designa-se Xai-Xai**. Disponível em: <<https://delagoabayworld.wordpress.com/2011/12/28/joao-belo-nos-anos-1960/>>. Acesso em: 23/03/2018.

_____ . **Vila Cabral nos anos 1960.** Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/04/21/vila-cabral-nos-anos-1960/>. Acesso: 23/03/2018.

_____ . **A estátua em honra de Mousinho de Albuquerque.** Disponível em: <<https://delagoabayworld.wordpress.com/2012/03/22/a-estatua-em-honra-de-mouzinho-de-albuquerque/>>. Acessado em: 23/03/2018.

_____ . **O grande hotel da Beira, anos 60.** Disponível em: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2014/04/21/o-grande-hotel-da-beira-anos-60/> . Acesso em: 23/03/2018.

THOMAZ, Fernanda. **Os filhos da Terra": discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930).** Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Rio de Janeiro, 2008.

TIBBETTS, G.R. **Arabe navigation in the indian Ocean before the coming of the Portuguese: being a translation of Kitab al-farawa'isfi usul al-bahr wa'lquawa'id of Ahmad b Majid al Najdi.** Roual Asiatic Society: London, 1971.

TRANI, Eduardo (Coord.). **Desenho Universal — habitação de interesse social.** São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 2010.

TRINDADE, J. C. Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos. In Santos, B. S., & Trindade, J. C. (Org.), **Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique. Afrontamento.** Porto, 2003, v. 1, p. 97-128.

TRINDADE, J.C; SALOMÃO, A. **Avaliação da governação de terras em Moçambique, 2015-2016.** Relatório Final, Maputo, fevereiro de 2017. 408f.

UNFPA. **Situação da População Mundial 2007: Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano.** Fundo de População das Nações Unidas. Nova York: UNFPA, 2007.

UNITED NATIONS (UN). **World Urbanization Prospects: The 1999 Revision.** 2001a. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/urbanization/urbanization>>. Acesso: 22 de setembro 2017.

_____. **World Urbanization Prospects: The 2005 Revision Population Database, 2007.** Disponível em: <<http://esa.un.org/unup>>. Acesso 5 de março 2017.

_____. **Urban Agglomerations.** United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2007.

_____. **World Urbanization Prospects: The 2017 Revision.** Key Findings. United Nations Population Division. Disponível: <<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/urbanization/urbanization.pdf>>. Acesso: 05/04/2018.

UN-HABITAT. **Land Tenure, Housing Rights And Gender – Mozambique.** 2005.

_____. **Relatório sobre o Perfil do Sector Urbano em Moçambique.** Maputo, 2007.

_____. **Mozambican urban sector profile; programa: rapid urban sector profiling for sustainability (RUSPS).** Nairobi - Kenya, 2008.

_____. **The State of African Cities 2010, Governance, Inequality and Urban Land Markets.** 2013.

_____. **Estratégias de Requalificação dos Assentamentos Informais da Cidade e Distrito de Nampula.** Nampula, 2015.

_____. **For a better urban future 2015.** Disponível em: <<https://urbandata.unhabitat.org/explore-data/>>. Acesso: 23/02/2018

VAN DEN BERG, M. **Urban Europe: A Study of Growth and decline.** Pergamon, Oxford, 1982.

_____. **Anticipating urban growth in Africa.** Lusaka, Zambian Geographical Association, 1984.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, dez 2009, pp. 147-157.

<https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v5i2.3791>

VERHEIJ, Gerbert. Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. **The online magazine on Waterfronts, Public Space, Urban Design and Public Art**, 2012, p. 11-54.

VIANA, David. **A urbanização extensiva [in] formal em Maputo a partir da reticula colonial.** ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. IICT-JBT. Jardim Botânico Tropical. Lisboa, 24-26 outubro 2012.

WEIGHER, P. L. **Um olhar sobre Niassa**, 1º Vol. Paulina editora, Maputo, 1995.

WELLS, Alfred. **Custo das casas nas cidades de caniço.** Relatório Preliminar: Maputo, Instituto Nacional de Planejamento, 1988.

ZHAO, P. Sustainable urban expansion and transportation in a growing megacity: Consequences of urban sprawl for mobility on the urban fringe of Beijing. **Habitat International**, v. 34, n. 2, 2010, p. 236-243.

<https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2009.09.008>

ZORZAL. L.; SILVA, M. Transformações urbanas sob os efeitos dos processos de globalização: os casos de Vitória-ES-Brasil e de Tete-Moçambique-África. **Revista Geografares**, nº14, junho, 2013, p.01-31.

<https://doi.org/10.7147/GEO14.4534>

APÊNDICE 1: ENTREVISTA AOS MORADORES DOS BAIRROS DESORDENADOS

Pesquisador: Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia

Título da Pesquisa: Urbanização contemporânea em Moçambique: o papel dos instrumentos de planejamento urbano na organização do espaço.

ROTEIRO I- Entrevista aos moradores dos bairros de ocupação desordenada na cidade de Nampula

Nº DO BAIRRO _____

1-Nível de instrução

- []- primário
- []-básico
- []-médio
- []-superior
- []-pós-graduação
- [] Nenhum

2-Tipo de Uso: [] residencial; [] Comercio []Instituição [] Outra.

3- Como obteve o lote?

- []-Comprou
- []-Ocupou ilegalmente
- []-Oferecido
- []-Outro

4-Tem DUAT?

- []-Sim
- []-Não

5- Como caracteriza o traçado das ruas do bairro?

6- Como caracteriza a topografia da área do seu quarteirão?

7-Quando chove nesta área tem havido enchentes?

- []-Sim
- []-Não

- []- Telha
- []-Laje
- []-Chapa de zinco
- []- Lusa lite
- []-Capim

8 – Condição de posse da habitação

- []- Própria
- []-Alugada
- []-Emprestada
- []-Outra

- []- Rede encanada
- []-Poço tradicional
- []-Furo
- []-Riacho

- []-Não tem

9-Tipo de material de construção:

- []- Tijolo de cimento
- []-Tijolo de adobe
- []-Pau a pique
- []-Misto
- []-Madeira

11 – Abastecimento de água

- []- Rede encanada
- []-Poço tradicional
- []-Furo
- []-Riacho

- []-Não tem

10 – Tipo de Cobertura

12 – Saneamento básico

- []- Rede geral
- []-Fossa séptica
- []-latrina tradicional
- []- Latrina melhorada
- [] Não tem

[]-Outro

13- Nº de residentes na casa

- []- até 2 pessoas
- []-de 3 a 5 pessoas
- []- de 6 a 9 pessoas
- []-Mais de 10
- []-Uma pessoa

14 – Para onde leva o lixo doméstico?

- []- enterra no quintal
- []-joga na estrada
- []-coleta municipal
- []-terreno abandonado
- []-outro

15- O bairro tem jardins ou praças?

- []-Sim
- []-Não

16 -Tem vontade de se mudar do bairro?

- []-Sim
- []-Não
- []-Não tem opinião

17 – Qual principal meio de transporte

- []-a pé
- []-bicicleta
- []-moto-taxi
- []-transporte coletivo
- []-automóvel particular
- []-moto particular

18 – Indica os pontos que considera:

- a) Fortes no bairro?
- b) Fracos no bairro?
- c) Que ameaças existem?
- d) Que oportunidades?

FIM

APÊNDICE 2- ENTREVISTA AOS SECRETÁRIOS DOS BAIRROS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Pesquisador: Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia

Título da Pesquisa: Urbanização contemporânea em Moçambique: o papel dos instrumentos de planejamento urbano na organização do espaço.

ROTEIRO II - Entrevista aos Secretários dos bairros de ocupação desordenada da cidade de Nampula

Bairro de: _____

1. Qual sua opinião sobre o bairro em termos de ordenamento urbano?

2. O Bairro tende a expandir-se?

- [] Sim
- [] Não
- [] Não sabe

2.1Como caracteriza a expansão do bairro?

3. Existe algum plano de ordenamento urbano para o Bairro|?

- [] Sim
- [] Não
- [] Não sabe

4. Existe algum Projeto de Requalificação do Bairro?

- [] Sim
- [] Não

4.1 Se sim, qual? Quando foi ou será executado?

5. Estrategicamente falando do Bairro, diga quais são:

a) Os pontos fortes do bairro?

b) As fraquezas do bairro?

c) As Ameaças do Bairro?

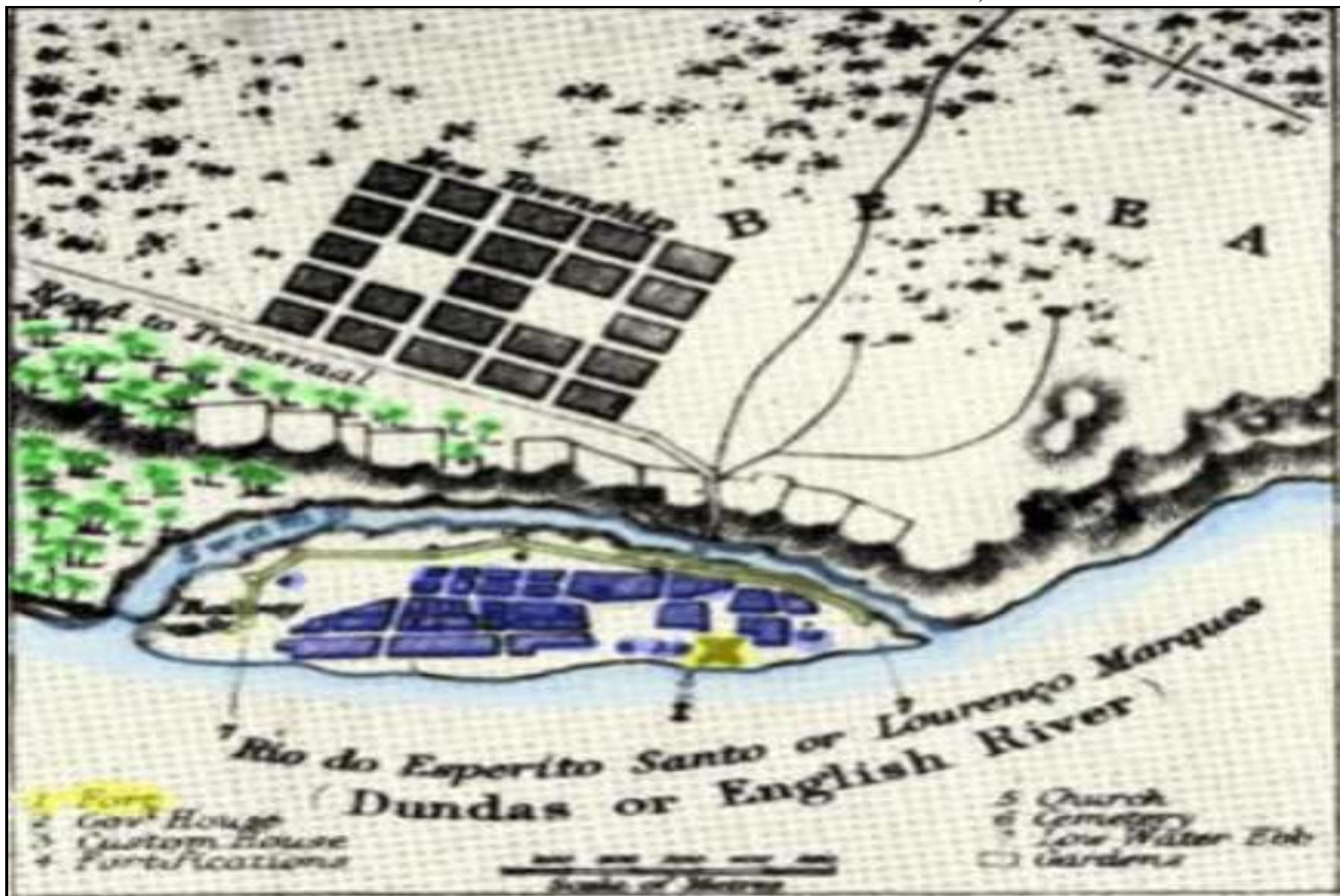
d) As oportunidades do Bairro?

6. Defina algumas ações gerais que em sua opinião seriam necessárias ser executadas no bairro para a melhoria no que se refere a morfologia urbana.

- [] Vias de acesso
- [] Saneamento básico
- [] Infraestrutura e Equipamentos Urbanos

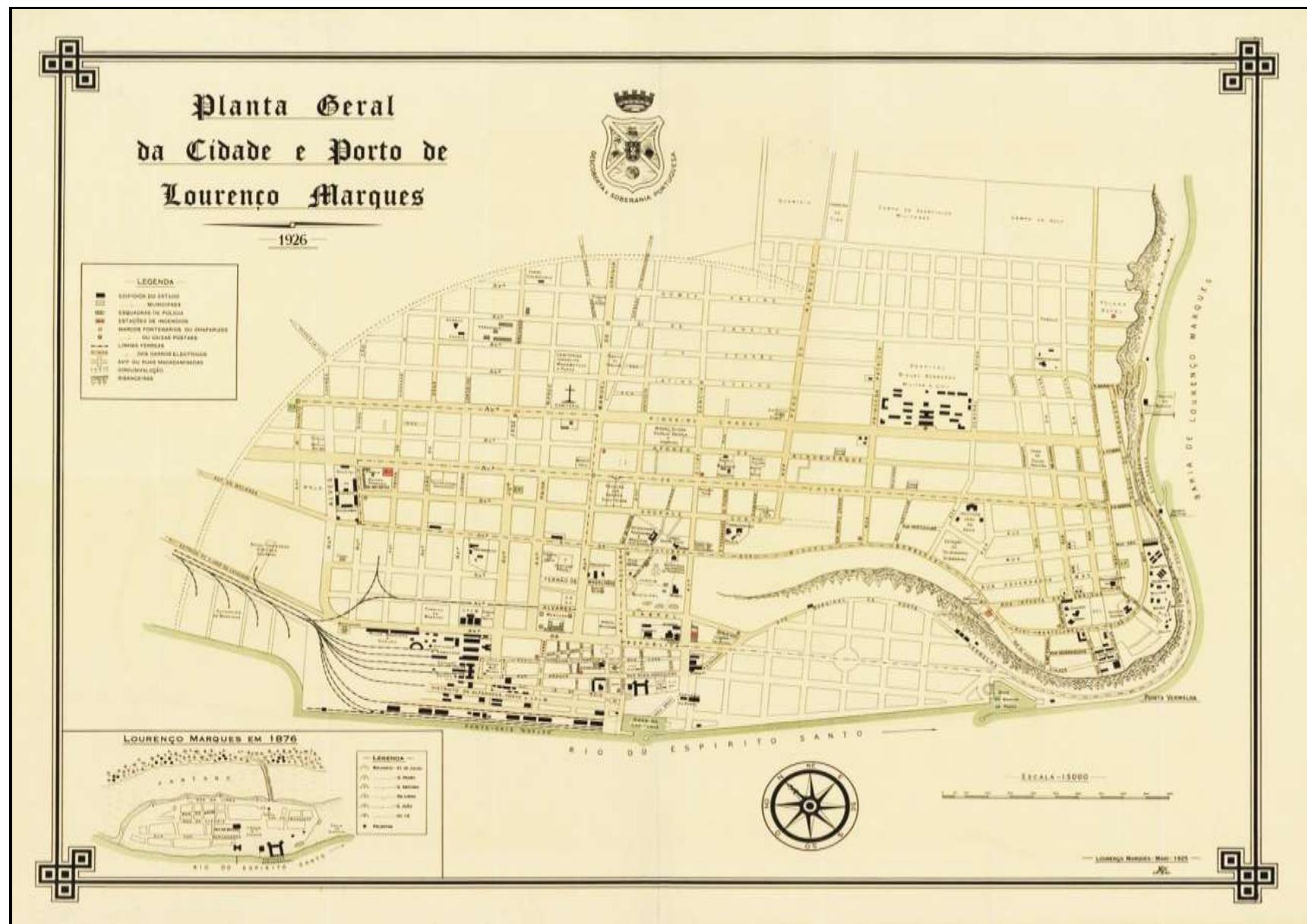
FIM

ANEXO 1: PLANO DO MAJOR JOSÉ ANTÓNIO DE ARAÚJO, 1877



Fonte: FERREIRA (2013, p.15)

ANEXO 2: PLANO ARAÚJO ENTRE 1886 - 1887



Fonte: MORAIS (2001)

ANEXO 3: PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES, 1947-1955

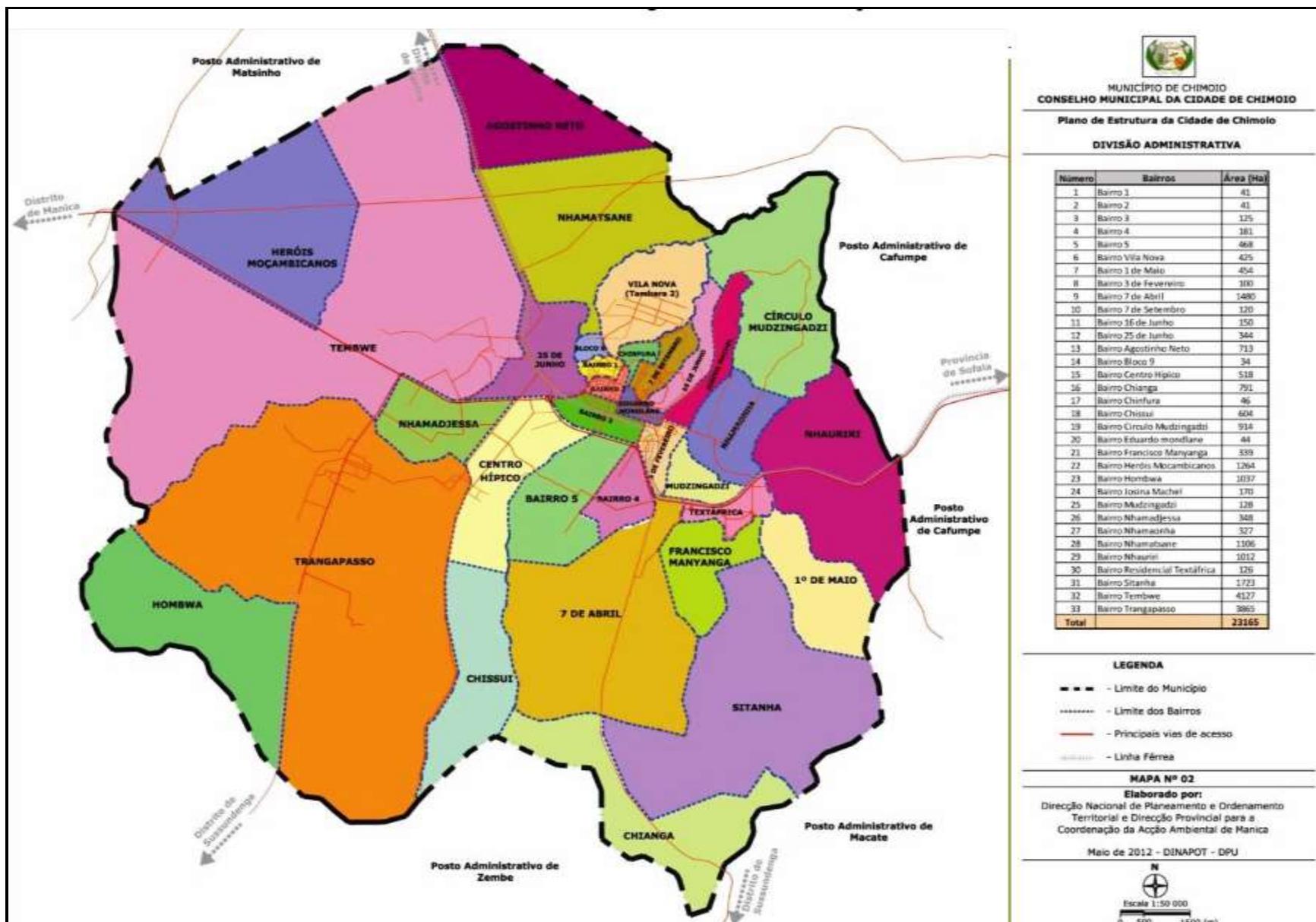
Fonte: MORAIS (2001)

ANEXO 4: PROJETO DE LOTEAMENTO DA BEIRA, 1898



Fonte: FERNANDES, JANEIRO & NEVES (2008; p.51)

ANEXO 5: DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE CHIMOIO.



Fonte: DNPOT – DPU, (2012)

ANEXO 6: PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE QUELIMANE, 1950

Fonte: SILVA (2013)

ANEXO 7: PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VILA CABRAL, 1932



Fonte: FERNANDES (2009)

ANEXO 8: PARTE DA PLANTA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NAMPULA QUE CONTEMPLAVA O ESTÁDIO SALAZAR, 1950



Fonte: AGUIAR e CORREIA (1954)

ANEXO 9: PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NAMPULA, 1962

